

MARIALVA

DA RUÍNA À ALDEIA HISTÓRICA

Carlos André Ribeiro Coutinho

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Sob a orientação do Professor Doutor João Mendes Ribeiro
Apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC, Dezembro de 2013



MARIALVA

DA RUÍNA À ALDEIA HISTÓRICA

Carlos André Ribeiro Coutinho

AGRADECIMENTOS

Ao Professor João Mendes Ribeiro pela disponibilidade e orientação.

À Dra. Ana por toda a amabilidade e “puxões de orelhas”.

À Dra. Isabel Boura, ao Arquitecto Carlos Amaral, ao Professor Pedro Brígida.

A todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos aqueles que fizeram parte e enriqueceram o meu percurso académico, com ou sem *Pedigree*.

Ao Leandro por aturar o “chato” do irmão.

Aos meus pais por todos os ensinamentos, porque sem eles não seria quem sou.

Nós não pedimos para ser seres eternos. Pedimos apenas que as coisas não percam todo o seu significado.

Antoine de Saint-Exupéry

A presente Dissertação foi escrita segundo o antigo Acordo Ortográfico e estruturada em cumprimento da Norma Portuguesa 405.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AH – Aldeias Históricas

AIBT – Acção Integrada de Base Territorial

CCRC – Comissão de Coordenação da Região Centro

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro

DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGT – Direcção-Geral do Turismo

GTAH – Grupo Técnico das Aldeias Históricas

GTAUGR – Grupo Técnico de Apoio à Unidade de Gestão Regional

GTL – Gabinete Técnico Local

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

II QCA – II Quadro Comunitário de Apoio

III QCA – III Quadro Comunitário de Apoio

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

POC – Plano Operacional da Cultura

PPDR – Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional

PRAHP – Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZEP – Zona Especial de Protecção

RESUMO

O Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal (PRAHP) foi um projeto-piloto, criado pelo Governo, que visou lutar contra a fraca produtividade, envelhecimento e desertificação populacional de um conjunto de aldeias da Beira Interior, maioritariamente ao longo da linha fronteira, destacando-se pela monumentalidade patrimonial e valor do passado, como locais de conquista, povoamento, defesa e estabilização do território.

Tendo a Aldeia Histórica de Marialva como base de estudo, esta análise pretende perceber os conceitos e práticas de intervenção no património rural, a preservação da memória do passado e das técnicas tradicionais, com o intuito de promover uma nova vitalidade, quer em termos sócio-económicos, quer turísticos. Com uma análise do enquadramento do núcleo rural, operativamente surge, neste trabalho, uma divisão segundo três tipos de abordagem, cada uma executada por diferentes promotores: intervenção nas Fachadas e Coberturas na *Rua da Corredoura*, através da Autarquia Local; a (re)construção de um edifício para *Posto de Acolhimento e Turismo*, através da Administração Central (IPPAR); e a recuperação de um núcleo de construções devolutas para um empreendimento turístico rural, as *Casas do Côro*, da parte de um agente privado. Este estudo visa aprofundar o carácter das operações, relacionando-as com as questões inerentes ao desenvolvimento de novas valências, adaptadas aos tempos actuais, nomeadamente a questão da reconstrução/reabilitação, da materialidade, do tradicional, da imagem e da adaptabilidade tipológica, para a oferta segundo as premissas Turísticas.

ABSTRACT

The Recovery Program of Historical Villages of Portugal was a pilot program created by the Portuguese Government, which aimed to fight the low productivity, demographic aging and general abandonment of the population of a few villages located in the interior of Portugal (Beira Interior), more precisely in the border between Portugal and Spain. These villages stand out by the historical importance, their geographical location allowed them to become important spots in terms of conquest, defense and stability of the national territory.

The historical village of Marialva is the study case of this analysis, which intends to understand the concepts and practical interventions in the rural heritage, the preservation of the memory of the past and traditional techniques, to promote a new socioeconomic and touristic vitality. This analysis is divided in three points of view, each one executed by different promoters: intervention in the facades and roofing in Rua da Corredoura, by the Local Government; the (re)construction of a building destined to be a Tourist Post, by the Central Administration (IPPAR); the recovery of a series of abandoned buildings in order to become a rural touristic complex, Casas do Côro, by a private agent. This study intends to analyze the several operations, relating them to the new techniques and developments of nowadays, taking in special attention the reconstruction and rehabilitation, the materiality, the traditions and images all according to the touristic guidelines.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
I - PATRIMÓNIO RURAL VS. TURISMO (RURAL)	27
O que é Património Rural?	29
Preservação do Património Rural (políticas de intervenção)	41
O Turismo como revitalizador económico e social	57
Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal	65
II - MARIALVA	73
Contexto	
Localização e História	75
Património Natural e Construído	83
Casos de Estudo	
Rua da Corredoura	89
Posto de Acolhimento e Turismo	131
Casas do Côro	159
CONCLUSÃO	207
BIBLIOGRAFIA	215
FONTES DAS IMAGENS	223
ANEXOS	231

INTRODUÇÃO

Desde muito cedo que a desertificação e envelhecimento do interior do país foram alvo do meu interesse e preocupação. O facto de ser proveniente de uma aldeia remota no interior transmontano, onde famílias abandonam quase diariamente as suas casas na procura de uma nova e melhor qualidade de vida, levou-me a considerar a possibilidade de estudar formas de combater este grave problema social. O êxodo rural pode ter várias origens, desde a falta de infraestruturas primárias ou falta de condições de habitabilidade, falta de oportunidades de emprego ou até mesmo por não haver condições de subsistência. Portanto, encaro este problema como uma nova motivação pessoal para tentar encontrar soluções, de forma a tornar mais atractivos os locais de fraca densidade populacional e de população envelhecida, de modo a manter as pessoas que ainda aí residem, fixar novas gentes, e até mesmo tornar estes locais apelativos para a prática do turismo.

A arquitectura popular está presente nas nossas origens e tem sido notório o desaparecimento dos modos de vida e técnicas tradicionais. Esta situação levou a que, durante todo o meu percurso académico, me preocupasse com problemas relacionados com a reabilitação e a recuperação do património, temas esses que foram abordados em algumas disciplinas. Portanto, o tema desta Tese de Mestrado surge naturalmente na tentativa de juntar esta inquietude à vontade de encontrar soluções para atenuar este problema.

O *Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal (PRAHP)* foi um projeto-piloto, criado pelo Governo, que visou lutar contra a fraca produtividade, envelhecimento e desertificação populacional de um conjunto de aldeias da Beira Interior. A base de selecção destas *Aldeias* esteve relacionada com a “diversidade da sua matriz cultural, a riqueza do seu património e a força das suas vivências e tradições singulares”¹.

As Aldeias escolhidas foram: Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha, estas 10 numa primeira fase do *Programa*, sendo Belmonte e Trancoso incluídas numa segunda fase, com o intuito de reforçar o conjunto. Situadas maioritariamente ao longo da linha fronteira, destacam-se pela monumentalidade patrimonial e valor no passado, como locais de conquista, povoamento, defesa e estabilização do território. Segundo a Coordenadora das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias, Dra. Isabel Boura, criou-se a “possibilidade de integrarem circuitos turísticos e culturais temáticos, estimulando o seu funcionamento em rede”², *Rede das Aldeias Históricas*.

O PRAHP tinha como objectivo a recuperação das acessibilidades, dos espaços públicos e de edifícios com algum valor patrimonial, promovendo uma nova vitalidade, quer em termos sócio-económicos, quer turísticos. Para tal, procurou-se intervir “através de três tipos de actuações: intervenções da responsabilidade da Autarquia Local e da Administração Central; intervenções da responsabilidade dos agentes privados e intervenções dinamizadas e promovidas por associações ou agentes de desenvolvimento local”³.

Este *Programa* já foi abordado de uma forma geral na Dissertação de Mestrado do Arquitecto Pedro Navega Ferreira⁴, *Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal: um balanço*, onde o autor faz uma espécie de síntese dos trabalhos executados nas aldeias. O autor descreve que o seu trabalho científico não é um produto final acabado, tratando-se apenas de uma compilação documental, rigorosa das intervenções, permitindo que no futuro possa servir como uma base de trabalho para

¹ Dr. João Vasco Ribeiro, Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro em 2002, in PORTUGAL. Comissão de Coordenação da Região Centro - *Aldeias históricas de Portugal, um Património com Futuro*, p. 3.

² BOURA, Isabel - *Património e mobilização das comunidades locais: das aldeias históricas de Portugal aos contratos de aldeia*, p. 118.

³ PORTUGAL. Ministério do Planeamento e Administração do Território - *Programa de recuperação de aldeias históricas de Portugal: acção piloto de promoção do potencial de desenvolvimento regional*, p. 1.

⁴ Pedro Navega Ferreira (Pombal, 1982), formado MIA no Departamento de Arquitectura da F.C.T. da Universidade de Coimbra, em 2011. Trabalhou nos Ateliers *Pedro Santos Arquitectura Lda* (2006/2012) e *MD Arquitectos* (2012/2013). Actualmente trabalha na empresa *LDBW - Luiz Deusdara Building Workshop*.

estudos mais aprofundados sobre o tema.

Tendo esta dissertação como documento de apoio, progrido para um segundo plano, com o objectivo de me focar directamente nas intervenções físicas levadas a cabo numa das aldeias. Deste modo, possibilita o estudo mais aprofundado de um núcleo rural, fazendo uma análise crítica do mesmo, tendo em conta as intervenções, as suas características e os resultados obtidos. Com esta reflexão pretendo perceber como actualmente é possível dinamizar um local praticamente abandonado, recorrendo à recuperação do seu património e desenvolvendo novas valências adaptadas aos tempos actuais.

A aldeia que me proponho a estudar é Marialva, pois trata-se de uma das poucas que funcionou muito bem no plano administrativo, ou seja, teve intervenções e investimentos da responsabilidade das três entidades: Autarquia Local, Administração Central e agentes privados, todas voltadas para o turismo.

O Arquitecto Pedro Brígida⁵, docente do Departamento de Arquitectura, escreveu a sua Prova Final de Licenciatura, *10 anos na clandestinidade*, onde, entre outras, descreve algumas das suas intervenções na aldeia. Assim sendo, ao escolher Marialva como caso de estudo, também me permitirá estar em contacto directo com um autor que trabalhou pessoalmente com esta realidade, o que se poderá tornar num importante auxílio para a análise de alguns documentos e projectos, assim como, vai facilitar a percepção do seu entender em relação à aldeia e o seu plano para a mesma.

No seguimento desta ideia, como primeiro capítulo do trabalho, pretendo reflectir sobre a crescente preocupação em relação ao *Património Rural* e os deveres na preservação do mesmo, assim como as acções levadas a cabo no PRAHP. Através do desenvolvimento de conceitos e práticas de recuperação, procuro entender como se preservou a memória do passado e das técnicas tradicionais, não deixando que estas se perdessem. Ao perceber isto, será mais fácil identificar o porquê destes aglomerados rurais serem atractivos para *Turismo Rural*. A sensibilidade em relação às raízes da população pode ser um motivo interessante para que, no futuro, este tipo de turismo seja um motor e um factor fundamental para o desenvolvimento económico e social de populações mais desfavorecidas.

⁵ Arquitecto, Licenciado no Departamento de Arquitectura da F.C.T. da Universidade de Coimbra, em 2007. Assistente Convidado da disciplina de Projecto III, no Departamento de Arquitectura da F.C.T. da Universidade de Coimbra, desde 2010. Colaborou com os Arquitectos José Santiago Faria (1995/2010) e João Mendes Ribeiro (1997). Mantém em paralelo o seu trabalho no Atelier *pedro brígida e alice faria, arquitectos*.

No segundo capítulo proponho analisar a intervenção do PRAHP executada em Marialva relativamente às operações físicas. Assim, começo por fazer uma contextualização em termos históricos e geográficos da região para perceber melhor o enquadramento da aldeia. Seguidamente estudarei um caso prático executado por cada uma das três entidades: Autarquia Local, Administração Central e agente privado.

A área de estudo cingir-se-á somente ao perímetro delimitado pelo PRAHP no Arrabalde. Este processo de análise funcionará segundo uma espécie de percurso pela aldeia que nos encaminhará desde a entrada Norte da *Rua da Corredoura*, seguindo para Sul até ao *Posto de Acolhimento e Turismo*, finalizando com a chegada às *Casas do Côro*.

Relativamente à Autarquia Local, proponho analisar a intervenção feita nas *Fachadas e Coberturas* da *Rua da Corredoura*, correspondentes à I Fase, do dito processo. Pretendo perceber qual o carácter das intervenções levadas a cabo nesta rua e se houve tratamento diferente em relação à abordagem em edifícios de arquitectura popular e edifícios de arquitectura erudita. Terá sido a intenção dos arquitectos devolver na íntegra a imagem do passado da *Aldeia* ou procuraram dar uma imagem unitária do conjunto edificado?

No sub-capítulo seguinte, o caso de estudo é referente à Administração Central e, tendo o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) como principal agente, o caso de estudo proposto é o *Posto de Acolhimento e Turismo*. Neste sub-capítulo abordarei a temática da intervenção sobre património edificado e a ruína. Pretendo, por isso, perceber como foi o desenvolvimento projectual, em termos de desenho e preocupações relativas à reconstrução. De igual modo, verificar se neste processo houve a preocupação de manter, de executar ou preservar as técnicas e materiais tradicionais da região.

Como terceiro caso de estudo, aparecem as *Casas do Côro*, pertencentes à *Marialvamed – Turismo Histórico e Lazer, Lda*. Neste ponto, pretendo estudar as intervenções executadas pelo Atelier *Pedro Brígida e Alice Faria, Arquitectos*⁶. Relativamente a este caso de estudo pretendo analisar a intenção

⁶ Alice Faria Licenciou-se no Departamento de Arquitectura da F.C.T. da Universidade de Coimbra, em 1997. Em 2011 apresentou o Doutoramento em História de Arte, na Universidade de Paris 1, com o título: *L'Architecture Coloniale Portugaise à Goa. Le Département des Travaux Publics, 1840-1926*. Actualmente está a trabalhar num projecto de pesquisa de Pós-Doutoramento intitulado: *Building the Portuguese Empire in the 19th century. Public Works across the Indian Ocean and China Sea (1869-1926)*, no Centro de História de Além-Mar (CHAM) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, e no Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT), Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Lisboa.

deste agente privado ao adaptar casas de habitação rurais a novas funções, nomeadamente a casas para turismo rural. Em relação às casas pretendo estudar as técnicas usadas na sua reabilitação, assim como, perceber se as tipologias de habitação tradicionais foram seguidas ou se houve uma clara ruptura com o passado. Também quero analisar nas obras a sua sensibilidade em certos pontos, tais como, o desenho e a preocupação projectual.

Tendo o *Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal* como pano de fundo, todos estes casos de estudo foram escolhidos de uma forma clara e evidente, pois, de uma maneira ou de outra, todos se relacionavam com uma premissa fundamental do PRAHP, o Turismo. Portanto, resta perceber se todos ajudaram a que a aldeia se tornasse atractiva.

Como apoio científico pretendo usar os livros *A Alegoria do Património* de Françoise Choay, *Arquitectura Popular em Portugal* do Sindicato Nacional dos Arquitectos e *Teoria do Restauro* de Cesare Brandi, assim como, a *Carta de Atenas* (1931) e a *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea* da UNESCO (1976).

Para além desta análise teórica, como trabalho prático entrevistei três intervenientes técnicos que estiveram directamente envolvidos com o PRAHP: A Dra. Isabel Boura⁷ da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (CCDR), o Arquitecto Carlos Amaral⁸ do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e a Dra. Ana Santiago Faria⁹ do Grupo Técnico das Aldeias Históricas¹⁰ (GTAH). Através destas entrevistas procuro compreender melhor todo o PRAHP, visto serem testemunhos de pessoas que trabalharam directamente com a realidade das aldeias, o que pode ajudar a ter uma forte base de fundamento e argumentação para este trabalho.

⁷ Isabel Boura Licenciou-se em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Iniciou em 1976 a carreira técnica na Comissão de Planeamento da Região Centro sendo, desde 1989, Assessora Principal da Carreira Técnica Superior da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Foi responsável, de 1996 a 1999, pela coordenação regional das Aldeias Históricas de Portugal, tendo sido nomeada em Maio de 2000 Coordenadora da AIBT – Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias, no âmbito do PO Centro (III QCA).

⁸ Carlos Amaral (Sintra, 1959) formou-se em Arquitectura na Universidade Técnica de Lisboa, em 1987. Participou no PRAHP, tendo inclusive desenhado o *Posto de Acolhimento e Turismo* de Marialva (1996/1998). Foi Chefe de Divisão de Monumentos - Zona Centro na Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (2005/2007). Actualmente mantém Atelier em nome próprio: *carlos amaral, arquitectos*.

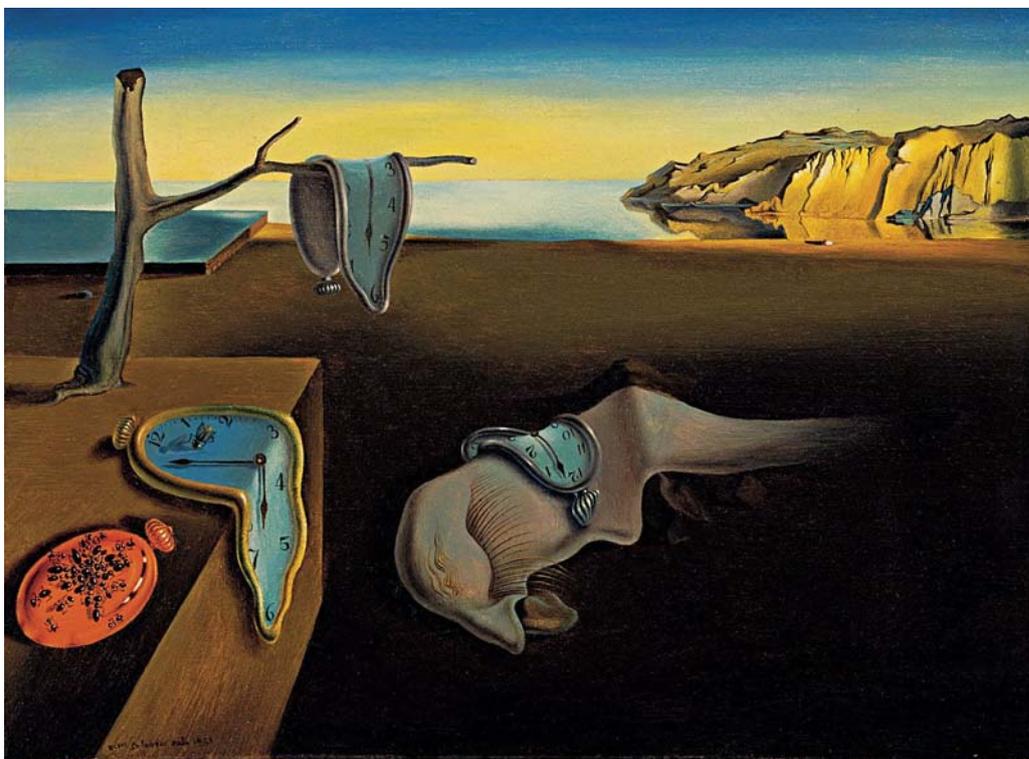
⁹ Ana Santiago Faria (Lisboa, 1943) Licenciou-se em História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1986. Mestranda em Turismo, Ambiente e Identidades Locais, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em 2005. Técnica superior na CCRC/CCDR entre 1986 e 2010, onde integrou as equipas das *Aldeias Históricas* (1994-2007), das *Aldeias de Xisto* (2003-2007), entre outras.

¹⁰ Grupo Técnico das Aldeias Históricas, formado por elementos da CCRC/CCDR, DGEMN e IPPAR, que analisava os projectos de arquitectura e ditava o parecer conjunto.

I - PATRIMÓNIO RURAL VS. TURISMO (RURAL)

Elemento essencial da identidade, o património cultural está-se a tornar rapidamente um factor determinante do crescimento económico, do desenvolvimento, da coesão social e da coexistência pacífica. Ele desempenha um papel cada vez mais importante, especialmente entre os jovens, que ajuda a compreender quem são, de onde vêm e qual é o sentido da vida. Os monumentos, os lugares e os sítios, as obras de arte e os objectos do património, mas também as línguas, os costumes, as práticas comunitárias e as técnicas tradicionais são elementos construtivos da identidade que dão um sentido à vida, quer seja ao plano local, nacional ou regional. A noção de património cultural em si tomou um sentido mais amplo para integrar paisagens culturais, as tradições culturais vivas e os valores simbólicos e espirituais.

in UNESCO – 31 C/4, 2002-2007, p.39.



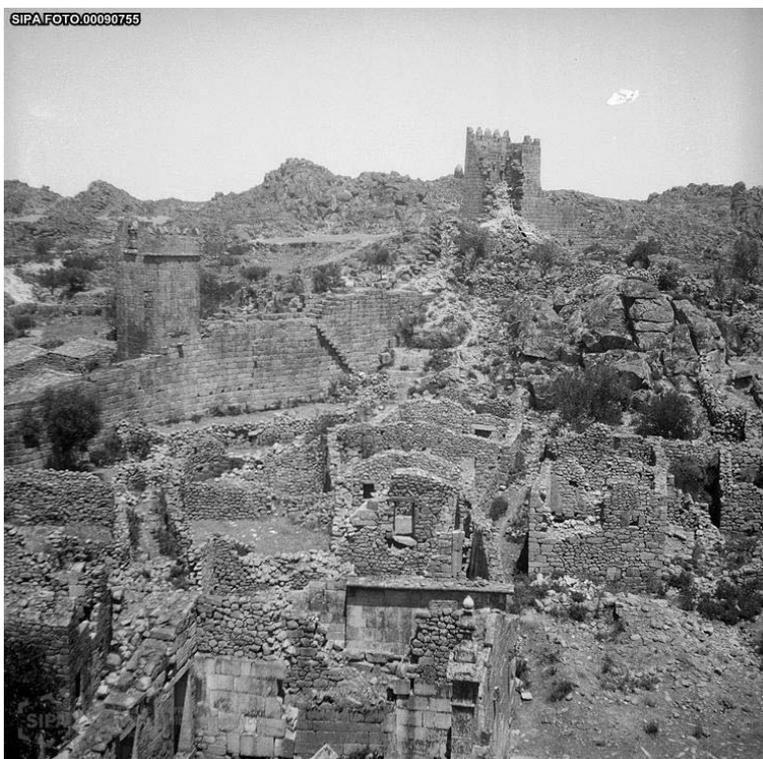
1. "Persistência da Memória", 1931, Salvador Dalí

O que é Património Rural?

A pintura “Persistência da Memória”, de 1931, do artista espanhol Salvador Dalí, leva-nos a reflectir sobre os momentos e tempos. Nesta obra Surrealista estão representados três relógios que marcam horas diferentes, sobre uma paisagem que representa o Porto de Lligat, numa alusão à memória de infância do autor. Entre as várias interpretações possíveis desta obra, está a passagem do tempo, que não é uma constante imutável, sendo perceptível de maneiras diferentes para cada indivíduo, ou acto¹. Podemos apreciar como a vida se transforma entre o *mole* e o *duro*, onde o *mole* pode ser uma analogia para o prazer da vida e o tempo que passa sobre ela, e o *duro* para a representação do espaço, como espaço que permanece sobre esse tempo, se bem que mutável.

Deste modo, a memória das pessoas remete naturalmente para momentos ou espaços do seu passado, numa alusão a um tempo real e vivido. Perpetuando este tempo, frequentemente a caracterização dos espaços permanece imutável no subconsciente, levando a que seja representada mais que uma simples memória, tornando-se no revisitar de lembranças próximas ou longínquas. Quando essa memória é partilhada por mais que uma pessoa há que ter em conta esse passado, quer temporal, quer espacial; e com a criação de tal memória, uma espécie de mundo comum passa a ser encarado como um passado romantizado idílico, razão pela qual a mudança efectuada nesses espaços seja encarada com algum desconforto.

¹ BONET, Llorenç; MONTES, Cristina - *Antoni Gaudí, Salvador Dalí*, p. 36-37.



2. Vila ou Cidadela, Marialva, s/d

Vários são os espaços e, quando aqui se fala em espaços, refere-se a sítios, lugares ou aldeias, que ficaram “presos” no tempo, mantendo características, rotinas, “leis” do seu quotidiano passado. Muitos destes locais foram sendo construídos ao longo de vários séculos, segundo a apropriação de meios materiais da região em que se insere, seguindo uma matriz particular e única. Num processo evolutivo, geralmente anónimo e segundo uma tradição, a arquitectura popular resulta da relação directa entre a sua função e o meio natural onde se insere, que se pode afirmar como uma expressão utilitária e orgânica. Com uma evolução lenta, as construções resultam da experiência e da prática, segundo um saber empírico, definidas pela sua simplicidade². Estas características foram sendo aperfeiçoadas e melhoradas, criando modelos, segundo técnicas e modos de fazer tradicionais, levando a que houvesse uma homogeneização da linguagem, o que permitiu a criação uma identidade própria.

Tratando-se de uma arquitectura sem arquitectos, muitas vezes apelidada de “pobre”, mas sustentável, ela faz a adaptação dos materiais locais no processo construtivo, evidenciando, deste modo, uma imagem criada a partir da matéria, que ajuda a definir a estrutura e o aspecto. Os materiais usados de forma tradicional, quase automática e ritual, interagem harmoniosamente perpetuando uma imagem unitária com o seu meio, permitindo que não haja qualquer destaque ou elemento estranho no conjunto. Deste modo, pode fazer-se uma relação directa entre determinado tipo de construção e o espaço geográfico em que esta se encontra, sendo esta, o “modo como as formas construídas se relacionam num *território concreto*. Laços entre a arquitectura e um particular contexto físico, memória e experiência colectivas – com a sua diversidade e complexidade, com as condições ambientais específicas que lhe são impostas pela topografia, pelo clima e pelas matérias-primas disponíveis”³.

A arquitectura popular é encarada como uma arquitectura do necessário, ideia que, de uma forma implícita, se pode observar na seguinte citação: “[...] Nas mãos do construtor espontâneo e popular, o material, qualquer que ele seja, está como que apenas ligeiramente deslocado da sua origem natural para que, sem esforço aparente e sem violentação da sua essência, cumpra amigavelmente a função construtiva que lhe é proposta”⁴.

Apesar desta abordagem geral em relação ao termo popular, o Arquitecto Pedro Jorge fala da relação

² Ver: Gabriela de Barbosa - *Diálogos de edificação: técnicas tradicionais de construção*. p. 135.

³ MARTINS, João Paulo - *Portuguesismo: nacionalismo e regionalismos na acção da DGEMN. Complexidade e algumas contradições na arquitectura portuguesa*. p. 115.

⁴ BARATA, J. Martins *apud* MENÉRES, António - *Arquitecturas populares: memórias do tempo e do património construído*, p. 31.



3. "Monumento" de Marialva, s/d

entre arquitectura popular e vernácula, pois segundo este, o vernáculo está na origem da construção delimitada a um determinado espaço geográfico e socioeconómico, sem influências exteriores, enquanto a génese do popular está na absorção e noutras influências exteriores. A distinção é feita deste modo: “Popular, porque *do gosto do Povo*, significa o poder de opção, de escolher e fazer uso, simultâneo, de elementos da sua e de outras culturas. Traduz-se em intercâmbio cultural, e aí estabelece a sua fundamental diferença para com o Vernacular”⁵.

Isto permite dizer, que por vezes há passagem de testemunho, de geração em geração, mantendo ideias e ideais, que privilegia uma memória colectiva do conjunto, permitindo criar uma simbólica uniformização dos costumes, com e nos seus habitantes. Como uma manifestação de continuidade com o passado, a identidade permanece íntegra no subconsciente das pessoas. Assim construiu-se um património edificado, resultado do estudo aprofundado destas características e da perenidade das mesmas, tendo uma comunidade como autora.

Portanto, isto leva à concepção de “monumento”⁶ como caracteriza Françoise Choay, apelando à memória afectiva que uma comunidade atribui a qualquer artefacto edificado para “recordarem, ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças”⁷. Mantida como uma “memória viva”, cria uma relação de afecto e garante as origens, apelando à sua identidade.

Por outro lado, há um estigma pelo passado e pela arquitectura popular, que remete para as construções com fraca qualidade e que denotam um passado de menor riqueza, levando frequentemente a que as pessoas o não queiram recordar, nem guardar: é um passado que rejeitam. Contudo, as raízes da história de um povo ou povoado/povoação não se podem perder. É necessário encarar esta circunstância de carácter historicista, lembrando que com pequenos aglomerados se construiu um povo, se construíram história e cultura, se construiu uma identidade⁸.

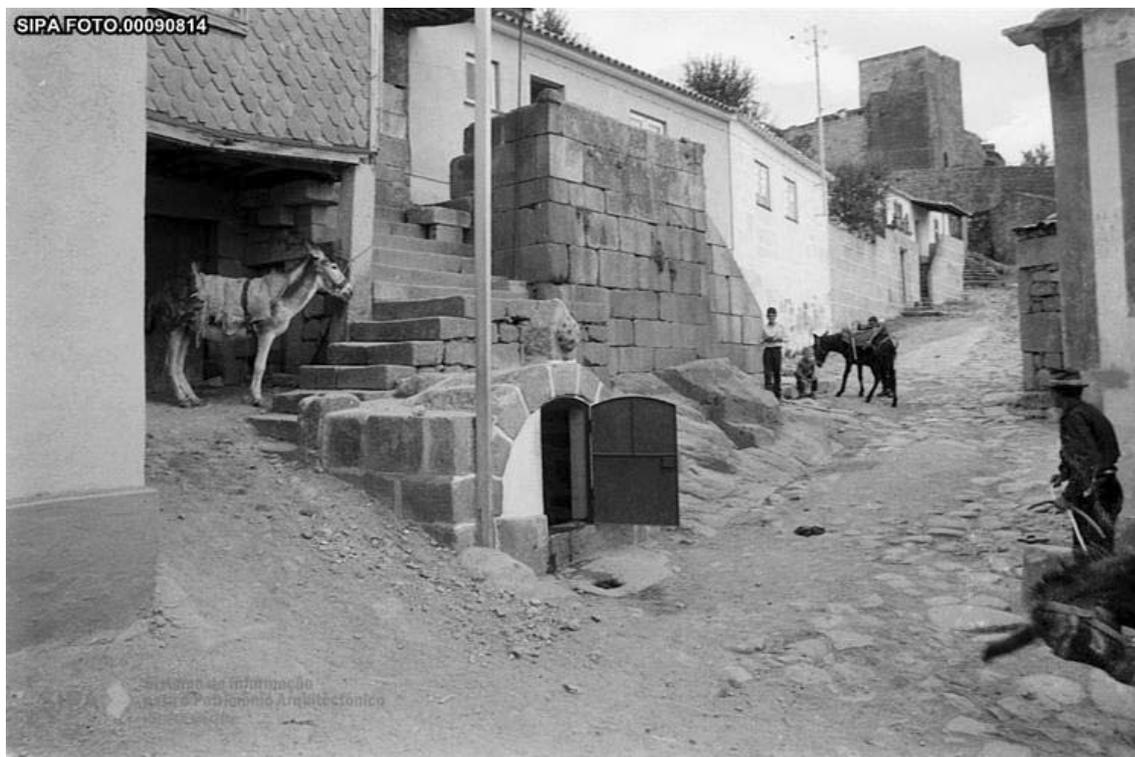
A partir da chamada Revolução Industrial houve, em toda a Europa, um aumento exponencial da fuga do campo para a cidade. Em relação ao caso português, a desertificação do interior fronteiriço foi

⁵ Comunicação segundo o tema “A Arquitectura Popular como transição entre o vernáculo e o erudito”, apresentada no Colóquio Internacional de Arquitectura Popular em Arcos de Valdevez, de 3 a 6 de Abril de 2013.

⁶ O termo original vem do latim *monumentum*, derivado de *monere*, que significa advertir, recordar. Nesse sentido, existe no monumento uma “natureza efectiva”, não se tratando de fornecer uma informação neutra, mas sim impregnada pelo sentido da emoção, como uma “memória viva”.

⁷ CHOAY, Françoise - *A alegoria do património*, 245 p.

⁸ Ver: MENÉRES, António - *Arquitecturas populares: memórias do tempo e do património construído*, p. 7.



4. O quotidiano em Marialva, 1971

sempre uma constante, tendo levado à concessão de autonomias e privilégios patentes nos diferentes forais medievais, que tinham como objectivo a fixação das populações nessas zonas, e mais tarde reforçados pelos forais manuelinos. Disso dão ainda hoje testemunho as Casas das Câmaras e os Pelourinhos existentes nas Aldeias Históricas. As crises agrícolas de meados do século XIX, e a fome que então grassou em Portugal, levaram ao início de um fluxo migratório para as grandes cidades e para outros países, nomeadamente para o Brasil, que se prolongou pelo século XX⁹.

A falta de oportunidades de emprego levou a que população sentisse a necessidade de sair do seu meio rural, tornando Portugal, com dois terços do seu território desertificado, no terceiro país europeu com maior taxa de desertificação populacional, apenas atrás da Itália e Turquia. Este abandono em massa afectou severamente o sector primário, estando a agricultura e a pecuária praticamente abandonadas, restando apenas o trabalho de pessoas com idades avançadas¹⁰. Estas particulares situações vieram ajudar ao abandono do culto de tradições e alterar os paradigmas da vida quotidiana, bem como surgiram novos materiais e técnicas construtivas, que ajudaram a deturpar e descaracterizar os pequenos e grandes aglomerados urbanos. Como alerta o Dr. Paulo Pereira¹¹:

“A percepção do país no que respeita às actividades produtivas e à sua ligação com a terra alterou-se a um ritmo acelerado, com consequências evidentes para o património edificado. É, alias, hoje impossível ajuizar das condições objectivas de intervenção patrimonial sem se estudar a estrutura fundiária e produtiva da agricultura, a sua relação com os núcleos urbanos, as novas afectações de recursos e a consequente modificação da paisagem e a relação que este fenómeno detém com a pervivência (ou não) de artes e técnicas tradicionais”¹².

Previendo tal situação, nos anos 50 do século passado, alguns arquitectos do Sindicato Nacional dos Arquitectos, coordenados por Francisco Keil do Amaral, empreenderam um importante trabalho, o

⁹ Ver: FARIA, Ana Santiago - *Pobres sempre os tereis convosco...*, p. 5-11.

¹⁰ Pode-se constatar segundo o projecto de pesquisa levado a cabo pela Arquitecta Cristina Rodrigues, tendo inclusive elaborado um vídeo intitulado “Documentary of Desertification in Portugal”, de 25 de Julho de 2011. Em: < <http://www.youtube.com/watch?v=m2rTk8RLhRI> > consultado a 5 de Abril de 2013. Apresenta também como *slogan* “O solo está a tornar-se infértil/ Pequenas aldeias estão a desaparecer/ Cultura e tradições estão-se a extinguir”, na exposição “21st Century Rural Museum”, de 2 de Fevereiro a 31 de Março 2013, patente CAPC, Coimbra.

¹¹ Historiador de Arte, é licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa (UCL) e Mestre em História de Arte pela Universidade Nova de Lisboa. Autor de diversas obras, foi Chefe da Divisão de Museus da Câmara Municipal de Lisboa e Vice-Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico, entre 1995 e 2003. Actualmente é professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

¹² PEREIRA, Paulo - *Tradição / tradução*, p. 134.



5. Ruínas em Marialva, IARP, 1955

*Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*¹³, de forma a compilar numa base documental dados referentes à arquitectura popular, que corria sérios riscos de desaparecer. O objectivo passava por verificar se havia unidade homogénea em matéria de Arquitectura, dado não haver até então uma exacta “Arquitectura portuguesa” ou uma “casa portuguesa”. Com o *Inquérito* verificou-se que não existia um “modelo” único, mas sim várias soluções funcionais, formais e estruturais de habitação que coexistiam entre si.

Este grupo estudou a arquitectura popular portuguesa, que se manteve através dos tempos, constante e localizada, sabendo que muitas vezes tinham que excluir do seu levantamento peças ricas, evoluídas e desenraizadas, dos locais com património comum, que mantinham afinidades materiais e espirituais. Perceberam que existia um património arquitectónico dos povos, havendo por vezes uma assimilação de elementos locais por parte de obras eruditas e, por outro lado, feições populares que se enobreceram através da apropriação de elementos ou técnicas eruditas¹⁴.

Segundo Keil do Amaral, este tipo de arquitectura era influenciado pela forte imposição das condições naturais no *habitat* das várias regiões, mantendo-se intactas e isentas de mudanças de rumo. Ideia que aparece reforçada segundo o seguinte pensamento: “A inércia que o rural opõe à febre de renovação urbana é um facto verificado, mas não um princípio rígido, deliberado e imutável. Forçado pelas circunstâncias, adapta-se a elas e procura restabelecer o equilíbrio entre as condições de vida e os edifícios que as facilitam. Mas procede com lentidão e a contra-gosto. A rotina e os hábitos da estrita economia retardam as renovações”¹⁵.

O *Inquérito* mostrou um património rico, com “povoados e edifícios singelos, coerentes e harmoniosos”¹⁶. Razão pela qual seria muito importante que se mantivesse e preservasse, pois sem isso, acaba por perder-se o rico património rural que o país encerra. Como refere o Arquitecto António Menéres: “[...]”

¹³ Tratou-se de um trabalho de pesquisa e levantamento da arquitectura de génese popular realizado ao longo dos anos de 1955 a 1961, em Portugal Continental, a cargo dos arquitectos do Sindicato Nacional dos Arquitectos. Com a coordenação do Arquitecto Francisco Keil do Amaral, dividiu-se o território português em 6 Zonas, cada uma das quais a cargo de uma equipa de três arquitectos “dois jovens e um mais experiente”. A Zona 1, com a equipa de Fernando Távora, Rui Pimentel e António Menéres compreendeu a costa atlântica do Minho até Aveiro. A Zona 2, com Octávio Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo e Carlos Carvalho Dias, a região de Trás-os-Montes e Alto Douro. A Zona 3, com Francisco Keil do Amaral, José Huertas Lobo e João José Malato, a vasta região das Beiras. A Zona 4, com Nuno Teotónio Pereira, António Pinto Freitas e Francisco Silva Dias, a região da Estremadura. A Zona 5, com Frederico George, António Azevedo Gomes e Alfredo Mata Antunes, a região do Alentejo. E por fim, a Zona 6, com Artur Pires Martins, Celestino de Castro e Fernando Torres, a faixa atlântica do Alentejo e do Algarve. Em 1961, apenas uma pequena parcela do *Inquérito* foi reproduzida na publicação *A Arquitectura Popular em Portugal*.

¹⁴ Ver: ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol. 1, p. 1-2.

¹⁵ ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol.1, p. 3.

¹⁶ *Ibidem*, p. 4.

as memórias do *lugar* ficam cada vez mais ténues, tanto como a própria transmissão oral, dado que a *cultura* do património está ligada à sensibilidade que cada um traz consigo próprio, por vivência diária com os seus maiores, portanto quando as responsabilidades cívicas diminuem, a responsabilidade cultural acompanha essa mesma atitude”¹⁷.

Por esta razão, o facto de nestes últimos anos se ter procedido ao desenvolvimento de novas matérias e materiais, assim como de novas técnicas e sistemas construtivos, criou uma ruptura com o passado, infringindo a harmonia destes espaços. Esta mudança, com a passagem do tempo, cria dissonâncias, que alteram a imagem destes pequenos aglomerados.

Reflectindo sobre esses povoados, é perceptível a sua perda de força e importância, muito devido à desertificação pautada pela falta de condições de subsistência e de qualidade de vida. Contudo, pelo facto de remeterem para a origem das pessoas, através das suas raízes e tradições culturais, naturalmente que urge proceder-se à sua recuperação e preservação.

¹⁷ MENÉRES, António - *Arquitecturas populares: memórias do tempo e do património construído*, p. 9.

Preservação do Património Rural (políticas de intervenção)

O património rural é o resultado de séculos de vida de populações, que pode ser perdido e apagado da memória para sempre, se não for tida em conta a sua preservação. Várias foram as personalidades e entidades que se preocuparam com a protecção do *nosso* riquíssimo passado. Nosso, porque é de todos nós, faz parte da nossa cultura, das nossas raízes, que apela à nossa memória longínqua. Como refere Menéres, “a *memória* sempre se prende ao território”¹.

Nesse sentido, durante o século XX, foram vários os documentos publicados por diversas organizações, abordando a noção de património, bem como a sua ligação entre o território e os cidadãos. Entre elas destacam-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), com origem em 1945, tornando-se numa das principais organizações defensoras do património, quer material quer imaterial; em 1949, surge o Conselho da Europa, uma organização intergovernamental de âmbito europeu; e em 1965, é criada a organização não-governamental ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios).

O património apresenta-se regulado internacionalmente, podendo ser enunciado sobre quatro formulações: as *Convenções*, que Estados signatários aprovam, passando a aplicar no seu território os princípios neles indicados; as *Recomendações*, que sem carácter vinculativo, tentam orientar as polí-

¹ MENÉRES, António - *Arquitecturas populares: memórias do tempo e do património construído*, p. 11.

ticas de cada Estado; as *Resoluções do Conselho da Europa*, que não tendo um carácter vinculativo, podem servir de modelo para a adopção de recomendações e convenções; e outros actos, tais como *Cartas, Orientações, Princípios, Conclusões de eventos e Declarações*, que apesar de não serem de carácter vinculativo, podem orientar a acção dos agentes, ao definir princípios e conceitos sobre determinada matéria².

A *Carta de Atenas* (1931) apresenta-se como um dos primeiros documentos onde se destaca a importância do restauro dos monumentos. Neste documento são elaborados alguns pontos que se devem respeitar quando se procede à recuperação de edifícios, nomeadamente o “respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época”, ou ainda que se “mantenha a ocupação dos monumentos”, assegurando portanto a continuidade da sua vida. Com o objectivo de proteger os monumentos de interesse histórico, artístico ou científico, este documento também é sensível em relação a alguns conjuntos com características pitorescas³.

A *Carta de Veneza* (1964) surge no seguimento da Carta de Atenas, com o intuito de reforçar os valores defendidos por esta. Com o Artigo 1º aparece evidenciado o alargamento do conceito de monumento histórico: “A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquiram com o tempo um significado cultural”⁴.

Esta Carta tem como principal objectivo a salvaguarda tanto da “obra de arte” como do “testemunho histórico”, indicando a forma como se deve proceder à conservação e restauro, à intervenção nos sítios monumentais, a escavações e ainda ao modo como se deve documentar qualquer trabalho, recomendando a sua publicação.

Com o passar dos tempos, a noção de património tem sido alterada, abrangendo nos últimos anos um maior leque de situações, nomeadamente as dimensões imateriais ou os ambientes rurais e vernaculares. Tem havido uma consciencialização no sentido de se proteger e valorizar bens relacionados

² Ver: TOMÁS, Paulo Manuel de Carvalho - *Património cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspectivas*, p. 2.

³ Ver: *Carta de Atenas*. In Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos, 1931.

⁴ *Carta de Veneza*. In Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, 2, 1964.

com o meio natural e construído, espaços que evidenciam uma importância de cariz social, económico e cultural. Com uma forte componente voltada para a preservação destes valores patrimoniais, cria-se a vontade de devolver às populações a integridade dos meios em que se inserem, protegendo, por isso, o seu carácter natural e original. Desta forma, procura-se distanciar de uma homogeneização cultural, através da vontade de afirmação das culturas e identidades locais, da preservação das suas tradições, bem como, da importância das técnicas e dos materiais tradicionais de construção na perspectiva do desenvolvimento sustentável⁵.

A Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea da UNESCO (1976) adquire um papel importante, tendo ajudado a redefinir o conceito de conjuntos históricos e tradicionais, bem como alerta para os perigos da uniformização e da descaracterização, com o pretexto da expansão ou modernização. Com o objectivo de proteger estes espaços, avisa para a consciencialização do Estado no sentido de não se perderem estes valores insubstituíveis, através da adopção de políticas globais e activas de protecção e reanimação dos conjuntos históricos ou tradicionais e dos seus ambientes, no âmbito do planeamento nacional, regional ou local⁶. Como alguns dos princípios gerais deste documento, destaca-se o seguinte:

“Os conjuntos históricos ou tradicionais e o seu ambiente devem ser considerados como constituindo um património universal insubstituível. A sua salvaguarda e a sua integração na vida colectiva do nosso tempo deve ser uma obrigação para o Governo e para os cidadãos dos Estados em cujo território se situam. Devem ser responsáveis no interesse de todos os cidadãos e da comunidade internacional, as autoridades nacionais, regionais ou locais, segundo as condições vigentes em cada Estado-Membro no que diz respeito à distribuição de poderes”⁷.

Nesse sentido, este documento ainda ajuda a esclarecer que: “Cada conjunto histórico ou tradicional e a sua envolvente devem ser considerados na sua globalidade como um todo coerente, cujo equilíbrio e o carácter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem as actividades humanas, bem como os edifícios, a estrutura espacial e as áreas envolventes.

⁵ Ver: RIBEIRO, Vítor - *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*. p. 14.

⁶ *Recommandation concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur rôle dans la vie contemporaine*. Annexe 1, p. 21. (Tradução livre do autor).

⁷ *Ibidem*, Annexe 1, II.2, p. 22. (Tradução livre do autor).

Assim, todos os elementos válidos, incluindo as actividades humanas, mesmo as mais modestas, têm, no que diz respeito ao conjunto, um significado importante a respeitar”⁸.

Ainda na sequência deste conjunto de ideias, este documento propõe que sejam: “[...] activamente protegidos contra qualquer dano, especialmente contra aqueles, resultantes de uma utilização indevida, adições desnecessárias e de transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade, que venham prejudicar a sua autenticidade, assim como aquelas que se devem a todas as formas de poluição. Os trabalhos de restauro a realizar devem assentar em trabalhos científicos. Além disso, deve ser dada atenção à harmonia e à emoção estética resultante da sequência ou contrastes dos diferentes elementos que compõem os conjuntos e que dão a cada um a sua atmosfera especial”⁹.

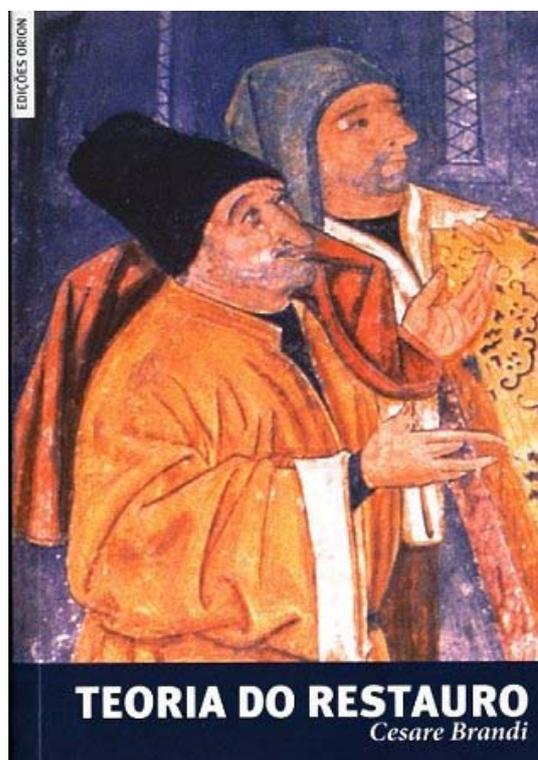
Como se verificará posteriormente, este foi o principal documento doutrinário seguido pelos técnicos que participaram no Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal (PRAHP).

Por sua vez, a *Carta de Cracóvia* (2000), apresenta os “Princípios para a conservação e restauro do património construído”, enumerando vários objectivos, tais como a conservação, a manutenção e reparação, o projecto de restauro e as reconstruções. Esta nova *carta* descortina algumas questões resultantes do confronto com o seu *genius loci* e, num segundo plano, o seu *ser habitado*. Neste documento é ainda evidenciado a história, a identidade e a memória como factores de confrontação, na compreensão do funcionamento da sociedade perante esse tipo de cenário, referenciando ainda diferentes tipos de património construído, do qual se podem destacar:

“As cidades e as aldeias históricas, no seu contexto territorial, representam uma parte essencial do nosso património universal. Cada um destes conjuntos patrimoniais deve ser considerado como um todo, com as suas estruturas, os seus espaços e as suas características sócio-económicas, em processo de contínua evolução e mudança. Qualquer intervenção deve envolver todos os sectores da população e requer um processo de planeamento integrado, cobrindo uma ampla gama de actividades. Em meio urbano, a conservação tem por objectivo, quer os conjuntos edificados, quer os espaços livres. A sua área de intervenção tanto pode restringir-se a uma parcela de um grande aglomerado urbano, como englobar a totalidade de uma pequena cidade ou mesmo uma aldeia, integran-

⁸ *Ibidem*, Annexe 1, II.3, p. 22. (Tradução livre do autor).

⁹ *Ibidem*, Annexe 1, II.3, p. 22. (Tradução livre do autor).



6. Teoria del Restauro, Cesare Brandi

do sempre os respectivos valores imateriais, ou intangíveis. Neste contexto, a intervenção na cidade histórica deve ter presente a morfologia, as funções e as estruturas urbanas, na sua interligação com o território e a paisagem envolventes. Os edifícios que constituem as zonas históricas podendo não se destacar como elementos de continuidade urbana, devido às suas características dimensionais, técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas, elementos de união insubstituíveis para a unidade orgânica da cidade. O “projecto de restauro” das *ciudades* ou *aldeias históricas* deve, não só verificar a sustentabilidade das opções estratégicas que assume, como prever o processo de gestão de futuras alterações, ligando as questões da conservação do património aos aspectos económicos e sociais. Para além do conhecimento das estruturas físicas, devem ser estudadas as influências que futuras alterações poderão provocar, bem como os necessários instrumentos para gerir futuras alterações poderão provocar, bem como os necessários instrumentos para gerir essas alterações. O “projecto de restauro” de cidades e aldeias históricas deve considerar que os imóveis do tecido urbano desempenham uma dupla função:

- a) são elementos definidores da forma urbana, mas também;
- b) possuem uma espacialidade interna, que constitui um dos seus valores essenciais¹⁰.

Também se pode falar de autores que apontam caminhos no sentido de se intervir no património, ou como se proceder à recuperação ou restauro. Entre os demais, pode-se evidenciar Cesare Brandi¹¹, que com a *Teoria del Restauro* aponta o conhecimento crítico e aprofundado da história, da estética e da matéria, como factores determinantes para se intervir. Segundo este autor, apenas assim, são orientadas adequadamente as acções de restauro do objecto da intervenção.

Sendo assim, este autor enumera algumas condições para se proceder à recuperação de objectos com valor, perfazendo inicialmente a relação directa entre o restauro e o reconhecimento da obra de arte enquanto tal, definindo deste modo que “o restauro constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, com vista à sua transmissão para o futuro¹². Alertando deste modo para a “consistência física da obra deve necessariamente ter a precedência, porque representa o próprio lugar da manifestação da ima-

¹⁰ *Carta de Cracóvia*. In Conferência Internacional sobre Conservação, 2000.

¹¹ Nascido em Siena, em 1906, licencia-se em Direito e Letras. Desenvolve uma actividade intensa no campo da ensaística de arte, no da estética e teoria e na prática do restauro.

¹² BRANDI, Cesare - *Teoria do restauro*. p. 4.

gem, assegura a transmissão da imagem ao futuro e garante, assim, a sua recepção na consciência humana¹³. Como segundo princípio, refere ainda que “o restauro deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isto seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem apagar nenhum sinal da passagem da obra de arte no tempo”¹⁴.

Outras iniciativas executadas mostram que os “intervenientes no património arquitectónico estão hoje mais voltados para acções de conservação preventiva e reabilitação que para grandes e radicais remodelações. Esta atitude exprime-se na maior diversidade de opções e de caminhos possíveis para atingir o mesmo fim”¹⁵. Isto demonstra que cada época, ou cada tempo, tem a sua própria maneira de ver e encarar a melhor forma de se intervir em património.

Como análise de uma nova atitude perante a intervenção em património, Luís Ferreira Calado¹⁶ aponta três aspectos programáticos, que se evidenciam nas políticas de intervenção a adoptar: uma intervenção humanista do património; uma visão abrangente e globalizante das intervenções; e uma gestão integrada. O princípio passa por definir critérios de preservação e intervenção, no sentido de se pretender criar mecanismos para a defesa, recuperação e valorização¹⁷.

No caso nacional também foram implementadas algumas leis no sentido de se valorizar e salvaguardar o património cultural, nomeadamente a *Lei nº 13/85, de 6 de Julho*, que entretanto já foi revogada. Esta lei visava a classificação de bens imóveis, com o intuito de os distinguir pelo seu valor histórico, cultural e estético, garantindo a sua conservação e usufruto pela comunidade, passando a deter uma protecção legal e estatuto privilegiado.

A *Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro*, no Artigo 12º, anuncia a tarefa fundamental do Estado e o dever dos cidadãos:

“Incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural; vivificar a identidade cultural comum da Nação Portuguesa e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consci-

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Ibidem*, p.6.

¹⁵ PORTUGAL. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Métodos, técnicas e tecnologias. In *Caminhos do património*, p. 189.

¹⁶ Formado em Economia, pertenceu ao quadro do Ministério das Finanças, foi Presidente do Instituto Português de Museus e, posteriormente, do IPPAR. Esteve na Direcção-Geral do Tesouro, tendo mais tarde sido convidado para Presidente do FRESS. Foi ainda Director da revista *Estudos Património*.

¹⁷ Ver: CALADO, Luís Ferreira (et. al) - *Património: balanço e perspectivas, 2000-2006*. p. 19.

ência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transnacional; promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local; defender a qualidade ambiental e paisagística”¹⁸.

Deste modo, há interesse em preservar e valorizar todos os bens que remetam para “testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante”¹⁹, pois transmitem as marcas de um passado culturalmente rico, onde mergulham as raízes de um povo, e que constituem “parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas”²⁰. Por isso, considera-se que o “interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”²¹. Os bens materiais e imateriais são encarados como bastante relevantes bem como, “quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”²².

Como forma de preservar realidades que representem esses testemunhos, verificam-se categorias de protecção dos bens materiais e imateriais, tais como *monumento, conjunto ou sítio*, ou as “expressões orais de transmissão cultural e os modos de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar alimentos”²³.

Como se verificará posteriormente, as Aldeias Históricas, aparecem segundo estas ideias, bem como as já enumeradas na *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea* da UNESCO (1976), com o objectivo de partir de pressupostos de preservação e valorização de património histórico e cultural. Esses sítios quase “mortos” veriam surgir perante eles, a oportunidade de recuperar e valorizar locais históricos e arqueológicos, monumentos, bem como construções rurais, ou seja, no fundo, os elementos representativos da sua riqueza cultural e patrimonial. Através do reforço da cultura como meio de desenvolvimento e emprego, com acções que passam por reabilitar e valorizar o património cultural, com a consolidação e organização de rede

¹⁸ DECRETO-Lei nº 107/2001. D.R. I SÉRIE-A. 209 (01-09-08), p. 5810.

¹⁹ *Ibidem*, p. 5808.

²⁰ *Ibidem*, p. 5808.

²¹ *Ibidem*, p. 5808.

²² *Ibidem*, p. 5808.

²³ *Ibidem*, p. 5825.

de equipamentos culturais e a formação de recursos qualificados, procedendo ao desenvolvimento de uma parcela do país. O PRAHP pode ser considerado um programa que utilizou como recurso o património para o seu desenvolvimento, através de intervenções que geraram a requalificação, revitalização e dinamização da região em causa.

Com uma legislação forte e bem estruturada é possível preservar todo o património do país, sobretudo o património rural que cada vez mais carece de oportunidades de afirmação. Portanto, será sempre bem-vinda, toda e qualquer, iniciativa que se proponha preservar, manter e valorizar conjuntos com valor patrimonial, paisagístico ou ambiental.



7. "Retrato de Francis Basset, 1º Barão de Dustanville e Basset", 1778, Pompeo Batoni

O Turismo como revitalizador económico e social

O ser humano sempre sentiu a necessidade de se deslocar como modo de vida, desde a procura de meios de subsistência, melhores condições para a agricultura, ou motivados por questões religiosas, económicas ou políticas. Com a evolução da sociedade esses motivos foram sendo alterados e ganharam outros contornos.

Com origem no século XVII, o *Grand Tour*, era praticado por uma restrita elite cosmopolita, originando com o decorrer dos anos um grande interesse pela viagem de lazer cultural¹. Vista como uma nova experiência moderna, certas actividades de lazer foram sendo impostas numa sociedade à procura de um novo rumo, de uma nova forma de prazer. Este fenómeno veio a reflectir-se na forma como se alterou o *modus vivendis* da sociedade.

Esta nova forma de estar na vida, implementada como um ritual de iniciação na alta sociedade inglesa, denota uma clara procura pelo património monumental, atraídos pela riqueza do passado da Antiguidade Clássica e do Renascimento. Também em território francês foi perceptível a vontade de mostrar o seu património seguindo o exemplo italiano². Assim, o que hoje se pode chamar Turismo, teve origem na viagem cultural e na intenção de apresentar o seu património e de atrair visitantes. Contudo, a “cultura perde o seu carácter de realização pessoal, torna-se empresa e, rapidamente,

¹ Ver: CORBIN, Alain - *História dos tempos livres: o advento do lazer*.

² Ver: CHOAY, Françoise - *A alegoria do património*, p. 99.



8. Viagem à Grécia, Partenon, com Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez, José Grade, Alcino Soutinho, Fernando Távora e Álvaro Siza

indústria”³.

Sendo assim, o turismo pode ser visto como um importante veículo para a absorção de diferentes manifestações culturais, enriquecendo o turista, quer pessoal, quer culturalmente. Esta forma veio mostrar uma nova procura pelo valor artístico do património monumental, no sentido estético da obra de arte, originando a que frequentemente os locais históricos antigos, testemunhos de um orgulhoso passado histórico, se musealizassem e se tornassem numa imagem idealizada e anacrónica.

Entendem-se os espaços patrimoniais como objectos identitários de uma comunidade, que deverão ser tratados/socializados como qualquer obra de arte pertencente a um museu, compreendida pelo valor que apresenta no seu conjunto. Esta noção de obra de arte é apresentada como uma questão ambígua, que tanto pode ser tomada pela quantidade de monumentos históricos ou objectos artísticos, como pode demonstrar uma grande qualidade de certos espaços urbanos, formando como que um “museu a céu aberto”⁴.

Este ponto originou algumas interrogações, nomeadamente quanto às intervenções em património, e na relação com factores programáticos e projectuais, relativos à adequação destes para diferentes usos, quer quotidiano, quer sazonal. Procurou-se entender, do ponto de vista contemporâneo, qual a melhor solução, se a musealização ou a reinterpretação do património, se se privilegia a memória em construção ou a tradição, factores conjugados em relação com o número de habitantes, bem como o fluxo de visitantes. Como expressa Françoise Choay:

“Consistindo em reintroduzir um monumento desafectado no circuito das utilizações vivas, em arrancá-lo a um destino museológico, a *reutilização* é, sem dúvida, a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização patrimonial. [...] Atribuir-lhe novo destino é operação difícil e complexa, que não se deve fundar apenas sobre uma semelhança com o destino original. Este destino deve, antes de tudo, ter em conta o estado material do edifício que, hoje em dia, exige ser apreciado em função do fluxo dos seus utilizadores potenciais”⁵.

No sentido de promover uma valorização destes espaços históricos, transformando-os em produtos económicos, apresenta-se com normalidade a promoção de várias operações, nomeadamente o res-

³ CHOAY, Françoise - *A alegoria do património*, p. 185.

⁴ Ver: CHOAY, Françoise - *A alegoria do património*, p. 166.

⁵ CHOAY, Françoise - *A alegoria do património*, p. 191.



9. Turistas no Museu do Louvre, Paris

tauro e reutilização, encenação e animação⁶. Estas iniciativas recaíram sobre os edifícios e a aproximação do público, tornando-os deste modo mais apelativos, capazes de gerar receitas e valorização económica.

A memória e o consumo, e o consumo da memória, estão muito em voga, tendo inclusivamente Françoise Choay alertado para um período de nítida obsessão pelo culto patrimonial⁷. O turismo, ou melhor, a indústria turística ganhou uma importância desmedida, sendo muito ténue a linha que separa esses dois conceitos. O mundo actual procura consumir tudo, vivendo numa espécie de economia cultural mundializada, que vai desde os centros históricos europeus às novas cidades asiáticas. Com esta expansiva massificação, cria-se uma circulação de pessoas, gerando economia com a criação de um sistema em torno desse produto oferecido. Todavia, este facto pode vir a gerar um pouco de confusão entre história, património, memória e consumo. Como Dawans e Houbart⁸ referem: “[...] se o capitalismo cultural promove efectivamente a cultura, fá-lo à maneira de um bem ‘consumível’ e, portanto onde se inscreve o uso, mas também a avaliação do património, dentro da lógica de oferta e procura”⁹.

O turismo é visto como sector económico e sector cultural, tratando-se de um factor que cria impacto em numerosos aspectos da vida. O complemento entre uma sociedade moderna, preocupada em ganhar dinheiro com o trabalho, traduz-se na necessidade de arranjar tempo para descomprimir através do ócio e do lazer. A fuga do frenesim das grandes metrópoles urbanas pode permitir que as aldeias e outros pequenos aglomerados urbanos com valor histórico, arquitectónico e patrimonial, possam usar o turismo como “trunfo”, na medida em que dessa forma estariam a contribuir para o seu reconhecimento e valorização. Contudo, tem que se ter em conta a autenticidade, retirando o carácter artificial das reconstruções e preservações. Como refere o Yves Michaud¹⁰:

“O turista é realmente o homem contemporâneo, sendo este episódico à vida múltipla e compartimentada, inquieto, curioso e ansioso, que atravessa todas as fronteiras, que quer apreender tudo do

⁶ Ver: CHOAY, Françoise - *A alegoria do património*, p. 187.

⁷ *Ibidem*, p. 205.

⁸ Stéphane Dawans e Claudine Houbart são professores na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Liège, Bélgica.

⁹ DAWANS, Stéphane; HOUBART, Claudine - *Le patrimoine a l'état gazeux: comment le tourisme détourne notre conception de l'authenticité*, p. 593. (Tradução livre do autor).

¹⁰ Nascido em Lyon, em 1944, formou-se em Filosofia em 1968. Assistente e professor em várias universidades, tendo publicado vários livros e artigos.

interior e no local [...] que procura a verdade e autenticidade, mas na forma adulterada que a estrutura da experiência turística o obrigou a encontrar”¹¹.

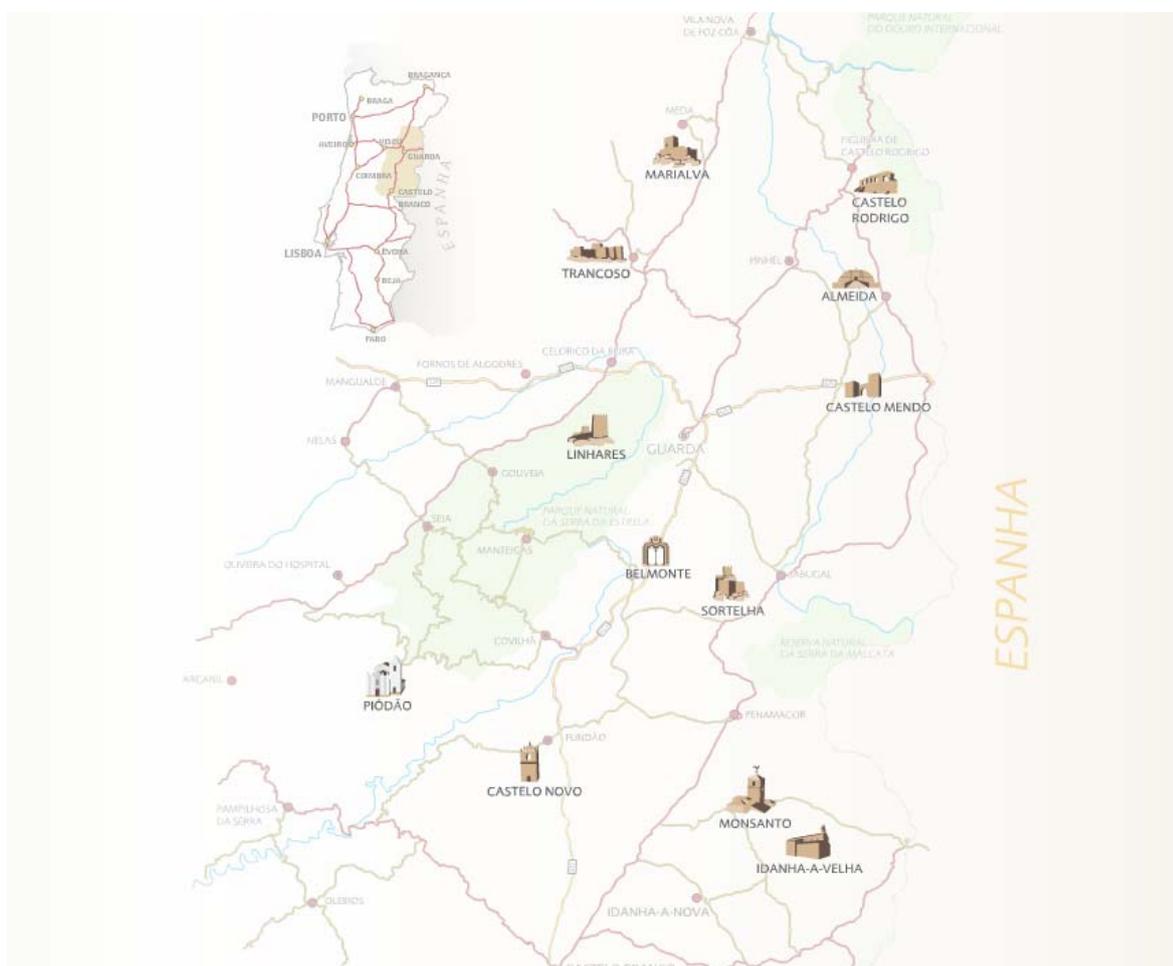
Segundo as reflexões de Dawans e Houbart, o turismo é encarado como uma apreensão de cultura, uma versão alterada da autenticidade, com a procura de um sistema de sensações, viagem e relaxamento, como uma experiência estética que faz parte do hedonismo¹². Este prazer está na busca pela herança do legado histórico, numa visão de contemplação do passado, se bem que muitas vezes não há preocupações quanto à autenticidade desse passado.

O turismo pode ser visto como uma das maiores indústrias geradoras de riqueza, fortalecendo as economias mundiais, reflectindo-se nas relações que este pode criar com as políticas patrimoniais. Nesse sentido, na recuperação de *centros históricos* pode ter-se em conta esse factor, levando a que respondam a uma contemporânea procura por parte de pessoas interessadas nesses locais. A história, a memória e a identidade cultural criam um utopismo idealizado, podendo funcionar como uma mercadoria associada à possibilidade de consumo, entrando para tal, no mercado global.

Foi neste sentido que se procurou desenvolver a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, tornando-se uma mais-valia espacial, gerando uma oportunidade e competitividade da economia local. Revê-se deste modo uma “exposição” das aldeias e da arquitectura popular e militar, das paisagens e do património cultural, da mostra dos produtos e dos saberes locais, uma mostra de ruralidade. Uma aposta na promoção e dinamização turísticas, de onde se partiu com o objectivo de mostrar o património, a arquitectura, lugares com identidade e memória, imagens únicas de um passado rural com tradição.

¹¹ *Apud*: DAWANS, Stéphane; HOUBART, Claudine - *Le patrimoine a l'état gazeux: comment le tourisme détourne notre conception de l'authenticité*, p. 592. (Tradução livre do autor).

¹² Ver: DAWANS, Stéphane; HOUBART, Claudine - *Le patrimoine a l'état gazeux: comment le tourisme détourne notre conception de l'authenticité*, p. 593.



10. Localização das Aldeias Históricas

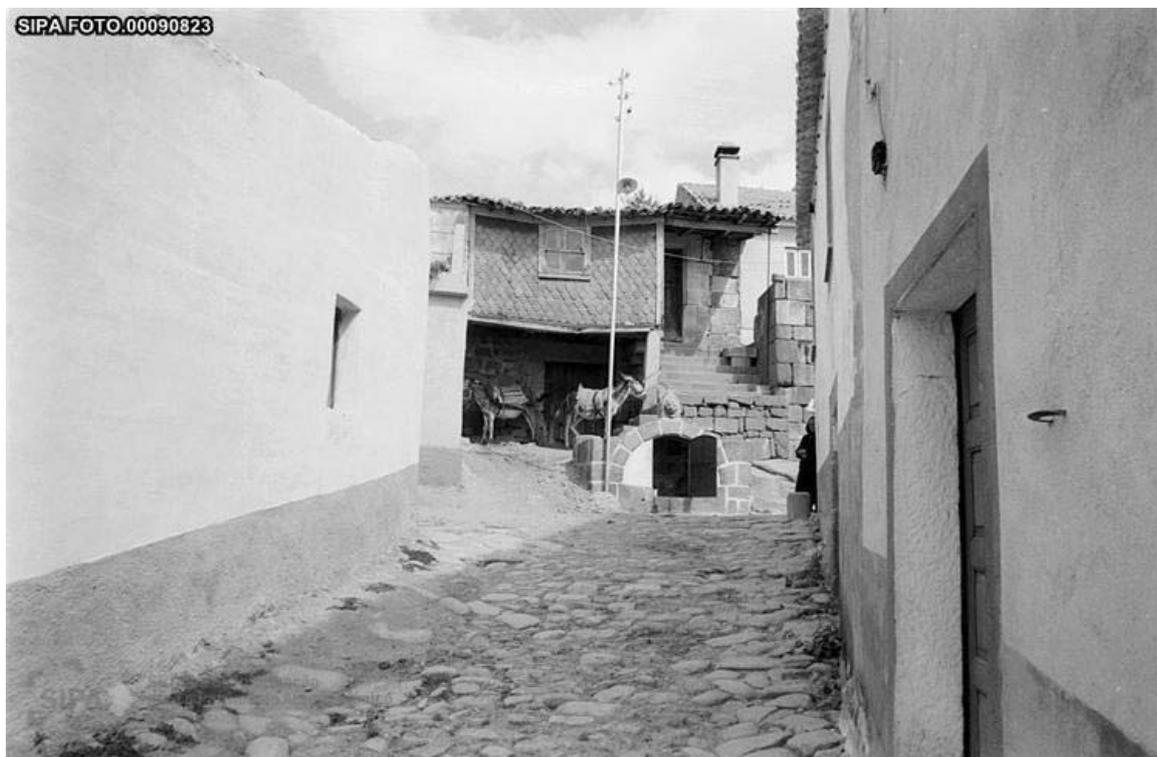
Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal

O *Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal* (PRAHP) concebido no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999), e reestruturado durante o III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006), tornou-se numa *Ação Integrada de Base Territorial* (AIBT), denominada *Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias*.

O PRAHP foi criado com o principal objectivo de resolver, ou pelo menos atenuar, problemas de aglomerados rurais do interior do país, que ao longo dos séculos perderam protagonismo e importância. Pretendeu-se lutar contra o envelhecimento e a desertificação populacional, a fraca capacidade produtiva e empreendedora da região, melhorando a qualidade de vida das populações residentes, aumentando-lhes a auto-estima. Tentou-se, portanto, reafirmar a identidade do Interior ao promover o desenvolvimento sustentado da economia local e regional, assim como dinamizar o sector turístico da região.

Foram escolhidas inicialmente 10 aldeias: Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha, tendo sido acrescentadas ao conjunto, Belmonte e Trancoso, com o objectivo de o reforçar¹. Basicamente a área abrangida pelo

¹ Segundo o *Documento de Trabalho Nº1* de Janeiro de 1994, da CCRC, os critérios para a selecção das aldeias tiveram como base os seguintes parâmetros: Existência de Planos de Pormenor de Salvaguarda aprovados, em elaboração ou em processo de candidatura; Índice de desertificação; Existência de Património Arquitectónico, Arqueológico ou Ambiental classificado; Unidade formal do tecido urbano e construtivo; Interesse Histórico-Cultural; Integração em percursos turísticos ou culturais temáticos; Existência ou não de



11. Rua da Pocinha, Marialva, 1971

PRAHP é a mesma que o Arquitecto Francisco Keil do Amaral e a sua equipa² estudaram no *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, nomeadamente a Zona 3 que engloba a Beira Alta, Beira Baixa e uma pequena parte montanhosa da Beira Litoral.

O PRAHP começou com a análise dos principais modelos típicos, elementos que demonstram as mais profundas e remotas raízes aldeãs, desde a sua história, património construído, ambientes de vida, essência de culturas partilháveis pelas memórias individuais e colectivas. Partindo inicialmente de intervenções com um carácter essencialmente infraestrutural, segundo uma política activa de qualificação do “urbanismo rural”, recuperaram-se aldeias que apresentavam um importante conjunto simbólico e material, procedendo à valorização dos seus edifícios, monumentos, praças e largos³.

A sua linha de acção passou pelas dimensões patrimonial, social e económica, sendo estas importantes na estratégia de enriquecer o conjunto das aldeias. Em relação à dimensão patrimonial, implementaram-se acções de valorização de monumentos e dos conjuntos edificados, procurando integração no quotidiano das aldeias, adaptando-as à contemporaneidade. A dimensão social correspondeu à instalação de infraestruturas básicas e reabilitação urbanística, respondendo às necessidades da população residente, melhorando quer estética, quer ambientalmente os aglomerados, valorizando-os e afirmando-os no âmbito de uma rede com enorme potencial turístico. Por sua vez, a dimensão económica vem complementar as medidas anteriores, incentivando ao empreendedorismo de base local, com a criação de empresas, voltadas para o turismo, gastronomia, artesanato, produtos locais e animação turística⁴.

Várias entidades participaram no PRAHP, nomeadamente a extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), o antigo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), a Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC), actualmente designada por Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (CCDRC), autarquias locais e entidades priva-

Infraestruturas turísticas de qualidade. Foram também propostos roteiros temáticos para a Zona Centro: Rota dos Castelos; Áreas naturais; Roteiro Gastronómico; Zonas de pesca e caça; Caminhos de Santiago; Artesanato; Arquitectura popular; Palácios, quintas, solares, conventos, mosteiros, igrejas de determinada época, etc; Arqueologia; Enologia.

² Equipa formada pelos Arquitectos Francisco Keil do Amaral, José Huertas Lobo e João José Malato, que estudaram a vasta região das Beiras, segundo um discurso politizado e humanizado, fazendo muitas vezes referência à miséria e às difíceis condições de vida das populações rurais.

³ PORTUGAL, Comissão de Coordenação da Região Centro - *Programa das aldeias históricas de Portugal, Beira Interior*, p. 4.

⁴ Estratégia defendida no Enquadramento das *Aldeias Históricas*, em: < <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/> > consultado a 18 de Março de 2013.



12. Ruínas no interior da cerca muralhada, Marialva, 1971

das, que lhe conferiram uma dinâmica de desenvolvimento regional integrada e inovadora.

Inicialmente o *Grupo Técnico das Aldeias Históricas*⁵ apreciava o projecto técnico de arquitectura e, se este fosse aprovado, passava para o *Grupo Técnico de Apoio à Unidade de Gestão Regional*, que analisava a candidatura aos fundos estruturais. As intervenções foram maioritariamente concretizadas e apoiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pela Direcção-Geral do Turismo (DGT)⁶.

Em relação a Marialva, o PRAHP baseou-se no *Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Marialva* que se encontrava em fase de finalização, tendo sido elaborado pelo Gabinete Técnico Local (GTL)⁷ da Câmara Municipal da Mêda.

O PRAHP foi muito importante para esta aldeia, tendo como missão: “Recuperar e regenerar Marialva reforçando a sua dimensão histórica – as ruínas de uma aldeia medieval – e reforçando condições para o turismo cultural”⁸. A aldeia encontrava-se num estado de degradação generalizado, evidenciando a necessidade de se “fixar’, de forma sistemática e coerente, o espaço em ruínas como testemunho do seu rico passado histórico”⁹. “A malha urbana de Marialva, de traça medieval, sofreu ao longo dos anos sucessivas alterações que contribuíram para a adulteração do espaço envolvente, a par da degradação do estado de conservação de muitos edifícios”¹⁰. Assim sendo, este programa de intervenção tornou-se numa mais-valia para a região, enquanto apoio para acautelar uma memória colectiva, que se pretendia valorizar e promover, fazendo parte integrante da identidade nacional.

Várias intervenções a diferentes níveis foram propostas com o intuito de renovar e recuperar as 3 zonas urbanas de Marialva: a Cidadela ou Vila, a Devesa e o Arrabalde. Como Intervenção Pública: o interior muralhado, a Cidadela, sofreu intervenções por parte do IPPAR, que para além de escavações, com o respectivo relatório, e limpeza total do recinto, consolidou parte das muralhas e a

⁵ Conjunto de técnicos das várias instituições estatais que tinham obrigatoriamente que dar parecer sobre os projectos: DGEMN, IPPAR, CCDRC; para acelerar e agilizar estes processos, criou-se um grupo que analisava os processos em conjunto e dava parecer conjunto. Este parecer era vinculativo de início. Mais tarde, o IPPAR exigiu a ratificação do parecer por Lisboa. O Grupo Técnico não mandava apenas os projectos aprovados ao Grupo Técnico de Apoio à Unidade de Gestão Regional (GTAUGT), mas também, ao Turismo (DGT) no caso de projectos de índole turística, com quem havia sido feito um protocolo de agilização dos processos.

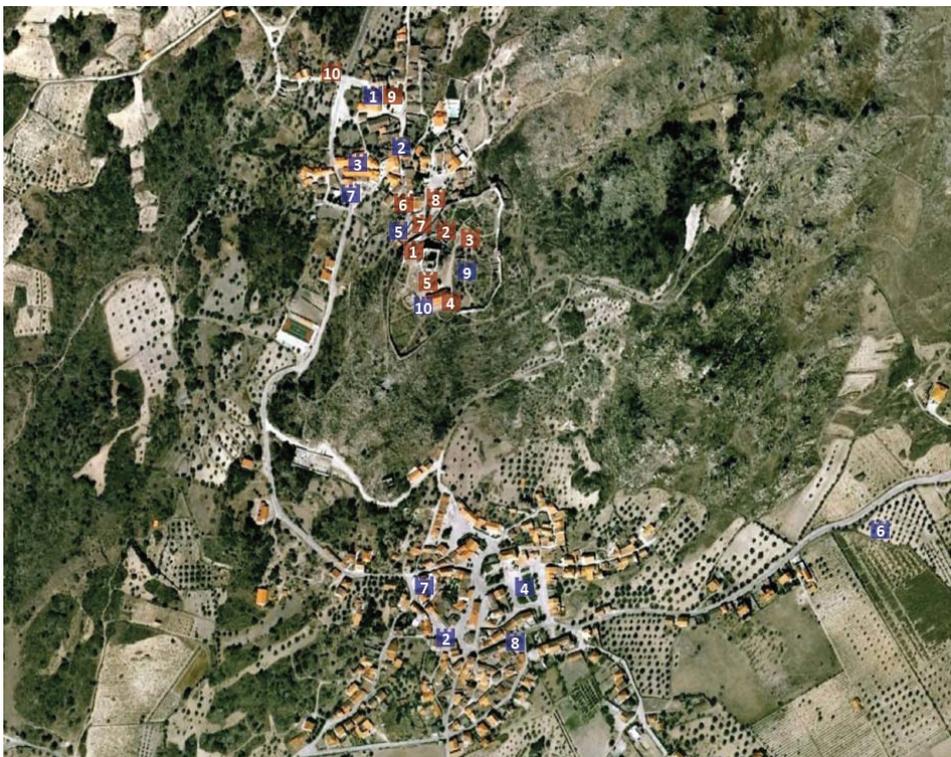
⁶ Como exemplo, o financiamento da intervenção nas fachadas e coberturas foi: 75% do FEDER, 20% do Turismo e 5% das autarquias.

⁷ GTL composto pelo Arquitecto Joaquim Francisco Alves Carreira, o Engenheiro José Francisco Gomes Monteiro, o Desenhador António José Borges Prata, o Topógrafo João Alexandre R.P.C. Silva e a Assistente Social Maria Margarida C.S.L. Pires.

⁸ PORTUGAL. Ministério do Comércio e Turismo. Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional - *Intervenção aldeias históricas de Portugal: Beira Interior: planos das aldeias*, p. 43.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Ibidem*.



13. Ortofotomapa de Marialva e identificação do Património e intervenções realizadas

■ Património

1. Castelo e Porta do Anjo
2. Antiga Casa da Câmara, Tribunal e Cadeia
3. Pelourinho
4. Igreja Matriz ou de Santiago
5. Capela do Senhor dos Passos ou da Misericórdia
6. Cruzeiro
7. Cisterna Quinhentista
8. Capela de Nossa Senhora de Lurdes
9. Igreja de S. Pedro
10. Ermida de Nossa Senhora dos Remédios

■ Intervenções realizadas no âmbito do PRAHP

1. Restauro da Igreja de S. Pedro - Fase I e II
2. Pavimentação de Arruamentos em Marialva - Fase I e II
3. Recuperação de Fachadas e Coberturas em Marialva - Fases I e II
4. Pavimentação e melhoramento do Largo do Negrilho
5. Posto de Acolhimento e Turismo de Marialva
6. Beneficiação do Acesso a Marialva - Troço EN324/Marialva
7. Infraestruturas subterrâneas em Marialva e reposição de pavimentos - Fases I e II
8. Recuperação de Fachadas e Coberturas em Marialva - Fases III e VII
9. Qualificação e valorização do recinto interior do Castelo de Marialva
10. Restauro e reabilitação da Igreja de Santiago e da Capela do Nosso Senhor dos Passos

Torre de Menagem; a Igreja de Santiago também foi alvo de intervenção do IPPAR no restauro dos altares e da talha que reveste a Capela-mor; no Arrabalde procedeu-se ao restauro da Igreja de S. Pedro e ao arranjo do seu espaço envolvente, tendo o IPPAR como entidade responsável; o Posto de Acolhimento e Turismo, com um local de venda de artesanato, foi no que respeita ao seu restauro e adaptação, da responsabilidade do IPPAR, enquanto que a aquisição do lote foi da responsabilidade da Câmara Municipal da Mêda; no Arrabalde e na Devesa foram executados arranjos urbanísticos e infraestruturais, nomeadamente o calcetamento e drenagem de largos e ruas e o enterramento dos cabos de energia eléctrica, telecomunicações e televisão, a cargo da Câmara Municipal da Mêda e da Portugal-Telecom; e ainda, estudos arqueológicos e publicações, através da elaboração e edição de um estudo monográfico e de roteiros e estudos arqueológicos, tendo como entidades responsáveis a Câmara Municipal da Mêda e o IPPAR¹¹.

Pretendiam-se também intervenções através da cooperação com as populações e organismos locais, nomeadamente nas fachadas e coberturas, onde era oferecido “apoio técnico e financeiro à reabilitação e recuperação de habitações degradadas e de fachadas em dissonância com o quadro estético dominante, por acção conjugada da autarquia e dos particulares proprietários dos edifícios”¹².

Houve, ainda, da parte do PRAHP, apoio às actividades económicas locais, pois “dadas as características físicas e humanas da aldeia, as actividades económicas possíveis limitar-se-ão à recuperação de habitações para fins turísticos, à abertura de *ateliers* de produção artesanal e a outras pequenas actividades económicas ligadas à imagem medieval, a preservar e valorizar”¹³.

Seguidamente, e tendo em conta o afastamento temporal desde o início do PRAHP, procederei à análise de três destas intervenções: a envolvente dos edifícios (fachadas e coberturas) na Rua da Corredoura, o *Posto de Acolhimento e Turismo* e, como actividade económica local, a recuperação de habitações para fins turísticos, nomeadamente, as *Casas do Côro*.

¹¹ *Ibidem.*

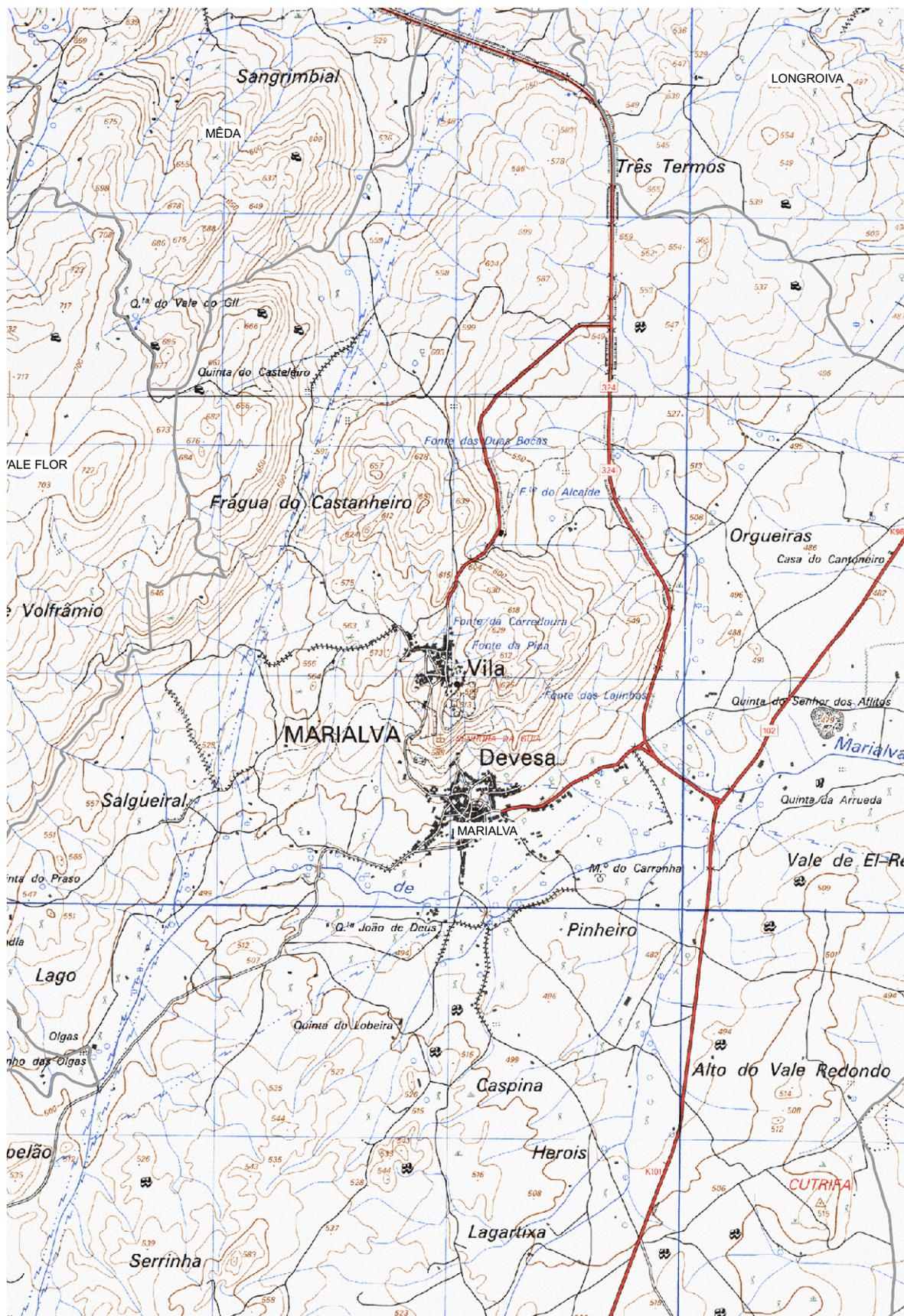
¹² *Ibidem.*

¹³ *Ibidem.*

II - MARIALVA

Agosto 19 – Partida dos Cancelos para Marialva. Passamos pela vila de Meda, assaz populosa e que não oferece o aspecto de decadência das outras povoações. Caminho para Marialva terrenos pedregosos e variamente acidentados. Distância de Meda uma légua. Aspecto miserável apesar da uberdade de um extenso vale que lhe fica próximo. Uma parte da povoação dentro da antiga cerca, mas a maior extensão desta coberta de ruínas: ainda existe aí um pelourinho do séc. XVI – sepulturas cavadas nas rochas fora dos muros. Na ombreira de uma das portas (principal) da cerca da vila antiga estão gravadas as medidas lineares do concelho (vara, côvado, palmo) e além destas a que chamam na Beira o alquiez ou alquez, que é o perímetro de uma sola de sapato, e que ali é de grandes dimensões, talvez de palmo e meio, servindo provavelmente para fixar o tamanho de cada par de solas, e ao mesmo tempo o pé legal.

HERCULANO, Alexandre - *Cenas de um ano da minha vida;*
Apontamentos de viagem. p. 134-135.



14. Carta Militar de Marialva

Contexto

Localização e História

A *Aldeia Histórica* de Marialva situa-se na Beira Interior, pertence ao distrito da Guarda e à diocese de Lamego, distando uns 7 km da Vila de Mêda, a sua sede de concelho. Ocupando uma área geográfica de aproximadamente 1915 hectares, no que diz respeito à sua população, à época dos estudos preliminares do PRAHP, tinha 289 habitantes, o que correspondia a uma taxa de desertificação de cerca de 50%, que se constata que tem vindo a aumentar¹. A sua economia baseia-se principalmente na actividade agrícola, tendo como principais produtos a batata, os cereais, o vinho e o azeite².

A aldeia foi fundada “em zona montanhosa e granítica de topografia algo difícil e irregular, descendo até à margem esquerda da ribeira de Marialva. Ergue-se num monte rodeado de outeiros e penhascos”³.

O conjunto é constituído por três núcleos distintos: a *Cidadela* ou *Vila*, actualmente despovoada, está assente no cimo de um monte rochoso, a cerca de 580 m de altitude. Delimitada pelas muralhas do castelo, que “na Idade Média se chamou de Castro de S. Justo, [...] onde se instalaram os símbolos da autoridade política e administrativa, militar e religiosa”⁴. A *Devesa* estabelecida na planície a Sul da Cidadela estende-se até à ribeira de Marialva: “a sua ocupação data pelo menos, da época

¹ Ver: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Censos: 2001 e 2011; Ver quadro: FARIA, Ana Santiago - *Ex-votos de Marialva*. p. 265.

² Ver: GRAÇA, Eduardo; ESTEVES, Victor - *Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Marialva*, p. 10.

³ PORTUGAL. Comissão de Coordenação da Região Centro - *Programa das aldeias históricas de Portugal: Beira Interior*, p. 46.

⁴ FARIA, Ana Santiago – *Marialva: subsídios para o estudo da ocupação territorial*, p. 11.



15. Em primeiro plano o Arrabalde, seguido pela Cidadela e ao fundo a Devesa, 2008



16. Vestígios dos caminhos, 1971

romana”⁵. Na encosta Norte, desenvolveu-se o *Arrabalde*, “na Idade Média, num movimento de expansão territorial”⁶, como prolongamento da Vila extramuros.

A Cidadela ou Vila, também conhecida por Castro dos Aravos, situada numa eminência rochosa sobranceira aos campos da Devesa, cuja a data exacta do início do seu povoamento é imprecisa, mas cujas “as origens longínquas de Marialva parecem remontar ao tempo da antiga Cidade de Aravor, fundada pelos Túrdulos no séc. VI a.C.”⁷, e que foi certamente o principal núcleo da comunidade de Aravos, tendo sido fundada pelos Túrdulos no séc. VI a. C.

“Os romanos latinizaram o nome da comunidade para *Civitas Aravorum*, que foi reconstruída no tempo de Adriano e Trajano”⁸. Durante este período Marialva foi um importante ponto de cruzamento de vias, entre as quais a “Via Imperial da Guarda a Numão”⁹.

“Os Godos instalaram-se também no monte, primeira ocupação cristã, mudando-lhe o nome para S. Justo. A esta ocupação seguiram-se os Árabes que terão dado à cidadela o nome de Malva, que reconquistada por D. Fernando Magno de Leão em 1063, lhe chamou Marialva”¹⁰.

O povoado acabou por ficar “despovoado pelas lutas contra os mouros”¹¹.

“As necessidades defensivas e a importância estratégica atribuída a este território pela reconquista, nos alvares da nacionalidade, quando a fronteira oriental era o Côa e a sul se alongava ou contraía com os vaivéns da guerra, deram nascimento certamente ao seu esplendoroso castelo, como terá ocorrido com outros nesta região”¹².

“As primeiras referências documentais a Marialva datam do séc. XII, quando D. Afonso Henriques, em 1179, lhe deu Foral, que segue o modelo de Trancoso, e a manda reedificar e repovoar”¹³. O caminho que liga Marialva a Pinhel também foi reconstruído nesta altura, “talvez sobre a Via Romana”¹⁴.

Mais lutas se sucederam com os Mouros, voltando a vila a cair nas suas mãos e, “foi D. Sancho I

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Ibidem*.

⁷ ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL - *Marialva: História*.

⁸ PORTUGAL. Comissão de Coordenação da Região Centro - *Programa das aldeias históricas de Portugal: Beira Interior*, p. 46.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL - *Marialva: História*.

¹¹ PORTUGAL. Comissão de Coordenação da Região Centro - *Programa das aldeias históricas de Portugal: Beira Interior*, p. 46.

¹² MOURATO, João - *Marialva: o planalto das lendas*, p. 14.

¹³ ALMEIDA *apud* FÁRIA, Ana Santiago - *Marialva: subsídios para o estudo da ocupação territorial*, p. 41.

¹⁴ *Ibidem*.



17. Início dos trabalhos de recuperação na Cidadela, vista para as construções devolutas, entre as quais, a Casa da Câmara, Tribunal e Cadeia, e o Pelourinho, 1996

quem a reconquistou definitivamente no ano de 1200, concluindo as obras de restauro iniciadas por D. Afonso Henriques¹⁵. Foi nesta época “que o povoado extravasou a cerca amuralhada, formando-se assim o Arrabalde que apresenta uma malha urbana de traçado predominantemente medieval, onde proliferam igrejas, capelas, casas quinhentistas e senhoriais, a par de um conjunto de habitações rurais com características típicas da casa beirã”¹⁶.

Mais tarde, no reinado de D. Dinis o recinto amuralhado sofreu novas obras de restauro, tornando-se “numa das mais importantes e fortes praças de guerra do reino”¹⁷. Neste mesmo reinado, através da provisão assinada em Coimbra, foi outorgada a criação da Feira de Marialva, com a concessão de diversos privilégios a moradores e feirantes, em 4 de Novembro de 1286. Realizando-se todos os dias 15 de cada mês, permitiu também a transmissão da cultura, a difusão do conhecimento e o estreitamento de relações entre populações¹⁸. Tratava-se de uma feira franca, onde os feirantes estavam isentos de impostos, onde havia o direito à paz, permitindo assim, que as pessoas não fossem incomodadas pelos credores, nem presos por crimes que ali não tivessem cometido¹⁹. Actualmente já não se realiza.

Como Marialva se encontrava numa posição estratégica e posicionada próxima da fronteira, levou a que muitas comunidades se fixassem neste local, como o caso dos “judeus, cujo número aumentou durante o reinado de D. Manuel formando mesmo uma judiaria”²⁰, que permitiu um importante desenvolvimento da região. A 15 de Dezembro de 1512, este mesmo rei concedeu-lhe um Foral Novo. Tendo iniciado obras de restauro e remodelação da fortaleza, só finalizadas durante a regência de D. Catarina, viúva de D. João III, em 1559²¹. Desta mesma época datam o Pelourinho, parte do edifício da Câmara Municipal e Cadeia, que se implantam a Norte do largo do Pelourinho; e na rua da Corredoura, o pequeno chafariz, com a esfera armilar inscrita numa pedra muito gasta²².

Em 1440, D. Vasco Coutinho recebeu o título de Conde de Marialva de D. Afonso V, por se ter distinguido nas campanhas militares no Norte de África²³. Por sua vez, em 1661, no reinado de D. Afonso

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL - *Marialva: História*.

¹⁷ PORTUGAL. Comissão de Coordenação da Região Centro - *Programa das aldeias históricas de Portugal: Beira Interior*, p. 46.

¹⁸ Ver: PORTUGAL. Comissão de Coordenação da Região Centro - *Programa das aldeias históricas de Portugal: Beira Interior*, p. 46.

¹⁹ Ver: MOURATO, João - *Marialva: o planalto das lendas*, p. 14.

²⁰ ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL - *Marialva: História*.

²¹ PORTUGAL. Comissão de Coordenação da Região Centro - *Programa das aldeias históricas de Portugal: Beira Interior*, p. 46.

²² Ver: FARIA, Ana Santiago - *Marialva: subsídios para o estudo da ocupação territorial*, p. 57.

²³ *Ibidem*, p.51.



18. Pormenor do escudo dos Menezes no Solar do Marquês, 1971

VI, D. Luísa de Gusmão deu o título de Marquês de Marialva a D. António Luís de Menezes, Terceiro Conde de Cantanhede, pelo seu papel determinante nas Guerras da Restauração. Terá sido seu filho, que cerca de 1675, construiu na Rua da Corredoura, o Solar brasonado com o escudo dos Menezes, conhecido como o Solar do Marquês²⁴.

Em 24 de Outubro de 1855, o Concelho de Marialva foi suprimido, tendo este sido incluído no Concelho de Vila Nova de Foz Côa; em 1872, foi incorporada no Concelho da Mêda. A Casa da Câmara foi aproveitada como Escola Primária; gradualmente, as casas no interior do Castelo entraram em decadência e as pessoas deixaram de lá morar. Marialva medieval agonizou²⁵.

²⁴ *Ibidem*, p.65.

²⁵ PORTUGAL. Comissão de Coordenação da Região Centro - *Programa das aldeias históricas de Portugal: Beira Interior*, p. 46; Ver: FARIA, Ana Santiago - *Marialva: subsídios para o estudo da ocupação territorial*, p. 73-77.



19. Planta de Marialva (Vila e Arrabalde), s/escala

Contexto

Património Natural e Construído

Marialva situa-se numa “região muito rica em património histórico, cultural e natural”¹, onde são visíveis os vestígios de um vasto e importante passado, apresentando uma forte presença de monumentos e elementos arquitectónicos de grande valor. O seu legado é imenso, que reavivam as memórias da nossa história, portanto, não se podem perder.

Esta Aldeia Histórica está perfeitamente integrada na região em que se insere, a Beira Interior, sendo visíveis as características típicas, quer nas habitações de carácter rural, quer nas casas senhoriais. São também de destacar o Castelo e as suas torres, as Igrejas, Capelas, Pelourinho, fontes e cisternas, a Casa da Câmara, Tribunal, Cadeia e outros, assim como os “pormenores muito concretos como as cantarias decoradas, as torres sineiras ou até mesmo os pequenos largos”².

Destaca-se o antigo Castelo, com a Torre de Menagem, aparecendo numa posição dominante sobre a paisagem, tratando-se de um dos principais símbolos de poder da aldeia. O Castelo foi construído no cimo de um monte rochoso, o Monte de S. Justo, amuralhado, que apesar de não haver certezas, crê-se que teve ocupação humana a partir do Neolítico³. O recinto muralhado foi várias vezes recons-

¹ GRAÇA, Eduardo; ESTEVES, Victor - *Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Marialva*, p. 3.

² PORTUGAL. Ministério do Comércio e Turismo. Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional - *Intervenção aldeias históricas de Portugal: Beira Interior: planos das aldeias*, p. 42.

³ FARIA, Ana Santiago - *Ex-votos de Marialva*. p. 18-19.



20. Vista sobre o antigo Castelo e ao fundo a Capela do Senhor dos Passos e a Igreja Matriz, 2013



21. Pelourinho e cisterna, 2013

truído e repovoado, mas só “conheceu um período de franco apogeu nos séculos XII e XIII”⁴. Nos dias de hoje, o seu recinto muralhado está despovoado. “A povoação constitui uma das mais singulares ruínas de estruturas militares medievais portuguesas, mantendo a sua fisionomia praticamente intacta, quer na fortaleza, quer na povoação que se desenvolveu em seu redor”⁵.

O conjunto é composto por uma cintura muralhada irregular, praticamente intacta, que se adapta a desníveis acentuados e que apresenta 4 Portas: a Porta do Anjo da Guarda ou S. Miguel, a Norte; a Porta do Monte, a Nascente; a Porta de Santa Maria, a Oeste e o “Postiguinho”, a Sul. Fazem parte ainda 3 Torres: a Torre do Relógio, a Torre da Relação e a Torre dos Namorados e, no lado exterior Norte da muralha ainda é visível a Torre sineira da antiga Igreja de S. João⁶.

Tendo sido local de feiras, as “medidas da vara, do côvado e do palmo estão ainda inscritas nos pés-direitos da porta do Anjo, a principal entrada na vila muralhada”⁷. Intramuros, as ruas apresentam uma malha irregular, típica da Idade Média, contudo são poucas as construções que subsistiram ao passar dos anos, restando apenas vazios, ruínas e marcas do passado.

Permanecem, ainda, a Capela do Senhor dos Passos ou da Misericórdia, “de estilo Maneirista, esta capela tem no exterior um púlpito de onde se fazia a pregação”⁸, e a Igreja Matriz, dedicada a Santiago, do séc. XVI/XVII, foi abadia do padroado real, conservando o seu portal manuelino, e uma cruz processional de bronze, do século XV⁹. A Oeste, encontra-se o cemitério.

Assente em quatro degraus, o Pelourinho, do séc. XVI, construído em granito, formado por uma coluna octogonal de elegante fuste, rematado por uma cúpula piramidal, é do tipo gaiola¹⁰. A sua presença é marcante no “largo onde se erguem as ruínas dos edifícios que tiveram outrora funções político-administrativas, e que ainda hoje são símbolos da antiga autonomia e jurisdição territorial do povo de Marialva: a *Câmara Municipal*, o *Tribunal*, a *Cadeia* e a *Casa dos Magistrados*”¹¹. Dentro do recinto amuralhado há ainda ruínas algumas casas de origem medieval, e duas cisternas de abastecimento

⁴ ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL - *Marialva: Património*.

⁵ *Ibidem*.

⁶ Ver: FÁRIA, Ana Santiago - *Marialva: subsídios para o estudo da ocupação territorial*, p. 43.

⁷ ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL - *Marialva: Património*.

⁸ GRAÇA, Eduardo; ESTEVES, Victor - *Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Marialva*, p. 12.

⁹ Ver: PORTUGAL. Ministério do Comércio e Turismo. Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional - *Intervenção aldeias históricas de Portugal: Beira Interior: planos das aldeias*, p. 43.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ FÁRIA, Ana Santiago - *Ex-votos de Marialva*. p. 152.



22. Casa do Leão, s/d

de água. O Castelo e o recinto amuralhado estão classificados como Monumento Nacional¹².

Apresentando um traçado predominantemente medieval, o Arrabalde tem como presença relevante a Igreja de São Pedro, com um aparelho de cantaria de granito, construída entre os séculos XIV/XV, na rua da Corredoura. Este templo, que ainda apresenta vestígios da traça românica, foi alvo de remodelações em várias épocas, está provavelmente “assente sobre um outro templo, coevo das sepulturas que constituem a extensa necrópole do adro”¹³. Nesta rua podem ver-se ainda como património religioso, a Antiga Tulha, que se trata de uma pequena Capela, também conhecida como “o Celeiro”, reconvertida a casa de habitação, e como remate Sul da rua, o Cruzeiro do século XVIII, “formado por uma coluna sextavada, assente sobre oito degraus, é rematado por um capitel de motivos vegetalistas, que sublinha a cruz na qual se pode ver o Cristo crucificado”¹⁴ (actualmente, a cruz já não existe, tendo sido destruída durante uma feira); a montante, encontra-se a Capela de Nossa Senhora de Lurdes, com vestígios de sepulturas entre o edifício e a muralha, e a Sul da muralha a pequena Capela de Santa Bárbara ou da Curvaceira.

Como património civil, existe ainda o Drama, “que seria palco de espectáculos na antiga vila”¹⁵, a cisterna “quinhentista que servia para abastecimento de água à população”¹⁶, a fonte de mergulho e o chafariz manuelino. É também visível o Solar do Marquês de Marialva e casas com alguma importância, como por exemplo, a Casa do Leão, por apresentar elementos zoomórficos e, na parede do balcão, várias efígies esculpidas; a Casa das Freiras, convertida a Turismo rural; o portal barroco do imóvel I; as antigas casas de judeus, duas delas convertidas a Posto de Acolhimento e Turismo; e casas de balcão, típicas de arquitectura beirã, para além das outras casas de arquitectura popular, algumas delas em estado de degradação e abandono.

¹² Ver: PORTUGAL. Comissão de Coordenação da Região Centro - *Programa das aldeias históricas de Portugal, Beira Interior*, p. 47.

¹³ FARIA, Ana Santiago - *Marialva: subsídios para o estudo da ocupação territorial*, p. 45.

¹⁴ FARIA, Ana Santiago - *Ex-votos de Marialva*. p. 152.

¹⁵ GRAÇA, Eduardo; ESTEVES, Victor - *Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Marialva*, p. 24-25.

¹⁶ *Ibidem*, p. 23.



23. Arrabalde, 2013

Casos de Estudo

Rua da Corredoura

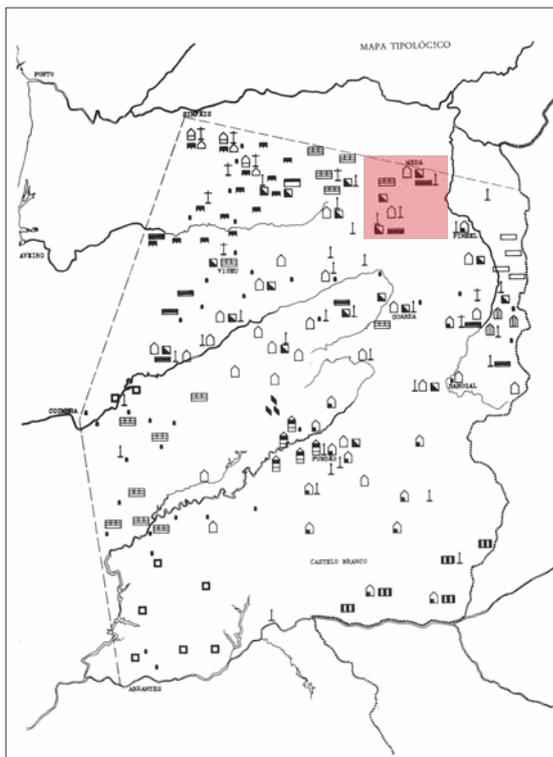
Como foi referido anteriormente, Marialva é um exemplo excepcional em termos de valor cultural, histórico e patrimonial, tendo em conta que apresenta características autênticas e singularidade de elementos. Esta aldeia, fruto de vários séculos de longas e continuadas batalhas na subsistência e defesa do território nacional, apresenta elementos ímpares de grande importância, tendo por isso mesmo, sido uma das escolhidas para fazer parte do *Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal*.

Neste sentido, este sub-capítulo visa, de uma maneira teórica, analisar um projecto realizado nesta aldeia, no âmbito do *Programa*, nomeadamente a intervenção nas *fachadas e coberturas* realizadas no Arrabalde, no qual a Rua da Corredoura se evidencia como principal eixo estruturador, como se um *Cardus* romano se tratasse. Este eixo nasce a Norte, vindo da estrada que liga a Mêda, prolongando-se para Sul, na direcção da entrada do Castelo, e tem várias ruas a intersectá-lo, tais como a Rua do Tanque ou a Rua da Pocinha.

Tem importância a análise do Arrabalde, pois tratando-se da última expansão territorial do construído para fora da cintura muralhada, ocorrido na Idade Média, apresenta inúmeras construções típicas da arquitectura desta região. Este aglomerado rural destaca-se por ser todo ele coeso em termos da morfologia deste tipo de arquitectura, articulando entre elementos eruditos e outros de cariz popular.



24. Construção em granito



Casa típica da Sub-região A			Casa típica da Sub-região F		
Variante com escada exterior e alpendre			Casa típica da Sub-região D		
Variante, com varandas encobertas			Casa típica da Sub-região E		
Variante, com varandas e grades de ferro			Casa típica da Sub-região C		
Casas dos Judeus			Casa típica da Sub-região B		
Abrigos serranos para as ovelhas e pastores			Casa típica da Sub-região B		
Mercados			Espigueiros		
Pelaireado			Cruzeiros		
Alminhas			Edifícios de carácter extremo de Sub-região G		

25. e 26. Mapa tipológico elaborado durante o IARP

Desde já, excluindo alguns elementos descritos no *Património Natural e Construído* (p. 83 a 87), as particularidades gerais deste tipo de arquitectura caracterizam-se por serem agarradas ao meio, construídas através de matérias-primas da envolvente, numa escala de subsistência. Durante séculos, usaram-se os materiais tradicionais, os que estavam “mais à mão”, oferecidos pelo meio e, foi com esses mesmos materiais que se construiu a identidade desta aldeia. A predominância da pedra de granito destaca-se de todos eles, pois é a base de qualquer construção beirã (desta zona), que se adapta ao próprio meio, erguendo as formas que compõem o espaço, desde edifícios, muros, caminhos, bancos e balcões, edifícios populares ou de carácter erudito, que criam a relação entre a terra e o homem, entre a natureza e o construído. Estas construções foram executadas seguindo o saber popular ancestral das suas gentes, segundo o saber empírico do construtor, num contínuo aperfeiçoar das técnicas, de forma simples, reduzindo-se ao essencial. Assim, formam uma composição homogénea, que se integra e se dilui, correspondendo a diferentes épocas e que se enraíza profundamente no local¹.

Em relação a Marialva, o conjunto edificado apresenta inúmeras construções típicas da arquitectura beirã, com uma distribuição tipológica genericamente de dois pisos, com acesso exterior à habitação, onde é perceptível o rés-do-chão com portas pequenas e sobretudo ligadas à actividade agrícola de subsistência, bem como “lojas” para animais, para comércio ou actividades artesanais e, no primeiro piso, o espaço “nobre”, de pequenas dimensões e poucas aberturas, onde os espaços de dormida resumem-se a alcovas, por vezes com uma pequena sala e uma cozinha com lareira. Os interiores são escuros, com a luz a entrar por aberturas diminutas e com pouco mobiliário, geralmente tosco; quase não existem chaminés. É ainda de destacar um dos mais interessantes, senão o mais importante, elemento desta arquitectura, as varandas alpendradas².

Na sua génese os edifícios constituem-se por paredes de alvenaria³ granítica, muitas vezes de junta

¹ Como foi descrito no capítulo anterior, nesta região os arquitectos do *Inquérito* estudaram a arquitectura, o clima, os modos de vida das suas gentes. Parte do seu estudo pode ser consultado em: ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol.2, p. 1-119.

² *Ibidem*.

³ Gabriela Teixeira descreve do seguinte modo as construções em alvenaria de pedra: “A construção de alvenarias, exigiu desde sempre regras de execução que residem no conhecimento do funcionamento estrutural global, de modo a garantir a sua resistência ao longo do tempo. Os princípios fundamentais que devem ser respeitados na construção de uma alvenaria de pedra são: a boa arrumação das pedras, à fiada ou em perpianho, constituindo camadas o mais coesas e horizontais possível, sem descurar o travamento da parede nas esquinas, podendo ou não fazer-se uso da argamassa, segundo a técnica escolhida”, ver em: TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa - *Diálogos de edificação: técnicas tradicionais de construção*, p.72.



27. Casa com alpendre, com a junta da cantaria granítica saliente, 1971

seca. As paredes são rematadas por uma estrutura portante em ripado, fazendo as coberturas, algumas assentes numa estrutura em sistema de asna, levando um acabamento em telha, predominando o uso da telha de canudo, utilizando a técnica de telha vã⁴. O pavimento do primeiro piso, em sobrado, é composto por tabuado de madeira, sobre estrutura em barrotes de madeira⁵. Nesta zona, também era comum usarem-se as paredes em tabique para dividir os espaços internos da habitação. As madeiras eram sobretudo em pinho ou castanho, tipos de madeira presente nas redondezas. Como descreve Keil do Amaral:

“A traços largos, os povoados da Beira impressionam pela relação estrita que mantêm com o meio natural – rude, pedregoso e pobre – pela preponderância do factor agrícola, pela estrita economia das soluções, pelo primitivismo, a irregularidade e emprego dos materiais de mais fácil aprovisionamento local, com predomínios da pedra”⁶.

Com a evolução dos tempos, Marialva foi perdendo população. Tratando-se a aldeia como um organismo vivo, esta praticamente morreu, não se tendo conseguido regenerar, desembocando numa espiral de sentido descendente. A aldeia foi perdendo importância, vida, entrando em decadência e ruína. Esta ideia é reforçada pela análise da Dra. Isabel Boura, mencionando que:

“As Aldeias Históricas, à semelhança dos pequenos aglomerados dos espaços rurais deste país, sofreram desde muito cedo, desde os finais da década de 70 uma erosão muito forte, porque não tinham capacidade para oferecer condições de vida às populações que aqui estavam. Portanto, durante décadas, têm vindo a ser esvaziados das suas populações, porque não têm capacidade suficiente de lhes criar meios de vida”⁷.

Com a perda de população, embora mantendo a sua génese, o Arrabalde foi arruinando a sua identidade e sofrendo algumas “violações”, adulterações e contaminações no sentido da depravação do seu edificado, da linguagem e do traçado do conjunto. Certos elementos sofreram sobreposições e tendo sido utilizados materiais indevidos, ou pelo menos não adequados a esse tipo de construção. Ainda assim, dentro do conjunto das Aldeias Históricas era das que melhor qualidade apresentava,

⁴ Ver: TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa - *Diálogos de edificação: técnicas tradicionais de construção*, p.94-96.

⁵ Ver: RIBEIRO, Vítor (Coord.) - *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*, p. 80-81.

⁶ ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol. 2, p. 14.

⁷ Segundo a Geógrafa Isabel Boura na edição “Idanha-a-Velha e Marialva”, de 24 de Novembro de 2007, do programa “Encontros com o Património”, uma colaboração entre a TSF e o IGESPAR.



28. Casa no Arrabalde, 1971

sendo esta ideia é corroborada pelo Arquitecto José Afonso:

“Marialva já apresenta uma imagem muito qualificada em termos das Aldeias Históricas, é uma aldeia, comparativamente com todas as outras, que ainda não há presença de construções ilegais (o que hoje é o grande problema em relação ao património), o que permitiu preservar a sua arquitectura vernácula. Aqui praticamente não tem impacto significativo”⁸.

Precavendo contra qualquer outro tipo de depravação ou continuada deterioração do núcleo rural, e como a aldeia ainda representava uma boa mostra de arquitectura popular, que se poderia perder caso não fosse recuperada urgentemente, o PRAHP tornou-se na chave fundamental dessa regeneração⁹.

O Arrabalde teve várias fases de intervenção com o propósito de recuperar o tecido urbano. Essas intervenções, estando a cargo da Câmara Municipal da Mêda, foram, em parte, financiadas pelo FEDER. Neste sub-capítulo pretendo apenas focar-me nas intervenções de recuperação das fachadas e coberturas, levadas a cabo na Rua da Corredoura que, como referi anteriormente, representa a génese e a verdadeira essência do construído identitário desta aldeia. Esta rua teve três fases de intervenção, sendo que, com este trabalho analisarei apenas a I Fase; como esta foi a primeira intervenção, e as seguintes seguiram mais ou menos estes moldes, já haveria uma boa base de projectos para serem estudados. Fica desde já em aberto e eventualmente, que num futuro próximo, se possam analisar as várias fases de projecto, bem como o restante Arrabalde, de modo a perceber integralmente o conjunto das operações. Assim sendo, a análise vai ser feita segundo uma espécie de percurso Norte-Sul, ou seja, começando na Fonte de Mergulho seiscentista e terminando no Largo do Cruzeiro.

Resta dizer que estas intervenções estavam a cargo da Câmara Municipal da Mêda e que houve um concurso limitado com base em avaliação curricular e proposta de intenções, de forma a atribuir a um

⁸ Segundo o Arquitecto José Afonso, antigo Director do IPPAR de Castelo Branco, na edição “Idanha-a-Velha e Marialva”, de 24 de Novembro de 2007, do programa “Encontros com o Património”, uma colaboração entre a TSF e o IGESPAR.

⁹ Neste sentido o PRAHP definiu desde logo as Aldeias Históricas como Áreas de Interesse Turístico, tendo Criado a figura de Casa de Aldeia (Despacho n.º 80/95 SET, DR, II série de 19.09.95). Mais tarde esta figura generalizou-se ao país, com a formulação de Casa de Campo. Em 1996, decretaram-se as Áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística para as Aldeias Históricas (Decreto n.º 23/96 de 12 de Agosto, DR, I série, B, n.º 186/96, p. 2493 a 2496). No que respeita a Marialva, foi conseguido que o IPPAR abrisse um processo de classificação para a *Civitas Aravorum*, Proc.º n.º 01/09.09.08 (1), pelo Despacho de 28 de Maio de 2001. Ver: FARIA, Ana Santiago - *Ex-votos de Marialva*. p. 18.



29. Rua da Corredoura, 1971

atelier de arquitectura a função de desenhar e recuperar os edifícios desta rua¹⁰. O projecto vencedor foi dos Arquitectos António Pinheiro¹¹ e Paula Pinheiro¹², que iniciaram o projecto de recuperação das fachadas e coberturas em 1996. Todo o projecto foi integralmente desenhado à mão, em tinta sobre papel, tendo sido, muitas vezes na fase de construção, decididos certos pormenores em obra, com decisões tomadas entre os arquitectos, o GTAH e os pedreiros¹³.

Como já havia referido, o PRAHP seguiu muitas das directrizes presentes na *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea* da UNESCO (1976), documento que, em particular para a Rua da Corredoura, se tornou doutrinal no seguinte ponto:

“Os conjuntos históricos ou tradicionais e o seu ambiente devem ser activamente protegidos contra todas as deteriorações, em particular contra aquelas que resultam de um uso inapropriado, de acrescentos parasitas e de transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade que tragam atentado contra a sua autenticidade, assim como quaisquer formas de poluição. Os trabalhos de restauro a ser realizados devem repousar em bases científicas. Da mesma forma, uma grande atenção deve ser dada à harmonia e à emoção estética resultante da sequência ou dos contrastes dos diferentes elementos compositivos do conjunto e que dão a cada um o seu ambiente particular”¹⁴.

Seguindo estas ideias e, como foi descrito como missão do *Programa*, através das suas intervenções, pretenderam recuperar e regenerar de forma a reforçar a sua dimensão histórica e as suas ruínas, movidos pela ideia de fortalecer a sua oferta para o turismo cultural. Com o trabalho de reabilitação do património edificado da aldeia, levado a cabo pelo PRAHP, a imagem da aldeia, um cenário único, foi valorizada no sentido de criar um conjunto de edifícios que se relacionavam e inter-relacionavam na reprodução de um espaço uno e coerente, não obstante algumas dissonâncias entretanto efectuadas.

¹⁰ Estiveram 3 propostas a concurso. O Arquitecto da Câmara Municipal da Mêda, João Paulo Pena Lopes, teve um papel importante, tendo estudado e feito levantamentos das habitações e seus anexos ao pormenor, facilitando o trabalho dos arquitectos a concurso. Superintendeu e fiscalizou a grande maioria das obras, fazendo uma forte ligação entre a CMM, a população e o GTAH.

¹¹ Licenciou-se em Arquitectura na ESBAP, em 1965. Estagiou com o Arquitecto Viana de Lima, mais tarde trabalhou com o Arquitecto Fernando Távora, tendo trabalhado no campo do Urbanismo e Arquitectura. Também exerceu em regime de profissão liberal, onde se destacam os projectos para o Centro Paroquial de Valongo e os edifícios de comércio e habitação SITEI, Gondomar, entre outros.

¹² Licenciou-se em Arquitectura na FAUP, em 1991; Pós-Graduação e Mestrado em Design de Equipamento e Produtos pela FAUP, em 1994. Actualmente, encontra-se a realizar o Diploma de Estudos Avançados do Doutoramento em Arquitectura, no Departamento de Arquitectura da FCTUC. Estagiou com o Arquitecto Francesco Venezia. Mantém *atelier* próprio desde 1993, no Porto. Desde 1997, leciona a disciplina de Projecto IV no curso de Arquitectura da Universidade Lusíada do Porto. Entre 2000 e 2007 foi sócia gerente da empresa *produto urbano, arquitectura e planeamento, lda*.

¹³ As fases seguintes das fachadas e coberturas já estiveram a cargo do Arquitecto Paulo Vaz Simões, do gabinete de Urbanismo da CMM.

¹⁴ *Recommandation concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur rôle dans la vie contemporaine*. Annexe 1, II.4, p. 21. (Tradução livre do autor).



30. Residentes, 2003

Tendo em conta esta afirmação, o objectivo da intervenção no centro histórico de Marialva não passava pela cristalização dos edifícios e do conjunto, mas sim pela recuperação, na tentativa de dar uma resposta dinâmica e actual às necessidades contemporâneas da aldeia, mas que mantivesse uma imagem do passado. O objectivo do PRAHP não era apenas transformar as aldeias em locais visitáveis, mas também torna-las em lugares habitáveis¹⁵. Ao cuidar deste local único, a ideia passava por aumentar a qualidade de vida, ser atractivo e fixar população, encarando o seu valor urbano e arquitectónico como potencial dinamizador de toda uma região.

Contudo, no caso das intervenções das *fachadas e coberturas* tratou-se sobretudo, e como o próprio nome indica, de uma intervenção na envolvente dos edifícios, uma intervenção *fachadista*, não se tendo executado qualquer tipo de obra no interior das habitações. Deste modo, peca pela não disponibilidade de ajuda à recuperação de uma parte tão fundamental da vida da população, mostrando-se apenas como uma recuperação superficial como propaganda turística. Entenda-se a valiosa acção de fixação do espaço em ruínas como prova de um rico passado, memória colectiva e identidade local, mas este tipo de programa não poderia ser proposto de uma maneira tão leviana. Pelas próprias características da aldeia, teria sido mais interessante proceder-se à recuperação e readaptação das tipologias tradicionais das habitações à contemporaneidade. Mais que um programa político e turístico, muito panfletário, mantendo somente o exterior para “turista ver”, o fundamental seria dignificar as condições e a qualidade de vida das pessoas residentes. É importante reforçar a ideia deste ponto, pois uns vêm e vão, mas os outros vivem na aldeia e vivem a aldeia.

Este facto gerou inclusivamente grande controvérsia, entre o GTAH e os financiadores de todo o *Programa*, pois os técnicos estavam e queriam fazer uma intervenção para tornar dignas as condições de sobrevivência das pessoas daquelas aldeias. Muitos dos habitantes já tinham uma idade avançada, viviam sobretudo de rendimentos provenientes de pensões de reforma e não tinham disponibilidade económica para grandes intervenções, razão pela qual o PRAHP poderia e deveria ter feito um esforço maior no auxílio ao bem-estar de uma das classes mais desfavorecidas da sociedade, pois são sempre estas pessoas que vão dando vida no dia-a-dia à aldeia. Houve até uma tentativa nesse sentido, procurando articular o PRAHP com outros programas em curso, como por exemplo o da *Luta contra a pobreza*, que era levado a cabo pelos Centros Regionais de Segurança Social, que recupe-

¹⁵ Ver: PORTUGAL. Comissão de Coordenação da Região Centro - *Programa das aldeias históricas de Portugal, Beira Interior*, p. 4.



31. Residentes, 2013

ravam os interiores das casas, mas tal acabou por não avançar¹⁶.

Apesar de tudo, o Arquitecto Carlos Amaral considera que este tipo de apoio devia ser para motivar as pessoas, havendo uma parceria entre os proprietários das habitações e o Estado. Segundo ele, enquanto o Estado ficaria incumbido de financiar e recuperar os exteriores das construções, com trabalhos de fachadas e coberturas, e trabalhos infraestruturais de águas e esgotos, o proprietário deveria compensar com um projecto de interiores. Mesmo consciencializado, e considerando que muitas pessoas não tinham meios financeiros para tal empreitada, reitera esta posição, considerando que o Estado também não poderia arcar com a totalidade das despesas, visto que não poderia ser considerado proprietário¹⁷.

Como já foi possível descrever anteriormente, esta ideia apresenta-se desajustada, pois por falta de capacidade económica da maioria dos seus proprietários, este tipo de posição não é a mais correcta. Tendo em conta que já se estavam a proceder a este tipo de intervenções na aldeia, por questões éticas e sociais, seria mais lógico e humano também tratar dos interiores, nem que fossem intervenções mínimas, como a inclusão de casas de banho, pelo menos às pessoas mais carenciadas.

Desta forma, mesmo condicionados em termos monetários, os Arquitectos António Pinheiro e Paula Pinheiro, com as suas intervenções, tentaram valorizar o património paisagístico, arquitectónico e imaterial da aldeia, procurando uma imagem única e homogénea do conjunto, com operações que privilegiavam a integração no meio. No sentido de evidenciar os valores que já foram seus e que se procuravam recuperar, não existindo um modelo formal que traduzisse a evolução indispensável às novas necessidades, a intervenção procurou respeitar a integridade dos valores construtivos e urbanos em causa.

Segundo uma conversa informal que tive com a Arquitecta Paula Pinheiro, antes de procederem a qualquer tipo de intervenção, houve um estudo da morfologia da aldeia, no sentido de tentar repor a imagem do que esta seria. Foi preciso fazer um estudo de todas as interpretações e modificações feitas, de maneira a sintetizar, de uma forma clara, as ligações dos seus elementos com o passado e essa dinâmica passada. O tipo de encomenda proposta, não obstante as limitações e condicionantes,

¹⁶ Segundo a entrevista à Historiadora Ana Santiago Faria, em anexo.

¹⁷ Segundo a entrevista ao Arquitecto Carlos Amaral, em anexo.



32., 33. e 34. Exemplos de caixilharias ainda presentes em algumas construções devolutas no Arrabalde, 2013

ainda permitiu alguma maleabilidade na abrangência e tipo de intervenção consoante os sintomas de degradação e adulteração detectados. Como princípio geral da intervenção procederam-se aos seguintes trabalhos: reposição integral das características tectónicas e expressivas do aglomerado urbano; reconstituição da imagem pré-existente minorando os caracteres que pudessem denunciar a intervenção – objecto do concurso¹⁸.

De modo a concretizar tais objectivos, foi necessário intervencionar um conjunto de construções, retirando todos os elementos anexos, ampliações, que entretanto substituíram os elementos construtivos tradicionais. Como acção seguinte, fez-se um levantamento das características tectónicas que se mantinham intactas até à data: a sua materialidade; o tipo de estereotomia de pedra a utilizar/repor; o tipo de elementos construtivos utilizados; os tipos de vãos; os acabamentos; as pavimentações. Assim, foi possível repor as características idênticas¹⁹.

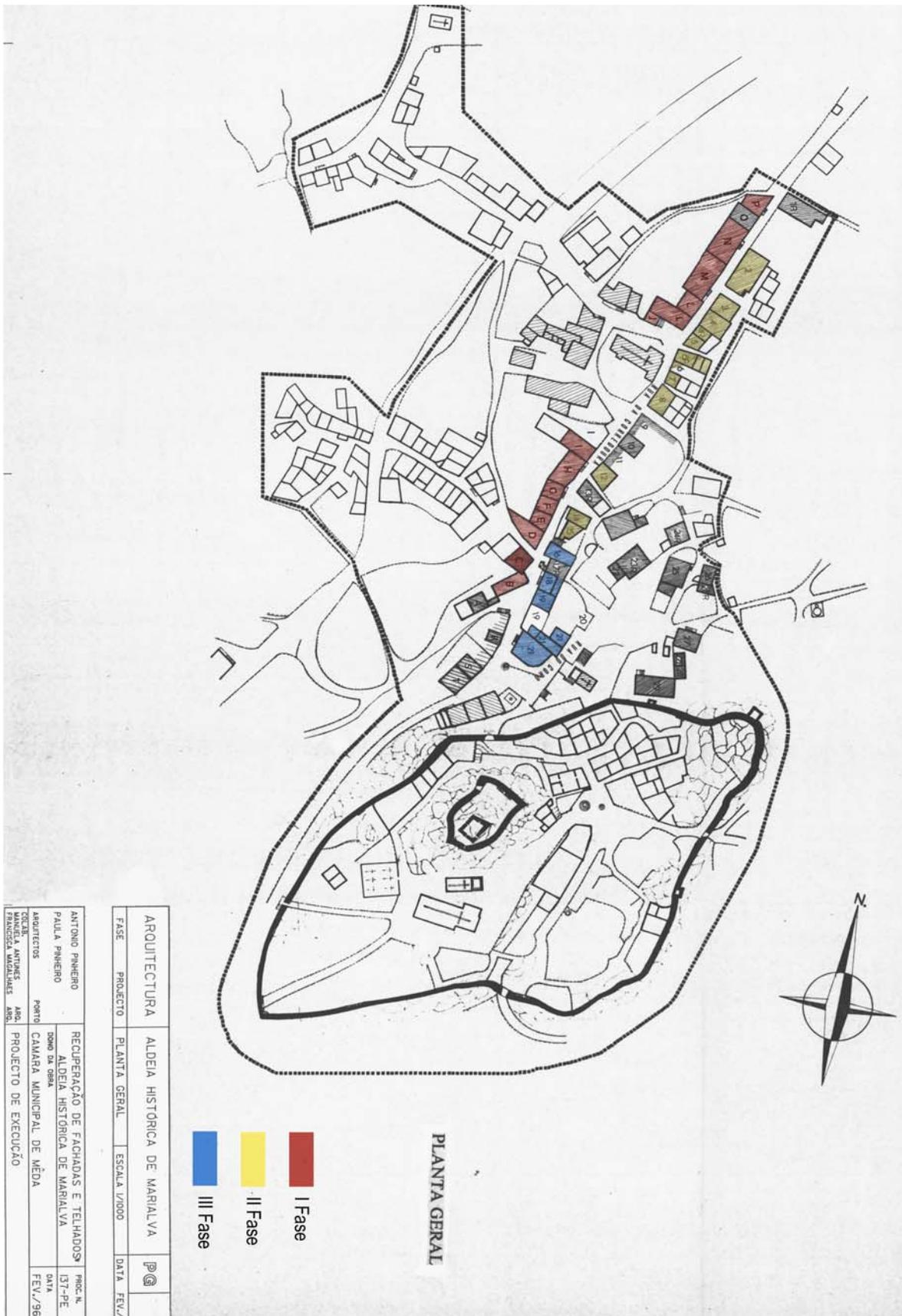
Houve a consciência da inclusão de elementos necessariamente contemporâneos, e regulamentados, como por exemplo o isolamento térmico, que acabou por acontecer apenas nas coberturas de algumas habitações. Em relação às caixilharias, apresentam-se muito próximas da imagem típica, desenhadas de uma forma muito sintetizada. Para toda a rua foram desenhadas duas janelas-tipo, uma de guilhotina e outra de duas folhas a abrir para o interior e com portada interna. Foram utilizados para as portas seis modelos-tipo: P1 - de taipal de madeira de folha única; P2 - de taipal de madeira de folha única com postigo envidraçado; P3 - de taipal de madeira de duas folhas; P4 - de taipal de madeira de duas folhas almofadadas; P5 - de taipal de madeira de duas folhas com caixilho acoplado envidraçado; e P6 - de taipal de duas folhas, usada para as “lojas” (ver em Anexo)²⁰.

Embora na generalidade a imagem exterior tenha ficado bem recuperada, não foi possível trabalhar no interior das habitações, porque não havia liberdade da parte do PRAHP para esse tipo de acções. A ideia dos arquitectos era sempre criar/dar mais vida à aldeia, ser um trabalho para as pessoas e não só para o Turismo. Infelizmente, viram o seu trabalho limitado por causa dos regulamentos impostos

¹⁸ Informação segundo uma conversa informal com a Arquitecta Paula Pinheiro.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ Todos os elementos foram construídos com as seguintes características: estrutura em madeira de câmbala escura (pintar, emassar e lixar com duas demãos de primário e duas demãos de *Viny/ mate Cin*); pinázios, consueiras e reguado de preenchimento (almofadas) com 5 cm de espessura; aros fixos embutidos nos batentes de cantaria (quando existem); soleiras (existentes) ou a executar e montar em granito caverneira pico grosso, com batente, releixo e canal e espessura (15 a 20mm) a manter conforme, e de acordo com a análise do existente; ferragens artesanais em ferro metalizado; compartimentações dos vidros a definir de acordo com as dimensões reais de cada vão, aplicando vidro de 6mm fixo com betume. Informação fornecida pela Arquitecta Paula Pinheiro.



35. Planta Geral das III Fases do projecto de execução das fachadas e coberturas na Rua da Corredoura

25m

pelos financiadores europeus, que não permitiam intervenções nos interiores.

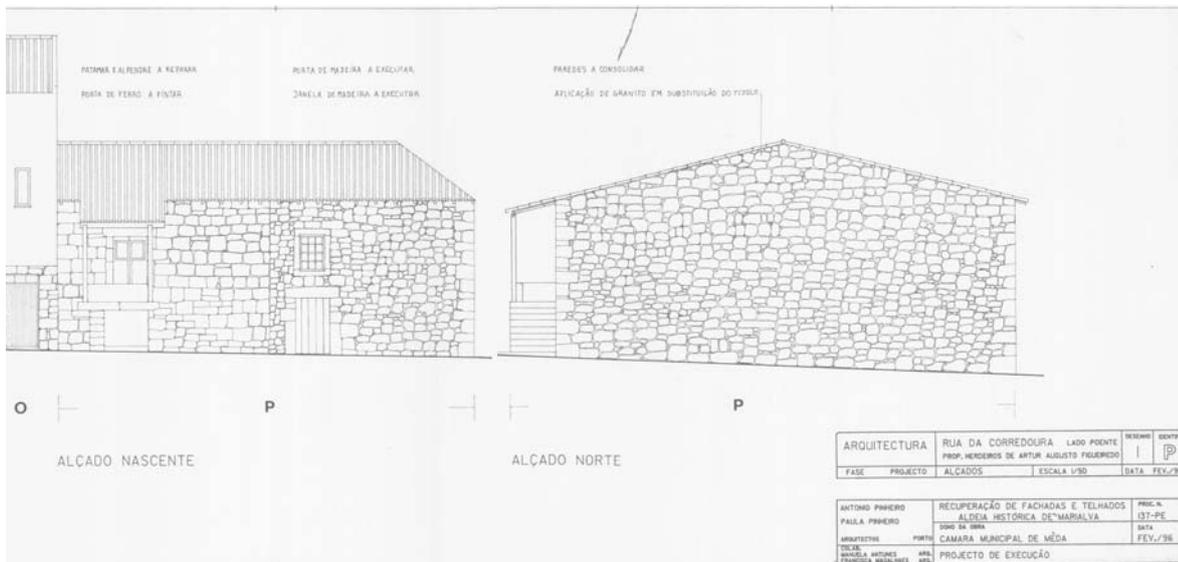
Em todo o caso, os autores procuraram reabilitar *urbanisticamente*, mantendo a sua imagem, utilizando meios e materiais locais, com o objectivo de integrar na tectónica do lugar²¹. Foram usados materiais que pertencem ao lugar e não se sente qualquer desconforto ao vê-los, sendo perceptível a exposição poética dos elementos construtivos. Percebe-se um claro contraste entre o branco de algumas casas e o cinzento das pedras de outras, numa aproximação e adaptação ao local, constatando que toda a região beirã é pautada por edifícios com essas características.

A prevalência da utilização de métodos tradicionais também foi muito importante, tendo o GTAH um papel fundamental no acompanhamento de todo o processo. Também durante todo o processo do PRAHP houve uma consciencialização junto dos habitantes e dos próprios técnicos, mediante o propósito que toda a intervenção acarretava. Neste ponto, com uma imagem limpa do conjunto e bom estado de conservação, dando-lhe novo alento e animação, esta aldeia com séculos de história, passaria a fazer parte do ideal da memória colectiva das pessoas, tornando-se atractiva para o turismo. Ao preservar-se intacto o núcleo histórico da aldeia, houve o reviver de um passado não muito longínquo, da sua herança cultural, quer material, quer imaterial, contribuindo para voltar a pôr no mapa uma parcela esquecida do país.

Para melhor se entender os trabalhos efectuados na Rua da Corredoura, seguidamente procederei a uma descrição caso a caso de cada objecto fruto de intervenção durante a I Fase de fachadas e coberturas.

Nesta fase foram intervencionadas as habitações do lado Poente da rua, pertencentes ao processo número 137-PE (GA-96/23), que passaram a ser designadas da seguinte forma: P, N, M, L, J, I, H, G, F, E, D, C e B; pelo meio, ainda foi recuperada a Igreja de S. Pedro, de que falarei mais à frente. Apesar de só analisar as intervenções da I Fase, esta rua tem valor pelo seu conjunto, quer construído, quer simbólico.

²¹ Kenneth Frampton nos seus estudos defende a existência de uma cultura tectónica. O termo tectónico deriva do grego "tekton", que significa carpinteiro ou construtor, aludindo à arte da construção geral em arquitectura, que tem por principal definição a análise da configuração de um determinado edifício relativamente aos materiais utilizados, a forma e a sua (inter-)relação enquanto conjunto arquitectónico e a sua forma como a herança da história aproveita os diferentes materiais disponíveis. Esta construção surge através da interacção constante de três vectores convergentes: *topo*, *typos* e *tectónico*. Ver: FRAMPTON, Kenneth - *Introdução ao estudo da cultura tectónica*.



36. Projecto de execução imóvel P



37. e 38. Edifício P antes da intervenção e na actualidade

As intervenções executadas na II Fase pertenceram ao lado Nascente da rua, nomeadamente os imóveis: 2, 3, 4, 4R, 5, 6, 7, 8, 12, 14 e 15. Há que destacar, dentro destes edifícios, alguns que apresentam um valor histórico e patrimonial excepcional, nomeadamente a casa brasonada com o número 2, que foi Solar do Marquês de Marialva, ou a 14 e 15 que se tratou da antiga Tulha ou Celeiro da Misericórdia.

Na III fase, trataram-se as intervenções das habitações: 16, 18 e 19, sendo também o imóvel 21 e as suas construções adjacentes, que fazem a curva para a Rua do Côro e têm a frente virada para o largo do Cruzeiro. Há que referir que a habitação nº18 é conhecida como Casa do Leão, por apresentar elementos zoomórficos e, na parede do balcão, várias efígies esculpidas, e que à frente da nº17 está um pequeno chafariz manuelino, com uma esfera armilar.

Ainda, há que referir que nesta Rua não sofreram intervenção da parte do PRAHP os imóveis: 1R, 9, 10, 11, 17, O, A, R, S e T.

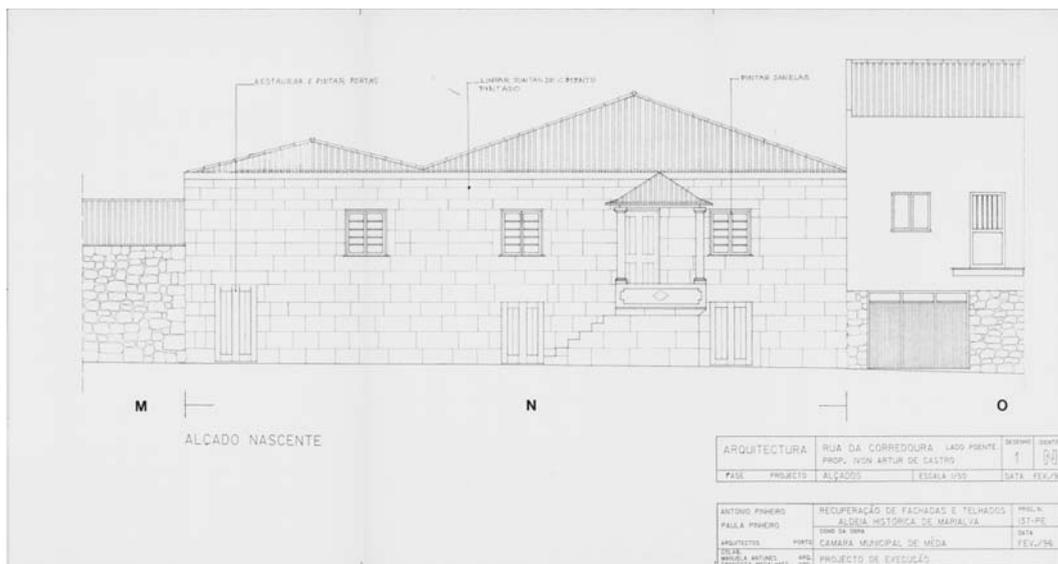
Começando pela entrada Norte da Rua da Corredoura, o primeiro imóvel a ser analisado é o P, que obteve aprovação, pelo *Grupo Técnico das Aldeias Históricas*, no 1º processo, a 13 de março de 1996, Acta nº18. Este imóvel faz parte do conjunto de edifícios (P, N, M, L, J, e O, que não foi intervenção), situado entre uma espécie de gaveto, ao lado da Fonte de Mergulho, e termina na Rua do Tanque, de frente para a Igreja de S. Pedro.

Segundo a Memória Descritiva²² dos Arquitectos António Pinheiro e Paula Pinheiro, o edifício apresentava as paredes exteriores, a Nascente e a Norte, de fraca qualidade, construídas em alvenaria de granito seca (sem argamassa de assentamento), com texturas diferentes que poderiam ser resultantes de acrescentos. Propôs-se, portanto, que fosse executado o remate superior da empena com pedra semelhante à existente, substituindo os tijolos e as camadas de telha. Ainda em relação às paredes, fez-se o preenchimento com o mesmo material granítico em falhas significativas. Como o telhado havia sido recolocado há pouco tempo em telha Lusa, os arquitectos optaram por mantê-lo, fazendo apenas um pequeno reparo na empena²³.

Trata-se de um edifício de dois pisos, no qual existe uma escada que leva a um patamar, que foi repa-

²² Memória Descritiva do projecto consultada no arquivo da CCDRC, Fevereiro 2013.

²³ Segundo a Acta da 26ª Reunião do GTAH, de 09/07/1996: os telhados, "sempre que haja a possibilidade de aproveitar a telha existente, deverá esta ser utilizada no telhado a recuperar".



39. Projecto de execução imóvel N



40. e 41. Edifício N antes da intervenção e na actualidade

rado; procedeu-se à substituição de um degrau partido. A viga de madeira que suportava o alpendre e os respectivos pilares foram substituídos por outros de forma e tamanho mais adequados. Estes elementos de madeira foram devidamente pintados com uma cor escura. Houve ainda a preocupação de pintar de *grenat*²⁴ a porta principal de ferro, já que a outra porta e janela foram substituídas por modelos-tipo propostos para toda a rua.

Passando para o Imóvel N, este teve o 1º processo rectificado, sendo depois aprovado o 2º processo, a 6 de Janeiro de 1999, Acta N.º68 pelo GTAH. Os Arquitectos António Pinheiro e Paula Pinheiro, na sua Memória Descritiva²⁵, dizem que este edifício apresentava boa qualidade construtiva e bom estado de conservação, contudo o tipo de parede em cantaria granítica apresentava juntas de cimento salientes e pintadas, o que tornava a construção desenraizada e desagradável esteticamente. Como proposta de tratamento desta fachada, procedeu-se à remoção das juntas em cimento, posteriormente gateadas à face com argamassa²⁶ de cor idêntica ao granito.

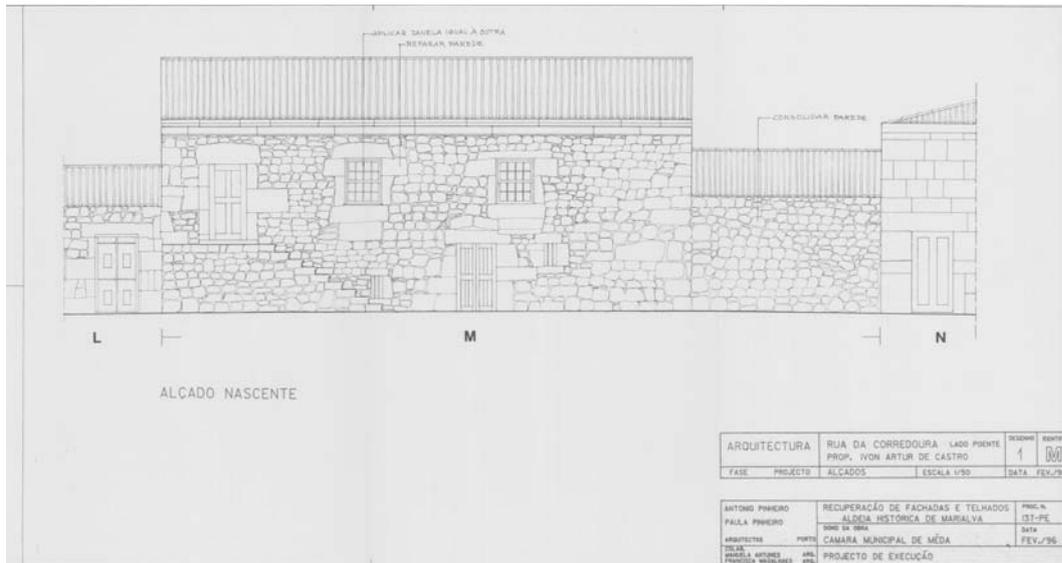
As janelas encontravam-se em bom estado de conservação, tendo-se inicialmente proposto pintar de verde-escuro, contudo acabou por ser revisto este ponto, tendo sido pintadas de *grenat* a cor proposta pelo GTAH; já as portas tiveram que ser restauradas e pintadas da mesma cor. Em relação à cobertura não houve qualquer tipo de reparação.

Houve ainda um tratamento da fachada voltada para o logradouro, na qual se optou por pintar o 1º piso de branco, a mesma cor que apresentava o imóvel contíguo O. Já o piso térreo não sofreu qualquer tipo de intervenção, pois apresentava uma relação continuidade com o edifício M; porém as caixilharias foram igualmente pintadas de *grenat*.

²⁴ As tintas tradicionais são compostas por um pigmento, de origem mineral ou vegetal, e por um veículo, através do qual se fixa o pigmento, como por exemplo leite de cal, óleo, gomas, água, ovo, etc. Ainda podem sofrer adição de materiais, os chamados aditivos, conferindo-lhes determinadas propriedades. No caso particular das caixilharias, foi definido pelos arquitectos e pelo GTAH, o uso de *grenat*, tratando-se de um vermelho-escuro ou vermelho-acastanhado. Ao empregar esta cor, remetiam para as cores tradicionalmente usadas em Portugal, nomeadamente os vermelhos: ocre avermelhados, vermelho cádmio, vermelho crómio, vermelho tijolo, ou vermelho sangue-de-boi. Tratando-se estas de cores escuras têm a capacidade de absorver a luz, funcionando como inércia térmica. Ver: TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa - *Diálogos de edificação: técnicas tradicionais de construção*, p.40-43; Ver: RIBEIRO, Vítor (Coord.) - *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*, p. 49-51 e 121.

²⁵ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto, consultada no arquivo da CCDRC, Fevereiro 2013.

²⁶ Segundo a Acta da 26ª Reunião do GTAH, de 09/07/1996: a lavagem de paredes “deverá ser feita por processo manual, com água e escova, sem detergentes ou outros elementos abrasivos/corrosivos; o tratamento de juntas “depois de limpas, deverão ser recalçadas em profundidade, com argamassa de cimento e areia 1:3. O acabamento deverá ser feito com argamassa pobre, do tipo tradicional, de cal, saibro, areia e cimento, em proporções a definir em obra pelos técnicos responsáveis, de forma a um acabamento idêntico à alvenaria existente em textura, grão e cor”.



42. Projecto de execução imóvel M



43. e 44. Edifício M antes da intervenção e na actualidade

O edifício M obteve aprovação do 1º processo, a 13 de março de 1996, Acta nº18. Este edifício era composto por um conjunto de dois blocos, um de dois pisos e outro de um piso, aparentando tratar-se de um anexo. As paredes exteriores apresentam dois tipos distintos de construção em granito: circundando os vãos são de boa composição, com corte regular e bem aparelhadas, enquanto a restante parede expõe estrutura granítica com junta seca, mas de pior qualidade. A parede ostenta, como remate superior, uma cornija em granito de boa qualidade construtiva.

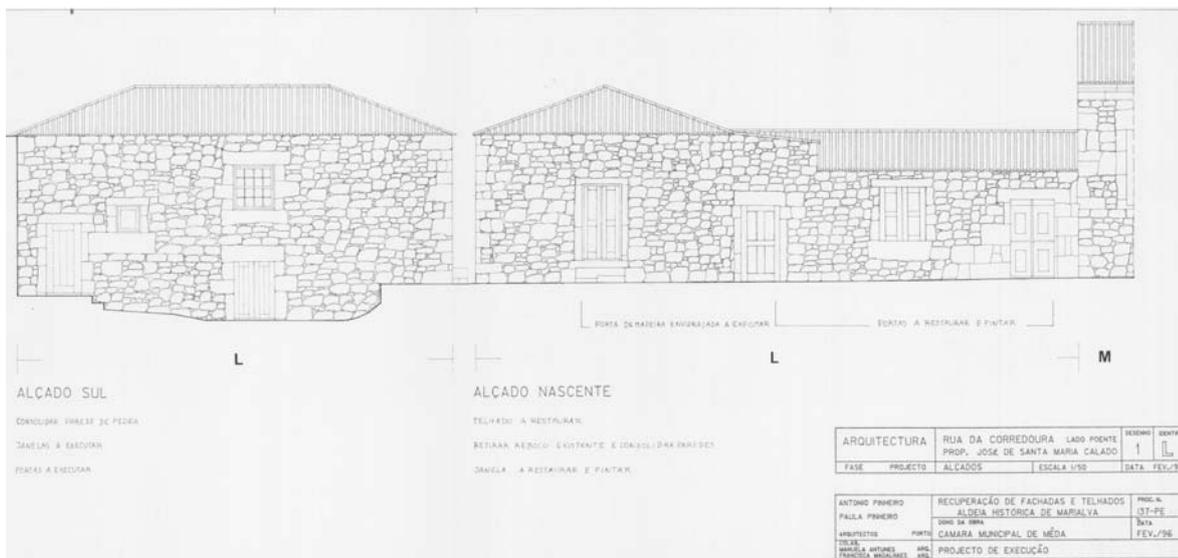
Para este edifício, António Pinheiro e Paula Pinheiro, propuseram apenas a conservação do sistema de pedra à vista no conjunto das paredes, arranjando as juntas e colmatando as falhas com material semelhante ao existente. A fenda da parede e a cornija foram consolidadas, através do uso de uma argamassa à base de cimento, injectada pelo interior da parede, de modo a que não fosse perceptível a intervenção²⁷. As falhas dos degraus do patamar foram reparadas, através de aplicação de novas pedras. O telhado não sofreu grandes intervenções, tendo apenas sido reparado o beiral. Em relação aos vãos, uma das janelas foi restaurada, tendo sido construída uma nova, idêntica à anterior, ambas em madeira de câmbala escura; as portas existentes também foram intervencionadas tendo em conta os pormenores-tipo²⁸.

Posteriormente a esta recuperação, o bloco de um piso sofreu alterações, tendo-se aumentado em altura a parede exterior, rematando-a com um novo telhado. Houve ainda uma reprodução da cornija na tentativa de integrar/disfarçar no conjunto a nova intervenção.

Há que referir que depois da intervenção por parte do PRAHP, a parede apresenta alguns elementos dissonantes que criam poluição visual do conjunto edificado, nomeadamente as caixas de luz, água, etc. Deveria ter-se tido maior atenção ao colocar e desenhar estes elementos, para que não destoassem tanto, podendo ser objectos e formas que se dissolvessem no conjunto, não impondo a presença do tempo actual. Carlos Amaral e Ana Santiago Faria, em entrevista, reforçaram esta ideia,

²⁷ Neste tipo de trabalho, os arquitectos deveriam, como ordem de trabalhos, ter procedido à devida limpeza das superfícies e remoção de todas as substâncias estranhas, extração dos elementos descolados, em risco de queda ou de destacamento, neste caso a cornija. Os planos de assentamento deveriam ter sido preparados com uma argamassa análoga à original, em vez de se ter usado a argamassa à base de cimento, sendo esta demasiado rígida. A recolocação da cornija deveria ser feita com o refechamento em sub-esquadria das juntas com a mesma argamassa, selando a superfície de ligação entre esta e a parede de alvenaria, mediante injeção ou colagem de caldas fluidas de argamassa à base de leite de cal e de tijolo peneirado e ventilado. Em relação à fenda e às juntas da alvenaria, deveriam ser removidas e limpas antecipadamente, seguindo-se o refechamento com um primeiro emboço camada à base de cal hidráulica natural livre de sais solúveis com areia crivada. Ver: CAMPANELLA, Christian - *Obras de conservação e restauro arquitectónico: condições técnicas especiais*, p. 106-108; Como descrito anteriormente, o acabamento seria executado segundo a informação do GTAH, na Acta Nº 26.

²⁸ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto, consultada no arquivo da CCDRC.



45. Projecto de execução imóvel L



46. e 47. Edifício L antes da intervenção e na actualidade

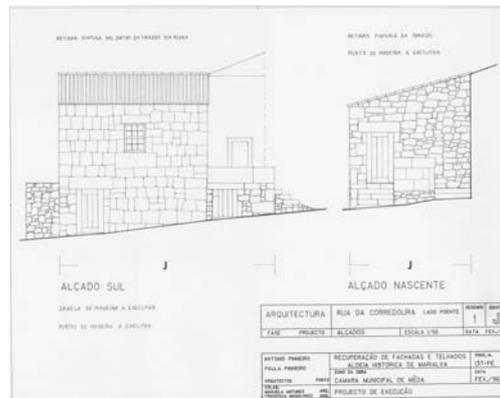
esclarecendo que se pretendia atenuar a poluição visual dos elementos “contemporâneos” da aldeia, nomeadamente antenas, linhas eléctricas, caixas de águas e esgotos, mas as entidades responsáveis pela gestão deste tipo de infraestruturas não estavam minimamente preparadas, nem estavam dispostas a ceder e a trabalhar em conjunto entre si. Este foi um grande problema no que toca à organização e gestão de toda a rede de infraestruturas, tendo o mesmo acontecido em praticamente todas as Aldeias Históricas.

O imóvel L foi igualmente aprovado no 1º processo, a 13 de março de 1996, Acta nº18. Este edifício, composto por dois volumes, encontra-se na esquina da Rua da Corredoura com o largo da Igreja de S. Pedro. Apresenta apenas um piso para a Rua, e é visível um piso enterrado quando se dobra a esquina, voltando-se para o largo. O edifício mostra a construção granítica com textura de diferentes tipos, nomeadamente peças com corte mais regular nos cunhais e vãos, e o resto da parede com assentamento irregular.

Foi proposta para este edifício, a remoção de elementos dissonantes da construção, como restos de reboco; procedeu-se ao preenchimento de buracos com granito e, onde necessário, refecharam-se as juntas, segundo o procedimento definido pelo GTAH. Uma das janelas do lado Poente sofreu uma operação de remoção do cimento, substituindo-o por um aparelho granítico. Em relação ao telhado, este sofreu uma maior intervenção ao ser reparado, reforçando a asna que se encontrava abatida, para além se terem substituído as telhas partidas e em falta. Foram executadas duas novas janelas a Sul com portadas interiores, substituindo os estores de plástico e ainda as duas portas de madeira, segundo o pormenor-tipo. Na fachada Poente, a porta principal foi alterada, sendo projectada uma nova, de madeira com almofadas superiores de vidro; foram restauradas as restantes portas e janelas, tendo sido previstas a verde-escuro²⁹.

A habitação J sofreu aprovação no 1º processo, a 13 de março de 1996, Acta nº18. Este edifício localiza-se numa posição estratégica, rematando o conjunto de edifícios, até aqui abordados, voltando-se a Nascente para a Rua da Corredoura, e a Sul para a Igreja de São Pedro e a Rua do Tanque. Trata-se de uma habitação de dimensões reduzidas, de dois pisos, um deles praticamente enterrado. Antes da

²⁹ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto, consultada no arquivo da CCDRC; o verde também é uma das cores tradicionalmente usadas em Portugal para pintar a caixilharia, aparecendo sobretudo sobre as tonalidades de verde loureiro, verdes de crómio ou verde salsa. Ver: TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa - *Diálogos de edificação: técnicas tradicionais de construção*, p.41.



48. Projecto de execução imóvel J 2m



49. e 50. Edifício J antes da intervenção e na actualidade

intervenção, tratava-se de uma habitação com uma conservação razoável.

Como trabalho de recuperação, as paredes de granito, do tipo *perpianho* com face aparelhada, necessitaram ser devidamente limpas e tratadas, pois apresentavam marcas de ferrugem e salitre. Limpou-se e descascou-se a tinta das superfícies do lado Nascente e as juntas do lado Sul, tendo posteriormente sido gateadas com argamassa de cor clara. Inclusive, procedeu-se ao refechamento das fendas do patamar com granito semelhante ao existente. O telhado sofreu reparações unicamente no seu contorno, em contacto com as paredes exteriores. Em relação às caixilharias, foi restaurada e pintada a porta principal, houve uma substituição da janela de ferro por uma de guilhotina em madeira e, ainda, as duas portas do piso térreo foram feitas em madeira, conforme o pormenor-tipo, todos pintados de verde-escuro³⁰.

Continuando este percurso em direcção ao Castelo, deparamo-nos com a Igreja de S. Pedro, que apesar de não ter sido intervencionada de acordo com as *Fachadas e Coberturas*, merece nota de destaque.

Como é referido no *Inquérito*, por vezes com o alargamento de ruas surgem os largos, que ajudam a evidenciar a irregularidade do traçado da planta, contribuindo para uma harmonia natural, espontaneidade e humanização. Estes espaços permitem a utilização para mercado, desafogo a um nó de trânsito, uma eira, ou adros nos quais se implantam as igrejas³¹. Por sua vez, as igrejas são peças ricas e expressivas, “à parte da rudeza dos elementos aparentes de granito, repetem modelos de feição erudita ou erudizante”³².

A Igreja de S. Pedro de Marialva é de um edifício medieval tardio, que sofreu diversas remodelações posteriores, tendo sido construído provavelmente sobre um outro templo, contemporâneo das sepulturas que se estendem por todo o adro, formando uma necrópole³³. O corpo alpendrado e a sacristia foram construídos em 1659, perfazendo uma ampliação do templo³⁴.

Este edifício religioso apresenta características da raia beirã, designadamente, o facto de ter nave única, tecto de madeira, com arco na cabeceira e capela-mor simples, tem campanário com dupla

³⁰ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto, consultada no arquivo da CCDRC.

³¹ Ver: ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol.2, p. 21.

³² ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol.2, p. 41.

³³ Ver: FARIA, Ana Santiago - *Marialva: subsídios para o estudo da ocupação territorial*, p. 45.

³⁴ Ver: ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL - *Marialva: Património..*



51. Igreja de S. Pedro de Marialva, 1971



52. Igreja de S. Pedro de Marialva, 2013

sineira e ainda possui três entradas, uma principal e duas secundárias nas laterais. As paredes interiores são bastante decoradas, apresentando pinturas a fresco e a seco³⁵. Apresenta ainda um púlpito exterior, usado em dias de festa, para pregar ao povo que se juntava no adro da Igreja.

Algumas renovações aconteceram no século XVIII, quando foi colocado sobre a nave um novo tecto de caixotões de madeira, no qual foram pintadas as molduras com figuras de santos. Também, os retábulos de talha dos altares da nave e da capela-mor foram construídos em meados de 1735, apresentando características do barroco nacional. O coro-alto foi construído no século XIX, tendo-se procedido à desconstrução e reconstrução da fachada principal, mas segundo o modelo anterior³⁶.

A mais recente intervenção na Igreja decorreu durante o PRAHP, executada durante duas fases, tendo sido a segunda aprovada pelo GTAH a 29 de Abril de 1999, Acta N°76 (GA-99/13). A obra esteve a cargo do IPPAR, que adjudicou a obra ao Arquitecto Luís Miguel Correia³⁷.

A primeira fase de trabalhos iniciou-se em 1995, tendo-se realizado a recuperação e beneficiação da cobertura, com a colocação de uma estrutura nova em madeira exótica, fornecimento e assentamento de subtelha, tipo “onduline” (placa fibro-betuminosa ondulada) para protecção do tecto e correcto assentamento da telha. Fez-se o restauro do tecto em caixotões do altar-mor e do tecto pintado do corpo principal. Foram feitos o realinhamento e consolidação de alguns troços de paredes e a remoção do reboco interior, sem danificar a camada pictórica subjacente. Ainda se procedeu à demolição do soalho de madeira que estava completamente apodrecido e repôs-se o pavimento original, em granito, que se encontrava encoberto³⁸.

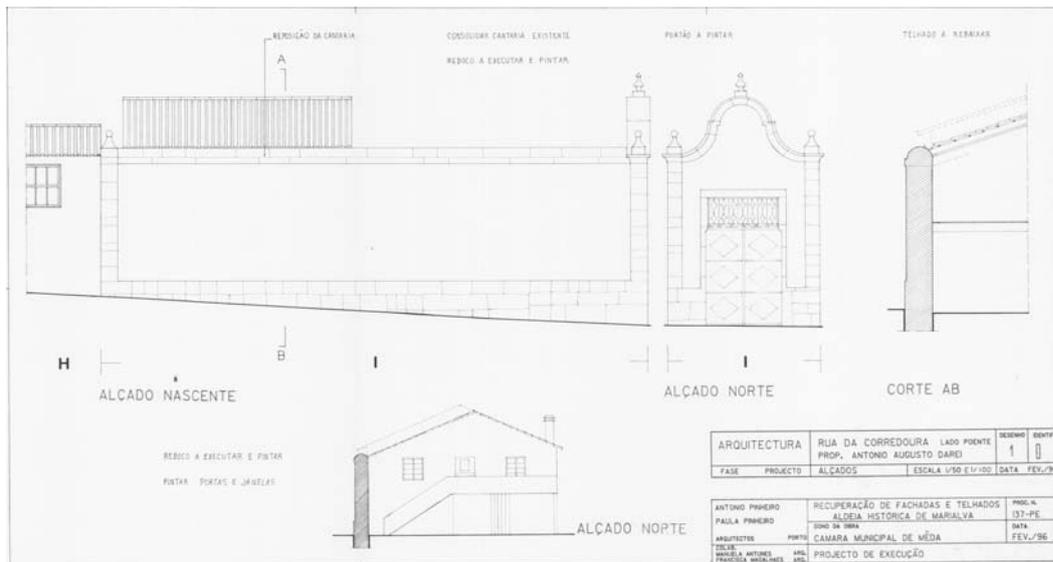
A segunda fase iniciou-se em 1999, e executaram-se trabalhos no espaço exterior, na Igreja e na Sacristia. No exterior fez-se a reconstrução, consolidação e limpeza do muro de contorno do adro; o adro foi alvo de escavações arqueológicas, sendo depois pavimentado em gravilha e tendo sido feita a reposição dos bancos de pedra originais; na torre sineira procedeu-se à limpeza das paredes

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ Luís Miguel Correia (Coimbra, 1970). Arquitecto pelo Departamento de Arquitectura da F.C.T. da Universidade de Coimbra, em 1994. Mestrado pelo Departamento de Engenharia Civil da FCTUC, especialidade em “Ciências da Construção”, com a dissertação intitulada: *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*, 2007. Actualmente desenvolve a tese de Doutoramento no DARQ|FCTUC sob o tema: *Relação entre o monumento e o lugar. As Zonas Especiais de Protecção*. Assistente no DARQ|FCTUC nas disciplinas de Projecto e Seminário de investigação em Arquitectura. Tem várias publicações, comunicações e projectos. Intervenções em património classificado em colaboração directa com o IPPAR e a DGEMN.

³⁸ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto, consultada no arquivo da CCDRC.



53. Projecto de execução imóvel I

2m



54. e 55. Edifício I antes da intervenção e na actualidade

exteriores e refechamento das juntas; o suporte de madeira do sino foi tratado e pintado e a porta teve fornecimento e assentamento em perfis de ferro. Em relação à Igreja foi fornecido e assentado o soalho, corrido, à antiga portuguesa, em carvalho americano; fez-se a reposição do pavimento em pedra, incluindo limpeza e substituição de peças degradadas ou em falta; em relação ao Coro Alto e às escadas de acesso, fez-se o restauro total e melhorou-se a estabilidade da estrutura existente, fez-se a limpeza e fixação da camada policroma, montou-se a balaustrada e executaram-se novos lanços de escada; procedeu-se ao restauro e conservação dos retábulos laterais; as caixilharias e portas foram tratadas e pintadas; e fez-se a instalação do sistema de iluminação. Para a Sacristia também foi fornecido e assente o soalho, corrido à antiga portuguesa, em carvalho americano; pintou-se a parede; fez-se o fornecimento e assentamento do aglomerado de madeira do tecto, da porta exterior em carvalho americano e da interior em carvalho francês³⁹.

Com estes trabalhos recuperou-se este edifício de culto, com elevado valor histórico, arquitectónico e patrimonial, reforçando a sua importância no contexto urbano local, assim como, integrando-o no espaço envolvente, melhorando as condições para as práticas religiosas, espaço de convívio para a população e mais atractivo para visitantes.

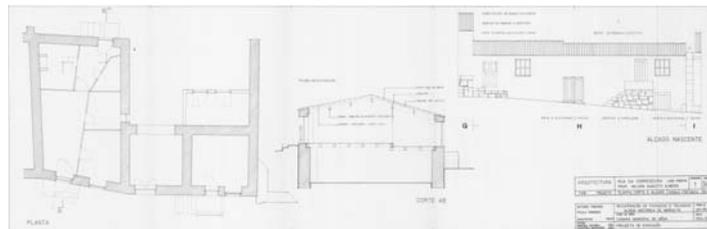
Regressando à análise das fachadas e coberturas, o próximo bloco de construções vai desde a praça da Igreja de S. Pedro até à Rua da Pocinha, com a designação I, H, G, F, E. e D. Todos os edifícios, apresentavam uma unidade de princípios construtivos em alvenaria granítica aparelhada, com as paredes rebocadas e pintadas com cores suaves à base de cal e pigmentos naturais, com excepção do muro do imóvel I⁴⁰.

O imóvel I teve o 2º processo aprovado a 31 de Julho de 1996, Acta N°27, pelo GTAH. Antes da intervenção, a habitação apresentava uma fraca qualidade estética e construtiva, contudo o muro de vedação voltado para a rua ajudava a escondê-la. Portanto, valorizou-se o muro, já que evidenciava alguma qualidade arquitectónica, sobretudo nas cantarias salientes em todo o seu perímetro, desde embasamento, cunhais e coroamentos. Todavia, o seu “interior” em alvenaria granítica não era de tão boa qualidade, optando-se por rebocá-lo com argamassa de cal⁴¹, mantendo a continuidade com a

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto, consultada no arquivo da CCDRC.

⁴¹ A argamassa à base de cal é um produto tradicionalmente usado, que se obtém através de misturas plásticas de areia, água e a cal, que funciona como ligante. Este tipo de revestimento é muito bom, apresentando as seguintes características: cria uma imagem



56. Projecto de execução imóvel H



57. e 58. Edifício H antes da intervenção e na actualidade

habitação contígua H. Nesta fachada ainda se propôs remover a janela, que se apresentava como elemento dissonante, mas acabou por ser redimensionada e dissimulada, não ganhando qualquer protagonismo, permitindo o contacto da construção com o espaço público. Ainda se aplicou a cantaria de remate superior de perfil redondo idêntico ao existente, em granito. O portão de ferro, do portal barroco, foi pintado de verde-escuro⁴².

A habitação no interior do lote sofreu um corte no beiral que se prolonga sobre o muro, com a execução de uma caleira e de um rufo de vedação escondidos. A fachada Norte estava inacabada, por isso rebocou-se no piso superior e nos paramentos da varanda e da escada. A Sul, sobre o telhado da construção contígua, foi rebocada e pintada a empena, sendo as caixilharias de ferro apenas pintadas⁴³.

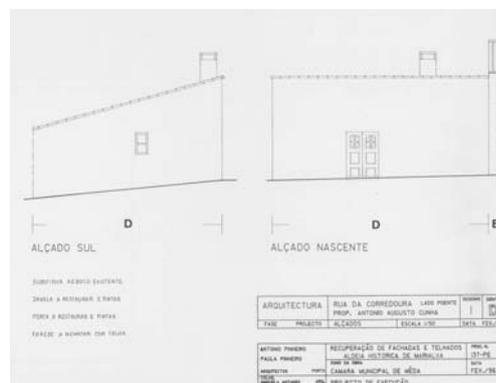
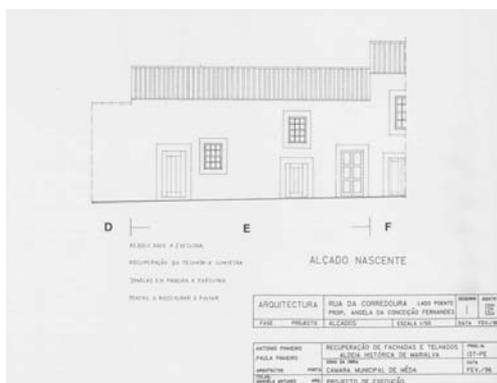
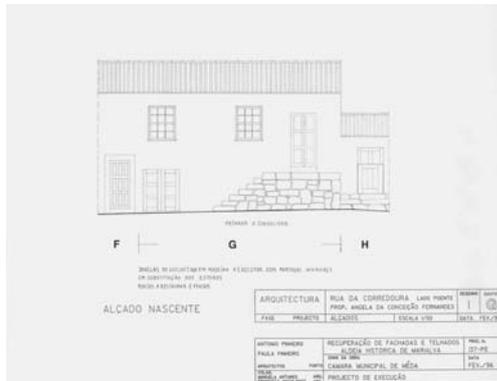
Continuando para Sul, o próximo edifício é o H, aprovado no 1º processo, a 13 de Março de 1996, Acta Nº18. Este edifício evidenciava claras características arquitectónicas da casa agrícola beirã, com as “lojas” e alpendre, executando obras no sentido de se tentar manter e valorizar.

O edifício estava em muito mau estado de conservação, tendo sofrido uma importante operação de recuperação e restauro. Começou por se demolir o acrescento do alpendre de madeira, que já não apresentava qualquer tipo de qualidade e utilidade, refazendo-se em seguida a janela e a porta que se encontravam no seu interior. O patamar foi restaurado nas juntas, removida a pintura sobre a pedra e foi aplicada uma guarda em granito no lado Norte, idêntica à do lado Nascente. Foi removido o reboco de toda a parede exterior, de forma a serem gateadas as juntas do granito, seguido da colocação de uma impermeabilização com hidrófugo e, finalizando com a aplicação de novo reboco idêntico ao existente. Foram, ainda, executadas duas janelas de guilhotina em madeira de câmbala, idênticas à existente, e a porta principal de acordo com o pormenor-tipo, tendo as restantes portas sido restauradas e pintadas de acordo com o conjunto. O telhado e respectiva estrutura estavam em muito mau estado de conservação, tendo sido inteiramente removidos e substituídos por novos.

continua pelo pano de parede; tem boa aderência aos materiais; tem boa estanquidade (capacidade de não penetração de água na alvenaria); baixo coeficiente de capilaridade; tem uma durabilidade elevada; não tem fissuração; tem boa plasticidade; é hidrófuga (preserva a parede da humidade exterior, combatendo a formação de sais); faz respiração (não permite a condensação da humidade no interior da construções); cria inércia térmica (evita as variações de temperatura); e é bactericida, actuando como desinfectante. Ver: TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa - *Diálogos de edificação: técnicas tradicionais de construção*, p.104-109.

⁴² Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto, consultada no arquivo da CCDRC.

⁴³ *Ibidem*.



59., 60., 61. e 62. Projectos de execução imóveis G, F, E e D



63. e 64. Conjunto dos edifícios antes da intervenção e na actualidade

Fez-se um vigamento novo e colocou-se telha idêntica à existente sobre “onduline”, apoiada sobre tabuado contínuo de madeira⁴⁴.

A 13 de Março de 1996, Acta N°18, também foi aprovado pelo GTAH o 1º processo do imóvel G. O edifício pertence ao mesmo proprietário que o E e F, fazendo com estes um conjunto que apresentam uma certa unidade de princípios construtivos, desde paredes rebocadas, a caixilharias de madeira, mostrando uma falta de delimitação aparente entre si. Este edifício de dois pisos estava em bom estado de conservação, pois havia sido recuperado recentemente, contudo a sua arquitectura fora descaracterizada.

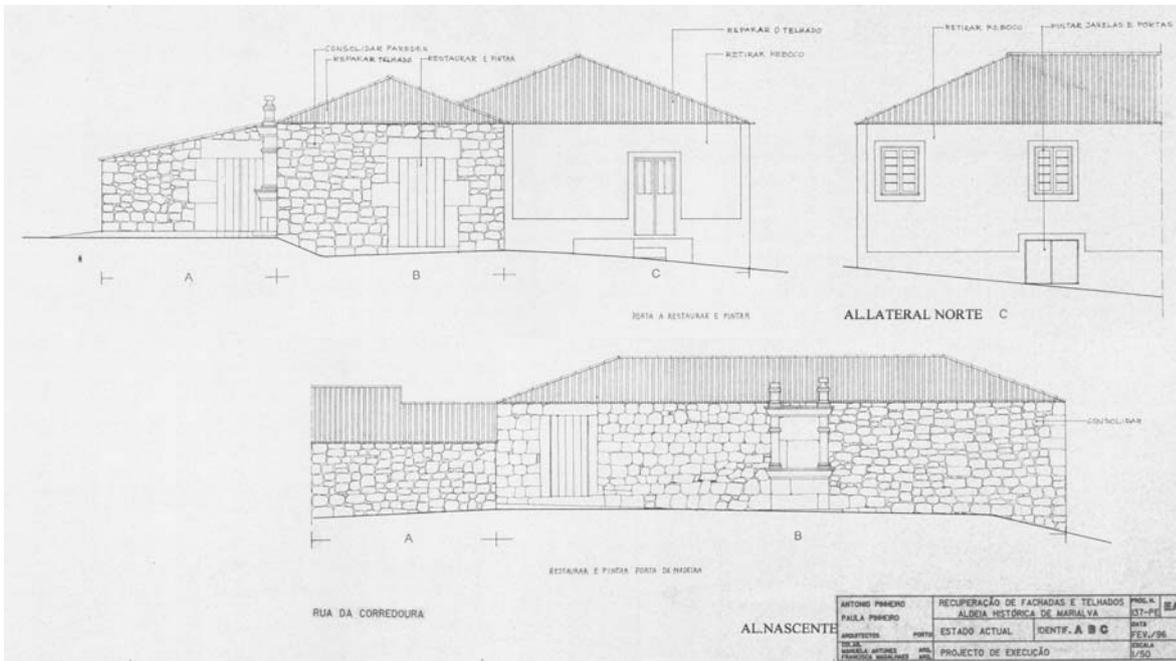
Os Arquitectos António Pinheiro e Paula Pinheiro propuseram a substituição do reboco de chapisco, por argamassa de cal; as falhas do patamar de granito foram preenchidas e fixadas com argamassa pelo interior; foram removidos os estores de plástico e executaram-se duas janelas de guilhotina com portadas interiores de madeira de câmbala; as duas portas de madeira foram restauradas. Em relação à cobertura nada se fez, pois havia sido restaurada recentemente, sendo apenas reparada e pintada de branco a empena sobre o edifício H⁴⁵.

O imóvel F foi igualmente aprovado o 1º processo a 13 de Março de 1996, Acta N°18. Este edifício de dois pisos apresentava as paredes rebocadas, com as cantarias recuadas em relação ao reboco na envoltória dos vãos. A intervenção neste edifício prendeu-se com a remoção do reboco, gateamento das juntas de pedra, impermeabilização da parede e, por fim, novo revestimento a reboco. Em relação às cantarias de pedra, sofreram uma limpeza de modo a que o granito ficasse novamente aparente. Foram restauradas e pintadas as duas janelas de guilhotina e as duas portas encabeçadas na parte inferior. O telhado foi reparado, tendo sido substituídas as telhas partidas e verificadas as infiltrações do beiral sobre a parede. Ainda, foi reparada a empena sobre a construção adjacente, sendo pintada da mesma cor que a parede.

O imóvel E, o terceiro deste conjunto, também foi aprovado nas mesmas condições dos anteriores. O reboco encontrava-se em mau estado, tendo recebido o mesmo tratamento dos edifícios F e G, formando aresta no contorno das cantarias, que também foram completamente limpas. Na parede foi

⁴⁴ *Ibidem.*

⁴⁵ *Ibidem.*



65. Projecto de execução imóveis C, B e A



66. e 67. Conjunto dos edifícios antes da intervenção e na actualidade

aplicada cal com pigmentos naturais e fixante. As duas janelas de guilhotina foram feitas de novo e restauraram-se as portas de madeira existentes, uma delas encabeçada na parte inferior; foram todos pintados de *grenat*. O telhado foi restaurado na cumeeira e aplicaram-se telhas de canudo em falta ou em substituição das partidas⁴⁶.

O edifício D foi apenas aprovado no 2º processo, a 2 de Julho de 1997, Acta Nº48. As paredes do lado Nascente e Sul tinham o reboco degradado, tendo sido substituído. O coroamento das paredes foi regularizado em aresta e coberto com telha de remate. A porta de madeira com caixilho de ferro envidraçado existente e a janela de madeira foram restaurados e pintados. A cobertura foi reparada e substituíram-se algumas telhas em falta⁴⁷.

A Sul, no canto entre a Rua da Pocinha e a Rua da Corredoura, situa-se o edifício C. Este edifício foi aprovado pelo *Grupo Técnico* no 2º processo a 31 de Julho de 1996, Acta Nº27. Antes da intervenção apresentava um razoável estado de conservação em relação às paredes e cobertura, contudo o reboco estava completamente degradado ou em falta.

A intervenção proposta pelos Arquitectos António Pinheiro e Paula Pinheiro prendeu-se com a remoção do reboco da parede de alvenaria granítica, tendo em conta que esta tinha uma textura de boa qualidade, permitiu que se integrasse melhor no conjunto dos edifícios contíguos (A e B). O quadro de afixações e a placa toponímica foram igualmente removidos. As janelas de madeira do lado nascente foram pintadas de *grenat* e as portas, uma delas com caixilhos envidraçados sofreram o mesmo tratamento. Nos vãos foi aplicado vidro simples com 6mm e fixado com betume⁴⁸.

Para terminar, o último edifício que sofreu intervenção nesta fase foi o B, aprovado a 13 de Março de 1996, Acta Nº18 e finalizada a recuperação em Abril de 1997. Construção de fraca qualidade construtiva, não funcionava como habitação, mas sim como palhal e lagar, num piso só. As paredes Norte e Nascente estão voltadas para a Rua da Corredoura, com canto arredondado em granito de junta seca, foram consolidadas nas fendas e preenchidas com pedras em falta. O telhado foi totalmente reparado, através do reforço do vigamento, da reposição de telhas novas e aproveitamento de algumas existentes, tendo sido fixadas com argamassa nas cumeeiras e no beiral saliente. As portas de

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ *Ibidem*.



68. e 69. "Passos" encostado ao imóvel B

madeira foram restauradas e pintadas.

Os Passos, em cantaria, encostados ao edifício, foram consolidados nas fendas mais acentuadas⁴⁹. Toda a rua está pautada por estes objectos de culto, ligados às cerimónias da Semana Santa e à Paixão de Cristo, fazendo parte do percurso da procissão dos “Passos”.

Pela descrição caso a caso percebe-se que este tipo de intervenção não passou de um tratamento de pele, muito útil, é evidente, mas é pena que o seu interior tenha ficado esquecido. Neste ponto não pretendo criticar os arquitectos, que evidentemente pretendiam tratar de outra forma as intervenções, mas sim os financiadores do PRAHP, que o mais importante para eles era rentabilizar a obra do ponto de vista exterior, tratando apenas de uma forma *Fachadista*, “para Turista ver”. Uma questão fundamental para este processo, mesmo estando a tratar-se apenas de obras de fachada e cobertura, prende-se com a utilização de isolamentos térmicos nas paredes e telhados, o que se verificou ter apenas acontecido em algumas obras. O facto de terem em certos telhados procedido à reparação de beirais ou empenas “desobrigou-os” de tratar de um modo geral a construção e aplicar um isolamento adequado. Outra questão prende-se com a qualidade da execução dos trabalhos, pois muitos deles apresentam-se com uma fraca qualidade, tendo por exemplo já ocorrido nesta rua algumas obras no sentido de se substituir a caixilharia por outra mais eficaz, em alumínio com vidro duplo. Este ponto é perceptível, pois algumas caixilharias não receberam o tratamento mais adequado e as madeiras começaram a apodrecer e, apesar de partirem de exemplos tradicionais, a utilização do vidro simples já não responde correctamente em termos de conforto.

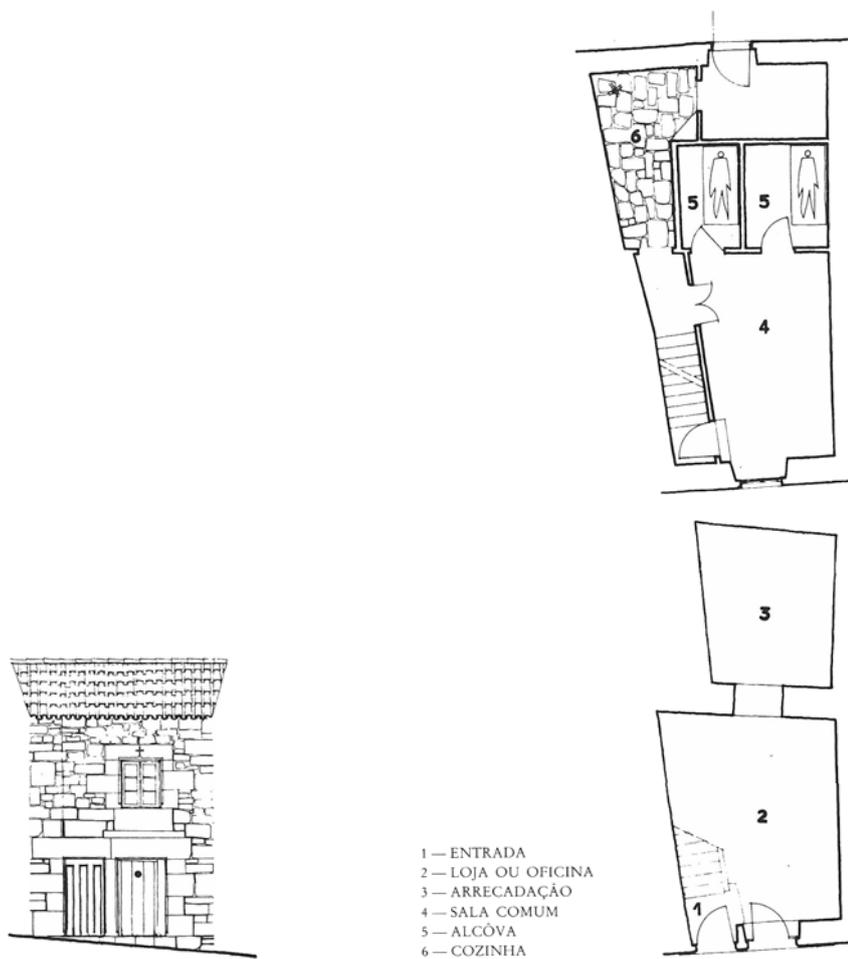
Outros trabalhos realizados pela Câmara Municipal da Mêda nesta rua estiveram relacionados com arranjos urbanísticos e infraestruturais, designadamente a repavimentação em blocos de granito irregulares, calçada portuguesa, o enterramento dos cabos de energia eléctrica, telecomunicações e televisão, assim como, uma rede de esgotos e água, e a instalação de iluminação pública⁵⁰. Certos destes elementos, tais como, os objectos usados para a iluminação das ruas, as tampas de esgotos e as caixa/armários eléctricos e de comunicação, deveriam ter sido melhor “pensados”, em menor quantidade e com uma linguagem mais simples e discreta. Desta forma, não criariam um impacto vi-

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ Informação presente na Acta da 28ª Reunião do GTAH, de 12/08/1996; na Acta da 55ª Reunião, de 19/05/1999; na Acta da 59ª Reunião, de 14/07/1999; na Acta da 86ª Reunião, de 23/11/1999.

sua tão forte e estariam de acordo com o local, privilegiando uma integração no conjunto e na Aldeia Histórica que se pretendia valorizar.

Estas intervenções preservaram, reabilitaram e permitiram divulgar esta variedade de lugares esquecidos e melhorar a auto-estima das populações residentes. Contudo, é necessário que as intervenções feitas doravante não percam a qualidade e, que se tenha em conta, que serão necessárias intervenções de carácter de manutenção, obrigatoriamente a cargo do poder local.



70. Casa típica de judeus

Casos de Estudo

Posto de Acolhimento e Turismo

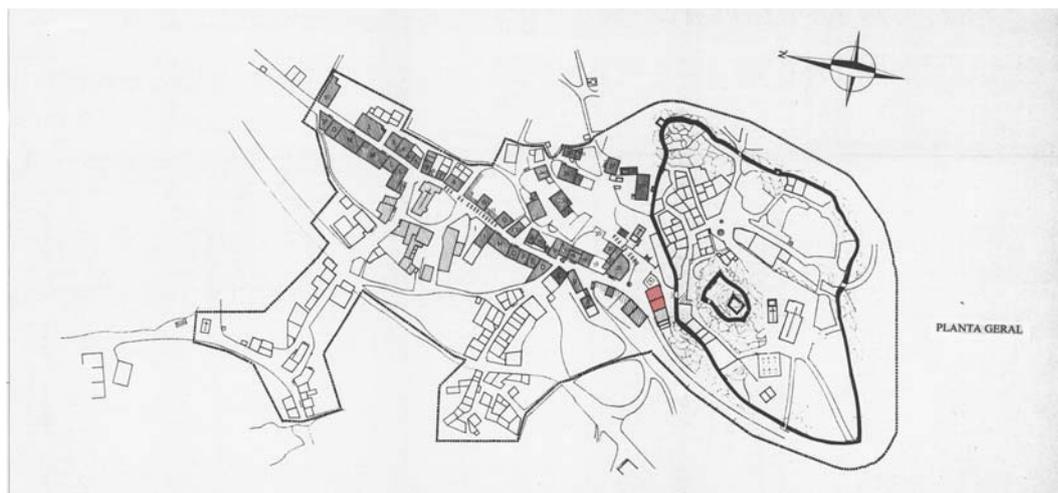
Como remate do percurso Norte-Sul feito na Rua da Corredoura, encontramos um largo denominado do Cruzeiro, nome ganho devido a um Cruzeiro do século XVIII que nele foi construído. Em frente deste, foi instalado o *Posto de Acolhimento e Turismo* sobre ruínas de duas casas de judeus.

Os judeus, povo genericamente voltado para as actividades comerciais e artesanais, começaram a fixar-se em toda a zona da Beira no final do século XIII, com o surgimento das feiras. No século XIV, com as perseguições em Espanha, mais judeus se juntaram nesta zona interior e pacata. No século seguinte, os Reis Católicos determinaram a sua expulsão de Castela, levando a que se refugiassem por exemplo nesta zona. Este facto ajudou ao crescimento de indústrias artesanais e do comércio, fixando-se em núcleos habitacionais chamados Judiarias. Remontando a esse mesmo século, Marialva sofreu uma recuperação demográfica, sobretudo pela vinda de inúmeras famílias de judeus¹.

Como se pode verificar pelo exemplo dado por Francisco Keil do Amaral no livro *Arquitectura Popular em Portugal*², é perceptível uma distribuição tipológica das habitações judias. Com a sua actividade dedicada principalmente ao comércio e ao artesanato, o rés-do-chão servia sobretudo para o estabelecimento ou oficina, muitas vezes com arrecadação nos fundos. Algumas das habitações tinham comunicação interna com o piso superior, onde se situavam a cozinha, a sala comum e a(s) alcôva(s).

¹ Ver: FARIA, Ana Santiago - *Marialva: subsídios para o estudo da ocupação territorial*, p. 55.

² Ver: ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol. 2, p. 90.



71. Implantação Posto de Acolhimento e Turismo

Nacionalidade

Ano	PT	ES	FR	US	UK	DE	Outra	Total
2005	10061	210	143	0	111	71	101	10697
2006	8341	85	62	2	100	6	33	8629
2007	7889	338	167	2	49	10	58	8513
2008	19239	235	276	7	115	21	80	19973
2009	14195	731	270	0	215	9	57	15477
2010	16541	1652	47	164	27	32	40	18503
2011	11581	940	75	180	49	27	65	12917
2012	9735	487	125	115	52	43	97	10654
Total	97582	4678	1165	470	718	219	531	105363

72. Fluxo de turistas em Marialva de 2005 a 2012

Em relação à Judiaria de Marialva, é incerta a sua verdadeira localização, contudo existem vários exemplos de construções, nomeadamente intra-muros, próximo da Porta do Anjo da Guarda, onde existe uma porta ogival, a que ainda hoje chamam a Casa da Judia, tendo inclusive ao lado uma pedra com uma inscrição. Por sua vez, o Arrabalde está pontuado com inúmeras casas, que de acordo com os vãos indica tratarem-se de casas judaicas, tendo em conta que geralmente tinham o local de comércio no rés-do-chão, com uma porta mais larga e uma outra mais estreita ao lado, que dava acesso à habitação no 1º andar³.

O facto de ter sido esta a escolha para a localização do Posto de Acolhimento e Turismo, surgiu de forma natural, tendo em conta a posição dominante do lote em relação a todo o conjunto edificado do Arrabalde, e da Vila, fazendo a transição entre as duas. Por se encontrar próximo da entrada principal do castelo, veio ajudar a redefinir o trajecto da visita; por outro lado, os dois edifícios em questão encontravam-se em estado de ruína avançada, tornando mais premente a sua intervenção. O projecto do Posto de Acolhimento e Turismo nasce segundo um acordo entre o IPPAR e a Câmara Municipal da Mêda, tendo a Câmara feito a aquisição dos imóveis e o IPPAR ficado responsável pela execução do projecto⁴. O Arquitecto Carlos Amaral ficou incumbido de desenhar o edifício, tendo sido aprovado pelo GTAH a 14/15 de Julho de 1998, Acta N°64.

A criação de serviços de acolhimento para quem visita as Aldeias Históricas, dotando-os de características funcionais e de conforto necessárias ao seu uso, era fundamental para o PRAHP e o seu projecto de recuperação e gestão territorial. Com estas características, o Posto de Acolhimento e Turismo visa valorizar o conjunto, assim como, permite mostrar a sua história e cultura, pontos importantes para o desenvolvimento turístico, bem como, elemento de dinamização local. Com a integração de pontos de venda, ou simplesmente local de descompressão e retenção temporário de público, proporciona uma maior relação entre o visitante e o sítio⁵.

Com um atendimento adequado e com qualidade no serviço, torna-se uma mais-valia na aposta turística, trazendo mais investimento e visitantes à região. Numa tentativa de inverter o processo de desertificação em curso, estes equipamentos promovem e divulgam a aldeia, a sua história e o seu

³ Ver: FARIA, Ana Santiago - *Marialva: subsídios para o estudo da ocupação humana*, p. 55-56.

⁴ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto, consultada no arquivo da CCDRC.

⁵ Ver: CALADO, Luís Ferreira (Dir.) - *Estudos Património*. 3. p. 212-213.



73. Largo do Cruzeiro com a cisterna e as duas casas dos judeus, uma já demolida, 1971



74. Posto de Acolhimento e Turismo, s/d

património, possibilitando também o funcionamento em Rede com as outras Aldeias Históricas. De certo modo, este processo de trabalho faz sentido nos pressupostos seguidos pelo PRAHP, segundo a premissa que não se pode só inventariar e preservar, e de que é necessário divulgar e promover a região.

Particularmente, no caso de Marialva torna-se muito importante este serviço, pois não havia, até então, qualquer apoio semelhante na aldeia. Com esta nova valência, funcionando como um complemento importante de visita e fruição dos sítios históricos, pode evidenciar-se o seu valor patrimonial, histórico, arquitectónico e arqueológico. E por conseguinte, contribui no sentido do seu desenvolvimento, permitindo também usos complementares à sua função original.

A proposta de projecto sugeria que a nova construção fosse assente e se apropriasse de todas as ruínas de duas casas quinhentistas contíguas, uma das quais apresentava uma janela manuelina, que acabou por ser incorporada no novo edifício. Pelas características visíveis nos vestígios restantes, as casas apresentavam semelhanças quanto à estrutura das habitações judaicas da Beira Interior. Segundo o estudo da Arqueóloga Dra. Maria Antónia Amaral⁶, o muro da cisterna medieval apresentava-se anterior à parede quinhentista, no qual esta se adossou, ambas assentes directamente na rocha⁷. Contudo, segundo a entrevista ao Arquitecto Carlos Amaral verifica-se que havia uma “situação falaciosa, porque a parede da cisterna, que tem a porta, era aparelhada assim como o próprio topo, ora essa parede estava encastrada dentro da parede da casa. Essa situação nunca poderia acontecer desta forma, pois aquilo ao estar aparelhado assim notava-se que era uma situação equívoca. A explicação veio depois através de uma fotografia, [...] com as casas em pé e o que estava arruinado era a cisterna”⁸. No entender de Carlos Amaral, as casas estariam certamente em pé, tendo-se procedido à demolição de uma delas para recuperar a cisterna, trabalho esse, executado por volta dos anos 30 ou 40 do século XX.

Segundo a memória descritiva de Carlos Amaral, com a apropriação das ruínas na nova construção,

⁶ Maria Antónia Athayde Amaral, licenciada em Arqueologia e História pela Universidade de Coimbra, foi técnica da Direcção Regional de Coimbra, do IPPAR, tendo feito diversas escavações arqueológicas em Marialva. Actualmente é técnica da Direcção Regional da Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT):

⁷ Ver: AMARAL, Maria Antónia - *Relatório técnico das sondagens levadas a cabo em Marialva: Vila – limpeza de arruamentos, antiga Casa da Câmara e Largo do Pelourinho; Arrabalde – escavação na casa onde se situará o futuro Posto de Acolhimento e Turismo; adro da Igreja de S. Pedro*, p. 23.

⁸ Segundo a entrevista ao Arquitecto Carlos Amaral, em anexo.



75. Contrastes, 2013



76. Cobertura, 2013

estas assumem um papel cenográfico (mas sempre construtivo), que fornece as regras de composição da “caixa” exterior. Caixa, essa, que se desenvolveu segundo um desenho e construção complexos, com o objectivo de garantir um acabamento simples e regular. A força do desenho e a sua rigidez estética revelam uma diferente interpretação do projecto perante o construído histórico. Com este esquema de composição torna-se evidente a relação e distinção entre o velho e o novo, entre o construído e o preservado.

A laje da cobertura ganha particular expressão ao ser desenhada plana, com forro regular, em lajes de granito, dobrando-se sobre o plano vertical da parede. Com o objectivo de integração da parede antiga na nova, estava previsto que se construísse uma parede nova em betão revestida integralmente em chapa de granito, com estereotomia regular e com dimensão aproximada à que se apresenta na parede existente. Tal acabou por não acontecer, tendo-se revestido a parede de betão a reboco com cal branca.

Como ponto importante de integração nas ruínas pré-existentes, foi necessária a adaptação às paredes do lado Este (as próximas da muralha do castelo), tendo sido proposta uma dobragem no tardo, de forma a assegurar o fechamento do edifício. Recorreu-se ao uso de um envidraçado contínuo, relativamente inexpressivo e bastante recuado em relação ao plano dos muros antigos, não tocando, nestes, de forma deliberada. Criou-se um segundo plano horizontal em consola, que resulta de outra dobragem na cobertura⁹.

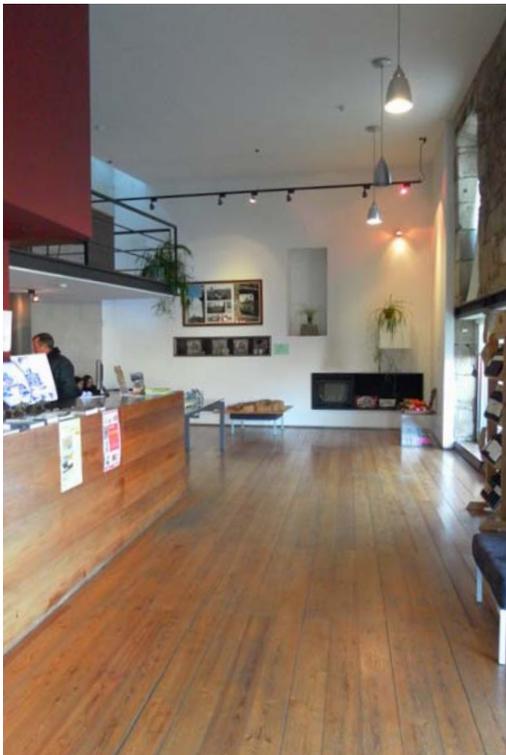
A composição dos novos vãos acabou por ser definida pelo embasamento da parede demolida, sendo em tudo idênticos aos vãos da parede que subsiste. Por sua vez, esta parede apresentava as cantarias das molduras das portas e janelas cortadas em bisel e encimadas por vergas decoradas com falsos arcos trilobados, que são característicos do primeiro quartel do século XVI.

Actualmente, a entrada é feita pelo lado novo da construção, na qual se desenhou um grande rasgo na “nova caixa” e, através de caixilhos de aço inoxidável, fez-se a reprodução, segundo as proporções do sistema das portas judaicas, uma mais pequena e outra mais larga, conforme os vestígios ainda presentes na fundação da parede. No lado voltado para a cisterna também se construíram caixilhos

⁹ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto, consultada no arquivo da CCDRC.



77. Entrada, 2013



78. e 79. Interior, 2013

idênticos, mas fixos, permitindo a leitura da parede interrompida da cisterna¹⁰.

O espaço interno acabou por ser todo desenhado segundo um objectivo unitário do espaço, tendo para tal, sido demolida a parede de separação entre as duas casas judaicas. Carlos Amaral procurou, deste modo, reproduzir um espaço sereno e regular, dando-lhe uma nova expressão. As paredes interiores e o tecto foram pensados para serem revestidos em reboco estanhado e gesso cartonado, pintados a tinta de água branca. A parede do fundo foi executada em betão armado, tendo sido idealizada para ficar aparente com acabamento com envernizamento mate, mas acabou por ser revestida por placagem de granito. O pavimento foi executado, de forma contínua, em soalho convencional em madeira de “Mutene”. O rodapé foi desenhado por uma calha de aço inoxidável, sendo este um elemento que faz a continuidade com a materialidade da porta.

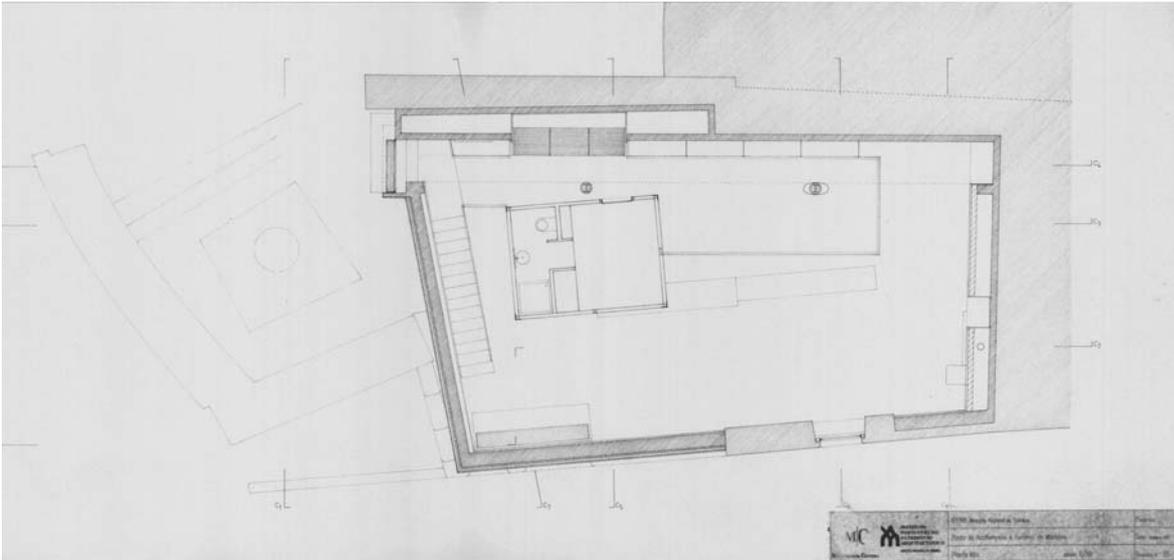
Carlos Amaral desenvolve o projecto de uma forma muito particular, ao criar uma espécie de caixa dentro da caixa. Enquanto a caixa exterior funciona como estrutural, englobando todo o espaço do lote, onde se destaca o betão, o granito e o vidro, já a interior aparece como um objecto ligeiro, autónomo e solto, que não se prende com as mesmas premissas da anterior.

Este objecto desdobra-se em dois pisos, ficando incumbido de acolher as funções mais técnicas do programa. A estrutura desse piso foi construída com perfis metálicos, HEB 140, HEB 100, INP 120, UNP 120, UNP 100, revestidos a gesso cartonado, pintado de vermelho. A estrutura do soalho é definida por perfis rectangulares em madeira (de 90mm x 60mm) e, as guardas, com barra chata com uma secção de 40mm x 6mm e perfil oco de secção quadrada de 40mm x 40mm x 3mm.

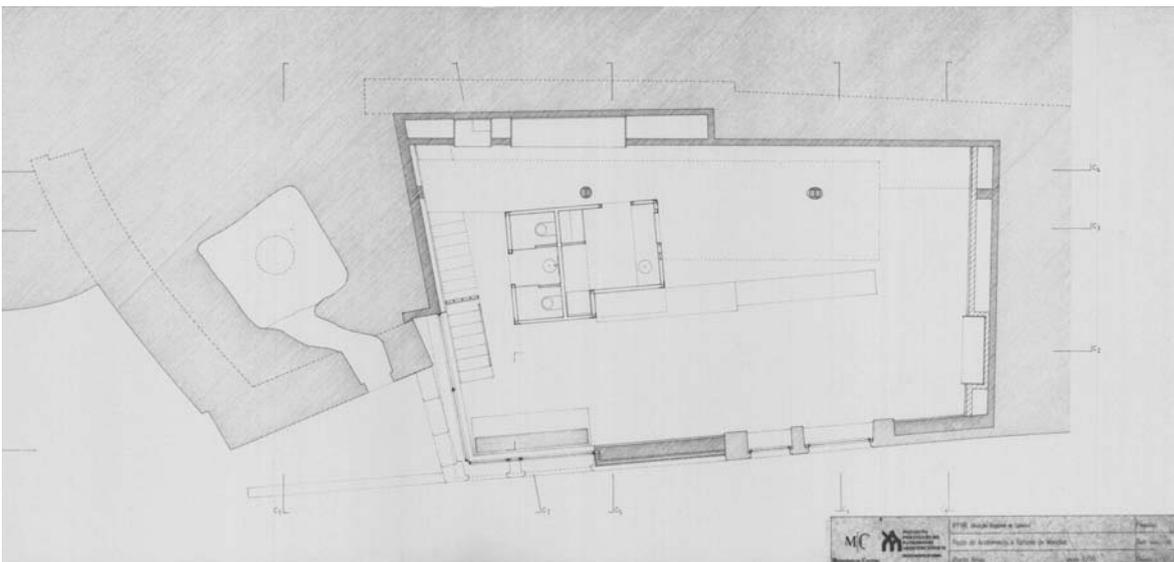
Como forma de divisão, composição e estruturador do espaço, foi ainda desenhado um balcão em madeira e vidro. Com este objecto longo, o espaço é dividido entre o espaço público e o espaço mais privado destinado aos funcionários do Posto de Acolhimento e Turismo. Como forma de manipulação espacial, foi pensada a possibilidade de parte do balcão poder ser recolhido, permitindo o uso do imóvel como salão.

Em termos programáticos, o edifício está dotado no primeiro piso de recepção aos visitantes, de instalações sanitárias masculinas e femininas, com lava-mãos em comum, fonte/bebedouro e copa de apoio a festas ou recepções, não permitindo a confecção de alimentos. O espaço restante permite o

¹⁰ *Ibidem.*



80. Planta Alta



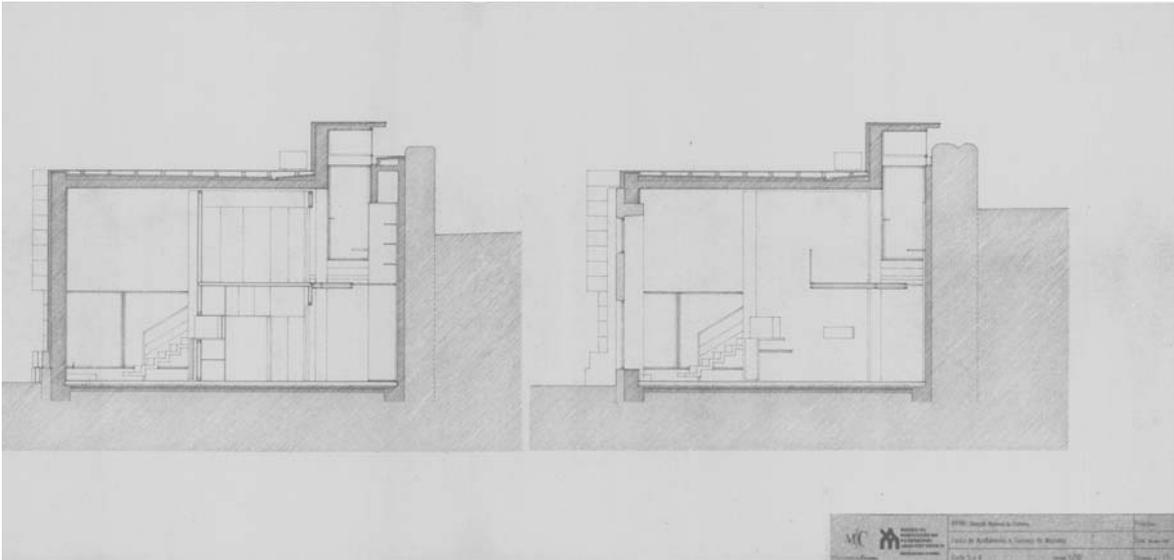
81. Planta Baixa

seu funcionamento como sala de estar ou sala de exposições, com nichos desenhados na parede Sul, que permitem a colocação de peças de interesse local para exposição e, ainda, uma lareira encastrada. A iluminação do espaço foi pensada para ser adaptável, permitindo, por isso, iluminar o espaço em geral, ou individualmente diferentes objectos, desde imagens, peças epigráficas, peças oriundas de escavações arqueológicas, etc.

Ao aceder-se ao segundo piso, através de uma escada metálica, encontramos à esquerda uma passagem para o exterior, que dá directamente para o Castelo, através da Porta do Anjo da Guarda. Do lado direito encontra-se um gabinete, que permite a transformação em quarto, com uma pequena instalação sanitária e, ainda, um espaço de estar, funcionando como *mesanine*. Esta escada pode, de certa forma, ser considerada o único elemento simbólico, para além das referidas portas, que remete para as casas judaicas e a sua distribuição tipológica. Ela aparece em frente à porta mais pequena, a que seria a entrada da habitação, sendo, portanto, uma reprodução metafórica da disposição espacial tradicional deste tipo de habitações.

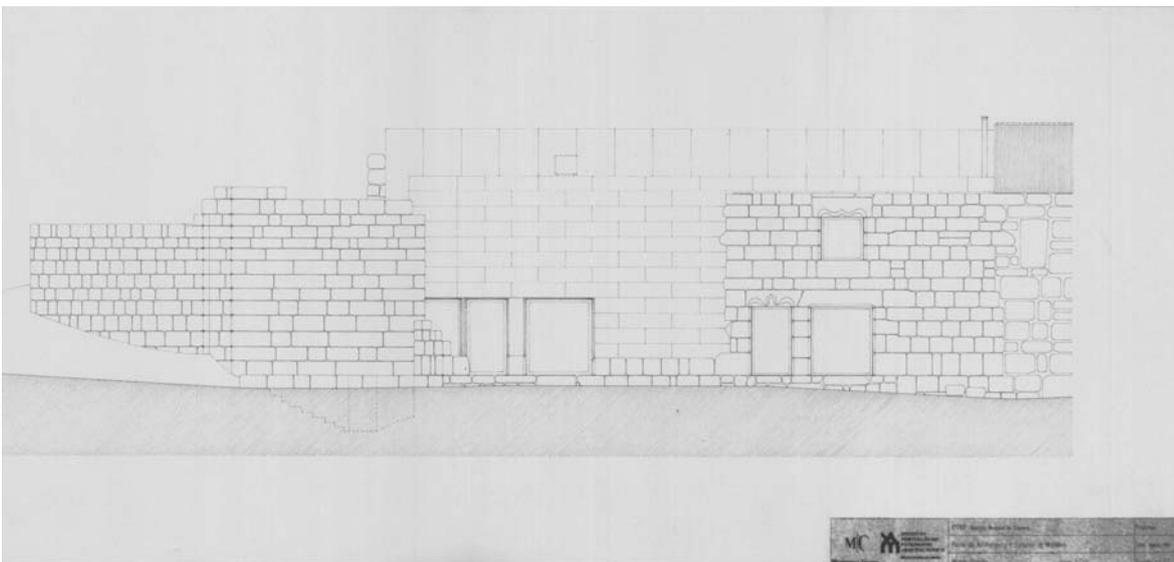
Pelas características já descritas deste edifício, torna-se claro que este não reproduz, nem representa a mesma morfologia presente no conjunto edificado. Enquanto o conjunto histórico se apresenta tectónico, rural, agarrado ao lugar e aos materiais da região em que se encontra, o Posto de Acolhimento e Turismo destaca-se, representando uma espécie de objecto fora do contexto, com uma linguagem contemporânea que “cai de pará-queda” e contudo, tenta timidamente e ferozmente, disfarçar e agarrar o conjunto. O Posto de Acolhimento e Turismo tenta integrar-se timidamente ao prender-se à ruína a que quer pertencer, procurando manter a escala do lugar, mas não consegue, ficando numa escala intermédia, entre o fortíssimo Castelo e a “ruralíssima” tipologia do Arrabalde. Isto, aliado à sua posição geográfica, acaba por ser uma imposição afirmativa feroz, também devido ao seu material, diferente do material usado na região, criando um grande contraste entre as diferentes construções.

Torna-se evidente que se tratou de uma abordagem contemporânea do arquitecto, na forma como pensou e desenhou o novo objecto arquitectónico. As únicas marcas de uma possível interpretação do passado, surgem com a reprodução das duas metafóricas portas judaicas e da posição das escadas, mas mesmo assim, foram executadas com um material e expressão em nada relacionados com a morfologia do lugar. Não houve uma preocupação em reproduzir (nem de forma simbólica),



82. Cortes

2m



83. Alçado Poente revestido a placagem de pedra

2m

a tipologia interna das habitações judaicas, nem a utilização de materiais ou sistemas construtivos tradicionais característicos daquela região.

Carlos Amaral refere em entrevista, que não houve propriamente um impedimento e desincentivo à construção de edifícios com características claramente mais contemporâneas. O objectivo principal foi tratar uma aldeia esquecida com dignidade, pois segundo ele, ninguém estaria à espera que voltasse a ser como era no passado.

Contudo, crê-se que não haveria a necessidade de se destacar este objecto, tratando-se, ou não, de um novo programa na aldeia. A intervenção deveria ter sido mais sensível, fazendo com que se integrasse e pertencesse a este espaço, com características construtivas e morfológicas tão particulares. Como Cesare Brandi refere: “A diferença agora com a condição da arquitectura não depende certamente duma essência diversa entre arquitectura e obra de arte, mas porque na arquitectura a espacialidade própria do monumento é coexistente com o espaço ambiente em que o monumento foi construído. Se, então, numa arquitectura como interior, a salvaguarda da dimensão exterior-interior é assegurada só pela conservação do interior, numa obra de arquitectura como exterior, a dimensão interior-exterior exige a conservação do espaço ambiente no qual o monumento foi construído. E é por essa razão que, em caso de necessidade, será possível reconstruir – o interior de um monumento [...] para um monumento como exterior, a possibilidade de reconstrução do dado ambiental será só possível com a anastilose do monumento – se puder ser desmontado pedra por pedra – mas no próprio lugar e não noutra”¹¹.

Contudo, seria igualmente sensato a procura de uma integração mais segura nesta Aldeia Histórica, com património e identidade próprios. Não posso deixar de referir que vem provocar rupturas e interferir com a linguagem do conjunto, sobretudo devido ao revestimento de reboco com cal branca que foi aplicado. Se fosse mantido o que se tinha inicialmente pensado para revestimento, a placagem de pedra, sem dúvida que o objecto não se tornaria tão estranho no conjunto, apesar de não ter, por exemplo, telhado de duas águas, como o restante edificado.

Torna-se importante quando se desenha uma obra de arquitectura, que se insere num edificado já antigo, cheio de história, rico em tradições, com forte presença e apelando à memória e construção do

¹¹ BRANDI, Cesare - *Teoria do restauro*. p. 91-92.



84. e 85. Vista a partir da Rua da Corredoura antes da intervenção e na actualidade



86. e 87. Antes da intervenção e na actualidade

passado, que se faça a distinção das intervenções das diferentes épocas, criando uma continuidade com a pré-existência. Nesse sentido, o Posto de Acolhimento e Turismo cria uma ruptura entre as diferentes intervenções da envolvente, gerando, portanto, uma imposição no local.

Pesa a ideia que um objecto deste género construído numa cultura tão enraizada, que enche de orgulho a população com a sua herança de séculos, como em Marialva, tenha criado algum desconforto e consternação. Como constatação de tal facto, o Arquitecto José Afonso¹² faz referência a isso mesmo, explicando que inicialmente esta intervenção foi criticada e repudiada pelos habitantes da aldeia¹³. O próprio arquitecto do projecto tem noção disso, quando em entrevista me confidenciou que o Posto de Acolhimento e Turismo havia sido “amado e odiado” e que “houve também uma certa reacção negativa em relação à obra moderna”¹⁴.

Também Margarida Ramalho¹⁵ analisa e escreve sobre a intervenção por parte do PRAHP e todo o impacto que teve na Aldeia, dizendo: “Se por um lado, este interesse foi de extrema importância para a recuperação de alguns valores patrimoniais importantes, como foi o caso da Igreja de S. Pedro e para a revitalização da vida actual, por outro, abriu portas a marcas do tempo que, pelo seu carácter agressivo, não se coadunam com o espírito do lugar, como é o caso do centro de atendimento do IPPAR cravado como um corpo estranho na muralha exterior do castelo”¹⁶.

Actualmente, e com quase 15 anos desde a sua construção, já se notam algumas marcas do uso e do tempo, nomeadamente partes do reboco estalado ou mesmo caído, assim como, a descoloração por parte da pintura e a presença de alguma sujidade nas pedras graníticas. Estes factores levam a repensar novamente toda a estratégia desenvolvida pelo PRAHP, tendo em conta que se deveria continuar com frequentes acções de limpeza e preservação do conjunto, ficando tais obrigações incumbidas aos técnicos da Câmara Municipal da Mêda. E pretendo reforçar este ponto, pois se não se continuar a preservar e cuidar do que foi feito, de pouco terá servido toda a intervenção nas Aldeias Históricas, já que mais tarde ou mais cedo, voltarão a encontrar-se no mesmo estado que estavam

¹² Foi Director da Secção Regional do Sul da Associação dos Arquitectos Portugueses, de 1987 a 89. Desempenhou vários cargos, entre os quais Director da Direcção Regional de Castelo Branco do IPPAR, de 2000 a 2007.

¹³ Segundo o Arquitecto José Afonso na edição “Idanha-a-Velha e Marialva”, de 24 de Novembro de 2007, do programa “Encontros com o Património”, uma colaboração entre a TSF e o IGESPAR.

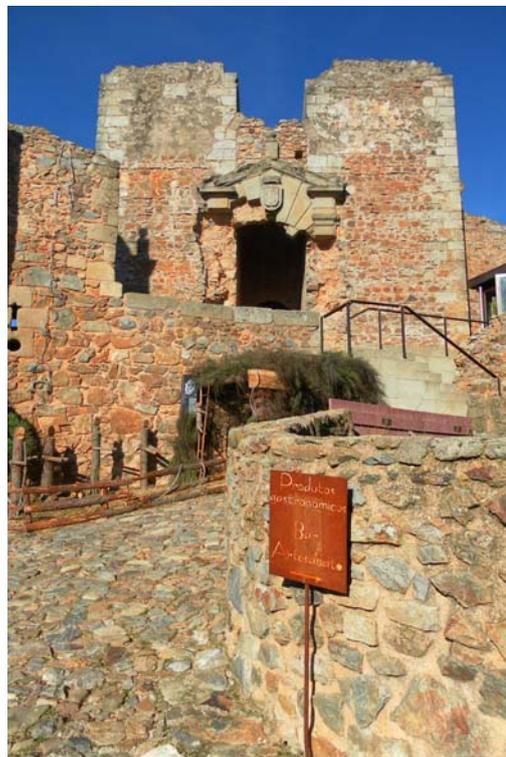
¹⁴ Segundo a entrevista ao Arquitecto Carlos Amaral, em anexo.

¹⁵ Licenciada em História de Arte, foi professora e comissariou inúmeras exposições sobre os mais variados temas e personalidades. É autora de diversas obras de investigação, incluindo monografias, guias, catálogos e biografias.

¹⁶ RAMALHO, Margarida de Magalhães - *Aldeias históricas: Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha, Trancoso*. p. 103.



88. Planta de Castelo Rodrigo, s/escala



89. Palácio do Marquês com o Posto de Acolhimento e Turismo a surgir à direita, 2013

anteriormente, praticamente em ruínas.

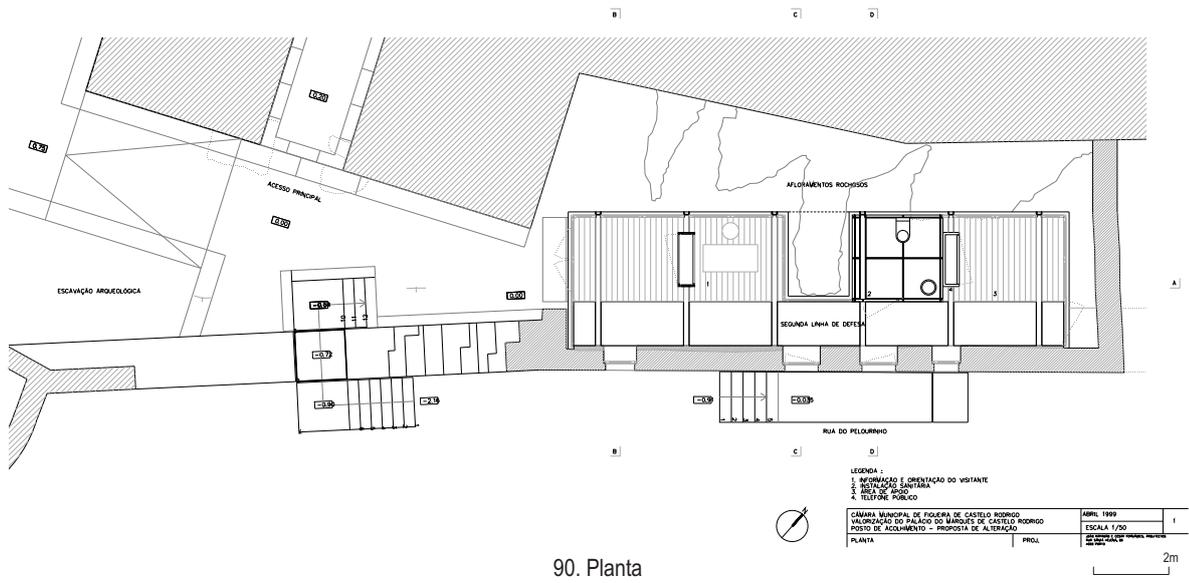
Neste ponto torna-se evidente a necessidade de comparação deste projecto com outros Postos de Acolhimento e Turismo desenvolvidos no âmbito do PRAHP. Escolho os projectos do Posto de Acolhimento e Turismo de Castelo Rodrigo, desenhado por *João Rapagão & César Fernandes - Arquitectos, Lda.* e o de Idanha-a-Velha pelo *ATELIER 15, arquitectura, lda.*, dos arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez, por se tratarem exemplos claros da interpretação do programa proposto. Enquanto o Posto de Acolhimento e Turismo de Marialva se encontra junto à entrada da antiga muralha do castelo, o de Castelo Rodrigo e de Idanha-a-Velha encontram-se no interior da cerca muralhada das respectivas localidades.

Em Castelo Rodrigo os Arquitectos João Rapagão e César Fernandes desenharam o plano geral para toda a Aldeia Histórica, tendo sobretudo uma particular atenção no que diz respeito à intervenção do Palácio do Marquês, no qual o Posto de Acolhimento e Turismo surge, a Nascente, formalmente como remate funcional. A intervenção é descrita pelo Arquitecto Ricardo Carvalho como “[...] uma leitura arquitectónica que clarifica e disponibiliza a entidade construção-paisagem ao visitante. Como documento patrimonial, é certo, mas também como consequência de um percurso centrípeto, desde o sopé até ao cimo, atravessando parte da aldeia e dos seus lugares de significância que contribuem para o entendimento do conjunto”¹⁷.

Os arquitectos, como forma de valorização, propuseram um projecto adossado às ruínas do castelo, integrando a sua proposta no conjunto. Reproduziram a ideia de uma casa dentro de outra, tendo para isso, com a sua intervenção procurado considerar e respeitar os elementos naturais e patrimoniais existentes, de acordo com o designado pelo GTAH. Uma vez mais, Ricardo Carvalho considera que “os arquitectos trabalharam desde uma (aparente) invisibilidade do desenho, que assume como consequência natural do devir deste conjunto arquitectónico. Por natural entenda-se aqui inevitável. Uma inevitabilidade do novo, da contemporaneidade, capaz de ser aceite, sem ruptura, no universo (natural e artificial em simultâneo) das rochas e respectivos paramentos de pedra da ruína. Todo este processo se desenrola sem perder a assunção do rigor metodológico objectivo, que acarreta consigo intenções de projecto assentes nos temas distância, percurso e materialidade”¹⁸.

¹⁷ CARVALHO, Ricardo - *Valorização do Palácio do Marquês de Castelo Rodrigo: depois da traição*, p. 16.

¹⁸ *Ibidem*.



90. Planta



91. Posto de Acolhimento e Turismo, 2013

O Posto de Acolhimento e Turismo utiliza as fachadas dos imóveis existentes e adopta os seus limites na definição da área de intervenção, segundo um volume de planta 13m x 4m. Foi intenção libertar e preservar todos os elementos naturais e patrimoniais, integrando-os deste modo na intervenção e deixando-os para a contemplação do visitante. Como forma de respeitar a ruína, a cêrcea da construção alinha com a dos alçados da pré-existência, integrando-os, funcionando deste modo como acesso, e dando um carácter funcional e formal para a Rua do Pelourinho, a Nascente¹⁹.

A proposta dos arquitectos procurou não ganhar protagonismo, evitando entrar em conflito com a imagem e a escala do meio em que se insere. Ao serem criados três planos de vidro, e oposição a dois planos de pedra pré-existentes, reitera o que foi dito anteriormente, permitindo de igual modo, através dos planos transparentes observar e apoiar o plano exterior do muro do palácio, passando a funcionar como alçado interior do Posto de Acolhimento e Turismo. Este factor vem criar uma relação excepcional entre a pré-existência e o novo construído.

Para este projecto desenharam uma cobertura plana, assumindo-se com uma neutralidade e contemporaneidade na intervenção, pois uma cobertura inclinada criaria uma grande interferência com o edificado e com a percepção de toda a vista panorâmica sobre a raia beirã, e isso não se justificava. Deste modo, a cobertura surge plana, protegida e revestida em camarinha com cobre, de modo a não afectar também visualmente o conjunto a partir do interior do castelo²⁰.

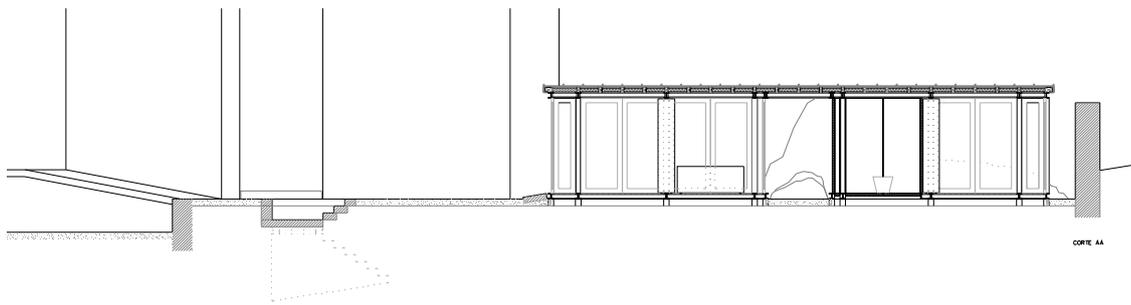
Este edifício ao ser assente sobre a segunda linha de defesa do Palácio do Marquês levou a que se instalasse um pavimento metálico visualmente permeável, de modo a serem visíveis elementos significativos existentes. Mais uma vez, e reforçando a ideia que o objecto proposto não tenta interferir com a pré-existência, os arquitectos desenharam uma planta que contorna o afloramento rochoso maior e evita os menores, evidenciando dessa forma a ligação entre os elementos naturais e patrimoniais. Foram ainda propostos dois vãos em madeira, preenchidos com vidro nos extremos do pavimento metálico, ajudando a acentuar a continuidade da segunda linha de defesa da porta principal do castelo²¹.

Para além do acesso principal existe um alternativo, a Sul, que dá sobre um pavimento metálico, e sobre um patamar na segunda linha defensiva. Com esta alternativa foi possível ter um acesso com

¹⁹ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto, consultada no arquivo da CCDRC.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*.



CORTE AA

CÂMARA MUNICIPAL DE FOLEIRA DE CASTELO RODRIGUES	ABRIL 1999	5
REHABILITAÇÃO DO PALÁCIO DO BARÃO DE CASTELO RODRIGUES	ESCALA 1/500	
POSTO DE ACOLHIMENTO - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	PROJ. ARQUITETÓNICO	
CORTE AA	PROJ.	

2m

92. Corte



93. Posto de Acolhimento e Turismo, entrada Sul, s/d

dois lanços, libertando a área exterior contígua à porta principal do castelo, o Portal Monumental. A intervenção aparenta resultar de uma economia de meios não expressivos, que não se querem destacar dentro do conjunto, sendo esta uma intervenção simples.

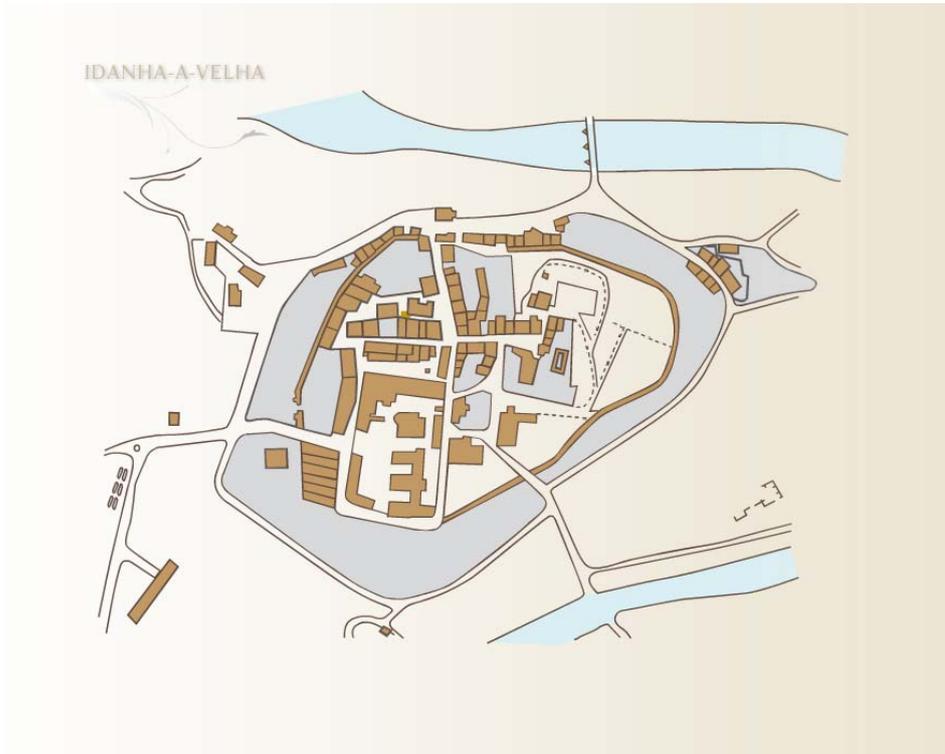
Programaticamente, o Posto de Acolhimento e Turismo foi pensado para ter uma área de informação e orientação dos visitantes, telefone público e uma pequena instalação sanitária para o rececionista.

Em termos práticos, a intervenção focou-se nas seguintes questões: manutenção e consolidação das paredes exteriores existentes, em pedra aparente nos alçados Norte e Nascente; na criação de uma estrutura portante, autónoma, com perfis metálicos; na construção de elementos auxiliares em madeira; no apoio das vigas estruturais metálicas nas paredes exteriores em pedra; na criação dos alçados Norte, Poente e Sul, com vãos em madeira e em ferro, preenchidos com vidro duplo e, ainda, com planos em betão moldado bujardado, na instalação sanitária. Procedeu-se à execução dos pavimentos e dos paramentos das paredes da instalação sanitária com planos em betão moldado bajulado; ao preenchimento e acabamento das paredes interiores existentes, rebocado, estanhado e pintado; à construção do pavimento e do tecto, com soalho e forro de madeira, respectivamente; instalação de um pavimento sobre a segunda linha de defesa, com estrutura metálica visualmente permeável; elaborou-se a cobertura com camarinha em cobre, sobre placas de contraplacado marítimo e isolamento térmico. Foi criado um expositor em madeira, preenchido com vidro e um armário técnico em madeira, preenchido com folheado de madeira, tendo sido nele colocado o quadro eléctrico geral que serve todo o conjunto. Foram construídos os dois lanços de escada em granito e em ferro, com estrutura metálica visualmente permeável no patamar localizado sobre a segunda linha de defesa; o pavimento exterior ao castelo foi preenchido com gravilha e rematado com guias em granito no perímetro dos pavimentos²².

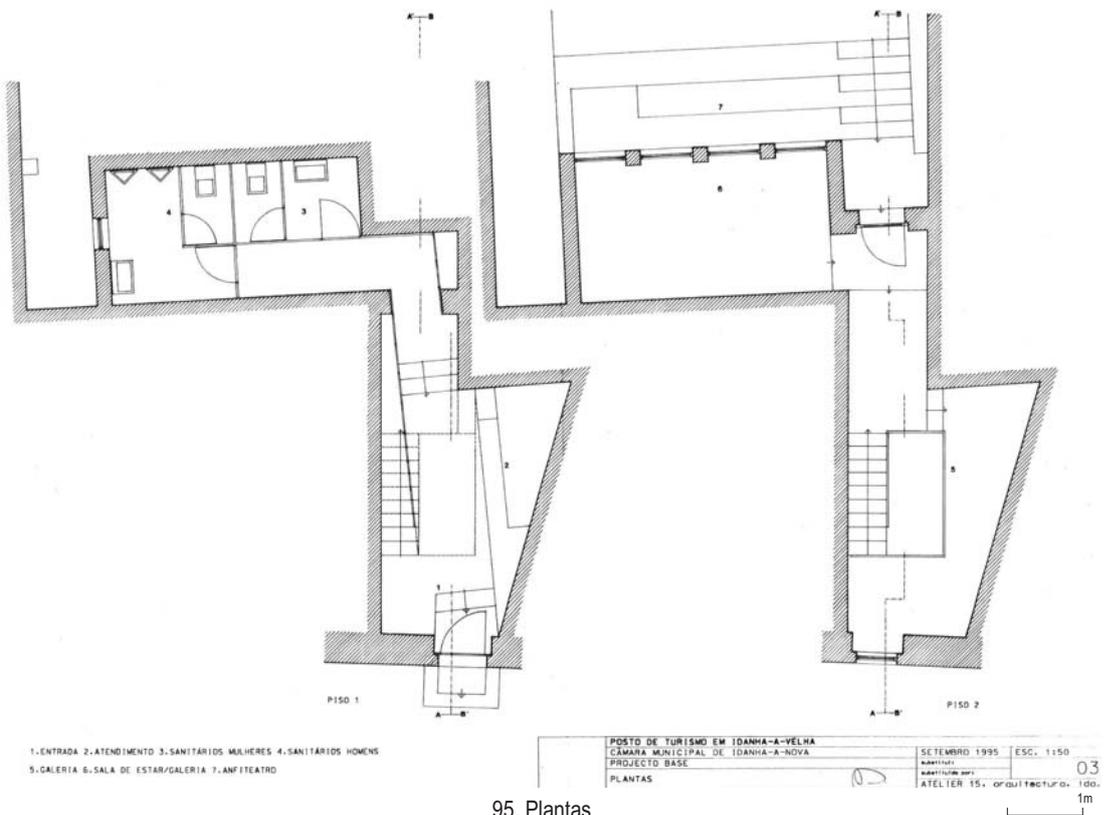
Também o Posto de Acolhimento e Turismo de Idanha-a-Velha foi uma nova valência programática, muito importante para esta Aldeia Histórica. O projecto foi desenvolvido, como já referido, pelos Arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez, bem como todo o plano geral de desenvolvimento e valorização da restante aldeia.

A sua implantação foi discutida, acordando-se que seria intra-muros, tendo-se procedido à reabi-

²² *Ibidem*.



94. Planta de Idanha-a-Velha, s/escala



95. Plantas

litação de uma pequena habitação junto à “casa manuelina”, o futuro Centro de Documentação e Interpretação. A escolha deste local, trazia certas vantagens, nomeadamente o facto de o edifício ser já um património público, bem como a sua posição central e privilegiada dentro do núcleo construído da aldeia, com a possibilidade de acesso pela rua que segue desde o *Largo da Igreja* até à Sé e, também, directamente para o logradouro, pelo lado oposto do quarteirão²³.

Os arquitectos nesta intervenção mantiveram as mesmas características existentes na fachada Norte, apenas criando um pequeno patamar exterior, de cota inferior à rua, de modo a ganhar altura para se ter uma porta de dimensões dignas. Contudo, tiveram a necessidade de aumentar o volume para o logradouro, devido à insuficiente área para todo o programa previsto. Como local de recepção e informação da aldeia, o projecto previa um balcão de atendimento, uma pequena galeria, sala de estar e instalações sanitárias²⁴.

Como forma de arranjo programático e, tratando-se este de um espaço muito pequeno, os arquitectos procuraram criar uma maior continuidade entre os espaços, apenas individualizando as funções necessárias, como o caso das instalações sanitárias, que precisam de uma natural privacidade. Deste modo, o piso térreo do edifício existente foi rebaixado, funcionando em patamares, garantindo a manutenção do primeiro piso, ganhando ambos um pé-direito necessário à fácil circulação. Neste mesmo piso, surge o balcão de atendimento, ocupando uma posição onde são perceptíveis as restantes áreas libertas²⁵.

Com acesso por uma escada interior, temos o primeiro piso, com uma pequena galeria. A porta de saída voltada para o logradouro, a Sul, foi deslocada e aumentada em altura, permitindo acesso à sala de estar/galeria. Como um acréscimo à construção existente surge a sala/galeria, projectada como uma possível ampliação, ao encerrar a abertura da casa vizinha para o logradouro. Este novo volume ganha uma fachada amplamente aberta, de modo a garantir uma maior relação interior-exterior, tendo sido desenhado um anfiteatro ao ar livre²⁶.

Como já havia referido, os arquitectos procuraram deixar a fachada Norte com as mesmas caracterís-

²³ Ver: ATELIER 15 - *Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha*. p. 176.

²⁴ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto, consultada no arquivo da CCDRC.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*.



96. e 97. Cortes e Alçados



98. e 99. Entrada e vista interior, s/d

ticas, por isso, a parede ficou em alvenaria de pedra aparente, assim como as paredes laterais. A parede voltada para o logradouro com o pequeno anfiteatro, foi executada em alvenaria de pedra, com corte regular. No seu interior, tanto surgem paredes revestidas em contraplacado de madeira, como o caso das divisórias dos sanitários, ou rebocadas e pintadas de branco. O edifício apenas levou isolamento térmico na cobertura, que foi executado em cortiça ou lã de vidro, sob a telha de canudo²⁷.

Para se construir o piso superior foi executada uma estrutura e um pavimento em madeira, estando previsto também um pavimento de madeira para o piso térreo. Tal acabou por não acontecer, pois durante a reconstrução do edifício foram encontrados, no subsolo, vestígios importantes de construções romanas, as quais alteraram o projecto, de modo a ficarem visíveis depois da intervenção. Deste modo, foi criado um pavimento de cristal e a iluminação das ruínas, proporcionando ao visitante um espaço mágico, como que sobrevoando o que resta da antiga cidade²⁸.

Esta última ideia foi bem evidenciada aquando de uma visita à aldeia, guiada pelo Arquitecto Sérgio Fernandez, que nos apresentou esta solução como forma resultante de vários estudos efectuados ao local²⁹. Com um trabalho exaustivo de colaboração entre os arquitectos e arqueólogos, chegaram a esta forma de resolução projectual que advém da consciência dos valores patrimoniais e da ruína. Este valor é demonstrado quando se evidenciou a necessidade desta nova valência programática, sem que se perdessem as marcas do passado. A utilização do vidro no pavimento resulta da necessidade de mostrar esses vestígios, sem se perder a oportunidade de usar o espaço para outro fim.

Neste caso específico, os arquitectos tiveram bom senso, demonstrando e evidenciando, uma forma interessante de resolver este caso num local com tanta importância e com uma cultura tão enraizada há séculos. O jogo de relações entre o velho e o novo, entre o passado e o presente, ajudou a desenvolver este equipamento, dignificando a construção, através de elementos contemporâneos. Isto permitiu exibir a riqueza que se encontrava completamente soterrada, apelando à memória de um passado longínquo e perdido, elemento constituinte da identidade daquela comunidade, por vezes esquecida da sua origem.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ Ver: ATELIER 15 - *Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha*. p. 177.

²⁹ No ano lectivo de 2011/2012, no âmbito da disciplina de Projecto V, fizemos uma viagem de estudo pelo interior do país (Beira Interior e Trás-os-Montes), no sentido de visitar locais com marcas patrimoniais e históricas da cultura portuguesa, assim como, novas arquitecturas emergentes presentes neste território. Em muitos destes locais, acompanharam-nos alguns arquitectos que desempenharam um papel muito importante nestas regiões.

Naturalmente que esta sensibilidade também é fruto da experiência e da maturidade que estes arquitectos tinham, todavia, o mesmo não presenciei com a intervenção do Posto de Acolhimento e Turismo de Marialva. Com esta intervenção ficou claramente demonstrado que se pode ter um objecto novo, com uma nova função, mantendo as marcas do seu passado, nem que seja simbolicamente. Por exemplo, teria sido interessante que para o Posto de Acolhimento e Turismo de Marialva, se o arquitecto tivesse pensado numa solução do mesmo género, ou como a já falada intervenção no Posto de Acolhimento e Turismo de Castelo Rodrigo. O edifício seria valorizado ao mostrar os vestígios do passado, ou interagindo com eles, evidenciando-os, destacando-os, se fosse preciso, através de uma moldura, abertura, ponto de vista, sinal, ou um elemento simbólico. Podia eventualmente ter acontecido com o pavimento, mostrando simbolicamente ou referenciando o local da demolida parede divisória entre as duas casas judaicas.



100. Largo do Côro, s/d

Casos de Estudo

Casas do Côro

Continuando o percurso pela aldeia a partir do Posto de Acolhimento e Turismo, subimos pela Rua do Côro, com ânsia de chegar às *Casas do Côro*. Logo por trás da cisterna quinhentista temos o acesso principal à cintura muralhada e ao castelo¹, através da Porta do Anjo da Guarda. Mais a cima, do lado direito, encontra-se a Capela de Nossa Senhora de Lurdes, com a sua construção a remontar, possivelmente, ao século XVII e, os elementos decorativos de talha dourada policromada, do século seguinte. A colocação de uma nova cobertura interior na capela, veio esconder as traves e as tábuas existentes pintadas com motivos vegetalistas. Entre a capela e a muralha são visíveis sepulturas escavadas na rocha². Do lado esquerdo, o Drama, também recuperado no âmbito do PRAHP, “seria palco de espectáculos na antiga vila”³, também popularmente conhecido como Côro, que veio dar nome ao largo em que nos encontramos.

Como reflexo das premissas defendidas pelo PRAHP, as *Casas do Côro*, pertencentes à *Marialva-med – Turismo Histórico e Lazer, Lda*, surgem como resultado da intervenção e investimento local de

¹ O interior muralhado também foi tratado no âmbito do PRAHP, tendo sido o IPPAR o responsável. Procedeu-se à qualificação e reabilitação do recinto interior do castelo, segundo uma atitude preventiva de preservação do edificado arruinado, reconstruíram-se partes do pano arruinado da muralha e foi também limpa a vegetação selvagem de todo o espaço. A Igreja de Santiago e a Capela do Senhor dos Passos eram os únicos elementos que apresentavam um relativo bom estado de conservação, embora tenham sofrido obras de restauro e reabilitação. Como este trabalho não pretende estudar directamente as obras executadas neste espaço, é possível perceber mais aprofundadamente que tipos de acções foram realizadas, através da Dissertação do Arquitecto Pedro Navega Ferreira.

² ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL - *Marialva: Património*.

³ GRAÇA, Eduardo; ESTEVES, Victor - *Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Marialva*, p. 24-25.



101. Vista desde o Castelo , s/d



102. Vista desde o Castelo, 2013

um agente privado. Como as Administrações Central e Local já haviam desempenhado o seu papel ao intervirem na aldeia, dotando-a de infraestruturas básicas, era necessário um complemento que a tornasse ainda mais atractiva, com a capacidade de oferecer um espaço de lazer, usufruto e contemplação do rico património que a aldeia encerra.

Marialva apresenta todas as potencialidades para um investimento deste tipo e, Paulo Romão, proprietário das *Casas do Côro*, viu nesta aldeia uma grande oportunidade. Com uma estratégia voltada para a valorização do território e revitalização das tradições aldeãs, apostou-se num local com uma forte identidade, no sentido de se apontar para um projecto de futuro, através de um lugar com fortes marcas do passado. Com o uso de elementos com arquitecturas de outros tempos, as imagens míticas recriam-se, fundindo-se no interior de cada um, de cada visitante.

As *Casas do Côro* são um complexo turístico, visto como um conjunto de casas de campo/casas de aldeia, que pretendem oferecer a calma, comodidade e conforto ao visitante, no coração desta Aldeia Histórica. Com a intenção de oferecer qualidade em termos de hotelaria e restauração, esta empresa não só criou uma melhoria na relação com o espaço em que se insere, como gerou emprego e receitas, no sentido de ajudar a inverter a tendência para a desertificação. Como destacou em entrevista a Dra. Isabel Boura, houve apoio financeiro para o empreendedorismo, de forma a dinamizar e diversificar a base económica das Aldeias Históricas, desde actividades como o turismo rural, a animação turística, lojas de artesanato ou produtos locais, bem como dinâmicas muito interessantes em termos de emprego. Neste sentido, permitiu que certas pessoas passassem directamente do sector primário para o sector terciário, evoluindo, gerando e impulsionando a economia local e a auto-estima da população residente⁴.

Movido pela ideia e fortalecimento de rotas de turismo cultural, de forma a promover a região e, vendo isso como uma nova oportunidade, as *Casas do Côro*, procuram integrar-se no meio, acolhendo turistas. A divulgação e promoção são premissas importantes, tendo em conta a autenticidade e harmonia do conjunto construído e a sua paisagem natural, elementos de um inestimável valor histórico e patrimonial de todo o espaço circundante. Este complexo turístico tenta surpreender e cativar o visitante, oferecendo outras oportunidades de lazer, ao recriar rotas de visitas e diversas actividades

⁴ Segundo a entrevista à Geógrafa Isabel Boura, em anexo.

pela região, mostrando as formas de vida autêntica do interior português⁵.

Com este investidor turístico a face da aldeia alterou-se, tendo sido importante na reabilitação, valorização e rentabilização urbanística da parte mais debilitada da povoação, não reportando exactamente à génese histórica e tradicional do sítio, como considera o Arquitecto Pedro Brígida, a intervenção na aldeia resulta numa *renovação artificial*⁶. Com esta intervenção e este investimento torna-se evidente a clara e brusca passagem da habitação tradicional de subsistência, inovando para uma nova matriz programática, para casa turística e de lazer. E em relação a este ponto, como já referi anteriormente, Françoise Choay alerta para o problema da *integração na vida contemporânea*, através da *reutilização* do objecto, sendo esta uma questão complicada, tendo em conta a relação criada e intrínseca com a apropriação original. Portanto, a relação tem que ser equacionada segundo o estado material do edifício e em concordância com o fluxo de utilizadores potenciais⁷.

Neste caso específico, foi muito importante esta intervenção na aldeia, pois melhorou a qualidade de vida dos habitantes, bem como, favoreceu potencialmente uma nova economia local auto-sustentável. Numa clara luta contra a apatia e a paralisia em que a aldeia se encontrava, houve um forte desenvolvimento do aglomerado, tendo assim criado um novo dinamismo socio-económico, podendo afirmar-se que o PRAHP funcionou muito bem como um estimulador e potencializador, tendo em conta que conseguiu dar-lhe novo alento, ao ajudar a fixar população e a atrair novos investidores exteriores à aldeia, sendo esta, “uma condição fundamental para a sustentabilidade global da estratégia de valorização do conjunto”⁸.

Para uma melhor percepção do conjunto das *Casas do Côro* interessa agora estudar a intervenção, reabilitação e preservação ocorridos nos edifícios rurais que acolhem as valências desta empresa turística. Para tal, vou apenas cingir-me às intervenções já acabadas e executadas pelo Atelier *Pedro Brígida e Alice Faria, Arquitectos*⁹. Como se tratam de arquitectos formados no Departamento de Arquitectura, mantendo ainda alguma ligação à casa, na qual Pedro Brígida assiste de Projecto III, tornou-se mais fácil e directo o contacto e o diálogo, estando sempre disponíveis, a todos os níveis,

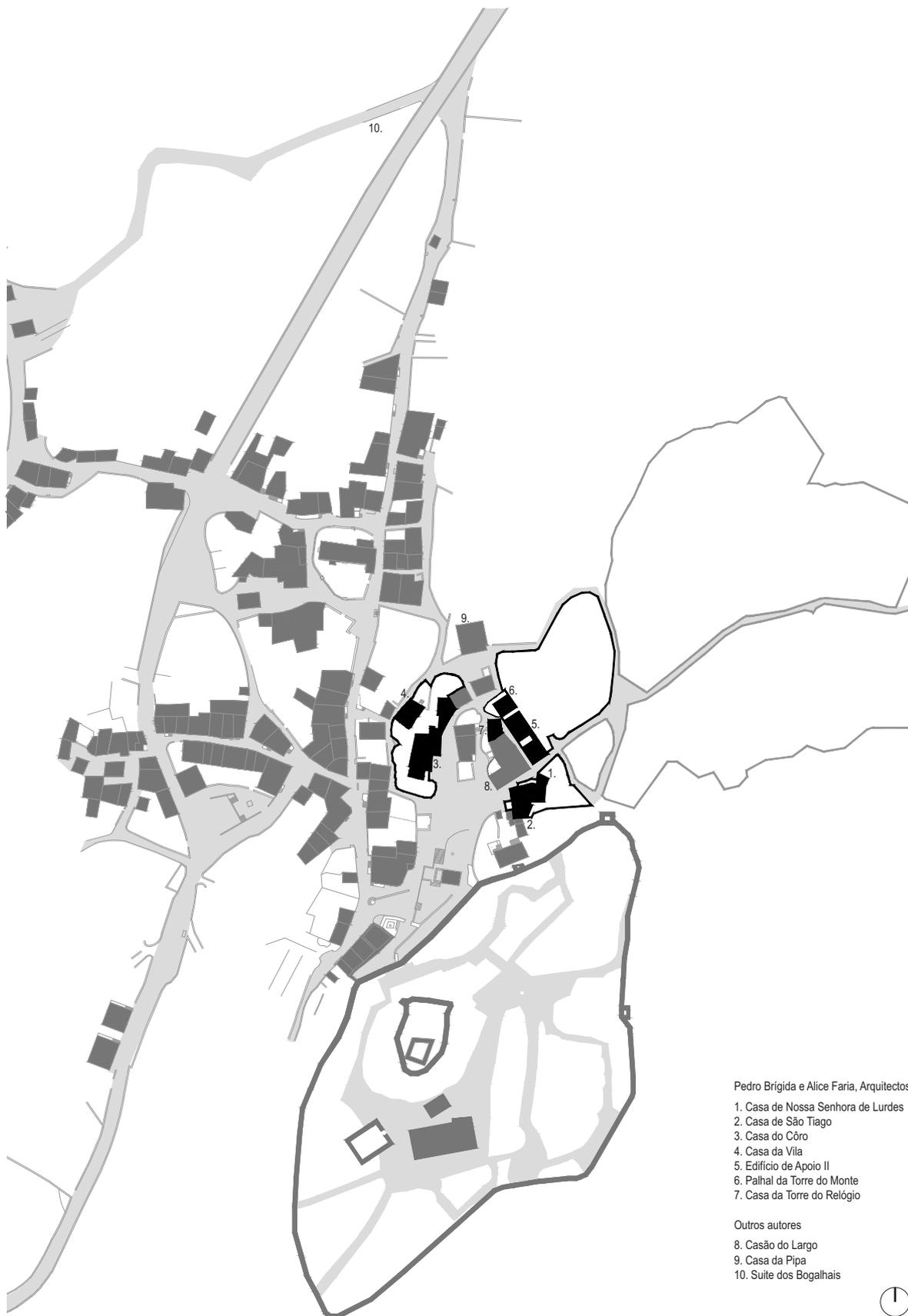
⁵ Para mais informações é possível consultar no site oficial: <http://www.casasdocoro.pt/>.

⁶ PIRES, Pedro Jorge Brígida - *10 anos na clandestinidade*, p. 12.

⁷ Ver: CHOAY, Françoise - *A alegoria do património*, p. 191.

⁸ Ver: ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL - *Marialva: Enquadramento*.

⁹ Apesar de haver vários técnicos projectistas para as Casas do Côro, por falta de documentação, tempo e oportunidade de contacto, não vai ser possível abordá-los.



Pedro Brígida e Alice Faria, Arquitectos

- 1. Casa de Nossa Senhora de Lurdes
- 2. Casa de São Tiago
- 3. Casa do Côro
- 4. Casa da Vila
- 5. Edifício de Apoio II
- 6. Palhal da Torre do Monte
- 7. Casa da Torre do Relógio

Outros autores

- 8. Casão do Largo
- 9. Casa da Pipa
- 10. Suite dos Bogalhais

103. Casas do Côro



para esclarecer qualquer dúvida ou fornecer documentação necessária à execução deste trabalho. Deste modo, também se torna mais coerente a análise, pois estes arquitectos executaram o maior número de construções, sendo assim possível perceber, pelo menos no plano teórico, as linhas estratégicas que delinearão as ações tomadas de forma a elaborar o seu “plano”¹⁰ para a aldeia e as suas ideias para o desenvolvimento do conjunto. Neste sentido, poder-se-á fazer a comparação da evolução que as obras foram sofrendo ao longo do tempo, sendo vistas como um todo, que vai desde um plano mais geral até à pequena escala.

Os projectos que estes arquitectos tiveram que executar prenderam-se com recuperações de edifícios em avançado estado de ruína, convertendo e adaptando-os a uma nova vivência e função na aldeia, e valorizando-os em termos estéticos. Nesse sentido, edifícios originários e enraizados, com história, características e tipologias tipicamente beirãs, tornaram-se no fruto da ocupação turística, respondendo contemporaneamente aos desígnios propostos, como casas de campo ou de aldeia, voltadas para o turismo rural, tendo uma certa autonomia e flexibilidade funcional, mas respondendo sempre segundo uma lógica de conjunto.

Em 1996, surge o primeiro projecto realizado por este *atelier* para as *Casas do Côro*, que incluía a *Casa do Côro*, *Casa da Vila*, *Casa de Nossa Senhora de Lurdes* e a *Casa de São Tiago*.

A *Casa de Nossa Senhora de Lurdes* e a *Casa de São Tiago*, situadas no cimo do Largo do Côro e próximas da muralha do Castelo, inicialmente, pertenciam a outro proprietário, chegando a estar incluídas na I Fase da proposta de recuperação de fachadas e coberturas, elaborada pelos Arquitectos António e Paula Pinheiro, conhecidas como Imóvel 27. Também tiveram um projecto elaborado pelos Arquitectos Pedro Brígida e Alice Faria, que foi readaptado quando o dono, João Duarte¹¹, vendeu a casa a Paulo Romão. O projecto de execução é de Março de 2000.

Segundo a informação presente na Prova Final de Licenciatura de Pedro Brígida, *10 anos na clandestinidade*, esta construção apresentava um avançado estado de degradação, não tendo sido possível proceder-se a um simples restauro¹². Os arquitectos reaproveitaram o mais possível da construção

¹⁰ Efectivamente os arquitectos não tiveram um plano geral, embora houvesse ideias estratégicas, a encomenda de projecto foi surgindo pontualmente, peça por peça.

¹¹ João Duarte já tinha um projecto para a Casa de Aldeia, no âmbito do Turismo em Espaço Rural, aprovado pelo GTAH e pelo Turismo. Tratava-se do processo AHP-46, aprovado na reunião do GTAH em 12 e 13 de Agosto de 1996, tendo sido confirmada a aprovação a 30 de Agosto desse mesmo ano, Actas N^os 28 e 29.

¹² Ver: PIRES, Pedro Jorge Brígida - *10 anos na clandestinidade*, p. 19.



104. e 105. Casa de Nossa Senhora de Lurdes e Casa de São Tiago antes da intervenção e na actualidade



106. e 107. Fachada Norte da Casa de Nossa Senhora de Lurdes antes da intervenção e na actualidade

restante, desde a sua volumetria, cotas das cérceas e estruturas interiores, assim como a maior parte dos vãos. As paredes exteriores construídas em alvenaria de pedra granítica em junta seca, sofreram um processo de manutenção e reparação, tendo-se recorrido a uma estrutura auxiliar interior em betão¹³.

Pela linguagem, forma e textura que se apresentam as paredes é possível perceber que a casa é o resultado do acrescento de várias construções e reconstruções ao longo dos tempos. Como já havia sido descrito no *Inquérito*, nesta zona a configuração da implantação é feita de forma a “adaptando os edifícios e os pequenos espaços livres adjacentes e murados ao parcelamento dos terrenos e à sua configuração e acidentes naturais; e deixando livres as ruas e os caminhos por onde todos têm de passar”¹⁴. Claramente a configuração desta habitação resulta dessa ideia e do aproveitamento máximo do lote, que tem como área de implantação 434 m² e a área bruta de construção 293m².

Este edifício, originalmente, estaria dividido em várias partes: a parte actualmente referente à *Casa de Nossa Senhora de Lurdes* tinha loja no rés-do-chão, sala e duas alcovas no primeiro piso, divisões feitas originalmente por paredes em tabique. A cozinha seria referente às construções na parte de trás do lote, com lareira e acesso a um pátio. A actual *Casa de São Tiago* era a construção adjacente, estando num maior estado de degradação, de tal modo que, quando começaram os trabalhos de reparação, já não era perceptível a divisão tipológica do espaço original.

Mais uma vez, pode verificar-se pelo *Inquérito* que estas habitações representam a característica casa beirã desta zona, na qual, as casas são maioritariamente de dois pisos, com a habitação no primeiro piso e, salvo excepções, com acesso à habitação pelo exterior. Existem por vezes pequenos pátios ou eirados que prolongam as lojas do rés-do-chão, onde se podiam espalhar a criação e fazerem-se as estrumeiras. Os seus interiores geralmente são escuros, com poucas aberturas para o exterior para precaver contra os rigorosos Invernos, e com mobiliário rústico e escasso. São poucas as chaminés, havendo normalmente uma sobre a lareira onde se cozinha, assente no chão, e junto a uma pequena sala comum (as que tinham). Tentava-se a todo o custo rentabilizar o espaço, dormindo várias pessoas em pequenas alcovas¹⁵.

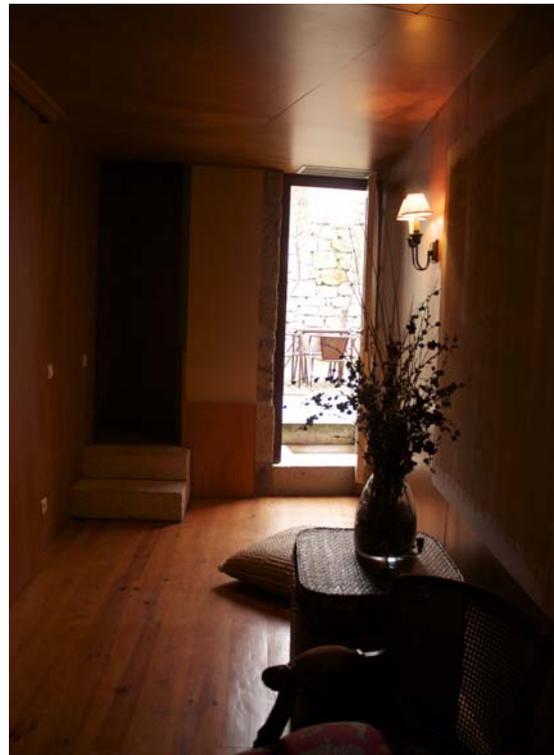
¹³ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto.

¹⁴ ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol. 2, p. 18.

¹⁵ Ver: ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol. 2, p. 16.



108. Interior da Casa de Nossa Senhora de Lurdes, 2013



109. e 110. Interiores, relação entre materiais, 2013

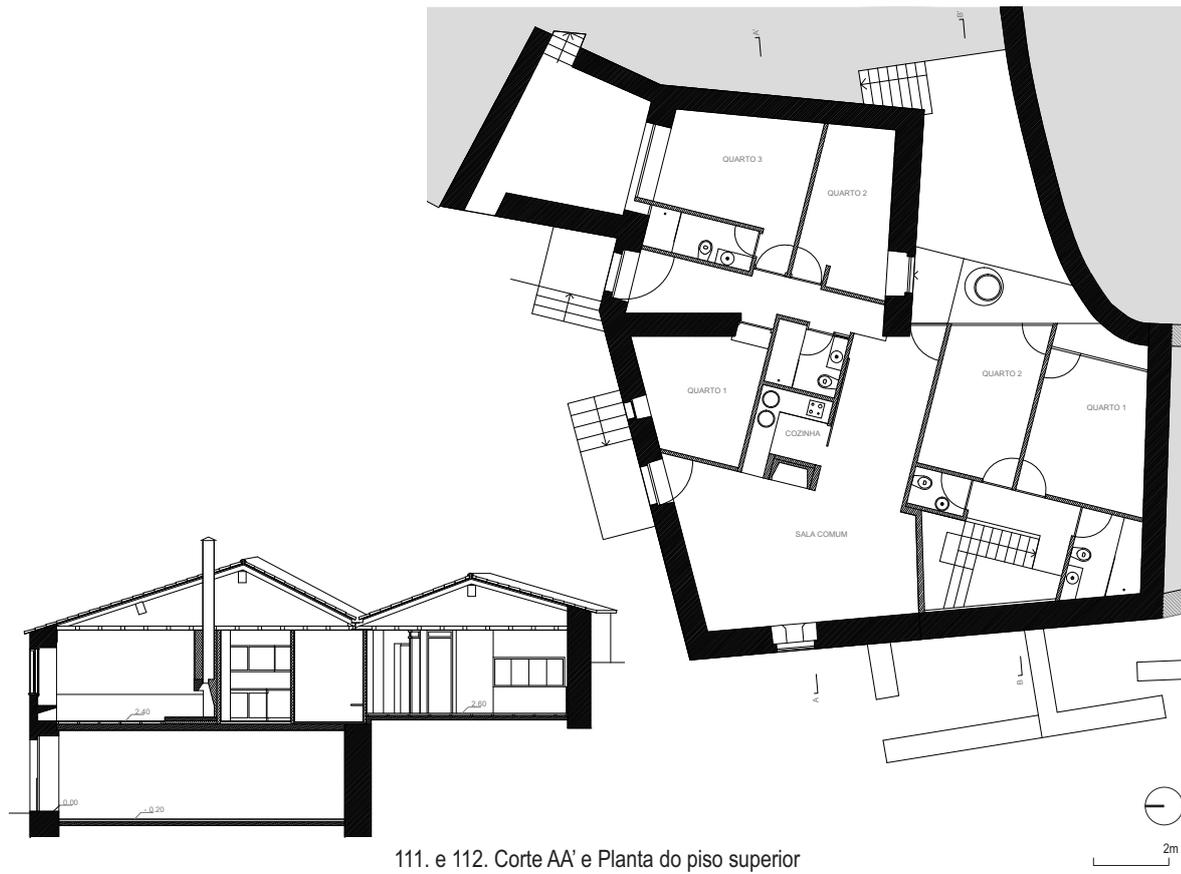
Em relação à intervenção, pretendeu-se fazer uma continuidade formal, com o fortalecimento da relação entre velho e novo, daí que no exterior foram redesenhados os espaços de estar e os acessos ao primeiro piso, com a recuperação dos patamares através do fechamento de juntas e a substituição de algumas pedras. Os muros de contenção e divisão da propriedade, também em granito, foram consolidados, fez-se a limpeza do terreno, bem como dos pátios, sendo controlado o crescimento da vegetação¹⁶.

Como já foi referido anteriormente, as *Casas de Nossa Senhora de Lurdes* e de *São Tiago*, fazem parte de um conjunto de construções de habitação tradicional, que procuraram ser recuperadas e adaptadas a um novo equipamento com finalidade turística. Todavia, a preocupação dos arquitectos prendeu-se com questões mais pragmáticas, no sentido que, tratando-se esta de uma intervenção num local com certas tradições e tipologias centenárias, o conceito do projecto passou por uma reprodução próxima do original; contudo, isso nem sempre foi possível, sendo perceptível a dicotomia entre velho e novo.

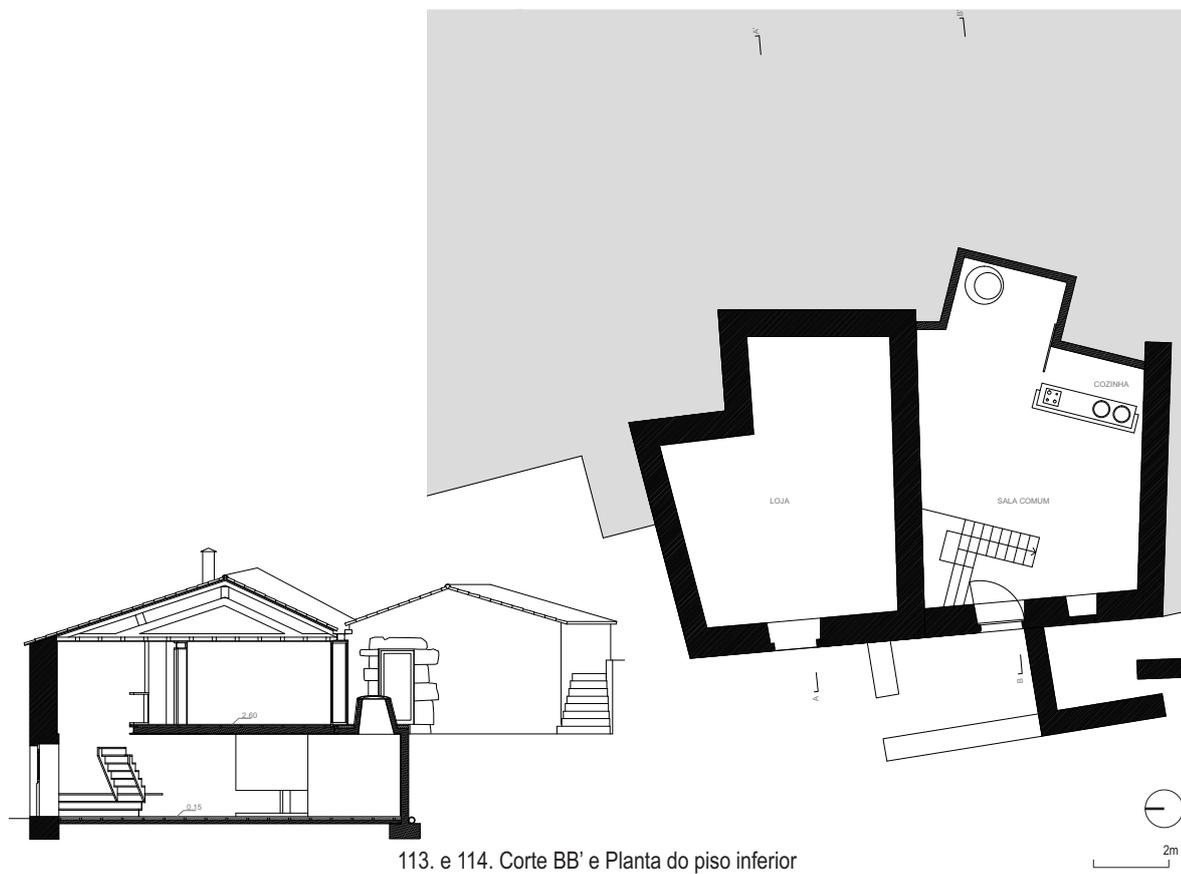
Em relação aos interiores, procuraram actualizar a habitação através da apropriação de métodos e técnicas construtivas tradicionais, fazendo, contudo, as adaptações necessárias aos tempos actuais, nomeadamente na utilização de isolamentos. Foram executados os pavimentos em soalho, paredes divisórias interiores em estrutura de madeira de tola, e tecto falso em placas de contraplacado de madeira de tola, que esconde a estrutura da cobertura com vigamento de madeira, sistema em asna, e telha de canudo. Algumas paredes estruturais foram rebocadas e pintadas a branco pelo interior, tendo levado um lambrim em madeira, cerca de 70 cm. Como não foi possível construir a laje em estrutura de madeira, os arquitectos optaram por uma laje de betão, estando rematada com um perfil H na *Casa de São Tiago*, que tem o pé direito duplo. Certos espaços tiveram o seu mobiliário desenhado, estando embutidos ou integrantes das paredes divisórias, caso dos armários da cozinha/*kitchenet*, roupeiros e uma cama, criando e desenhando um espaço unitário, fazendo também a relação de intergeração entre materiais.

Em termos de organização e distribuição espacial, para se entrar na habitação designada *Nossa Senhora de Lurdes* existem duas hipóteses, podendo ser através de um primeiro patamar que dá

¹⁶ Ver: PIRES, Pedro Jorge Brígida - *10 anos na clandestinidade*, p. 19.



111. e 112. Corte AA' e Planta do piso superior



113. e 114. Corte BB' e Planta do piso inferior

directamente para a sala de estar, com uma lareira central e uma cozinha/*kitchnet*, ou então pode ser através do segundo patamar exterior, entrando-se directamente para o corredor dos quartos, que anteriormente seria o corredor para a cozinha. Esta casa tem três quartos com dimensão reduzida, que quase reproduzem a lógica de alcova, como descreve Pedro Brígida¹⁷. Um quarto é de casal, outro *single*, ambos com uma casa de banho comum e um terceiro quarto, duplo *twin*, com casa de banho privativa. A partir deste quarto tem-se uma vista para um pátio exterior com oliveiras, funcionando, assim, como prolongamento do espaço utilizável e, garantindo ainda, iluminação e ventilação natural, pontos importantes para o conforto da habitação, o que não acontecia na construção pré-existente.

Parte da parede interior de separação das casas primitivas foi demolida, permitindo a passagem para a *Casa de São Tiago* através de um acesso ao pátio exterior com amendoeiras, entrando-se directamente nos quartos. Os quartos desta habitação são de casal, sendo o encostado à casa anterior completamente revestido a contraplacado de madeira tola. A casa de banho é comum, encostada ao acesso vertical, uma escada em madeira, que permite descer até ao piso térreo, onde se pode encontrar uma sala com o pavimento de xisto, uma lareira e uma cozinha/*kichnet*, com uma saída para um pequeno logradouro exterior que dá para o Largo do Côro. A parte mais recuada e enterrada deste piso é iluminada através de um lanternim exterior situado no pátio do primeiro piso. Inicialmente, estava previsto um novo vão, que não foi concretizado, voltado para o pátio da construção adjacente, um antigo *palhal da burra*, também recuperado e readaptado por estes arquitectos como um pequeno apartamento, para outro cliente¹⁸. A parede voltada para este pátio foi construída em betão e revestida por uma chapa galvanizada ondulada e pintada de vermelho.

O rés-do-chão da *Casa de Nossa Senhora de Lurdes* foi a intervenção mais tardia, de 2001, tendo outrora a função de adega, foi readaptada para loja de vendas de produtos tradicionais, tais como vinhos e doces. Teria sido interessante que esta loja, construída no local das antigas “lojas” das casas tradicionais beirãs, onde se encontravam os materiais agrícolas, os alimentos recolhidos das terras ou os animais, ao adaptar-se contemporaneamente, tornasse-se numa melhor e maior montra das tradições beirãs com a venda de peças e objectos de artesanato, que relembassem essa época.

A porta de acesso foi desenhada com dois panos, o exterior em vidro com o caixilho em aço inox

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*, p. 17.



115. e 116. Pátio e Sala da Casa de São Tiago, 2013



117. e 118. Cozinha da Casa de Nossa Senhora de Lurdes e Entrada da Loja do Côro, 2013

e a interior que procura reproduzir o desenho original, em madeira. O desenho gráfico também foi desenvolvido pelos arquitectos¹⁹. Estes elementos de inox não são comuns, nem originários desta arquitectura rural, mas o desenho simples, leve e estilizado não afecta em nada a relação e percepção das formas dentro do conjunto reconstruído. Dado não se encontrarem elementos que permitissem uma reconstituição das janelas e portas, todo o restante conjunto edificado teve novas caixilharias desenhadas, construídas em madeira e pintadas numa cor semelhante à utilizada no projecto de recuperação das fachadas e coberturas (*grenat*).

Como este edifício resultou do somatório de várias construções, foi desenvolvido um projecto em que fosse possível uma maior apropriação e redimensionamento espacial conjunto, ou seja, que em termos práticos pudesse tanto funcionar como uma habitação única, como desdobrar-se em duas autónomas, de forma a tornar mais flexível e rentável o conjunto.

Com a intervenção de Pedro Brígida e Alice Faria, tendeu-se para a interpretação da típica habitação beirã, mas colmatando as lacunas que estas apresentavam: aperfeiçoaram a iluminação interior, havendo agora a possibilidade de aumentar e criar um espaço bem mais “habitável”; dotaram o espaço de condições para se prepararem refeições, com elementos modernos e, é ainda interessante perceber que se tentou reproduzir, até certo ponto, a lareira no seu interior, esse elemento tão típico e importante para a sobrevivência, mas agora com um desenho novo e contemporâneo. Actualmente, as condições financeiras são mais favoráveis, o aperfeiçoar da qualidade das (re)construções, assim como as exigências feitas pelo Turismo, permitiram que o resultado final da intervenção também não fosse assim tão próximo do executado pelos nossos antepassados.

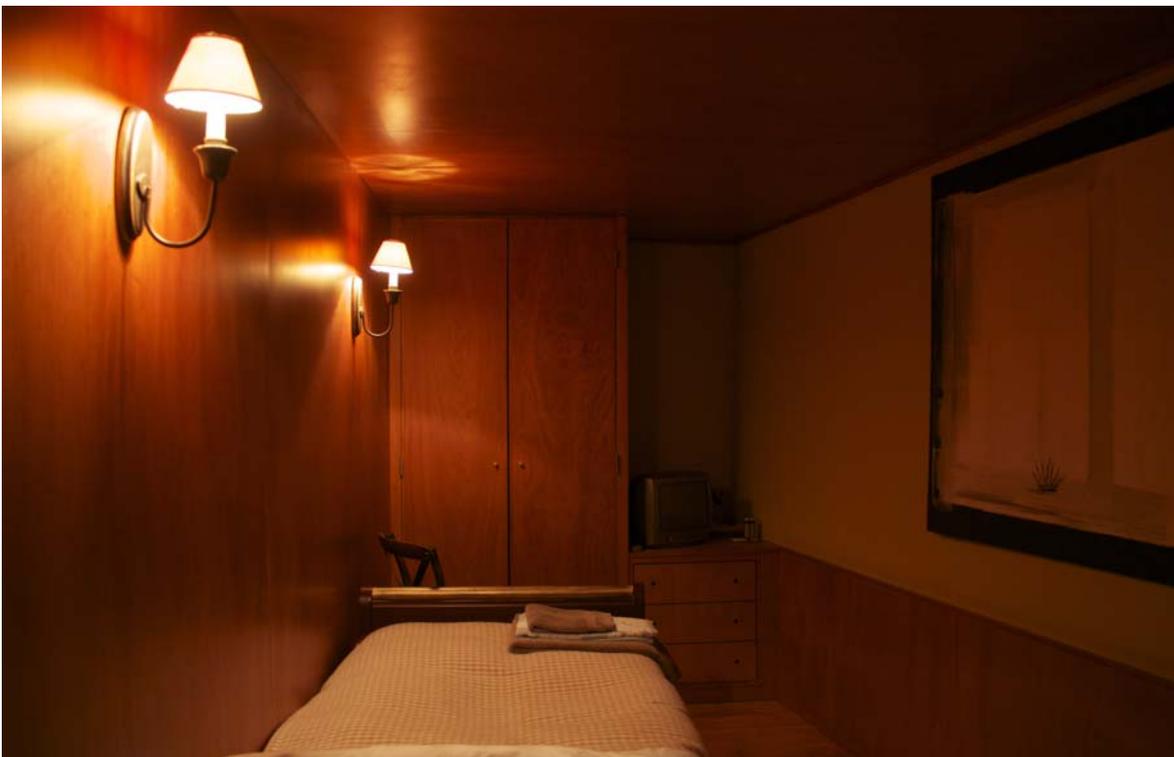
Em 1921, já Alvar Aalto dizia e, podendo ainda ser considerada uma questão actual, que “nada de velho, renasce outra vez. Mas também não desaparece completamente. E qualquer coisa que já tenha sido, reemerge numa nova forma. Parece-me a mim [Alvar Aalto] que, no momento, estamos a empenharmo-nos em direcção a um todo”²⁰. Neste sentido, a citação de Alvar Aalto vem ao encontro do que acabei de referir, tornando possível que cada objecto, elemento, ou construção possa manter características e referências do seu passado, que pode ser melhorado e adaptado ao tempo em que se encontra.

¹⁹ *Ibidem*, p. 22.

²⁰ SCHILDT, Goran - *Alvar Aalto: 1898-1976*. p. 69. (Tradução livre do autor).



119. Quarto com abertura para um pátio, 2013



120. A madeira que ajuda a desenhar o mobiliário do quarto, 2013

Pela lógica e interpretação dos arquitectos procurou-se tornar num espaço aprazível, através da utilização maioritária de materiais oriundos ou que remetem para a região, nomeadamente o granito e as madeiras. Procuraram também criar uma forte relação com a luz e os pontos de vista, motivando para tal a utilização dos pátios exteriores privados, apesar da disposição das divisões não apresentarem exactamente a sua ordem original: este foi o resultado ideal na tentativa de maior aproveitamento e organização espacial.

Num paralelismo, poder-se-ia comparar com a arquitectura que Alvar Aalto desenvolve, ao criar uma relação e integração dos materiais com o desenho espacial da obra, como por exemplo na *Villa Mairea* (1938-1939) ou na *Maison Carrée* (1957-1960), onde desenvolveu o projecto através do desenho meticuloso de todos os elementos integrantes, desde a forma até ao simples puxador da porta. Pode-se verificar que o projecto se relaciona com a sua tradição e cultura do meio (*milieu*), estando intrínseca a ideia basilar do artesão e da obra de artesanato, onde é tudo desenhado minuciosa e originalmente, bem como a calorosa relação com a materialidade. Assim, também é perceptível a sua forma, humanização (e humanização da técnica) e organicismo que o arquitecto desenvolve nestas obras, exportando perante elas a sua ideia de cultura, considerando que esta pode conter a verdadeira arte, servindo adequadamente o homem²¹.

A *Casa do Côro* e a *Casa da Vila*, inseridas dentro da mesma parcela de terreno, foram executadas praticamente em simultâneo com as casas anteriores, de 1996 a 2000. A *Casa do Côro* foi construída sobre ruínas, compostas por três construções volumetricamente distintas, uma de um piso e duas de dois pisos, definindo o limite Noroeste do Largo do Côro, e prolongando-se para Norte, a partir do antigo Drama. Esta mesma casa veio dar origem ao nome da empresa turística, não se devendo confundir entre o nome da casa propriamente dita e o nome do conjunto global.

Com o processo AHP-84, a *Casa do Côro*, obteve aprovação a 8 de Maio de 1997, Acta Nº44. A casa localiza-se numa posição importante, ajudando a redefinir um espaço com características distintamente urbanas, tratando-se de um elemento bastante expressivo e impositivo. Com a sua implantação na parte superior da encosta, permite que todo o conjunto, desde as construções aos espaços exteriores, beneficie de uma excepcional posição em relação ao panorama natural e construído a Nor-

²¹ Ver: SCHILDT, Goran - *Alvar Aalto: 1898-1976*. p. 87-88.



121. Casa do Côro antes da intervenção



122. Casa do Côro na actualidade

te²². A construção tem uma área de implantação de 608m² e uma área bruta de construção de 448m².

No início dos trabalhos de análise e recuperação do conjunto, e apesar do estado de degradação das estruturas, ainda foi possível entender, a partir de elementos existentes, a organização volumétrica do conjunto e parcialmente a disposição dos vãos, ajudando a assegurar, à partida, a reabilitação do conjunto original. O conjunto dos edifícios da *Casa do Côro* apresentavam-se maioritariamente em ruína, à excepção de uma pequena parte, não tendo sido possível aproveitar minimamente a estrutura das paredes em alvenaria granítica²³. Desta forma, os Arquitectos Pedro Brígida e Alice Faria partiram da interpretação desses vestígios, tornando-os na base do seu trabalho.

Em termos práticos e de forma a poder fazer uma reprodução e reinterpretação da pré-existência, desmontaram inteiramente as paredes na tentativa de as reerguer de nível, prumo e esquadria perfeita, sabendo *a priori* que não conseguiriam reproduzir genuinamente a irregularidade natural e viva da construção popular. Todavia sentiram a necessidade de manter a mesma composição volumétrica, as formas, bem como, as relações de cota, a posição dos vãos, utilizando técnicas derivadas das originais, populares, tentando recriar uma suposta imagem original, e encarando o tempo como um “amigo” a bem envelhecer os materiais²⁴.

Os arquitectos com todo o cuidado e sensibilidade necessários neste tipo de intervenção, de forma a possibilitar a construção dos novos interiores e coberturas, recorreram a uma estrutura auxiliar interior em betão armado, um pouco à imagem do que acontecera com as casas descritas anteriormente. As divisões interiores foram construídas em madeira ou em alvenaria de tijolo, de acordo com as necessidades em termos técnicos ou de acordo com o tipo de acabamento que se pretendia dar a cada espaço. Muitas vezes, e mais uma vez à semelhança de outros projectos, a estrutura de madeira ajuda a definir elementos de decoração e mobiliário tais como guarda-roupas ou as escadas.

No seu interior o corredor foi desenhado com lajetas de granito bujardado e os restantes espaços em soalho de madeira maciça. Alguns degraus também aparecem construídos com pedra granítica. A cobertura foi desenhada de três modos distintos: nos volumes pré-existentes, à excepção de parte do corredor de circulação, usou-se o sistema de estrutura de madeira tradicional, em asna, mas com a

²² Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto.

²³ Ver: PIRES, Pedro Jorge Brígida - *10 anos na clandestinidade*, p. 23.

²⁴ *Ibidem*.



123. Alçado Sudeste, 2013



124. e 125. Vãos do Alçado Noroeste, 2013

utilização de isolamento térmico e cobertura em telha de canudo; e por cima do corredor da circulação foi construída uma laje e viga em betão armado plana, com isolamento térmico e acabamento em camarinha de cobre. Neste ponto percebe-se o contraste entre a nova e a velha construção, mas como aparece plana e está a uma cota mais elevada, a percepção desses elementos não afecta em demasia a leitura do conjunto, nem cria uma grande ruptura na construção. Contudo, teria sido preferível no corredor manter o sistema tradicional, mas se isso acontecesse não havia um pé-direito razoável para a circulação, devido a esse volume apresentar uma cêrcea muito reduzida, tendo-se inclusive aumentado a altura da parede lateral. Na nova construção foram usadas paredes de alvenaria de pedra granítica, pousando uma laje de betão plana, tendo sido impermeabilizada e isolada, de forma a funcionar como cobertura vegetal percorrível. As caixilharias são em madeira e foram pintadas de branco e *grenat* nos volumes pré-existentes, e ficaram com a sua cor natural no volume novo.

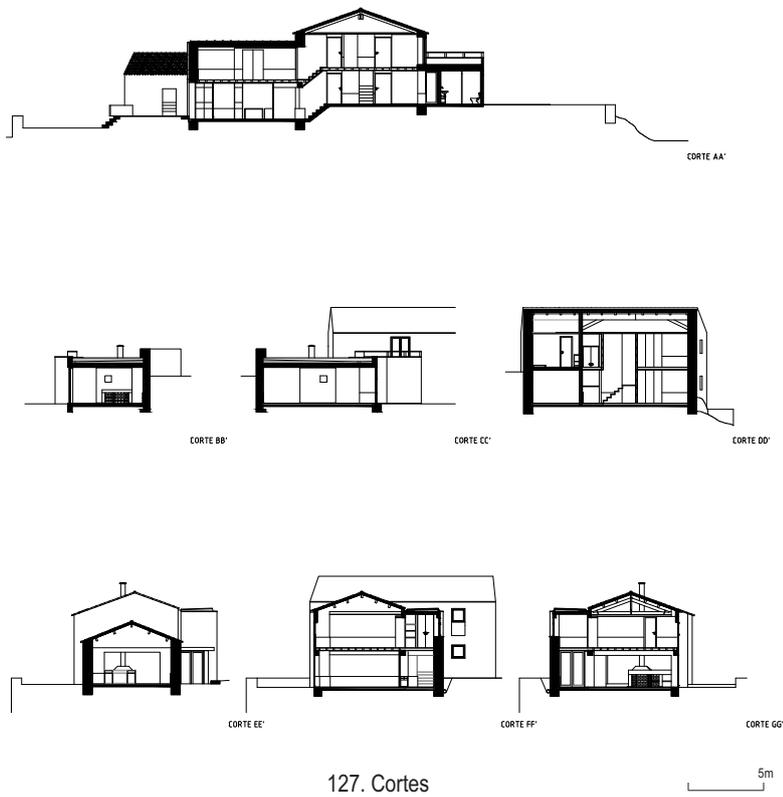
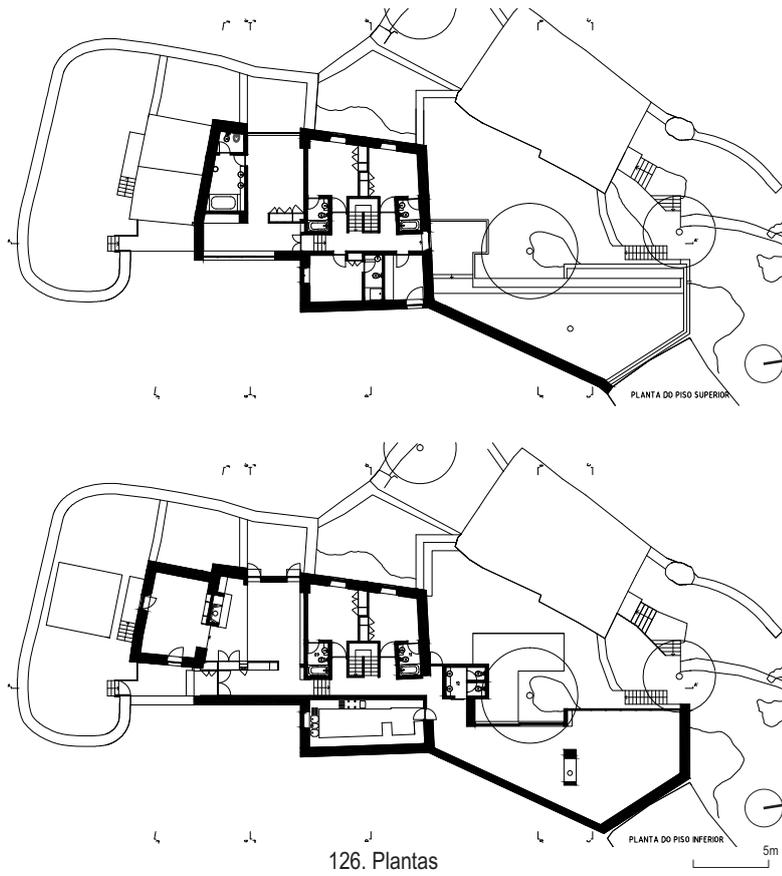
Mesmo tentando reproduzir e aplicar princípios idênticos aos usados nos projectos anteriores, devido à fraca qualidade construtiva apresentada pelas ruínas, a nova intervenção apresenta-se afirmativamente, num jogo aparentemente contraditório entre o tradicional e o contemporâneo, entre o velho e o novo. Também, tratando-se de uma intervenção num edifício de habitação rural e desenhando para este uma nova matriz programática, da parte dos arquitectos não foi possível desenvolver um projecto que seguisse exactamente as tipologias, nem os materiais tradicionais. Os Arquitectos Pedro Brígida e Alice Faria apesar de tentarem tirar benefícios e apropriar, da melhor maneira, dos espaços existentes, procuraram adaptá-los a uma nova realidade, com o uso de elementos análogos aos originais²⁵.

Sendo assim, no seguimento de toda a ideia de apropriação espacial para turismo rural, em relação ao lote, os espaços foram aproveitados na nova intervenção, fazendo parte do conjunto habitacional. Tratando-se Marialva de um povoado com particulares características da região, onde geralmente os edifícios tinham dependências que outrora serviram de “lojas”, arrecadações agrícolas ou espaços exteriores, muitas vezes com um declive acentuado e, por vezes, com pequenas belgas de terreno produtivo, que serviram para plantação de centeio e com algumas oliveiras²⁶, o conjunto viu nascer com esta nova proposta uma melhor organização e readaptação espacial.

Nesta proposta, os novos volumes surgem articulados com os pré-existentes e com elementos ex-

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Ver: ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol. 2, p. 45-51.



teriores, de forma a se agarrarem à morfologia do local, desde a topografia, ao uso dos materiais e à escala do lugar, fazendo, portanto, a sua integração no conjunto edificado. Desenvolveram-se espaços de estar e lazer, de apoio e de dormida com dimensões aceitáveis, tentando organizar todo o conjunto, segundo uma nova matriz sobreposta a uma espacial pré-existente. Os arquitectos sentiram algumas dificuldades em virtude da fraca pré-existência e da tentativa de se apropriarem e integrarem na mesma²⁷. Deste modo, também os novos elementos, mesmo sendo assumidamente actuais, procuraram fazer um equilíbrio entre o que era original e o que agora se propôs, não se tratando de uma cópia formal exacta.

Devido à posição privilegiada no lote, os arquitectos procuraram organizar o programa de forma relacionar os espaços entre o interior e o exterior, tendo para tal pavimentado com lajes de granito, parcial e irregularmente alguns pátios, como o junto à sala de estar ou à sala de refeições. O edifício tanto se relaciona com o Largo do Côro, como procura criar relações com os espaços exteriores envolventes, funcionando como pátios de estar. Nestes espaços exteriores também se preservaram as árvores e a vegetação existentes, de forma a manter as suas características rurais, apesar de terem sido tratados em relação à drenagem²⁸.

Em relação à distribuição espacial, criou-se uma abertura que funciona como pátio de recepção, voltada para o Largo do Côro, funcionando igualmente como espaço de estar, de acesso ao logradouro ou, como actualmente também acontece, local de armazenamento de lenha. A partir deste mesmo pátio e através de uma porta lateral, pode-se aceder ao piso térreo, piso esse, composto sobretudo por espaços de uso colectivo. Funcionado com uma distribuição feita a partir de um corredor longitudinal, os espaços emergentes encontram-se voltados para Noroeste, relacionando-se com o logradouro. Seguidamente ao *hall* de entrada/recepção, na primeira porta à esquerda estão duas salas, divididas a meio por uma lareira, que está colocada estrategicamente no local onde se situava a parede de divisão de dois volumes da construção. Cada sala tem duas portas independentes de acesso ao exterior.

No núcleo central da casa estão dois quartos com casa de banho privativa e um corpo estrutural de acessos verticais ao piso superior. No final do corredor encontram-se as instalações sanitárias para todo o piso. Devido a necessidades programáticas, os arquitectos tiveram que criar uma construção

²⁷ Ver: PIRES, Pedro Jorge Brígida - *10 anos na clandestinidade*, p. 23.

²⁸ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto.



128. e 129. Sala de estar e sala de refeições, 2013



130. Quarto, 2013

nova, que se liga à pré-existência, e funcionando apenas num piso; devido à diferenças de cotas, a cobertura tenta fazer uma espécie de prolongamento da rua. Neste novo corpo foram instalados uma sala de refeições e um bar, com uma lareira central, que através da forma como foram desenhadas as aberturas para um pátio, com grande dimensão, intensificou a relação entre interior/exterior nesta habitação. Numa das construções pré-existentes ainda foram desenhadas uma cozinha e copa, de forma a apoiar a sala de refeições.

Em relação às duas lareiras, os arquitectos desenharam-nas de forma a que as chaminés não provocassem um grande impacto visual no construído, visto que na generalidade eram elementos parcos e discretos. A sua construção foi em granito bujardado e tijolo refractário, com a evacuação de fumos feita através de um tubo em chapa de cobre, acastanhada, que no telhado, apesar de não se pretender isso, acabou por ter um pouco de impacto visual.

No piso superior, e construído em apenas duas das ruínas pré-existentes, foram desenhados uma lavandaria de apoio, três quartos com casa de banho privativa e uma *suite*, também com casa de banho privativa, e uma pequena zona de estar. Em todas as divisões tentaram-se aproveitar ao máximo o desenho da estrutura exterior de alvenaria de pedra, à excepção da *suite*, que apresenta duas faces com elementos desenhados com características claramente contemporâneas. A partir desses elementos surgem as caixilharias em madeira e de vidro duplo, apoiadas num contraplacado desenrolado de castanho pelo exterior, com o seu “miolo” preenchido com isolamento térmico e, no interior, um contraplacado desenrolado de madeira de tola, que se prolonga por todas as paredes, fazendo de lambrim.

Na busca de uma clareza formal e estética os arquitectos procuraram uma ideia limpa e coerente dos espaços, relacionando-os com a nova forma de viver, com o uso de materiais “quentes” e jogando com as sensações do local, muito por causa das relações visuais que se tentaram criar com os espaços exteriores e a paisagem circundante. Também se torna evidente a clara preocupação pelo desenho, desde a forma do objecto até ao mais ínfimo detalhe e pormenor. Ideia já presente na *Casa Nossa Senhora de Lurdes* e na *Casa de São Tiago*.

A *Casa da Vila*, com o processo AHP-83, foi aprovada a 10 de Abril de 1997, Acta N°43. Como foi referido anteriormente esta casa está situada na mesma parcela da *Casa do Côro*, a Este, podendo



131. Entrada da Casa da Vila, 2013



132. e 133. Sala de estar e quarto, s/d

ser acedida por dentro do lote, através de uma ruela que parte do Drama, ou por uma rua transversal à Rua da Corredoura.

A casa encosta num declive, agarrando-se aos afloramentos rochosos do terreno, num claro e constante diálogo entre a sua estrutura, que advém da intervenção do homem construtor popular, e a morfologia natural existente. A Nordeste e Sudoeste situam-se terrenos adjacentes, fazendo uma área de implantação de 264m² e uma área bruta de construção de 166m²²⁹.

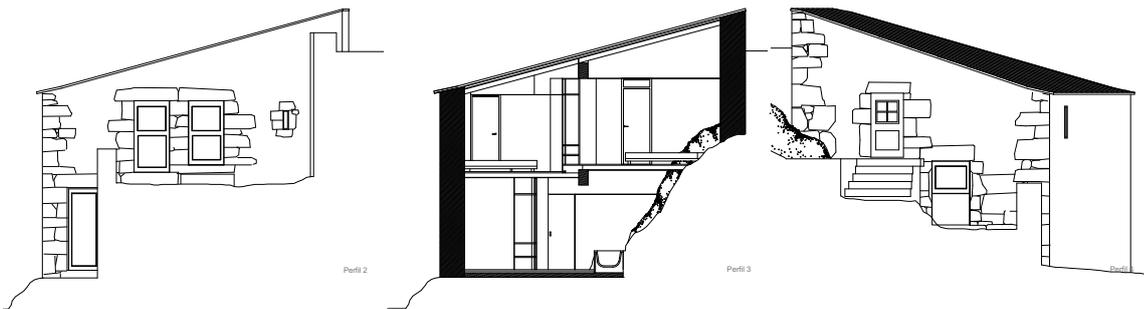
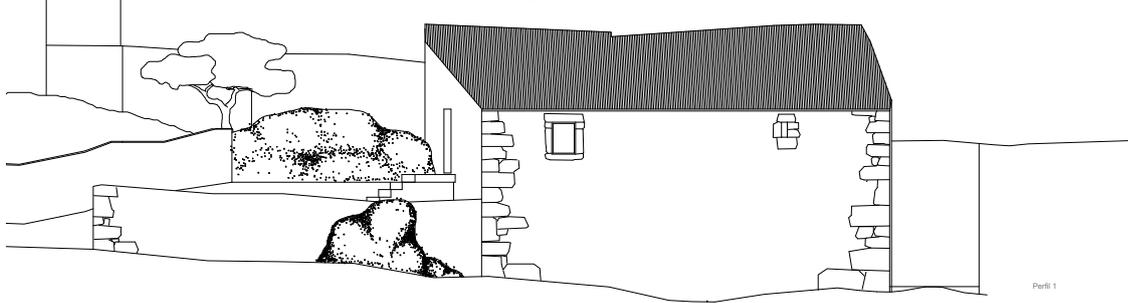
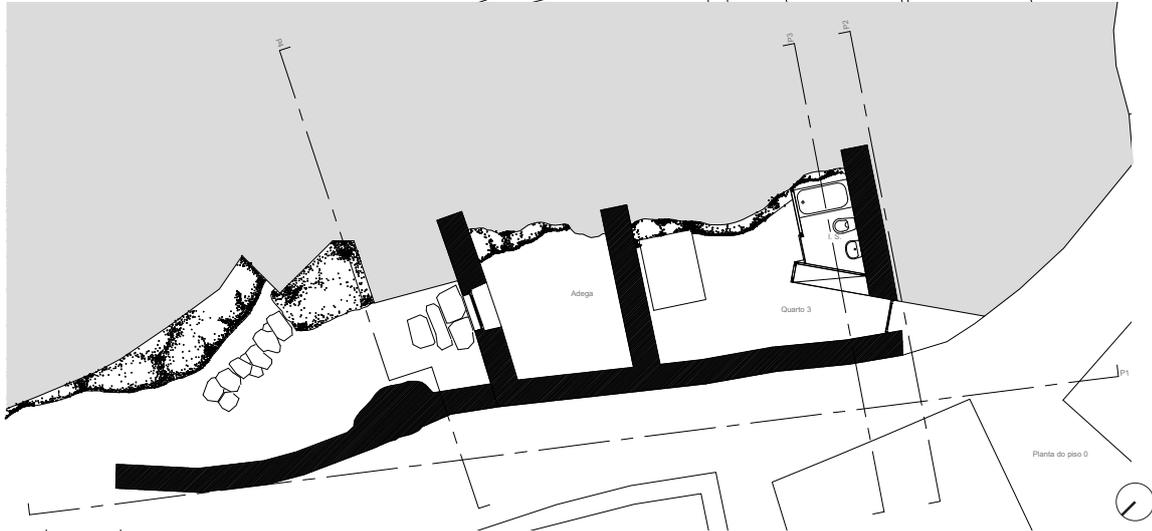
Esta habitação mostra algumas características típicas das casas populares beirãs, desde a sua tentativa de se agarrar à rocha, libertando o terreno cultivável, assim como, as pequenas aberturas presentes nas fachadas, algumas quase nichos, de forma a no Inverno melhor conservar o calor dentro da habitação.

A construção original apresentava-se em melhor estado de conservação que a casa referida anteriormente, tendo por isso, os Arquitectos Pedro Brígida e Alice Faria com a sua intervenção pretendido recuperar e adaptar a habitação tradicional rural. A casa era composta por dois pisos, com adega no piso inferior e habitação no superior, sendo que, com a intervenção, optaram por fazer obras de valorização da construção existente, não alterando a sua volumetria original, nem os sistemas construtivos. Na recuperação foi necessário estabilizar as paredes em alvenaria de pedra de granito, tendo sido refeitas em certos pontos, e revestidas a reboco e pintadas de branco no seu interior. Tal como os projectos anteriores, escolheram-se as madeiras para se revestirem as paredes e os pavimentos, sendo estes impermeabilizados nas zonas de água. Também na cobertura, de apenas uma água, optou-se por utilizar vigas e ripados de madeira, com isolamentos e telha de canudo. De uma forma subtil, mas também coerente com o edificado e a construção tradicional, em certos pontos, os arquitectos mantiveram o contacto directo com as rochas que surgem no interior da habitação, principalmente no lado da encosta³⁰. As caixilharias também são semelhantes ao projecto anterior. Os tubos de extracção dos fumos acabam, mais uma vez, por ser elementos um pouco dissonantes ao conjunto.

Em termos programáticos, da parte dos arquitectos houve um cuidado especial em tentar rentabilizar ao máximo e melhor adaptar à nova exigência funcional. No piso inferior, a Nordeste, optou-se por

²⁹ Ver: PIRES, Pedro Jorge Brígida - *10 anos na clandestinidade: Anexos: Listagem de projectos: Resumo: 1.5.*

³⁰ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto.



134. Plantas e Perfis

2m

manter a adega e, a Sudoeste, foi construído um quarto independente, com casa de banho privativa. Manteve-se também a parede de alvenaria granítica de separação destes dois espaços. No piso superior, a sala de estar foi mantida, tendo sido renovada com uma cozinha. Neste piso ainda estão dois quartos com casa de banho privativa, com acesso a um pátio a Sudoeste, permitindo a iluminando do espaço e também o contacto com a natureza³¹.

Mais uma vez, e seguindo a lógica presente nos projectos anteriores, os arquitectos procuraram manter e cultivar a relação entre o edifício e os espaços voltados para o logradouro, fazendo um tratamento cuidado desses espaços com carácter rural. A Noroeste, os acessos a partir da rua até à entrada principal da casa e da adega foram tratados e cuidados: fez-se a reparação do muro de separação para a rua, do pátio e do patamar e, de forma a dar mais privacidade à habitação, montou-se à entrada um novo portão em chapa de aço e, a Sudoeste, no pátio que liga com os quartos, pavimentou-se parcialmente e de uma forma irregular com lajes de granito. Nestes espaços também foram mantidas as árvores existentes e procedeu-se à devida drenagem junto à habitação.

Este empreendimento turístico, com o passar dos anos, foi ganhando uma certa dimensão, tendo sido necessária a construção de outros equipamentos de apoio comuns, que permitissem oferecer uma melhor qualidade de serviço. Sentiu-se a necessidade de criar um edifício que funcionasse como garagem e arrumos, assim como lavandaria e serviço de refeições, que apesar de já estarem presentes na *Casa do Côro*, deixaram de responder em pleno. Esta situação levou a que fosse pensada uma nova lavandaria e uma nova cozinha, de forma a albergar todo o serviço do conjunto das casas. Apesar de cada unidade ter a sua própria cozinha, o promotor e os arquitectos pensaram nesta cozinha como uma solução ideal, de forma a também poder haver outro tipo de oferta, como gastronomia tradicional, ou até mesmo, gerar maior relação entre os hóspedes.

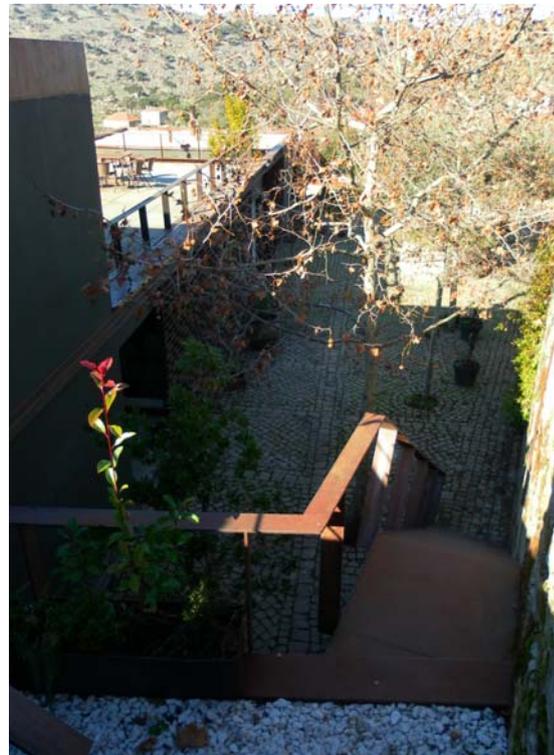
Em 1999, os arquitectos trabalharam num *Edifício de Apoio à Casa do Côro (garagem + arrumo)*, que fazia a ocupação de um quintal, no lado Este do Largo do Côro e a Norte da *Casa de Nossa senhora de Lurdes*, num lote cuja área de implantação era de 192m² e a área bruta de construção de 150m².

O programa propunha construir-se de raiz neste lote, mantendo apenas o muro existente; contudo verificava-se ser uma intervenção um pouco “delicada”, dado ser uma construção nova e num local

³¹ *Ibidem*.



135. Vista para o Edifício de Apoio II, 2013



136. e 137. Rua de separação entre Casão do Largo e Edifício de Apoio II e pátio exterior, 2013

privilegiado em termos de implantação. A solução encontrada foi tentar manter a cêrcea do muro e construir no interior do quintal. Entretanto, enquanto os arquitectos aguardavam a apreciação do projecto, o promotor alterou o seu programa, propondo uma sala polivalente, para reuniões e refeições para grupos. Iniciou obras em conjunto com o empreiteiro, sem consultar os arquitectos, o que levou a uma ruptura de ambas as partes³². O novo projecto acabou por prosseguir e, actualmente, é conhecido pelo *Casão do Largo*. Os Arquitectos Pedro Brígida e Alice Faria não reconhecem a sua autoria.

Numa fase posterior, o mesmo promotor sentiu a necessidade de colmatar algumas falhas que este edifício apresentava, tendo encomendado aos Arquitectos Pedro Brígida e Alice Faria, o projecto para um novo edifício de apoio, que se viria a articular com este. Desta forma, surgiu o *Edifício de Apoio II (cozinha + lavandaria + garagem)*, de 2001 a 2004, construído atrás do Casão do Largo, a Este, estando separados por rua de 1,5m de largura. O edifício insere-se numa área de implantação de 2246 m², com uma área bruta de construção de 239m²³³.

Este novo edifício implantou-se no terreno fazendo a clara substituição de uma ruína, de um piso, existente no local, reforçando e refazendo a esquina entre duas ruas estreitas, e prolongando-se para o interior do terreno. Voltado para a rua que vem do Largo do Côro, o edifício recria a mesma cêrcea da ruína existente, acabando por servir-se das diferenças de cotas para disfarçar e enterrar parte do volume do novo objecto criado. Desta forma, a construção nova apresenta dois níveis, e na parte que está encastrada no terreno, através de uma passagem subterrânea, faz a ligação com o Casão do Largo³⁴.

Em termos construtivos, os arquitectos, numa analogia à ruína, optaram por fazer a reposição da parede de pedra granítica voltada para a rua, sendo esta reforçada a betão armado; a restante construção, fundações, paredes e coberturas, também foi executada em betão armado, sendo as paredes pelo exterior rebocadas e uniformizadas com a pintura verde-escuro, tendo usado contraplacado de bétula para revestir o interior na sala; propuseram ainda para a platibanda das coberturas planas, o corrimão, e os portões de acesso ao terreno adjacente, a execução em aço corten, apresentando neste momento diferentes estágios. As coberturas planas foram devidamente impermeabilizadas e

³² Ver: PIRES, Pedro Jorge Brígida - *10 anos na clandestinidade: Anexos: Listagem de projectos: Resumo: 1.10.*

³³ Ver: PIRES, Pedro Jorge Brígida - *10 anos na clandestinidade: Anexos: Listagem de projectos: Resumo: 1.13.*

³⁴ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto.



138. Contrastes, 2013



139. Edifício de Apoio II, 2008

isoladas termicamente, tendo-se usado seixo britado na cobertura da lavandaria e no terraço lajetas de granito bujardado. Os caixilhos foram desenhados em madeira e pintados de branco.

Segundo a Memória descritiva dos arquitectos, este novo edifício adquire “uma imagem própria, fruto também da especificidade do programa”. Não posso deixar de estar mais em desacordo com esta afirmação, pois mesmo tratando-se, ou não, de um programa diferente que as casas de habitação para turismo rural, sendo este um edifício de apoio, havia condições para se desenhar um edifício de outra forma. Eventualmente os arquitectos, com ânsia de desenhar um objecto novo, testaram novos materiais, novas técnicas construtivas, mas, desta forma, o objecto torna-se numa intervenção afirmativa no local.

Havia uma pré-existência em ruína, não tendo sido possível a sua recuperação e reprodução e, de forma a ganhar maior área, foi criado um aterro, enterrando-se parte do programa do novo objecto, solução só possível através da utilização de novos elementos técnicos e práticos. Naturalmente que teria sido mais prudente tentar-se manter a ruína, mas visto não ter sido possível, devia-se ter, pelo menos, tentado aplicar materiais presentes e pertencentes ao meio em que o objecto se insere. Todavia, louva-se o esforço de se tentar manter parte da parede em alvenaria granítica voltada para a rua, apesar de não passar de uma “pele”, não tendo qualquer função estrutural.

Assim sendo, de acordo com a análise feita, não haveria necessidade de se criar um objecto/corpo estranho ao conjunto, pois havia matéria-prima e mão-de-obra qualificada para se proceder à construção de um edifício que respeitasse as condições construtivas locais. Esta ideia vem um pouco ao encontro do que já havia sido dito na análise do Posto de Acolhimento e Turismo, em que uma intervenção deste tipo seria mais interessante e segura ao agarrar-se à ruína, ou fazer parte dela, ao invés de ser uma afirmação forte na morfologia do edificado. Contudo, também não se poderia cair no ridículo de criar um falso vernacular para este sítio, ao projectar um edifício que pretendia copiar ou estilizar elementos característicos da região, proporcionando uma integração no seu meio circundante, acabando por esta ser uma questão complicada e ambígua, ligada a esta intervenção.

Em relação à sua distribuição programática, no piso inferior foi desenhada uma cozinha e uma garagem, que actualmente foi reformulada para sala de pequenos-almoços, estando estes espaços divididos por um pequeno pátio interior, que permite articular a distribuição espacial, assim como iluminar



140. Pátio de separação entre o Edifício de Apoio II e o Palhal da Torre do Monte, 2013



141. Palhal da Torre do Monte, 2013

os vários espaços. Criou-se um espaço de arrecadação de material indispensável ao funcionamento das *Casas do Côro*, tais como lenha, mobiliário exterior, etc. No piso superior instalou-se a lavandaria, com uma dimensão adequada para dar resposta a todo o complexo turístico e futuras ampliações, com um acesso independente pelo exterior, e que através da sua cobertura plana, permitiu criar um terraço, tornando este num espaço de lazer e contemplação para todo o edificado circundante. Foi ainda criada uma escada de acesso ao pátio a Nordeste, a partir da rua.

Com estas questões de funcionamento tratadas, e devido à localização estratégica deste volume, permitiu ao promotor pensar num plano de articulação entre os projectos construídos e as ampliações futuras, estando já criadas algumas condições básicas para tal.

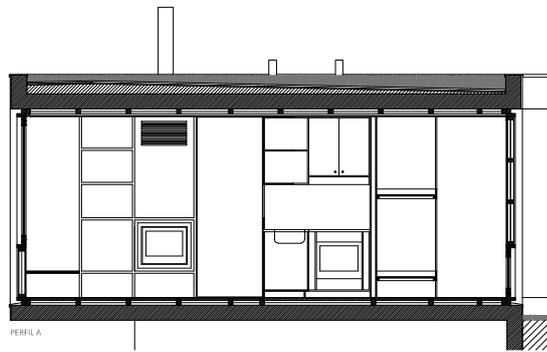
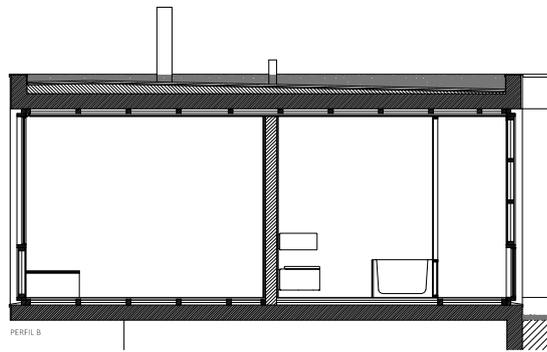
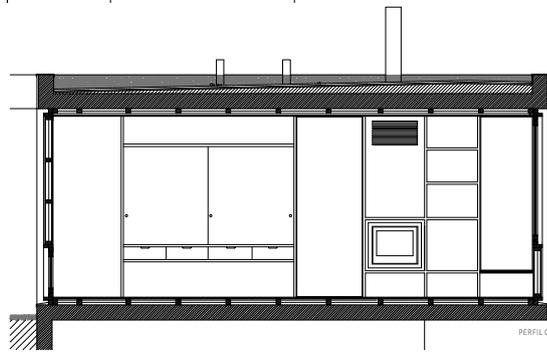
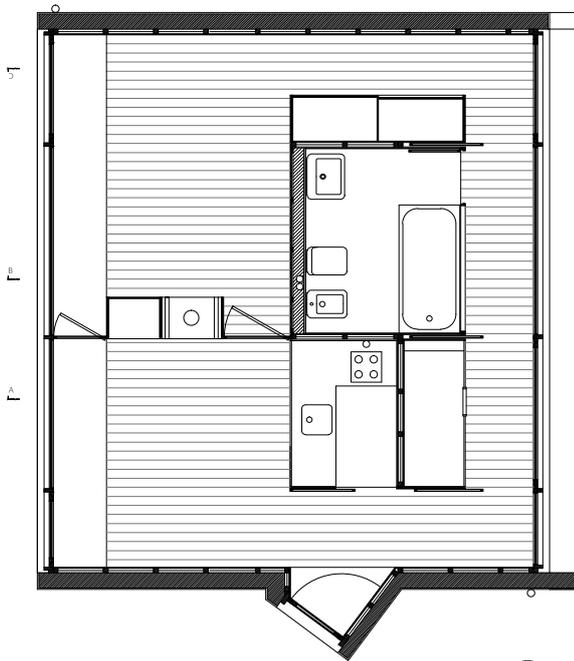
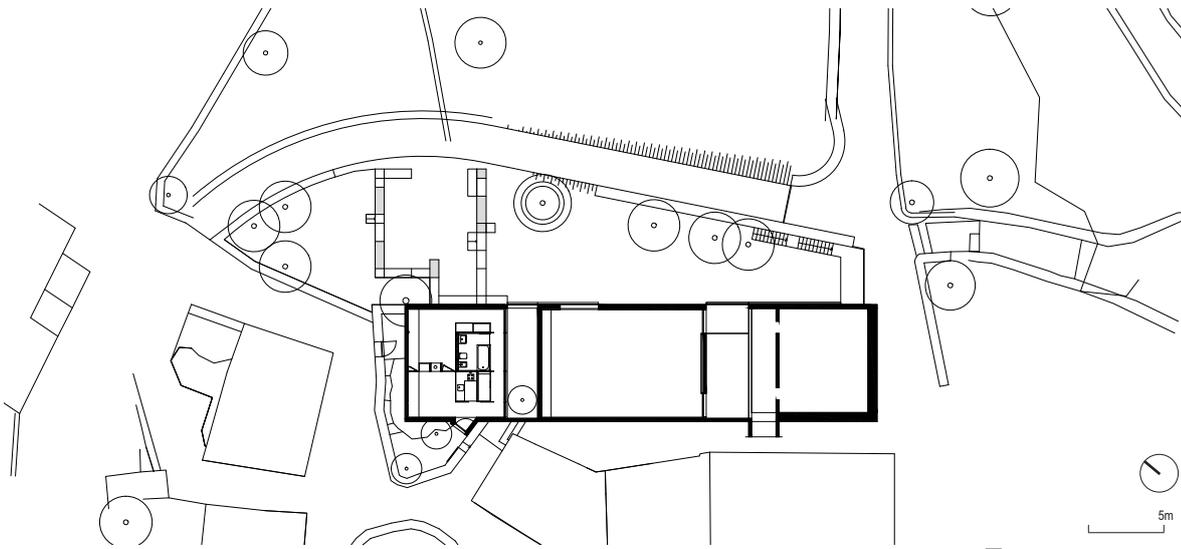
Em 2007, ocorreu mais uma ampliação das *Casas do Côro*, desta vez tratando-se do *Palhal da Torre do Monte*. Este novo edifício foi construído numa parcela de terreno contíguo ao anterior projecto, numa área de implantação de 111,80m² e com uma área bruta de construção de 52m² ³⁵.

No lote havia uma ruína, pertencente a uma corte de animais, que se encontrava num estado de conservação muito deficiente. Como resolução projectual os arquitectos pretenderam fazer uma “natural” continuidade com a estética e características do volume anterior, tendo por isso demolido a pré-existência, limpo o lote e criada uma unidade modular. Esta ideia de continuidade surge através da análise da dimensão diminuta e da geometria do terreno, assim como devido à proximidade com o projecto e das suas linhas geratrizes. Os arquitectos tentaram interferir o mínimo possível no construído, tendo preservado e mantido intocáveis o muro de alvenaria granítica que delimita o lote, e uma pequena corte assente sobre um maciço de granito, e tentando não se intrometer com o terreno original, criou-se um prolongamento do edifício a partir de um pequeno pátio, balançando-se sobre o terreno. Também para esta construção foi tida em conta uma articulação mais equilibrada entre a escala e as relações, com o tecido urbano envolvente, um ponto muito importante a que o projecto anterior não foi sensível. Esta intervenção também apresenta uma linguagem mais discreta, não deixando de ser actual³⁶.

O novo edifício, assente directamente sobre o maciço rochoso existente, segue a mesma estrutura do edifício anterior, construindo as fundações, paredes e coberturas em betão armado. As paredes

³⁵ Ver: PIRES, Pedro Jorge Brígida - *10 anos na clandestinidade: Anexos: Listagem de projectos: Resumo: 18.2.*

³⁶ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto.



142. Plantas e Cortes



também foram rebocadas e pintadas exactamente como o projecto contíguo, deste modo, fazendo uma continuidade formal e estética. A cobertura plana foi impermeabilizada com telas betuminosas, isolada termicamente e rematada com seixo rolado. Os vãos exteriores foram pensados em caixilharia de madeira de Riga, aplicados à cor natural, com vidro-duplo baixo-emissivos, executados até ao acabamento em fábrica. O acesso ao apartamento foi mantido segundo o original, marcado no muro de granito, e no qual foi assinalada a passagem através de degraus de betão moldado *in situ*, descofrado e bujardado. Foi desenhada ainda numa cota mais elevada um acesso mais directo e de nível. Nestas entradas foram ainda aplicados dois portões em chapa de aço lisa pintada. Para o lado Nascente não existe qualquer ligação, tornando este espaço mais privado e intimista. No interior, paredes e tecto, foram revestidos a placas de contraplacado de bétula sobre o isolamento. Em todo o módulo, aplicou-se como pavimento um soalho em madeira de Riga, à excepção da cozinha e da casa de banho onde foi aplicado um material cerâmico. Para se compartimentarem as diferentes divisões aplicaram-se paredes com estrutura engradada de madeira, tendo sido revestidas quer a contraplacado de bétula, quer a material cerâmico, dependendo da divisão. Foram aplicadas portas de madeira de correr para definir as divisórias³⁷.

Como se pode verificar por estes últimos edifícios percebe-se que foi havendo um aumento gradual da qualidade dos materiais aplicados, fruto também dos avanços técnicos que houve nessa área; de facto, mais que tentar reproduzir uma arquitectura ou um desenho popular nas habitações, houve o interesse de se apostar na qualidade. Nesse sentido, a leitura de uma imagem contemporânea cresce, aumentando também, em relação ao empreendimento turístico, uma característica de casa acolhedora, moderna, e que soube tirar melhor partido do local, das tradições e raízes em que se insere, evidenciando e acolhendo uma nova representação para o local. Apesar de tudo, por vezes, estes edifícios entendem-se com não tectónicos em relação ao local, devido à sua materialidade e ao não se agarrarem ao terreno, bem evidenciado pela solução encontrada para rematar este edifício, deixando-o a levitar.

Este edifício segue as mesmas premissas que os edifícios anteriores, que apesar de responder a todo um conjunto de edifícios de habitação rural, com um núcleo e organização central, tem a capacidade de ser uma habitação com autonomia própria e auto-suficiente. Assim sendo, em termos programá-

³⁷ *Ibidem*.



143. e 144. Quarto e beliches, 2013



145. Pátio, 2013

ticos, neste módulo foram desenhados espaços como se um pequeno apartamento se tratasse, com cozinha, recuperador de dupla-face para quarto de casal e sala de estar e de refeições, casa de banho revestida a pastilha de vidro castanho com banheira de hidromassagem e ainda dois beliches desenhados e encastrados no núcleo central. No exterior foi desenhado um pátio voltado para o castelo, pavimentado a calçada, com bancos em betão, caldeiras e amendoeiras.

Neste projecto está bem evidente que sempre houve a intenção de relacionar o objecto com a paisagem circundante, uma forma interessante de contacto e contemplação que os hóspedes podem ter com o património edificado da aldeia. Desse modo, dão testemunho o pátio lateral, bem como, a fachada Noroeste, pertencente ao quarto e sala, que se abre na forma de um vão rasgado para a paisagem. Por sua vez, a fachada oposta é mais comedida, estando voltada para o pequeno pátio, fazendo a iluminação e ventilação segundo um vão mais pequeno, junto ao chão. A partir deste pátio também se pode aceder aos arrumos existentes, não sendo possível directamente desde o apartamento.

No mesmo ano desenvolveu-se o projecto para a *Casa da Torre do Relógio*, com o lote situado no enfiamento de duas ruelas, e voltada para o anterior projecto. A área de implantação e a área bruta de construção perfazem um total de 47,32m² ³⁸, ou seja, é a única intervenção que até então não dispõe de uma área de logradouro adjacente.

Há que referir que esta casa vem no seguimento da anterior, onde o conceito de turismo rural adquire um novo significado, privilegiando a pequena unidade modular autónoma e isolada, mas sempre respondendo segundo uma relação directa com o conjunto do edificado e do complexo turístico em que se insere, não se fechando em si mesma. Com a *Casa da Fraga*, actualmente em construção, fazem um conjunto de três novos módulos que representam essa ideia.

Esta intervenção foi executada sobre uma casa que já havia sido alvo da fase de recuperação de fachadas e coberturas do PRAHP, com a denominação de imóvel 26. Como os restantes projectos de fachadas e coberturas, esta intervenção não passou de uma recuperação “fachadista”, não tendo sofrido qualquer intervenção no seu interior (tipologia). Mesmo da parte da recuperação do PRAHP, para além de elementos dissonantes utilizados, também já havia indícios de um mau estado de conservação dos materiais propostos. Quando Paulo Romão a adquiriu, necessitou fazer uma interven-

³⁸ Ver: PIRES, Pedro Jorge Brígida - *10 anos na clandestinidade: Anexos: Listagem de projectos: Resumo: 18.3.*



146. e 147. Casa da Torre do Relógio antes da intervenção e na actualidade



148. Palhal da Torre do Monte e Casa da Torre do Relógio, s/d

ção e recuperação a fundo.

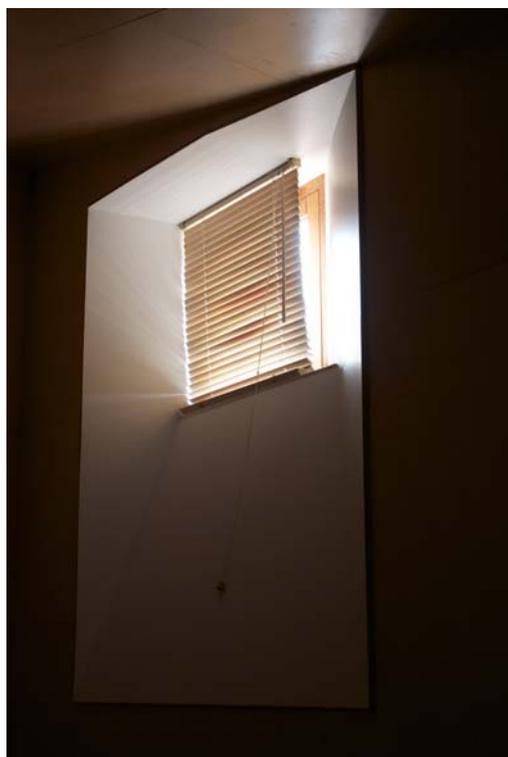
Segundo a Memória Descritiva dos Arquitectos Pedro Brígida e Alice Faria, a intervenção efectuada pelo PRAHP foi descuidada, tendo alterado profundamente as características e a identidade da construção original, sobretudo a fachada Norte. A intervenção do *Programa* apresentava-se afirmativamente, e talvez por se encontrar praticamente em ruína, a parede foi executada em alvenaria de bloco de betão rebocada e pintada, deixando apenas uma porta e uma janela. Neste alçado foi ainda acrescentado um alpendre em estrutura de madeira e cobertura de telha, numa alusão e reprodução dos típicos e tradicionais balcões beirões³⁹. Para além desta intervenção, as paredes exteriores em alvenaria de pedra granítica tiveram um reforço pelo interior, com a construção de paredes de bloco de betão adossadas a estas.

Como foi perceptível nas fotografias antes das intervenções do PRAHP, presentes na CCDRC, a parede de alvenaria de bloco de betão já existia antes de qualquer intervenção. Isto leva-me a supor que este edifício esteve em ruína e que o seu proprietário, na melhor maneira de sustentar e reparar o edifício e torná-lo “habitável”, aplicou na parede Norte, este novo sistema construtivo. Este sistema apresenta-se bem dissonante em relação à construção pré-existente, pois não evidenciava a mesma morfologia construtiva, nem a mesma aparência estética. Sendo assim, durante a intervenção de fachadas e coberturas, a parede foi apenas rebocada e pintada. Este lado, ainda sofreu o acrescento de um alpendre em madeira.

Na nova intervenção, os Arquitectos Pedro Brígida e Alice Faria, ao ver as debilidades da execução da anterior intervenção, com a sua proposta projectual, tentaram tirar partido da melhor forma de aproveitar a qualidade restante, preocupando-se em manter as principais características tradicionais e originais presentes na habitação. Procedeu-se à limpeza integral e despojamento de todos elementos e materiais dissonantes e em mau estado de conservação. As fundações das paredes foram estabilizadas e a alvenaria granítica foi reparada com recurso a argamassa de areia e cal, tendo sido injetada nas juntas pelo interior, de forma a não ficar visível pelo exterior⁴⁰.

³⁹ Devido a factores climáticos e não só, os povos da beira usaram a varanda como local de exposição solar, sempre que possível voltados a Sol-poente, tornando-se este um dos principais elementos característicos e funcionais desta arquitectura regional. Todavia, na habitação em causa, apresenta uma orientação não muito convencional, quase proibitiva, ao estar voltada a Norte. Ver mais em: ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol. 2, p. 73-77.

⁴⁰ Informação de acordo com Memória Descritiva do projecto.



149. Janela alta, 2013



150. Predomonância da madeira no interior, 2013

Com esta intervenção pretendeu-se manter inalterada a volumetria do edifício, tendo sido reformulado o alçado Norte, aproveitando a modelação estrutural do alpendre e criando uma caixilharia, em madeira e vidro; assim, seguindo essa modelação, foi possível aumentar a área útil e proporcionar uma iluminação natural para o interior. Também no alçado Poente foi acrescentada uma janela alta, com caixilho em aço, de modo a iluminar e ventilar transversalmente.

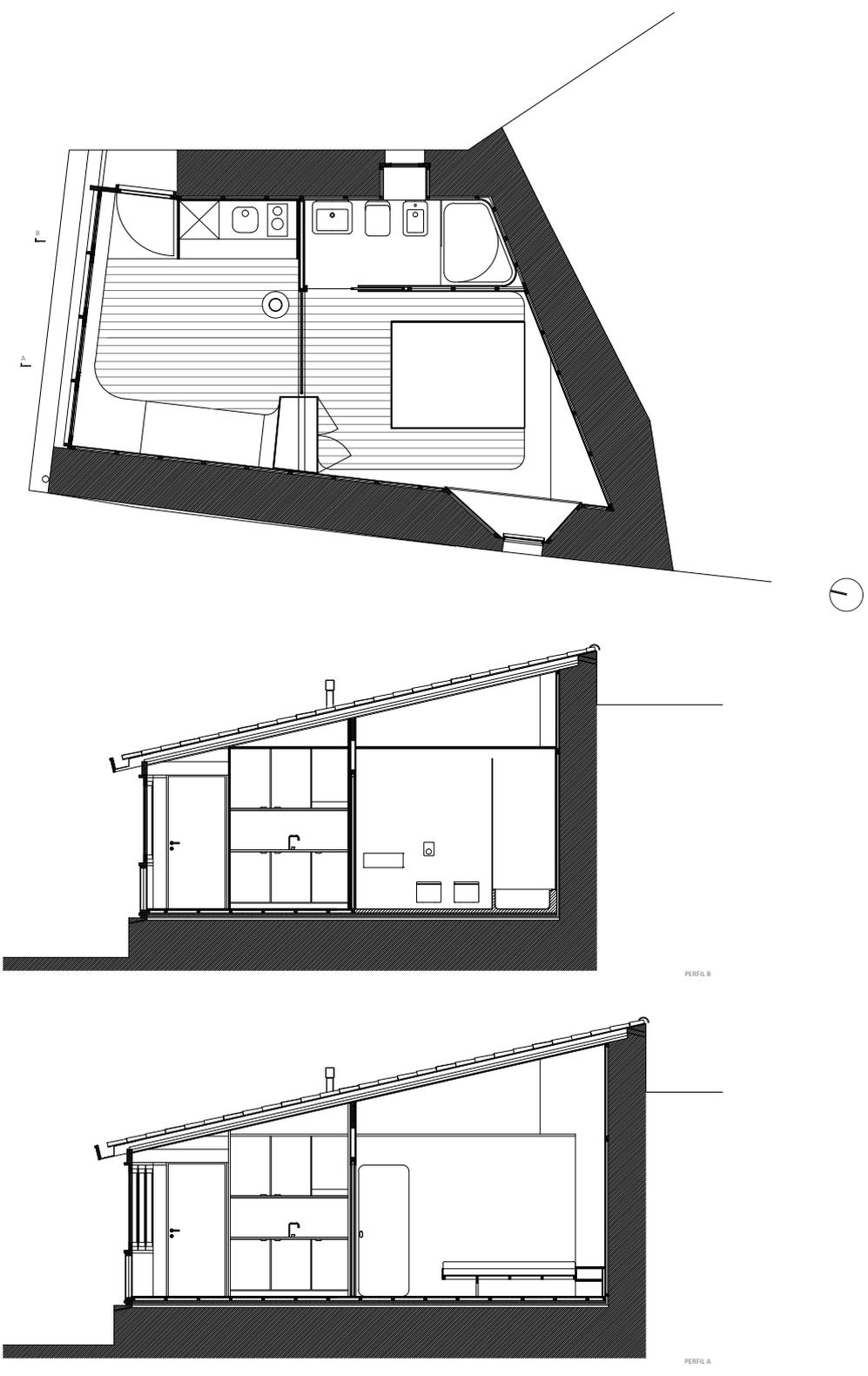
Como é descrito por Keil do Amaral no *Inquérito*, por vezes, quando os donos das casas tinham algumas posses e desejo de diminuir o desconforto habitual, equipavam-nas com varandas envidraçadas, permitindo o sol entrar, mas não os ventos, desta forma, trazia vantagens quanto à sua utilização e permitindo maior permanência e utilidade. Algumas, por vezes, atingiam enormes dimensões, impondo-se pela extensão e pelo ritmo da caixilharia, ocupando frequentemente toda a frente livre, desde o chão ao tecto⁴¹.

Num claro paralelismo, percebe-se que a solução encontrada pelos arquitectos, para resolver o problema levantado pela anterior intervenção, foi retomar a ideia original, ou pelo menos, a reprodução popular deste tipo de elementos, se bem que em relação à orientação solar, não seja a mesma, nem a ideal.

Toda a solução funcional e espacial do interior da habitação advém da apropriação dos sistemas construtivos utilizados, de modo a tornar mais confortável e agradável a sua utilização e usufruto. Usando placas de contraplacado de bétula, à imagem da caixilharia do lado Norte, o interior foi integralmente revestido por esse sistema, de modo a fazer um reforço estrutural e térmico das alvenarias de pedra, mas também com a função de desenhar as divisórias e o mobiliário, ideia que já se encontra presente nos projectos anteriores. Entre a estrutura de madeira e a alvenaria de pedra usaram-se painéis de poliestireno extrudido, fazendo uma contenção térmica constante e contínua.

Mais uma vez, este projecto, segue os princípios e materiais construtivos utilizados no projecto anterior, desde o pavimento, paredes e tectos, bem como as paredes divisórias, vãos interiores e exteriores. Em termos práticos, a partir do momento em que os arquitectos desenvolveram uma linguagem própria, os seus projectos seguiram essas características, prezando uma natural continuidade entre eles.

⁴¹ Ver: ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol. 2, p. 75.



151. Planta e Cortes

1m

Em relação à distribuição da casa percebe-se que foi racionalizada, com o intuito de tirar melhor partido e apropriação espacial da diminuta área; mesmo assim, ainda se construiu um quarto, uma casa de banho, uma cozinha e uma sala incorporadas, e um móvel que pode ser adaptado, havendo a possibilidade de criar uma cama *single* extra. Fica demonstrado que o objectivo dos arquitectos foi, através de um edifício com uma área tão diminuta, fazer uma adaptação espacial, construtiva e funcional, necessárias à exigência programática que este novo programa implicava.

Ainda sobre este projecto, apesar da continuidade da linguagem usada, é evidente que se trata de um pequeno recuo no processo dos arquitectos, tentando novamente recuperar uma casa “quase” em ruína. Em todo o caso, acaba por ser interessante a dicotomia projectual, tendo-se usado por um lado, parte da imagem exterior com a continuação da linguagem tradicional, e por outro uma reprodução contemporânea dos materiais. Desta forma, também é uma clara melhoria da evolução projectual dos arquitectos, em que aqui melhor conseguiram conciliar ambas as vertentes. Em relação aos interiores não houve uma reprodução da tipologia tradicional, apenas se tentou tornar o mais confortável e rentável espacialmente para turismo de aldeia. Mais uma vez, para estes tipos de programas, o “espaço é dinheiro”.

Em suma, e como balanço global do conjunto das intervenções, os arquitectos pretenderam, de uma forma crítica, requalificar as casas através da interpretação e reinterpretação das pré-existências rurais e da sua história, usando-os como ferramenta de projecto e fazendo uma “respeitosa” recuperação actual, agarrada ao lugar, apesar de condicionada, para não sacrificar radicalmente as características tradicionais. Esta intervenção no edificado foi mais cautelosa e preventiva em termos das características das fachadas, garantindo a imagem exterior da aldeia, sendo mais radical no seu interior, alterando mesmo as tipologias, com a inserção de elementos contemporâneos, como o mobiliário das cozinhas ou as novas lareiras, ou até mesmo as casas de banho, sem contudo não esquecerem o constante o jogo e a relação entre interior/exterior, que mantiveram.

Apesar da transformação ocorrida, os projectos prendem-se com o sítio, mas não são estáticos, fazendo parte de mais um “tempo” da aldeia; nesse sentido, é perceptível o diálogo e a correspondência entre a contemporaneidade e os elementos que fazem parte da memória colectiva das suas gentes. Esta dualidade, aliada a representações simbólicas e de uso, quase sentimentalista, através de ele-

mentos de ordem arquitectónica, recriam novas formas de apropriação, fortalecendo as relações com as novas adaptações programáticas. É bastante evidente que a parceria entre estes arquitectos e as Casas do Côro foi benéfica, pois actualmente Marialva está mais preservada, tendo sido valorizada a sua esplendorosa paisagem, ajudando a ganhar nova vida e apelando aos sentidos mais profundos de cada um.

Para finalizar e como já foi referido, neste capítulo o foco de análise voltou-se apenas para as intervenções já construídas dos Arquitectos Pedro Brígida e Alice Faria, portanto projectos como a *Casa da Pipa*, o *Casão do Largo* e a *Suite dos Bogalhais*, de outros autores, não foram abordados. Esta análise também não contemplou os projectos da *Casa da Fraga* e do *Spa*, em fase de construção, nem a *Recepção/Escritório*, em fase de estudo. Fica desde já o repto, para eventualmente num futuro próximo, se prossiga com este trabalho e se analise todo o complexo turístico. Como este estudo pretendeu apenas focar-se nas intervenções da parte dos arquitectos, não houve qualquer tipo de referência quanto à decoração utilizada nos espaços, tendo esta estado a cargo dos promotores.

Como nota final, tenho que referir, que apesar de ter havido um grande impulso e incentivo da parte do *Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal*, alguns destes projectos foram apoiados e parte financiados por outros programas.

CONCLUSÃO

O património construído apresenta-se como vestígio do legado histórico e temporal de qualquer comunidade, encarando-o como elemento fundamental na criação de uma identidade própria e que mantém viva a memória do seu passado. No caso do Património Rural torna-se importante a sua preservação no sentido de assegurar as memórias e as origens desses locais ou sítios, com as suas particulares características, modos de vida e experiências, saberes tradicionais e vestígios com séculos de existência.

No século XX foram várias as organizações, entidades e personalidades, destacando-se a UNESCO, o Conselho da Europa, o ICOMOS e as várias Cartas, que estabeleceram directrizes no sentido de preservar este importante legado, lutando contra a sua deturpação ou o seu permanente e irremediável desaparecimento.

Encarando este património como factor capaz de gerar uma economia sustentável, torna-se primordial a sua preservação e criação de linhas de acção, com o propósito de uma maior oferta e divulgação turística. O turista procura o hedonismo através de várias formas de ócio e lazer, sendo este um dos possíveis caminhos, oferecendo o regresso a um passado não muito longínquo, que faz parte das suas raízes.

Nesse sentido, em Portugal, e por deliberação do Governo, criou-se o Programa de Recuperação das

Aldeias Históricas de Portugal (PRAHP), com o intuito de preservar importantes aglomerados rurais da raia beirã. Pretendeu-se perpetuar no tempo as marcas e memórias do seu rico passado histórico e patrimonial, assim como responder às necessidades e dificuldades desses conjuntos rurais, criando um plano estratégico regido por linhas de acção pré-estabelecidas. Formou-se um grupo de aldeias, as Aldeias Históricas, que devidamente recuperadas e revitalizadas funcionam em rede, criando estratégias de dinamização territorial e fomentando circuitos turísticos e culturais temáticos.

A Aldeia Histórica de Marialva apresenta-se como um dos 12 aglomerados rurais que foi recuperado no âmbito do PRAHP. Tratando-se de uma aldeia com um valor histórico e patrimonial incalculável, houve como plano estratégico de revitalização do tecido rural. Partindo de uma análise segundo um percurso turístico pela aldeia, estudaram-se três tipos de acções empreendidas: as elaboradas pela Autarquia Local, na qual a Câmara Municipal da Mêda procedeu à recuperação das fachadas e coberturas na Rua da Corredoura; a Administração Central, estando a cargo do IPPAR, a requalificação de vários edifícios importantes, entre os quais a readaptação de ruínas de duas casas de judeus para Posto de Acolhimento e Turismo; e acções realizadas por um investidor privado, nomeadamente as Casas do Côro, com a recuperação de várias habitações rurais, reconvertendo-as a casas de campo/casas de aldeia.

A Rua da Corredoura, designadamente a I Fase, teve um tratamento *fachadista*, no qual foram apenas executadas obras superficiais de recuperação das habitações. Analisando a imagem geral, esta destaca-se pelo seu desenho harmonioso e bem preservado, através do uso de materiais e técnicas tradicionais e segundo uma intervenção que respeita a morfologia do edificado, lembrando o seu glorioso passado. Com esta intervenção, já não estão presentes elementos dissonantes no seu edificado (salvo raras excepções), apesar de nestes últimos anos se terem vindo a substituir as caixilharias colocadas durante a intervenção do programa. Contudo, esta recuperação fica aquém do esperado por não ter sido mais profunda, descurando uma parte fundamental: o interior das habitações. Mais que um programa político e turístico, neste tipo de intervenção deveria ter sido implementado um programa com um cariz mais humano e social, voltado sobretudo para as pessoas residentes. Na mesma rua, a Igreja de S. Pedro já apresenta uma intervenção integral, desde as fachadas e coberturas, à recuperação do seu interior, vincando a ideia da preservação desse templo religioso e o património que ele encerra.

O Posto de Acolhimento e Turismo apresenta-se como a intervenção mais controversa na aldeia, respondendo à função para que foi concebido, mas destacando-se por ser um elemento dissonante no conjunto edificado. A construção deste objecto foi executada com a aplicação de técnicas e materiais em nada semelhantes aos tradicionais, destacando-se da ruína em que se insere. Com um desenho contemporâneo e, apesar de alguma aparente simbologia, o objecto faz uma clara ruptura com a morfologia da aldeia, impondo-se no seu tecido rural. Uma intervenção mais subtil e próxima da génese do edificado da aldeia teria sido mais bem recebida e melhor compreendida, por esta comunidade com raízes tão fortes.

As Casas do Côro apresentam-se como um feliz caso de sucesso, em permanente expansão, fruto do sentido de oportunismo e visão estratégica de apropriação de um conjunto de habitações tradicionais da aldeia, reformulando-as e adaptando-as para responder às necessidades inerentes de um empreendimento turístico deste calibre. Tornou-se valiosa a aposta na recuperação do edificado em ruínas, adaptando-o às necessidades contemporâneas, tendo por isso sido inevitável a sua não estrita recuperação quanto à matriz tipológica da habitação tradicional beirã. Houve o cuidado de na maioria das intervenções terem sido aplicados materiais e técnicas construtivas muito semelhantes aos tradicionais, demonstrando a intenção de respeitar, de fazer parte e de se integrarem na morfologia do lugar, apesar de por vezes se verificar uma evidente afirmação da construção.

Conclui-se, com este trabalho, que Marialva respondeu claramente às premissas delineadas pelo PRAHP, apresentando, num cômputo geral, uma importante intervenção, com um resultado claramente positivo, na recuperação do seu tecido rural, independentemente de pequenas intervenções pontuais menos conseguidas. Percebe-se que com este tipo de acções se alterou a face da aldeia e, com a revitalização evidente do tecido construído, aumentou a sua atractividade como forma de exposição para o turismo, fomentando o seu desenvolvimento sócio-económico.

O objectivo de analisar as intervenções executadas em Marialva foi atingido, tendo-se investigado criticamente as acções empreendidas e o resultado final. Foi possível com este estudo perceber que há a possibilidade de dinamizar determinados locais semi-mortos, através da valorização do seu património edificado, com a execução de trabalhos devidamente cuidados e cautelosos, a implementação de novas valências programáticas, criando condições essenciais à subsistência da sua população e

a adaptação às necessidades dos tempos actuais. Caso venha a ser criado no futuro um programa semelhante ao modelo implementado pelo PRAHP, ou que apenas se inspire em algumas medidas tomadas, deve haver uma maior consciencialização e preocupação com as condições de habitabilidade das pessoas residentes. É preciso não nos esquecermos que quando se faz um projecto deste tipo deve-se pensar mais no bem-estar da população que apenas tentar vender um produto para o turista. As aldeias portuguesas não podem ser só para turismo, casas de férias ou fim-de-semana.

Este tipo de aldeias não pode viver unicamente do turismo, pois se este ajuda, certamente não irá colmatar todas as falhas que estes meios rurais apresentam, que de outra forma acabarão por fazer desaparecer a sua população residente, tornando a aldeia numa espécie de museu a céu aberto. Devem ser criadas melhores condições para as pessoas residentes e talvez a atribuição de “novas cartas forais”, que venham ajudar a que haja novamente o retorno ao campo.

Resta apenas dizer que é preciso uma contínua aposta na recuperação do seu edificado, de forma a reanimar a aldeia, voltando-a para o futuro, mas mantendo viva a memória do passado, um passado que todos nós fazemos parte.

BIBLIOGRAFIA

ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL - [Em linha]. [Consult. 18 de Março 2013]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/>>.

ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL - [Em linha]. [Consult. 20 de Março 2013]. Disponível na Internet: <URL:<http://aldeiahistoricasdeportugal.blogspot.pt>>.

ALVES, José Manuel Costa; MAH, Sérgio (Coord.) - **Território Comum: imagens do inquérito à arquitectura regional portuguesa, Portugal 1955-57**. Porto: Fundação EDP, 2013. 16 p.

AMARAL, Maria Antónia - **Relatório técnico das sondagens levadas a cabo em Marialva: Vila – limpeza de arruamentos, antiga Casa da Câmara e Largo do Pelourinho; Arrabalde – escavação na casa onde se situará o futuro Posto de Acolhimento e Turismo; adro da Igreja de S. Pedro**. Coimbra, 1995-1996, 41 p.

APPLETON, João - **Reabilitação de edifícios antigos: patologias e tecnologias de intervenção**. Amadora: Edições Orion, 2003. 454 p. ISBN 9728620039.

ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - **Arquitectura popular em Portugal**. 3ª ed. Lisboa: Associação de Arquitectos Portugueses, 1988. 3 Vol.

ATELIER 15 - Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha. In Estudos Património. Lisboa. 2 (2002), 164-181. ISSN 16452453.

BONET, Llorenç; MONTES, Cristina - **Antoni Gaudi, Salvador Dalí**. Madrid: H. Kliczkowski, 2002. 95 p. ISBN 8489439389.

BOURA, Isabel - Património e mobilização das comunidades locais: das aldeias históricas de Portugal aos contratos de aldeia. In Cadernos de Geografia. Coimbra. 21/23 (2002/04), 115-126. ISSN 08711623.

- BRANDI, Cesare - **Teoria do restauro**. Amadora: Orion, 2006. 214 p. ISBN 972862008X.
- CALADO, Luís Ferreira (Dir.) - **Estudos Património**. Lisboa: IPPAR, 2001-. ISSN 16452453.
- CALADO, Luís Ferreira (et. al) - **Património: balanço e perspectivas, 2000-2006**. Lisboa: IPPAR, D.L. 2000. 333 p. ISBN 9728087772.
- CAMPANELLA, Christian - **Obras de conservação e restauro arquitectónico: condições técnicas especiais**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2003. 211 p. ISBN 972987865X.
- Carta de Atenas. In Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos, 1931. [Em linha]. [Consult. Março 2013]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>>.
- Carta de Cracóvia. In Conferência Internacional sobre Conservação, 2000. [Em linha]. [Consult. Março 2013]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>>.
- Carta de Veneza. In Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, 2, 1964. [Em linha]. [Consult. Março 2013]. Disponível na Internet: <URL:<http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/ppereira/CartaVeneza.pdf>>.
- CARVALHO, Ricardo - Valorização do Palácio do Marquês de Castelo Rodrigo: depois da traição. Arquitectura e Vida. Lisboa. 29 (2002), 16-20.
- CASAS DO CÔRO - [Em linha]. [Consult. 22 de Maio 2013]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.casasdocoro.pt/>>.
- CHOAY, Françoise - **A alegoria do património**. Lisboa: Edições 70, 2008. 245 p. ISBN 9724412059.
- CORBIN, Alain - **História dos tempos livres: o advento do lazer**. Lisboa: Teorema, 2001. 514 p. ISBN 9726954649.
- COUTINHO, Andreia Sofia Canetas - **Património [in]tocável: reflexão crítica sobre os efeitos do turismo cultural nos centros históricos**. Coimbra: FCTUC, 2009. 195 p. Dissertação de Mestrado Integrado na área da Arquitectura.
- CRARCHITECTS - Documentary on desertification in Portugal. [Em linha]. [Consult. 5 de Abril 2013]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.youtube.com/watch?v=m2rTk8RLhRI>>.
- DAWANS, Stéphane; HOUBART, Claudine - Le patrimoine a l'état gazeux: comment le tourisme détourne notre conception de l'authenticité. Paris: ICOMOS, 2011. p. 592-598. [Em linha]. [Consult. Maio 2013]. Disponível na Internet: <URL:http://openarchive.icomos.org/1146/1/III-2-Article4_Dawans_Houbart.pdf>.
- DECRETO-Lei nº 107/2001. D.R. I SÉRIE-A. 209 (01-09-08) 5808-5829 [Em linha]. [Consult. Junho 2013]. Disponível na Internet: <URL:http://www.imc-ip.pt/Data/Documents/D_P_Movel/Lei_bases_patrimonio.pdf>.
- ENCONTROS COM O PATRIMÓNIO - Idanha-a-Velha e Marialva. [Em linha]. [Consult. 3 de Abril 2013]. Disponível na Internet: <URL:http://www.tsf.pt/Paginalnicial/AudioeVideo.aspx?content_id=891122>.

- FARIA, Ana Santiago - **Ex-votos de Marialva**. Câmara Municipal da Mêda, 2007. 451 p.
- FARIA, Ana Santiago - **Marialva: subsídios para o estudo da ocupação territorial**. Câmara Municipal da Mêda, 2005. 108 p.
- FARIA, Ana Santiago - Pobres sempre os tereis convosco.... Comunicação no âmbito do Curso de Terapia Familiar. Coimbra: Abril de 1996. 12 p.
- FERREIRA, Pedro Navega - **Programa de recuperação das aldeias históricas em Portugal: um balanço**. Coimbra: FCTUC, 2011. 205 p. Dissertação de Mestrado Integrado na área da Arquitectura.
- FRAMPTON, Kenneth - **Introdução ao estudo da cultura tectónica**. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses; Matosinhos: Contemporânea Editora, 1998. 78p. ISBN 9728305621.
- GRAÇA, Eduardo; ESTEVES, Víctor - **Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Marialva**. Lisboa: INATEL, 2000. 199 p. ISBN 9729208182.
- HERCULANO, Alexandre - **Cenas de um ano da minha vida; Apontamentos de viagem**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1987. 202 p.
- INATEL - **Carta do lazer das aldeias históricas**. 2ª ed. Lisboa: INATEL, 2002. 228 p. ISBN 972920845X.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Censos. [Em linha]. [Consult. 22 de Outubro 2013]. Disponível na Internet: <URL:http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main>.
- MAGALHÃES, Ana Maria; ALÇADA, Isabel - **Lendas e segredos das aldeias históricas de Portugal**. Coimbra: CCRC, 2002. 96 p. ISBN 9725691210.
- MARTINS, João Paulo - Portuguesismo: nacionalismos e regionalismos na acção da DGEMN. Complexidade e algumas contradições na arquitectura portuguesa. In Caminhos do património. Lisboa: D.G.E.M.N.: Livros Horizonte, D.L., 1999. p. 115-119. ISBN 9729763828.
- MENÉRES, António - **Arquitecturas populares: memórias do tempo e do património construído**. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2013. 83 p.
- LOURATO, João - **Marialva: o planalto das lendas**. Mêda: Câmara Municipal, D.L. 1998. 36 p.
- NEVES, Vítor M. L. Pereira - **Marialva, Linhares e Castelo-Mendo**. In *As aldeias históricas: conjuntos históricos a valorizar*. Lisboa: [s.n.], 1996. Vol. 2.
- PEDRO BRIGIDA E ALICE FARIA, ARQUITECTOS - [Em linha]. [Consult. 22 de Abril 2013]. Disponível na Internet: <URL: <http://baarq.blogspot.pt/>>.
- PEREIRA, Paulo - Tradição / tradução. In Diálogos de edificação: técnicas tradicionais de construção. Lisboa: CRAT, D.L. 1998. p. 128-135. ISBN 972941923X.
- PIRES, Pedro Jorge Brígida - **10 anos na clandestinidade**. Coimbra: [s.n.], 2007. 132 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

PORTUGAL. Comissão de Coordenação da Região Centro - **Aldeias históricas de Portugal: um património com futuro**. Coimbra: CCRC, 2002. 28 p. ISBN 9725691288.

PORTUGAL. Comissão de Coordenação da Região Centro - **Programa das aldeias históricas de Portugal: Beira Interior**. 2ª ed. Coimbra: CCRC, 1999. 68 p. ISBN 9725691008.

PORTUGAL. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - **Caminhos do património**. Lisboa: D.G.E.M.N.: Livros Horizonte, D.L., 1999. 254 p. ISBN 9729763828.

PORTUGAL. Ministério do Planeamento e Administração do Território - **Programa de recuperação de aldeias históricas de Portugal: acção piloto de promoção do potencial de desenvolvimento regional**. Lisboa: Ministério do Comércio e Turismo, 1994. 16 p. ISBN 9729604509.

PORTUGAL. Ministério do Comércio e Turismo. Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional - **Intervenção aldeias históricas de Portugal: Beira Interior: planos das aldeias**. Lisboa: PPDR, D.L. 1995. 56 p. ISBN 972830000X.

RAMALHO, Margarida de Magalhães - **Aldeias históricas: Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha, Trancoso**. Lisboa: INAPA, 2004. 156 p. ISBN 9727970974.

Recommandation concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur rôle dans la vie contemporaine. Nairobi: UNESCO, 1976. Annexe 1, 21-29 p. [Em linha]. [Consult. Março 2013]. Disponível na Internet: <URL:<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114038f.pdf#page=138>>.

RIBEIRO, Vítor (Coord.) - **Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão**. Porto: Edições Afrontamento, 2008. 232 p. ISBN 9789898208019.

RODRIGUES, Cristina - **21st century rural museum**. Manchester: [s.n.], 2013. 43 p.

SCHILD, Goran - **Alvar Aalto: 1898-1976**. Helsinki: The Museum of Finnish Architecture, cop. 1985. 168 p.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO - [Em linha]. [Consult. 10 de Fevereiro 2013]. Disponível na Internet: <URL:http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx>.

TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa - **Diálogos de edificação: técnicas tradicionais de construção**. Lisboa: CRAT, D.L. 1998. 205 p. ISBN 972941923X.

TOMÁS, Paulo Manuel de Carvalho - Património cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspectivas. Apresentado no X Coloquio Internacional de Geocrítica – Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008; Barcelona, 26-30 de mayo de 2008, Universidad de Barcelona. 14 p. [Em linha]. [Consult. Janeiro 2013]. Disponível na Internet: <URL:www.ub.edu/geocrit/-xcol/289.htm>.

21st RURAL MUSEUM - [Em linha]. [Consult. 5 de Abril 2013]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.21stcenturyruralmuseum.wordpress.com>>.

FONTES DAS IMAGENS

1. <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2012/01/07/903289/conheca-persistencia-da-memoria-salvador-dali.html>.
- 2., 3. e 4. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=PT020909080019.
5. <http://www.oapix.org.pt/100000/1/1279,01,8/index.htm>.
6. http://www.cesarebrandi.org/news_editoriali.htm.
7. <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Dunstanville.jpg>.
8. <http://www.publico.pt/cultura/noticia/viagem-a-geracao-de-alcino-soutinho-1614176>.
9. <http://withanna.wordpress.com/tag/rose-line/>.
10. <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/ahp.htm>.
11. e 12. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=PT020909080019.
13. FERREIRA, Pedro Navega - *Programa de recuperação das aldeias históricas em Portugal: um balanço*. p. 133.
14. Arquivo CCDRC.
15. <http://www.panoramio.com/photo/15492723>.
- 16., 17. e 18. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=PT020909080019.
19. <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/ahp.htm>.

20. e 21. Fotografia do autor.

22. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=PT020909080019.

23. e 24. Fotografia do autor.

25. ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol. 2, p. 42.

26. ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol. 2, p. 43.

27., 28. 29. e 30. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=PT020909080019.

31., 32., 33. e 34. Fotografia de Joana Orêncio.

35., 36. e 37. Arquivo CCDRC.

38. Fotografia de Joana Orêncio.

39. e 40. Arquivo CCDRC.

41. Fotografia de Joana Orêncio.

42. e 43. Arquivo CCDRC.

44. Fotografia de Joana Orêncio.

45. e 46. Arquivo CCDRC.

47. Fotografia de Joana Orêncio.

48. e 49. Arquivo CCDRC.

50. Fotografia de Joana Orêncio.

51. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00011073.

52. Fotografia do autor.

53. e 54. Arquivo CCDRC.

55. Fotografia de Joana Orêncio.

56. e 57. Arquivo CCDRC.

58. Fotografia de Joana Orêncio.

59., 60., 61., 62. e 63. Arquivo CCDRC.

64. Fotografia de Joana Orêncio.

65. e 66. Arquivo CCDRC.

67. Fotografia de Joana Orêncio.

68. ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol. 2, p. 105.

69. Fotografia de Joana Orêncio.

70. ASSOCIAÇÃO DE ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*, Vol. 2, p. 105.

71. Arquivo CCDRC.
72. Quadro do autor, de acordo com informação presente em: <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/ahp.htm> e informação fornecida pelo Posto de Turismo e Acolhimento de Marialva.
73. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=PT020909080019.
74. <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=294624>.
- 75., 76., 77. e 78. Fotografia do autor.
79. Fotografia de Joana Orêncio.
- 80., 81., 82., 83. e 84. Arquivo CCDRC.
85. Fotografia do autor.
86. Arquivo CCDRC.
87. Fotografia do autor.
88. <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/ahp.htm>.
89. Fotografia do autor.
90. Arquivo João Rapagão & César Fernandes - Arquitectos, Lda.
91. Fotografia do autor.
92. Arquivo João Rapagão & César Fernandes - Arquitectos, Lda.
93. <http://aventura-aldeias-historicas.iblogger.org/CasteloRodrigo/paginas/roteirocrodrido.html#>.
94. <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/ahp.htm>.
- 95., 96. e 97. Arquivo CCDRC.
98. e 99. Arquivo ATELIER 15, arquitectura, lda.
100. <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=294624>.
101. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=PT020909080019.
102. Fotografia do autor.
103. Planta do autor, de acordo com informação fornecida pela Câmara Municipal da Mêda e por Pedro Brígida e Alice Faria, Arquitectos.
104. Arquivo CCDRC.
105. Fotografia de Joana Orêncio.
106. Arquivo CCDRC.
107. e 108. Fotografia de Joana Orêncio.
109. <http://www.casasdocoro.pt/index.php/casa-nossa-senhora-de-lurdes>.
110. Fotografia de Joana Orêncio.

- 111., 112., 113. e 114. Arquivo Pedro Brígida e Alice Faria, Architectos.
115. Fotografia de Joana Orêncio.
116. <http://www.casasdocoro.pt/index.php/casa-de-sao-tiago>.
- 117., 118., 119. e 120. Fotografia de Joana Orêncio.
121. Arquivo CCDRC.
122. e 123. Fotografia do autor.
124. e 125. Fotografia de Joana Orêncio.
126. e 127. Arquivo Pedro Brígida e Alice Faria, Architectos.
128. Fotografia de Joana Orêncio.
129. <http://www.casasdocoro.pt/index.php/casa-do-coro>.
130. e 131. Fotografia de Joana Orêncio.
132. e 133. <http://www.casasdocoro.pt/index.php/casa-da-vila>.
134. Arquivo Pedro Brígida e Alice Faria, Architectos.
- 135., 136., 137. e 138. Fotografia do autor.
139. <http://baarq.blogspot.pt/search/label/CASAS%20DO%20C%C3%94RO>.
140. e 141. Fotografia do autor.
142. Arquivo Pedro Brígida e Alice Faria, Architectos.
143. Fotografia de Joana Orêncio.
144. <http://www.casasdocoro.pt/index.php/casa-palhal-da-torre-do-monte>.
145. Fotografia de Joana Orêncio.
146. Arquivo CCDRC.
147. Fotografia de Joana Orêncio.
148. <http://www.casasdocoro.pt/index.php/casa-palhal-da-torre-do-monte>.
149. e 150. Fotografia de Joana Orêncio.
151. Arquivo Pedro Brígida e Alice Faria, Architectos.

ANEXOS**I - ENTREVISTAS**

Dra. Isabel Boura	233
Arquitecto Carlos Amaral	247
Dra. Ana Santiago Faria	263

II - ELEMENTOS GRÁFICOS

Desenhos	274
Fotografias	278

Transcrição de excerto da entrevista a Isabel Boura
Geógrafa - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Coimbra, 21 de Janeiro de 2013

André Coutinho: Bom dia. De que forma funcionou o *Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal*? Houve algum estudo prévio ou era um programa aberto?

Isabel Boura: Bom dia. Em primeiro lugar o PRAHP não foi propriamente de um programa aberto. Tratou-se de uma *Iniciativa Piloto* que para além de contemplar estudos prévios, ao nível de cada aldeia, teve um programa de actuação fechado, quer, em termos de projectos quer em termos financeiros. Paralelamente ao enquadramento dos documentos que já consultou, foi utilizada uma metodologia de intervenção que passou pela definição prévia de um Plano de aldeia. Assim, para cada aldeia houve à partida uma identificação de intervenções prioritárias, de tipologias diversas e a previsão de valores financeiros que lhes viriam a ser alocados, oriundos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Neste aspecto, e noutros que vou referir a seguir, a metodologia foi considerada inovadora porque promoveu uma participação alargada dos potenciais beneficiários com vista à consensualização de tipologias e dos projectos prioritárias no sentido de se atingir a valorização duma *Rede de Aldeias* ricas em património histórico e cultural.

A segunda questão ligou-se com escolha articulada dos projectos o que envolveu a participação de pelo menos três tipos de promotores: a Administração Local, a Administração Central, entidades associativas ou entidades privadas, nomeadamente potenciais empreendedores de base local.

O que justificou esta metodologia que, para alguns, foi considerada um pouco rígida, mas que penso ter estado na base de algum sucesso que o PRAHP alcançou, foi a necessidade de concentrar o investimento nos domínios essenciais, para a valorização das aldeias e, em paralelo, promover a co-responsabilização entres os diferentes parceiros. Digamos que foi, a nível nacional, o primeiro programa a ter este tipo de preocupações.

A definição de uma estratégia, a discussão alargada da metodologia de acção e a identificação clara dos projectos prioritários terão sido os elementos fundamentais para que tenha sido tão visível um programa que envolveu, primeiro, dez e depois doze aldeias do Interior, cujo valor de investimento acumulado (II e III Quadros Comunitários de Apoio) que não chegou a atingir os 45 milhões.

O perfil de investimento realizado foi diferente de aldeia para aldeia em consonância com as respectivas características e necessidades. Assim, foi evidente e natural que as de maior riqueza patrimonial tivessem tido maior investimento da responsabilidade da Administração Central. Paralelamente a Administração Local implementou um conjunto de ações de infraestruturas básicas, equipamentos e recuperação urbanística, onde se incluíram as recuperações de fachadas e coberturas de imóveis particulares. Esta tipologia foi enquadrável e defensável de realização, tendo em conta a idade média avançada e os baixos rendimentos das populações residentes. No entanto não houve qualquer intervenção no interior de imóveis particulares co-financiados pelo FEDER. O grande objectivo foi, a par da valorização do nosso património histórico-cultural, introduzir qualidade de vida às populações e urbanidade aos aglomerados tornando-os mais atractivos, em termos de procura turística, e com algumas condições, para responder a essa mesma procura.

Houve também uma bolsa financeira destinada a intervenções de apoio ao empreendedorismo, possibilitando a dinamização e diversificação da base económica das aldeias. Tendo em conta a dimensão, quase simbólica, dos valores de investimento já referidos a componente de que lhe estou a falar teve, à escala local, impactos determinantes. Por um lado representou 5,1% do investimento realizado, por outro lado cobriu áreas de actividade como turismo rural, animação turística, lojas de artesanato e produtos locais, e por último criou, em algumas aldeias, dinâmicas muito interessantes em termos de emprego. Como casos interessantes, refiro os de Castelo Rodrigo e Marialva que, com um número muito baixo de residentes (50-70 habitantes), conseguiram através daquele tipo de projectos gerar

15-16 postos de trabalho, dos quais 4 ou 5 são ocupados por licenciados. Para além de dar oportunidade às pessoas da aldeia de passarem directamente do sector primário, para o sector terciário. Casos há em que senhoras que trabalhavam no campo irem directamente trabalhar em unidades de turismo rural, de grande qualidade, e cuja formação foi feita pelos próprios empreendedores, criando não só uma dinâmica de emprego interessante mas contribuindo, de forma significativa, para o acréscimo da auto-estima das próprias populações.

AC: Sendo assim, partindo deste plano geral, agora interessa-me compreender de que forma foram executadas as intervenções...

IB: Está a referir-se aos projectos, a análise do projecto técnico ... que é o que me parece ser mais importante para o seu trabalho: peças desenhadas, memórias descritivas, fotografias... não garanto ser possível consultar aqui todas as peças mas depende dos projectos que seleccionar.

Numa primeira fase (QCA II) a análise da qualidade do projecto e a sua inserção em conjuntos classificados foi feita por um *Grupo Técnico* que integrava o IPPAR, a CCDRC, os Edifícios e Monumentos Nacionais e a Direcção Geral do Património de Estado, o que evidenciou também a este nível um esforço de cooperação no sentido de tornar todo o processo mais ágil e com uma perspectiva mais alargada.

Posteriormente o IPPAR ganhou competências próprias, para aquela avaliação, e o primeiro passo de qualquer candidatura era solicitar o parecer de conformidade à Delegação Regional de Castelo Branco, que posteriormente nos informava da sua posição. Esse parecer tinha obrigatoriamente de acompanhar a candidatura do projecto, ao financiamento comunitário, independentemente do promotor ser uma Câmara Municipal ou uma entidade privada. O próprio IPPAR foi promotor de candidaturas para intervenções em património que estava sob a sua alçada. Nestes casos, por exemplo, a *Igreja de S. Tiago* e a *Capela do Sr. dos Passos*, em Marialva, em que se tratava de restauros e conservações era o próprio IPPAR que tinha a responsabilidade de fazer ou mandar executar os projectos técnicos. Isto para reforçar que a nossa responsabilidade estava na verificação da conformidade das candidatura a financiamento e não propriamente na avaliação da qualidade estética e ou arquitectónica.

AC: E os projectos de iniciativa privada, também se encontram aqui? Esses projectos também eram

avaliados pelo CCDRC ou pelo IPPAR?

IB: Esses estão cá. O projecto técnico, o projecto de intervenção, as peças desenhadas, a memória descritiva, previamente analisados pelo IPPAR tendo sido a nossa competência verificar o cumprimento de todos os outros preceitos, até à apresentação da candidatura. Sendo os beneficiários a Administração Pública, Central ou Local, toda a legislação de contratação pública, em vigor, tinha que ser rigorosamente cumprida.

AC: Estava a falar dos concursos públicos. Por exemplo a *Igreja*, esta foi a concurso público ou foi o IPPAR que interveio?

IB: Mesmo sendo o IPPAR o responsável ou dono da obra a legislação da contratação pública tinha que ser cumprida e nós analisávamos essa conformidade. A questão do concurso ser público, limitado, ou pura e simplesmente um ajuste directo, dependia e depende apenas dos valores previstos no orçamento. Antes das alterações introduzidas pelo CCP (Código da Contratação Pública), que entrou em vigor em Julho de 1999, a legislação que regulava a contratação pública eram os Decretos-Lei nº 55/99 e nº 197/99.

Olhe, aqui tem esse processo todo. É o ato da audiência prévia, o prazo legal estabelecido da audiência, e não se tendo verificado qualquer objecção, por parte dos concorrentes, é adjudicado à empresa melhor qualificada. No caso de não concordância poderia haver reclamações, devidamente fundamentadas que seriam depois analisadas pelo júri da entidade que lançou o concurso. Isto é a lista de preços unitários, que no fundo faz a descrição da tipologia dos trabalhos que se vão fazer: a recuperação dos tectos, os pavimentos, etc., ou seja descrição, quantificação e respetivo preço de todas as componentes da obra.

Queria ver se teria algum de iniciativa autárquica, não sei se lhe interessa...

AC: Sim, se houver a possibilidade de me fornecer uma lista dos projectos agradecia...

IB: Mando-lha por *e-mail*, mas fundamentalmente tem que ir à Câmara também.

AC: Já fui à Câmara da Mêda, falei com o Arquitecto Paulo Simão que me mostrou alguns projectos privados. Mas eles encaminharam-me para aqui.

IB: Pois, para eles é mais fácil. Este aqui é um projecto da Câmara, mas tem o parecer do IPPAR. Eles mandavam sempre a informação relativa às aprovações, aprovações condicionadas e até mesmo às não aprovações. Mandavam-nos sempre essa documentação porque não poderíamos estar a financiar sem esta informação. Agora cá está o projecto em si, é evidente que se trata de *Fachadas e Coberturas*, e por isso não tem um projecto formal tem, quando muito, um Caderno de Encargos e uma pequena memória descritiva dizendo o que se vai fazer. Aqui tem as intervenções nos edifícios.

AC: Só foram estes edifícios? Ou este documento é relativo apenas a uma fase?

IB: Isto tem várias fases. Devem ter sido 10.

AC: Por acaso, tinha ideia que teriam sido mais...

IB: Nesta candidatura só foram intervencionados estes, mas houve mais candidaturas. No final das intervenções estarem executadas era obrigatório apresentarem as fotografias de alguns imóveis e da placa de divulgação do financiamento, etc. Este processo já acabou em 2009...

Bem, esta introdução foi só para ter uma ideia geral da contextualização do PRAHP. O seu trabalho é uma coisa diferente, é arquitectura.

AC: Sim, o meu papel passa por conhecer os projectos, mas sobretudo analisar mais as intervenções.

IB: Como são áreas classificadas, à partida, todas as intervenções que foram feitas nas Aldeias Históricas e com financiamento europeu, tinham que ter esta aprovação formal do IPPAR.

AC: Se atualmente, ainda se pretender intervir nas aldeias, os processos também têm que passar pelo IPPAR?

IB: Deveriam passar, mas hoje eu já não garanto. Enquanto o PRAHP vigou, até 2009, nós aqui tínhamos um mecanismo de controlo.

AC: Esse mecanismo era feito por vocês? Ou tinham alguma *comissão* própria?

IB: Tínhamos uma equipa, era eu e mais duas pessoas. Eu era a responsável pela gestão financeira, mas não poderia gerir um pacote financeiro sem saber da conformidade dos projectos a implementar. Portanto tinha duas técnicas que eu coordenava e orientava nas tarefas de apreciação. Como vê,

cada processo destes dá imenso trabalho. Nós também apoiávamos todo o equipamento para que a infraestrutura ou equipamento pudessem funcionar, por isso tínhamos que ter toda esta documentação para confirmar os valores dos pedidos de reembolso.

AC: Houve derrapagens orçamentais?

IB: Não. Como houve uma prévia avaliação, não houve margem para derrapagens. Por muito bem gerida que seja uma obra e, estas dos privados à partida são muito bem geridas, é muito normal haver derrapagens, só que isso para nós não contava, pois os trabalhos a mais não eram elegíveis.

AC: De que forma era distribuído o financiamento aos investidores privados e havia alguma condicionante relativa à adjudicação dos seus projectos?

IB: Os projectos privados, nem estavam sujeitos à legislação da contratação pública. Eles entregavam e adjudicavam a quem quisessem, sem necessidade de promover concurso público. Muito embora, fossem financiados por autoridades públicas em que a taxa de comparticipação foi, em média de 50%, dos quais 35% era componente FEDER.

Agora derrapagens não! O que nós admitíamos era por exemplo, que se gastasse menos num revestimento para o chão e gastasse mais nos azulejos da casa-de-banho, era possível fazerem-se transferências orçamentais de uma rubrica para outra. Se gastassem mais na construção, mas menos no equipamento (cama, fogão, micro-ondas), aceitávamos alterações. Essas diferenças, desde que estivessem dentro do valor aprovado e desde que houvesse uma solicitação da parte do promotor e cumprisse os preços em vigor no mercado, aceitávamos essas reprogramações. Nunca nada corre como se projecta um ano e meio antes. Tem que haver alguma flexibilidade e nós tínhamo-la.

Os processos privados apresentavam os custos discriminados, desde reconstrução, mobiliário, roupas, projecto, etc., e a preparação da aprovação tinha que os ter em consideração. A gestão técnica, era feita por mim mas a aprovação era da responsabilidade de uma *Comissão de Gestão* sobre a minha proposta e de acordo com o trabalho técnico.

AC: Qual foi o motivo pelo qual se acabou com este tipo de PRAHP? Já não havia mais Fundos Comunitários?

IB: Não, tem mais a ver com de uma opção política. O PRAHP começou em 1993/94, com sua definição, montagem dos Planos da aldeia. Na prática, a concretização das candidaturas e a aprovação de projectos começou a ocorrer no início de 1995, estávamos no QCA II. Este prolongou-se até 1999 e o programa nacional que integrava as Aldeias Históricas tinha como designação “Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional”. O PPDR era gerido de uma forma central, com participação do nível regional, mas a aprovação final era a nível central, sendo homologada pelo membro do Governo.

No QCA III simplificou-se. Criou-se ao nível dos programas regionais, uma metodologia de actuação diferenciada para o que se chamam “espaços de baixa densidade”. É uma terminologia relativa aos espaços que têm mais dificuldades de afirmação demográfica e social, menos competitivos em termos económicos e institucionais, correspondendo em termos geográficos ao interior da Região. Para esses espaços foi criada uma forma de intervenção muito interessante designada *Ações Integradas de Base Territorial*. As Aldeias Históricas estavam incluídas numa AIBT denominada *Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias*, onde utilizámos uma metodologia idêntica à anterior, com algumas afinações. O QCA III começou em 2000 e desenvolveu-se até 2009 tendo sido formalmente encerrado em 2011.

Estamos a falar de dois Governos diferentes que subscreveram a continuação deste tipo de política pública de desenvolvimento dos territórios com dificuldades estruturais.

O desenho e as opções tomadas na implementação do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional) revelaram opções diferenciadas o que fez com que, na nossa opinião, se tenha perdido o ritmo da valorização, no seu todo, e se tenha privilegiado projectos ligados ao marketing territorial, animação e divulgação...que sendo importantes desvalorizaram bastante a concepção inicial.

AC: Seguramente que tem maior impacto a reabilitação dos espaços e valorização do património quando se faz uma correcta divulgação do mesmo através de eventos, festas e marketing.

IB: O que aconteceu é que anteriormente também tínhamos essa vertente da animação, mas não se esgotava aí. Chegou a conseguir-se, no âmbito do QCA III, negociar um *Plano Global de Animação* para as Aldeias Históricas, em que de Março a Outubro teria de haver um evento em cada uma das aldeias, garantindo um calendário equilibrado de eventos. Fez-se isso durante dois ou três

anos, quando havia disponibilidade financeira para tal. Foi inculido nos promotores, Associações de Desenvolvimento Local e Câmaras Municipais, a importância de um único evento anual que fosse marcante e estivesse ligado à especificidade de cada aldeia. A adesão foi muito boa... Por exemplo o de Marialva era a Feira Franca, porque foi uma das primeiras a haver naquela área, em Sortelha era um Festival de Teatro. Havia no entanto a exigência de que a temática dos eventos fosse variada. Ao fim de três anos, considerou-se já haver experiência suficiente, no terreno, para que essa animação pudesse prosseguir sem apoios financeiros... foram inclusivamente definidos e financiados panfletos transversais, sempre com a mesma linha gráfica, para criar uma identidade própria, na divulgação desta Rede. O dinheiro começava a escassear, havia ainda intervenções materiais que faltava fazer e foi proposto que após o apoio do arranque destas iniciativas, elas poderiam e deviam continuar apenas com meios próprios, até porque não envolviam custos muito elevados.

AC: Então a ideia de Rede perdeu-se...

IB: Ora aí está, a nossa ideia foi reforçar a noção de funcionamento em Rede! Se se visse a imagem da Programação em qualquer outro local do país, saberíamos tratar-se da imagem gráfica das Aldeias Históricas de Portugal. Havia coisas com muita qualidade e muito bonitas, como por exemplo o cartaz geral.

AC: Não seria mais interessante mostrar a identidade de cada aldeia? Provavelmente as pessoas também não perceberam o objectivo destas atividades, é que enquanto há dinheiro as pessoas aproveitam-se...

IB: Coordenar, conciliar e consensualizar um Programa de Animação daquela natureza implica muito diálogo e uma monitorização muito próxima e exigente. As pessoas não perceberam, mesmo ao fim destes anos todos, a riqueza do produto que tinham e têm nas mãos. Frequentemente, eu dou uma volta pelas aldeias e, por exemplo, há coisas fundamentais que deveriam ter sido feitas, que não foram. É que se ninguém fizer nada, daqui a 10 anos as aldeias voltam a estar como estavam. Conheço as 12 Aldeias Históricas desde 1976 e portanto vi como elas estavam quando arrancou o PRAHP, vi como elas ficaram depois das duas fases do programa terem sido encerradas e, agora, vou vendo como elas estão. E o panorama tem vindo a agravar-se...o tempo não perdoa...

AC: Claro, se as coisas não são reutilizadas, reaproveitadas, usadas...

IB: ...alguém tem que tomar conta disso, tem de haver uma visão estratégica da importância do conjunto ... a *Rede de Aldeias Históricas de Portugal* é muito mais que a soma das suas partes, neste caso as 12 aldeias. Encerram um manancial de património material e imaterial sobre o qual o Estado deveria ter responsabilidades e assumi-las como compromisso perante as novas gerações, quer na sua manutenção quer na sua divulgação e promoção! São dos tais activos genuínos e irrepetíveis... que marcam a diferença!

AC: No meio destas aldeias há uma, Piódão, que me parece que não se enquadra muito bem dentro deste *programa*, ou pelo menos não apresenta as mesmas características das outras. A que se deveu a sua escolha?

IB: A razão dessa escolha está claramente assumida na primeira publicação *Intervenção Aldeias Históricas de Portugal* "(...) Foi a riqueza deste património e a sua importância na nossa memória colectiva que estiveram na génese deste programa e na base da selecção das aldeias, com excepção do Piódão que também se incluiu por constituir um património arquitetónico singular." (Alexandre Relvas, Secretário de Estado do Turismo).

AC: E a que se deveu a inclusão de Belmonte e Trancoso posteriormente ao PRAHP?

IB: Belmonte e Trancoso entraram para as Aldeias Históricas porque houve a necessidade de fortalecer as relações funcionais entre as aldeias. A ideia de promoção da Rede foi muito importante e qualquer uma delas teve papel importante na linha defensiva mais próxima da fronteira. Ter Belmonte e Trancoso, sedes de concelho tal como Almeida, dá densidade e maior coerência funcional a toda a Rede.

Houve também a questão simbólica. No caso de Belmonte, que foi terra de partida mas também de chegada: dali partiu Pedro Álvares Cabral e descobriu o Novo Mundo, ali se refugiaram, e criaram uma grande comunidade, ainda ativa, os Judeus perseguidos na Europa. São factos importantes que do ponto de vista histórico-simbólico era importante valorizar e projectar. Belmonte tem quatro museus e a simbólica *Capela de S. Tiago* que funcionam muito bem e em Rede, o que os torna autosustentáveis, do ponto de vista económico, sendo a própria Câmara a gestora de toda a organização.

Quanto a Trancoso a sua riqueza patrimonial e o seu papel na História são suficientes para sustentar a sua escolha.

AC: Porque só limitaram o PRAHP a 12 aldeias?

IB: São as 12 aldeias que integram o mesmo padrão de qualidade. Tudo que se acrescente, àquela escala, vai baixar a qualidade média e, portanto a nossa responsabilidade era manter ou reforçar o nível médio de qualidade. Quantas mais forem, mais vulgarizadas se tornam e, um dos segredos das Aldeias Históricas é serem um conjunto praticamente único. É relativamente fácil para os interessados ou especialistas lembrarem-se dos 10 ou 12 nomes das Aldeias Históricas, até o cidadão comum facilmente as localiza no mapa.

Do que se conhece do território onde se implantam e das respetivas dinâmicas, nos últimos 30 anos, o espaçamento existente é o ideal para que se faça um circuito, entre as bacias do Tejo e Douro, repleto de qualidade de paisagem, património, história e cultura, quase único a nível nacional.

AC: De acordo, eu em 2 dias fiz 4 aldeias, mas também foi mais demorado porque já estava numa de analisá-las de uma forma cuidada...

IB: A grande vantagem das Aldeias Históricas, se não se tivesse perdido um pouco o imaginário instalado, era constituírem o suporte ou estrutura material da divulgação e do marketing territorial de toda aquela área. A Rede das Aldeias Históricas de Portugal poderia ser a melhor forma de divulgar uma boa parte da Região Centro. Percorrer a Rede das Aldeias Históricas de Portugal permite tomar contacto com toda a Beira Interior.

AC: Um ponto interessante é que as aldeias mostram que têm alguma acessibilidade, estando ligadas com boas infraestruturas viárias. A meu ver Piódão será a pior...

IB: Claro o Piódão é a pior sobre esse ponto de vista; esta aldeia é periférica face à rede viária mais moderna, estamos perfeitamente de acordo. No entanto tem públicos muito específicos ligados ao turismo da natureza e paisagem, em que essa variável tem um peso relativo, e aí o Piódão pode desempenhar um papel importante.

AC: Em que ano começou exatamente o *Programa das Aldeias de Xisto*? Também faziam parte do

QCA III?

IB: As Aldeias de Xisto tiveram início por volta de 2002/2003 precisamente no QCA III. As *Históricas* começaram logo em 2000 porque já vinham do QCA II, já tinham feito algum caminho. Um dos balanços interessantes é o da criação de 29 micro-empresas, na Rede das Aldeias Históricas, das quais 25 se mantêm activas, apesar da crise! Apoiamos intervenções privadas no II e III QCA no Piódão, em Linhares, Marialva, Trancoso, Castelo Rodrigo, Almeida, Sortelha, Castelo Novo e Monsanto.

AC: Digamos que isto foi um impulso para as aldeias...

IB: Isso mesmo. No da animação/diversificação da base económica, temos vários casos de sucesso...mas Marialva é um caso exemplar por vários motivos: pela dimensão, pela qualidade, e pelos efeitos locais na população. É pena não terem singrado outras iniciativas.

AC: Atualmente encontram-se a funcionar 3 empresas, que podemos dizer que surgiram através do impulso deste programa. Correcto?

IB: As três micro-empresas mais dinâmicas foram, precisamente, apoiadas pelo PRAHP. Outras, houve que ... não correram tão bem...

AC: A pousada de Monsanto surge pouco antes do PRAHP, veio a ter alguma ligação com o programa?

IB: Esta não é o caso, foi inaugurada em 1993. Precisamente quando ainda se encontrava em preparação o II QCA (1994-1999) e em estudo o lançamento das Aldeias Históricas de Portugal. E era tradicional foi remodelado e introduzidos alguns elementos mais contemporâneos. O interior tinha uma decoração e equipamentos modernos ...aliás bem integrados com tradições daquela área, como por exemplo os bordados de Castelo Branco. É uma pena encontrar-se encerrada. Até porque há procura que ultrapassa a capacidade das pequenas unidades de alojamento privado, existentes na aldeia. Contrariamente a Idanha-a-Velha, que muito dificilmente retém turistas, Monsanto tem grande potencial de retenção, equilibrando o *deficit* de Idanha-a-Velha, que muito pode contribuir para aumentar as taxas de ocupação de Monsanto.

AC: Realmente, mesmo a própria *Aldeia* tem uma população envelhecida...

IB: E diminuta...cerca de 40 habitantes. Idanha-a-Velha é, para mim, a mais histórica de todas as Aldeias Históricas, não há qualquer dúvida. Os arquitetos Alves Costa e Sérgio Fernandez são os responsáveis pelos projectos de sua valorização e reabilitação histórico-arquitectónica. A *Sé Catedral* e o sítio da sua implantação têm “uma longa tradição de sacralidade”, desde o final do sec. IV, início do Sec V. Também conhecida como *Basilica Episcopal Suevo-Visigótica* pois a actual aldeia foi cidade episcopal. Todo o conjunto, arquitetónico e arqueológico de Idanha-a-Velha, está classificado como Monumento Nacional. A reabilitação da *Sé Catedral* assim como a intervenção na *Porta Norte*, nos *Palheiros de S. Dâmaso*, a recuperação do *Lagar de Varas* e todo o arranjo urbanístico da envolvente foram iniciativas apoiadas pelas Aldeias Históricas de Portugal. Trata-se de um trabalho fantástico proposto por aqueles arquitetos e, por vezes, é pena sentir-se que nem tudo o que propuseram foi devidamente implementado...

AC: Exactamente, além do mais, faltou fazer muita coisa, para quem tinha quase a “faca e o queijo na mão”, eles quase que podiam fazer tudo o que quisessem na aldeia.

IB: E fizeram, pelo menos o que lhes foi possível... Nem sempre foi fácil conjugar o trabalho dos arqueólogos com os *timings* da recuperação. Aliás as intervenções, em Idanha-a-Velha, acabaram por demorar muito tempo por esse facto. Este é um dos casos que nunca está acabado ... seria necessário ser mantida, quase em permanente, a intervenção.

AC: Inclusive foi na *Sé Catedral* que descobriram três tempos, até mesmo 2 *Baptistérios*.

IB: Isso mesmo: há o *Baptistério* norte e o sul. Pelas arcadas, três tempos diferentes e com orientações diferentes. Ainda há 20 anos funcionava como depósito de epigrafia ...a que está no Espigueiro Epigráfico e todas as outras peças na sua envolvente, um autêntico museu ao ar livre. Apesar do seu manancial histórico, penso que Idanha-a-Velha não tem a capacidade para reter turistas...aqueles, que três horas lhes chega para descobrir a sua importância e o seu significado. Tem sim potencial para reter especialistas, que aliás era uma das ideias do projecto dos *Palheiros de S. Dâmaso*!

AC: Mesmo em termos de dormidas não há nada. A aldeia funciona como um museu.

IB: Nós vamos ao *Machado de Castro* e passamos lá um dia, ali os especialistas gostariam, se pudessem, passar dias ou meses ... arquitectos, historiadores, arqueólogos. E para estes fazia todo o

sentido a proposta que referi há pouco e que não foi implementada.

Os turistas, em geral, visitam a aldeia em três horas ou quatro dependendo do grau de profundidade, que se quer ter e também da capacidade do *Posto de Acolhimento e Turismo* em dar resposta. Assim Monsanto torna-se uma boa alternativa, pelo facto de ter outra estrutura demográfica e uma oferta turística mais alargada ... alojamento, restaurantes interessantes, mas também alguma capacidade para atrair investimentos de gente mais jovem, veja-se o caso da *Taverna Lusitana*.

AC: É uma pena, pois o que foi feito nesta aldeia vai acabar por se perder.

IB: Penso que a intervenção foi tão estruturada, por quem conhecia bem o contexto, que mesmo que não viva lá ninguém, Idanha-a-Velha manterá sempre a mesma mística. Será sempre um belíssimo museu a céu aberto, ao qual os poderes públicos central e local terão obrigação de garantir a manutenção e preservação. Esta é a minha leitura.

AC: E a Câmara terá capacidades para continuar a apoiar e valorizar o que lá está?

IB: Esta é a minha leitura, nem que tenha apenas a função museológica, pedagógica e de registo histórico ... e de memória. A sua manutenção passa mais pela vontade política do que pelos custos financeiros. Mas por quantos sítios nós andamos que... ainda há tempos no Alentejo, visitei uma vila romana, dentro dum cercado e só com uma portaria/receção, para a proteger de vandalismos. No entanto, a estrutura urbana estava conservada/mantida, o complexo termal consolidado, o espaço envolvente tratado e os troços de ruína devidamente cuidados, tudo isto no meio dos campos.

Em Idanha-a-Velha temos uma aldeia, ainda viva, onde também existe vila romana da qual uma pequena parte está escavada e à vista. A Câmara Municipal tem decerto capacidade para não deixar delapidar a jóia histórica que tem no seu concelho.

(...)

Transcrição de excerto da entrevista a Carlos Amaral¹

Arquitecto - IPPAR

Coimbra, 29 de Janeiro de 2013

André Coutinho: Boa tarde. Como surgiu o projecto para o *Posto de Acolhimento e Turismo* de Marialva?

Carlos Amaral: Boa tarde. Se calhar seria mais interessante saber como foram seleccionadas as Aldeias Históricas. A história até pode ser contada melhor pela Dra. Ana Faria, que por mim, mas é uma história que não deixa de ser engraçada, porque no fundo a Administração Central do Estado não está preparada para coisa alguma e nunca esteve e, não fossem os técnicos que tivessem interesse ou motivação, levantamentos fotográficos extensivos, ou bases de dados organizadas, não se tinha feito nada. O arquitecto Santiago Faria tinha muito boas bases de dados de quase todo o país e, quando foi necessário lançar politicamente um programa [nota: Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal] daqueles, foi ele quem se encarregou praticamente de escolher as aldeias.

Mais tarde, formou-se em termos operacionais uma *Comissão* [nota: Grupo Técnico das Aldeias Históricas], porque o programa envolvia sempre duas ou três tutelas. Uma era a de cada Câmara a que a aldeia pertencia, que não estava no entanto representada na comissão que acompanhava os projectos; a outra era o IPPAR, porque este tinha a tutela efectiva sobre as zonas classificadas; e a outra era a CCDRC que corrigia a informação e aprovava os projectos, tratava da parte financeira,

¹ A entrevista não foi corrigida pelo entrevistado, apresentando-se assim com um discurso muito oral.

mas também dava uma apreciação do ponto de vista arquitectónico; havia também a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. Em termos técnicos havia uma colaboração tripartida entre o IPPAR, a DGEMN e CCDRC.

Aquele programa foi de certa maneira pioneiro e eu penso que correu muito bem e, mesmo em termos financeiros, penso que não foram valores muito altos para a quantidade de trabalho que se fez. Os resultados foram muito diferentes de umas aldeias para outras, portanto houve processos que correram muito bem e outros que correram menos bem. Depois disso, houve muitas cópias mas já muito descuidadas em todo o seu processo, ou seja, tem havido uma degradação muito grande da informação e da participação. Posteriormente, houve não sei quantas “cópias”: *Aldeias de Xisto* e *Aldeias de não sei o quê...* feitas com um controle muito mau em termos de arquitectura.

AC: E provavelmente foram mal escolhidas. Estas doze funcionavam em *Rede*, se calhar as outras não respondiam da mesma forma.

CA: As Aldeias Históricas foram escolhidas ponderadamente e sem intervenção das Câmaras, depois os programas seguintes passaram a ser cada vez mais politizados. As Câmaras é que queriam propor-se ao investimento e eu compreendo, mas ali [nota: Aldeias Históricas] houve uma escolha mais criteriosa, escolheram-se aldeias que eram em si pequenas jóias.

AC: Se bem que há uma aldeia que destoa das outras. Não consideraria Piódão exactamente igual às outras...

CA: Piódão é uma situação um bocado diferente de todas as outras, quer em termos geográficos, quer em termos de qualidade arquitectónica. Deve ter havido um pedido, uma coisa qualquer era uma aldeia que também justificava o interesse, até porque as pessoas gostam muito daquilo. Pessoalmente, de todas era a que menos gostava.

AC: É uma aldeia que está no fundo de uma encosta, sem as características defensivas como as outras, podia portanto ter passado a pertencer às Aldeias de Xisto?

CA: Mas isso já são tudo *remakes* deste projecto feitos sem controlo. Com um controlo de arquitectura e execução muito baixo, porque, apesar de tudo, no *Programa das Aldeias Históricas* havia uma certa ambição. Pode não ter sido conseguida, mas havia uma certa ambição de fazer o projecto com

princípio, meio e fim. Não se conseguiu, penso eu, o mesmo resultado em todas as aldeias, porque as câmaras também colaboravam de forma diferente e uma das obrigações que elas tinham era oferecer um plano de pormenor [nota: pagarem a uma equipa que fornecia o plano de pormenor]. No fundo, essa equipa funcionava como uma *comissão* que regulava as intervenções. Não tinha que ser ela necessariamente a fazer tudo, embora também tenha acontecido situações dessas, como o caso de Idanha-a-Velha, com Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez. Aliás, foi um processo muito interessante. Idanha-a-Velha é um caso ainda mais especial dentro dos casos especiais e, portanto, exigiu mesmo uma intervenção mais adulta, mais madura, mais reflectida, que deu até coisas muito engraçadas. Houve até, na preparação dos trabalhos de construção, reuniões muito interessantes com especialistas internacionais da Catalunha e da Estremadura, etc.

AC: Naquela aldeia em particular também jogava um pouco a Arquitectura com a Arqueologia...

CA: Isso jogou em todas, mas mais ali, onde até acabou por resultar em algo muito engraçado. Não sei como está a resistir ao tempo, mas foi muito bem feito, muito bem acompanhado, muito bem executado e teve uma equipa que coordenou um primeiro plano, nomeadamente com um programa de uma pequena zona de expansão para a construção nova quando fosse necessário fazê-lo, que eu não sei se alguma vez se fez. Deram forma a coisas informes que tinham importância dentro das festas de verão, que era a única altura do ano em que aquela povoação semi-morta, renascia. Tinha uma praça de touros informal que foi arranjada assim como todas as praças, todas as capelas também, todos os equipamentos. Foi talvez a intervenção mais interessante.

AC: O facto de terem sido sempre os mesmos intervenientes a tratar da aldeia deve ter ajudado a que isso acontecesse.

CA: Sim. E não se pode desligar a vontade que havia quer por parte dos arquitectos, quer por parte do GTAH que acompanhava, que era eu, da delegação das competências, por parte da rede do IPPAR, ou seja, Ministério da Cultura, o arquitecto António Costa que era Director Geral dos Monumentos do Norte e o Arquitecto Santiago Faria que representava a CCDRC. Independentemente da estruturação, havia as Câmaras; algumas das Câmaras tinham Presidentes com capacidade, como era o caso do de Idanha, que é actualmente o Presidente da Câmara de Castelo Branco. É um homem muito dinâmico e determinado, comprometia-se e depois executava, levou aquilo a sério.

AC: Mas houve algum plano para cada aldeia?

CA: Houve para algumas, mas por exemplo Marialva não teve [nota: na verdade Marialva teve um Plano de Pormenor de Salvaguarda e um Plano Director Municipal que estavam em fase de finalização quando se fez a selecção das aldeias para o PRAHP]. Os projectos foram todos diferentes e todos correram de forma diferente, uns melhores que outros.

AC: Acredito que por trás do PRAHP haja uma história enorme, tendo em conta que são 12 aldeias, muitos intervenientes e que se prolongou por muitos anos.

CA: No princípio não se fez grande coisa e depois para o fim já havia muitas candidaturas; às vezes sobrava dinheiro de um programa e abriam-se mais umas hipóteses; houve muita coisa que correu bem, muita coisa que correu mal, mas eu penso que no cômputo geral foi positivo. Até porque foi um programa que não mexeu com muito dinheiro, na grande escala do Orçamento Geral do Estado, mexeu com muitas empresas e com muitas aldeias que estavam semi-mortas, algumas delas renasceram, caso de Marialva. Outra que correu muito bem, na minha opinião, foi Castelo Rodrigo, com a coordenação dos arquitectos João Paulo Rapagão e César Fernandes. Tornaram dinâmicas as aldeias, com vida e deu-nos um modelo para continuar. Na nossa opinião, aquilo podia muito bem ter sido um ensaio para um trabalho mais sistemático e mais continuado. E tudo o que veio a seguir foi uma trapalhada, muito politizada, com obras entregues de forma pouco claras, foi um processo menos límpido e menos qualificado. Não se fez nada tão bom, não estou a dizer que não se tenham feito trabalhos válidos, por exemplo as *Aldeias* de Xisto tem algumas coisas que correram bem e outras péssimas.

AC: Provavelmente não houve tanto cuidado e preocupação como com estas aldeias...

CA: Não havia! De repente deixou de haver um GTAH, que para bem ou para mal, tinha três arquitectos, tinha um *background* de experiência nessa área e tinha assessoria quando era necessário, tinha pessoas que ajudavam. Por exemplo, em Idanha-a-Velha não se mexeu na *Catedral* antes de se ter feito um convénio, que aliás foi organizado lá e em Monfortinho. Teve convidados de todo o país, especialistas, etc. e foi tudo coordenado pelo Dr. Paulo Pereira que era na altura Vice-Presidente do IPPAR, foi um momento ainda alto da instituição. Desde aí vem sempre a cair, o que me permite dizer

que nós retrocedemos décadas nestes últimos anos. Cortaram a cabeça da Administração Pública, destruíram as instituições, cortaram as chefias, foi um caos, actualmente encontra-se numa desorganização completa.

Estes têm documentação na Direcção Regional da Cultura, mas nem sabem o que têm. Não têm lá ninguém que saiba, a memória daquilo seria eu se lá estivesse. Quem tinha tudo na CCDRC, as actas e documentação, etc., é a Dra. Ana Faria que era uma pessoa muito organizada e que fazia o favor de assessorar aquelas reuniões todas, às vezes muito complicadas, com autarcas, com proprietários, etc.

Aquilo nunca foi fácil, por exemplo Idanha-a-Velha é em parte um feudo daqueles que ainda restam no Alto-Alentejo e Beira Interior, com um latifúndios gigantescos de uma família Marrocos, que não fazia, não queria fazer nem deixar fazer.

AC: Pois em Idanha-a-Velha nota-se uma enorme mancha onde não existe qualquer intervenção, um pouco estranho que destoa de tudo o resto.

CA: Eles até marcavam “tipo gado” as muralhas romanas e os portões, com a sua marca, como se aquilo fosse um animal. Achavam que eram donos de tudo. E é verdade, eles eram donos dos territórios todos à volta.

AC: Mas o PRAHP também era bom para eles!

CA: Mas as pessoas não percebiam, eu acho que isso é normal, não sei se nos outros lugares é assim, mas as pessoas em Portugal reagem sempre contra, tudo o que seja diferente é sempre mau. Lembro-me de ter feito obras, que nos foram impostas, na *Igreja* de Piódão e foi um problema gigantesco com a população. Naquele caso era uma população envelhecida e portanto éramos recebidos com um olhar de ódio e o padre nem aparecia porque não queria tomar posição. A mim só me mandaram fazer obras na *Igreja*. Acho que foi muito ofensivo, para eles, termos tirado um revestimento de azulejos medonho que havia lá dentro, mas também tiramos uns mosaicos do chão. Pusemos um chão de madeira, nem sei se voltámos a colocar outro azulejo mais adequado, sei que houve só problemas. Por outro lado, Piódão foi um processo muito complicado, em que interveio um grupo de arquitectos que não tinha, na nossa opinião, uma postura muito amigável, nem muito cooperativa,

nem o entendimento muito claro do que era tentado não fazer. O que eles andaram basicamente lá a fazer foi colar xisto na casas, a fingir que são em xisto, o que é caricato. A aldeia é uma espécie de presépio, vista ao longe tem uma presença bonita, de perto aquilo é tudo falso, tudo aquilo soa a falso!

AC: Mas este não era um dos pontos do PRAHP? As intervenções nas fachadas?

CA: Não, nunca na nossa perspectiva foi fazer intervenções de fachada. Isso era uma coisa que “nós” propúnhamos como oferta para motivar as pessoas, mas depois era exigido um projecto. Nunca se deixava de fazer obras em que se fizessem esgotos, casas-de-banho onde não havia, etc. A parte que era paga, que havia logo para motivar e, quando dizemos fachadas não é só fachadas, é coberturas, drenagens de águas, ligações de esgoto, infraestruturas elétricas, em rede, tudo.

AC: Mas a minha questão era: e o interior das habitações?

CA: Aquilo pressupunha uma parceria entre os proprietários e o Estado. O Estado não podia arcar com as obras todas. Se eles queriam alguma coisa, eles também teriam que dar outra.

AC: Foi difícil isso acontecer?

CA: Depende dos sítios. Era fornecido o projecto, o acompanhamento da obra e era dado dinheiro que pagava as infraestruturas, penso que também, as águas e esgotos, as coberturas, as fachadas, os caixilhos, que não se trata de uma grande despesa. De resto, por dentro não podíamos fazer as obras todas.

AC: Mas sentiu que foi difícil mostrar para a população que vocês estavam ali para ajudar com o exterior, mas teriam que ser eles a arranjar o interior?

CA: As pessoas por vezes não têm meios financeiros para fazer obras e nesse caso o Estado limitava-se a fazer os mínimos. Não podíamos tratar inteiramente das casas, não eramos os seus proprietários. Tínhamos que ter autorização para mexer nas fachadas. Engraçado é que aquilo foi uma experiência que poderia realmente ser usada para muitas outras zonas do país, porque não foi, penso eu, usada em mais lado nenhum. Eu já tinha estado em programas que tinham lidado com centros históricos, o caso dos *Gabinetes Técnicos Locais* e que havia uma diferença na maneira de cada um actuar, também havia ingenuidade, também eram muito diferentes, porque podiam ser zonas urba-

nas vivas e muito complexas ou coisas muito abandonadas, coisas muito grandes ou coisas muito pequenas. Não havia propriamente um padrão, portanto, não se poderia nunca ter imposto um modo de funcionar. Também havia um modo de funcionamento e de acompanhamento, com regras: fazia-se um plano de pormenor e, deste plano, faziam-se candidaturas a Quadros Comunitários, a Fundos Municipais e a outros que entretanto iam sendo criados. Foi uma altura, que de facto, o dinheiro entrou abundantemente no país e fez-se muita coisa.

À escala destas pequenas aldeias que estavam mortas e que não têm já uma população com dinâmica suficiente para inverter um processo de decadência terrível a que estão votadas, este programa podia ter sido *piloto* até porque nós aprendemos com os erros, nós nunca mais iríamos “dar” uma aldeia sem ter contratualizado uma equipe de projecto para o plano. Plano que convém que seja exterior à Câmara, porque as que estavam ligadas à Câmara estavam extremamente cortadas na sua liberdade de acção. No caso de Almeida que tinha duas, Castelo Melhor e Almeida, que não é uma aldeia, tínhamos um arquitecto muito dinâmico e muito cooperante, mas ele depois tinha que lidar com os políticos, com a Câmara e, não tinha sozinho a capacidade para executar o trabalho que uma equipa de projecto tem.

O modelo que se seguiria, se nós pudéssemos ter continuado com projecto semelhante, seria sempre o de Idanha-a-Velha e o de Castelo Rodrigo, porque teve princípio, meio e fim. Tem uma equipa de projecto que faz o plano de pormenor, que dá a cara na luta na questão das infraestruturas que é muito complicada de gerir, porque as entidades estavam habituadas a cada uma trabalhar para seu lado, desde os responsáveis da electricidade, a Câmara, os Serviços Municipais e, nós obrigamos a que eles se entendessem. Obrigamos mesmo, porque se assim não for não anda, mas acabou e, a verdade é que conseguimos em alguns lados fazer caixas únicas, diminuir brutalmente o número de caixas de distribuição. Há aldeias em que ficaram plantadas infraestruturas eléctricas medonhas. Em outras aldeias conseguimos conter aquilo muito bem, com caixas desenhadas com cuidado, obrigá-los a entenderem-se e a falarem uns com os outros, porque eles simplesmente não querem dialogar entre eles, vão pela lógica do mais simples.

AC: Abriam uma estrutura comum a meio da rua e encaixavam tudo lá?

CA: Claro, mas para isso é preciso quase andar-lhes a “bater”, uma autêntica guerra com essas

instituições, porque em cada uma os técnicos recusavam-se a sair da sua esfera de competências e não queriam falar com ninguém. Apareciam com umas caixas enormes e depois ficavam mais umas caixas ao lado dos telefones, televisão por cabo, etc, isso não podia ser.

AC: Em Castelo Rodrigo nota-se aquela linha a meio da rua, que à partida se sabe que é ali que estão as infra-estruturas.

CA: Exactamente! Isso foi muito bom, tendo em conta que houve uma equipe que fez o plano e que mostrou ser fundamental, para além que dominava particularmente todas as questões das infraestruturas. No caso de Marialva foi uma parte feita por mim, onde teve que ser racionalizada brutalmente a colocação de infraestruturas.

Em relação à iluminação, o nosso mercado não estava preparado. As coisas que entretanto aparecem e, há hoje em dia em abundância no mercado, mesmo portuguesas, boas e com óptimos preços, não só na área dos rebocos, partes eléctricas, etc, não havia nada no mercado. Nós esquecemo-nos que em 15 ou 20 anos o país mudou muito. Se antigamente quiséssemos usar uma torneira boa, numa casa, não no caso das Aldeias Históricas, tinha que ser da *Dohler*, se não fosse dessa marca era uma coisa medonha. Hoje em dia já não é preciso nada disso. Agora há uma oferta alargada de coisas com qualidade-preço fantástica. Na parte eléctrica a mesma coisa. Essa foi sempre uma parte conflitual, que nem sempre havia uma estrutura original coerente para reutilizar ou readaptar, portanto tinha que se fazer do zero e, do zero, os equipamentos que existiam eram normalmente muito agressivos para zonas históricas. Tinham um protagonismo que nós não pretendíamos que fosse tomado em consideração. Na equipa de projecto era muito importante que houvesse por exemplo um electrotécnico, nalguns casos tínhamos, noutros não e ficávamos nós a tentar andar directamente à “estalada” com os indivíduos da EDP, telefones, etc. Depois só queriam usar os equipamentos de marca, era incrível! Violam completamente as leis da concorrência, porque impõem modelos e marcas como se não houvesse regras. Agora são uma empresa privada, na altura nem isso era. Como havia um GTAH tripartido e as 3 entidades tinham tutela efectiva sobre o local, havia a capacidade de dizer não. Mas vinham sempre de uma forma extremamente agressiva. Mas eu não acho que seja muito grave desde que aquela estrutura esteja bem-feita.

Particularmente, não gosto nada das coisas que foram feitas em Castelo Rodrigo em termos de

iluminação e eu acho que eles fizeram aquilo em que acreditavam, mas são uns caixotes enormes, feitos fora de escala. Não é fácil encontrar coisas em escala de uma coisa “pré-histórica”, as coisas não foram feitas para aldeias de pedra. Se tivesse sido eu, procuraria sempre uma decoração um bocadinho também artificial, apesar de todas elas serem artificiais, um bocadinho mais cenográficas, um bocadinho mais trabalhadas a partir de luzes indirectas, rasantes ao chão, só para delinear os caminhos. Tentamos fazer isso em Sortelha, com níveis de iluminação mais alto, através de iluminação de fachadas, por exemplo nas zonas de cruzamento, onde aparece a *Capela, Pelourinho, Casa da Câmara*, aí pomos os níveis de iluminação mais altos, de resto os níveis são muito baixos. Isso foi já delineado também connosco, mas obrigámos a fazer tudo, desde uns maciços de pedra, em que eram inseridos equipamentos de iluminação rasante, que aliás são muito baratos e resistentes, que são feitos para exteriores e acabou por ter ali uma série de mecos de pedra que ao longo do caminho vão dando luz rasante, que revela a textura daqueles caminhos de pedra. Como era tudo alcatroado, nós removemos e colocámos em pedra muitos casos.

AC: Apelaram à memória do passado neste ponto? Quase ao mistério que estas aldeias evocam.

CA: Exacto, ia-se tentar fazer com que a luz fosse um elemento de composição do espaço e não adquira um protagonismo, através de aparelhos que não têm escala e que não são nem bonitos nem feios, que não têm nada a ver com aquilo. Não é preciso ser, só que numa aldeia daquelas, aquilo é tudo tão primitivo, que qualquer coisa que tenha um protagonismo muito grande está errado, não pertence lá.

AC: Eu notei isso, pelo menos no castelo de Castelo Rodrigo, através daqueles blocos de aço *corten* e depois no castelo de Marialva, inseridos numa grelha metálica.

CA: Na minha opinião, eu acho que isso até está bem feito, porque o aço *corten* faz uma barreira, que não é reflectora, obviamente, e no fundo não havia equipamentos como há agora para exteriores. Agora já há algumas muito boas, mesmo marcas portuguesas, e com consumos baixíssimos. Nunca foi uma questão de quantidade a iluminação de exteriores, nem de monumentos, só muito recentemente é que se consegue ir para a questão da qualidade e não para a questão da quantidade. Os engenheiros e arquitectos tiveram que ser formados nessa área e, de facto, houve na DGEMN, mas extinguiram-se os serviços, as pessoas foram à sua vida, portanto estamos outra vez a começar do

zero.

AC: Agora o responsável é o IPPAR?

CA: O IPPAR não percebe, não existe. Existe o IGESPAR que é um organismo centralizado em Lisboa que ainda não foi reformulado mas que será, e que tem uma tutela efectiva sobre os monumentos classificados como *Património da Humanidade* e sobre alguns que foram arbitrariamente colocados que eram de grande evidência, tipo *Panteão, Jerónimos*, portanto as jóias da coroa. Deixaram o resto para as Direcções Regionais da Cultura. As Direcções herdaram o *staff* e, supostamente o *know how* das Direcções Gerais de Edifícios e Monumentos e das Direcções Regionais do IPPAR, que foram extintas. É refundada uma coisa que faz *tabula rasa* de tudo, porque os arquivos são arrasados, com centralidade em Lisboa e deixou de haver memória.

A experiência das Aldeias Históricas tinha-nos permitido lançar um outro programa para 10 aldeias, que se custasse 1 milhão de euros cada uma, seriam 10 milhões de euros, que não seria nada de extraordinário, porque são programas que se executam ao longo de 5, 6 ou 7 anos. Para um indivíduo é muito dinheiro, mas 1 ou 2 milhões por aldeia não é nada. Temos que ter em conta que o nosso turismo é a grande indústria do país.

AC: Além do mais, com este tipo de turismo há uma descentralização.

CA: E mais, cria emprego e formar pequenas empresas. Muitas delas entretanto já faliram, sobretudo na área da construção, que ganharam a mão para aquele trabalho; formaram-se electrotécnicos que não faziam ideia nenhuma como iluminar edifícios/monumentos. Agora não é feito com tanto cuidado, se for pessoa experiente aquilo sai bem, se for menos experiente já pode sair uma coisa completamente desajustada, não há maneira de controlar. As Faculdades não têm capacidades de formar, porque obviamente não compensa ensinar esse tipo de coisas, que só lá vão com a prática, com a sensibilidade nos sítios e nisso a formação dos arquitectos portugueses é óptima e por aí não há problema nenhum. Contudo, não é muito feita para a intervenção sobre reabilitação e património. Mas isso é normal, aprende-se também no sítio. Eu fiz coisas horríveis, por exemplo, eu jamais deixaria que aquilo fosse todo pintado da mesma cor, ou que os caixilhos tivessem que ser todos iguais, coisas desse género. Houve erros, muito facilmente se deixou demolir coisas antigas que perfeitamente

podiam ter subsistido, como alpendrados, etc. Muito facilmente se quis fazer moderno onde não faz sentido nenhum fazê-lo, o arquitecto também tem que ser humilde. O que funcionava em Almeida não funcionava em Marialva. Almeida é uma vila, tem já edifícios de um determinado porte, tem arquitectura que compartilha um determinado tipo de operações que nos outros não.

Nós, na iluminação em Sortelha conseguimos. Falávamos com as equipas e estávamos a aprender uns com os outros. Trabalhamos sobre luz rasantes, a tentar pôr em evidência texturas e depois a partir da iluminação um bocadinho mais intensa, a fachada da *Igreja*, o *Pelourinho*, que não tinham de ser feitas através de lanternas modernas, às vezes são coisas quase ocultas, rasantes, ou embutidas nas janelas, que têm consumos muito baixos. Dar então um destaque maior às praças, aos lugares de maior destaque, cruzamentos, etc., era fazer com que esses pontos tivessem luz e os caminhos níveis de iluminação baixos.

AC: No fundo, vocês também queriam diminuir a poluição visual nas aldeias...

CA: Há uma poluição visual e luminosa e, também não tem interesse nenhum que uma aldeia destas seja toda iluminada. Sortelha ficou bonito pois tem elementos que foram desenhados, como por exemplo os bancos de pedra maciça, que resultaram muito bem. Aquilo dá luz rasante, com níveis de iluminação muito baixos, mas que são suficientes para uma pessoa circular, assim como traz muito pouca poluição visual e misticismo à aldeia. Para aquele local não se poderia criar uma fila de candeeiros ao estilo de um *boulevard*; a escala tem sempre que ser entendida e Sortelha nisso correu bem.

Este *background* que as Aldeias Históricas nos deram, foi como uma “escola”, pois todos nós iríamos fazer posteriormente melhor e com menos erros. Toda esta experiência se perdeu, o que eu acho uma tristeza. Um projecto como este podia replicar-se, podíamos estar a aplicá-lo o resto da vida em muitas aldeias belíssimas do país.

AC: Sendo PRAHP um programa pioneiro, acredito que fosse essa ideia: alargar a outros locais, aldeias ou mesmo cidades.

CA: Claro, porque o GTL (Gabinete Técnico Local) era proposto pelas Câmaras e tinham quadros. Aliás, fui coordenador de um GTL. Trabalhar num período em que havia um certo sentido de fronteira, estava tudo por fazer, não havia arquitectos nem praticamente engenheiros nas Câmaras e, portanto,

os GTL introduziram muita gente nova, já vinham com outra vontade de fazer as coisas. Também havia uma coordenação efectiva do IPPC, Direcção Geral do Ordenamento do Território e, portanto, não estávamos propriamente entregues a nós próprios. Tínhamos como obrigação construir um plano de pormenor e, entretanto, se possível, fazer as infraestruturas. Mas isso era mais para zonas de vilas ou aldeias, normalmente para parcelas, não para uma vila inteira. Parcelas que tinham uma coerência qualquer, que eram escolhidas para fazer uma intervenção já mais na área do urbanismo, embora também fosse um plano de pormenor, já era outra coisa em termos urbanos. Eram equipas muito grandes, com cerca de 10/12 técnicos. Quando acabou, todos passamos para as Câmaras.

Nas Aldeias Históricas fizeram-se os Postos de Turismo e Atendimento, que no fundo, serviam para o acolhimento de turistas, onde podiam comprar bilhetes, informação turística, abrigarem-se do calor ou chuva, casas-de-banho, no fundo, todos esses elementos básicos que qualquer aldeia tinha que ter. No caso de Marialva era intenção que o Posto de Turismo tivesse a capacidade para expor algumas peças de interesse local, um pouco do seu espólio, como cerâmica ou uma pedra de valor, que sendo de interesse local, não têm cabimento num museu. Já em Idanha-a-Velha foi diferente, pois aí havia uma gigantesca colecção epigráfica, que foi coligida lá.

(...)

AC: De facto é uma pena, pois temos uma grande história e património e não se dá valor, não se recupera, não há cuidado nenhum.

CA: Fez-se muito em Portugal, apesar de as escolas de Arquitectura serem boas, as pessoas não saem com experiência para trabalhar em reabilitação urbana, mas isso é uma coisa que se tem de fazer. Nós não tínhamos prática, não tínhamos tradição, essa tradição foi construída com pessoas como o professor Fernando Távora, como o GTL de Guimarães que foi uma luz para o país todo, porque iluminou o caminho de todos ao longo de muitas décadas. Guimarães está como está porque de facto se investiu naquilo durante décadas, não é de um ano para o outro que um político põe uma coisa daquelas de pé. O professor Fernando Távora sabia muito, esse era dos poucos que sabia, havia outros e aprendeu-se muito com eles. Teve de ser feita uma escola que não havia, depois formar equipas e gabinetes, fazer experiências e fez-se durante muitos anos.

(...)

AC: Como surgiu o projecto para o *Posto de Turismo* de Marialva? Que cuidados especiais teve ao desenhar um projecto que assenta sobre ruínas? [nota: sobre duas casas judaicas]

CA: O *Posto de Turismo* foi um projecto amado e odiado. Já tem alguns anos, mas provavelmente se fosse agora nem o teria feito assim, mas as coisas são o que são e agora está feito. Eu gostei muito do projecto, contudo o projecto tem lá alguns problemas de ocupação. Há muitos anos que eu não vou lá, não me lembro como aquilo está. Sei que andaram lá a fazer umas pinturas e umas coisas estranhas. O vermelho surge por ter uma caixa lá dentro, o resto é tudo branquinho.

Pala além do *Posto de Turismo* fiz lá um projecto para turismo de habitação, mas é uma coisa muito discreta, a *Casa das Freiras*. A intervenção não tem protagonismo nenhum, é uma coisa muito rústica, que em termos de arquitectura não tem grande interesse, mas o espaço em si é bonito e o edifício é interessante. Está cortado pela espinha dorsal a meio por questões de partilhas e, portanto, é uma meia casa. A linha do cume do telhado é de alguma forma é a fronteira entre a propriedade de um e a propriedade do outro. A casa tem uma ara romana, um altar, metido na parede, não na parte da *Casa das Freiras*, mas na outra. Isto é muito pouco conhecido e até as inscrições, provavelmente, estarão metidas para a face interior da casa. Nunca foi lida, ainda tentamos levar para o *Posto de Turismo*, mas eles pensavam que era um roubo, estiveram sempre contra e, já não tivemos hipóteses de insistir, mas era uma informação útil para o conhecimento da ocupação romana que ali houve em tempos.

AC: Em relação ao *Posto de Turismo* notei que este projecto já demonstra algum desgaste pelo tempo, sobretudo no exterior. Já tem a parede um pouco lascada, já caiu inclusive um bocado do reboco numa esquina.

CA: Na altura andávamos todos a aprender a fazer rebocos com cal e fazíamos-los mal, também o mercado não oferecia alternativas boas, não estava preparado, não tinha produtos, nós queríamos produtos e não havia. Entretanto, sendo um mercado pequenino o português, apesar de tudo já acolheu esse tipo de especialização e já encontramos outro tipo de oferta. Aquilo é uma zona muito fria, portanto a execução de rebocos tem que ser adequada. Para já não me lembro se foram feitos no Verão se no Inverno, se foi no Verão tem um calor extremo que também é muito mau para executar

reboco, se foram feitos no Inverno tem a formação de gelo que também não é nada bom. Sei é que já não vou lá há muitos anos e não estou a par, mas as coisas também têm que ser mantidas, o edifício já tem 10 ou 15 anos...

AC: Pode-me explicar de que forma aconteceu o processo de desenvolvimento e construção do *Posto de Turismo*?

CA: Foi uma situação engraçada porque nos foram atribuídos aqueles dois lotes, que correspondiam a duas casas judaicas. As casas apresentam características relativamente nobres, dando a entender que os donos seriam pessoas endinheiradas e teriam alguma importância na *Comunidade Judaica*. Uma delas tinha a parede e empena e a outra não tinha nada para além das cantarias. Nós resolvemos fazer a proposta lá dentro. Havia uma situação falaciosa, porque a parede da cisterna, que tem a porta, era aparelhada assim como o próprio topo, ora essa parede estava encastrada dentro da parede da casa. Essa situação nunca poderia acontecer desta forma, pois aquilo ao estar aparelhado assim notava-se que era uma situação equívoca. A explicação veio depois através de uma fotografia, que estava no arquivo da DGEMN, que foi publicada na revista *Cais*. Revista, esta, que foi dedicada ao património arquitectónico e foi toda feita com base no registo fotográfico da DGEMN. Na revista foi posta uma fotografia da rua ainda com as casas em pé e o que estava arruinado era a cisterna. No meu entender, provavelmente como as casas estavam de pé, mas meio viradas, devem é ter demolido a casa para compor a cisterna. Aquela parede da cisterna é um trabalho moderno, do século XX (anos 30 ou 40), que é posta de pé, ou porque a outra casa estava arruinada ou arruinaram mesmo esta para pôr aquilo de pé. Gostava de perceber, como a cisterna que é uma coisa de estrutura medieval entra dentro da casa que é uma coisa do século XVI e tem uma parede aparelhada a topo. Isto não faz sentido nenhum.

Agora não podemos fazer juízos de valor a intervenções que foram feitas no passado, há mais de 50, 60, 70 anos. Temos que relativizar as coisas, temos que ver no contexto do período que foram feitas. A maneira como nós olhamos para o passado e para o património, sem o sentido de perda, que é um sentimento muito recente da história. Até lá não havia esse sentido, havia só a noção que era preciso compor porque alguém pedia, porque lá tinha nascido alguém importante. Óbidos foi todo posto de pé, a muralha estava toda cá em baixo, e não só, por exemplo também o *Palácio dos Duques de*

Bragança. O *Palácio dos Duques de Bragança* é uma lição, aquilo pode ter sido tudo inventado, e foi, mas é feito de uma maneira incredivelmente bem-feita, aquilo é belissimamente bem acabado. É absolutamente espantoso. Eu pensava que ia ver um *pastiche*, como pintados em *Carcassonne* de Viollet-le-Duc, que são péssimos. Fiquei absolutamente espantado com a qualidade de construção daquilo. Na realidade trabalharam com pedreiros que ainda sabiam trabalhar com os processos antigos, trabalharam com materiais, trabalharam com desenho meio profissional porque eles andaram a viajar por França para ver o que lá se fez. Aquele projecto afinal de contas não é um projecto português, há ali uma cultura internacional que aliás sempre existiu. Nós sempre tivemos arquitectos que vieram de outros países.

Sempre houve este intercâmbio, eles lá vão dizer que aquilo é da Borgonha porque havia umas ligações à cultura de lá. As pessoas da DGEMN investiram imenso e foram, andaram por França, viram como eram feitos aqueles telhados normandos, como eram feitos aqueles arcos, como eram desenhados aqueles tectos. Tudo o que lá foi feito, aqueles telhados em forma de casco de estrutura naval, tudo é maravilhoso. Aquilo era inventado, mas era inventado como eram produzidas naquela época as coisas. Aquilo era feito da mesma forma, não há concessões nenhuma, nem facilitismos. Há muitas obras que foram redesenhadas, reajustadas ou readaptadas, ficcionado um pouco o pré-existente, mas isso sempre se fez ao longo da história.

AC: Deve ser normal que tal coisa aconteça, que haja uma transformação dos edifícios ao longo dos tempos, ajustando-os. Mas existe sempre a memória do passado, a ideia de manter o que está.

CA: Nós temos que lidar com o que herdamos, com o bom e mau, agora a verdade é que se não tivesse existido a capacidade financeira e a vontade política para fazer obras e criar uma Direcção a sério, dotada de meios técnicos, pessoal, nada teria sido feito. Há muita obra que é anónima e se calhar tem que ser assim, desde que os políticos entendam que têm que ser feitas, porque as coisas não nascem por milagres.

(...)

Há uns 10 anos houve um temporal grande e caiu um tramo muito grande da muralha do Castelo de Leiria, passados 6 meses já estava tudo reconstruído. Não houve grandes considerações do plano

arquitectónico nem nada disso, aquilo tinha que se pôr de pé e pronto. As pedras não devem ter ficado todas no mesmo lugar, é impossível. Uma parte do Castelo de Marialva caiu quando se andava lá a fazer obras. Teve que se desmontar aquilo em V para depois recoser a parte que caiu. Foi feito de forma tradicional e apresenta a forma que sempre demonstrou.

(...)

Marialva não tem grande história, aquilo correu bem de uma maneira geral. Houve também uma certa reação negativa em relação à obra moderna, mas nós nunca desincentivamos isso. Estava esquecida e a verdade é que se conseguiu que ficasse outra vez no mapa do turismo nacional. Para além disso também se conseguiu que aquilo tivesse mais um bocado de vida. Não será a mesma coisa do passado, nem ninguém espera que isso aconteça. Vai ser uma segunda residência, turismo de habitação, portanto será uma ruína tratada com dignidade. Jamais se vai conseguir inverter o processo de desertificação destes locais, é irreversível. Poderá haver um retorno ao campo, mas será sempre como segunda residência, como já houve em outros países.

(...)

Transcrição de excerto da entrevista a Ana Santiago Faria
Historiadora - Grupo Técnico das Aldeias Históricas
Granja (Coimbra), 30 de Janeiro de 2013

André Coutinho: Boa tarde. Quando se começou a desenvolver o *Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal* e quais foram os seus objectivos?

Ana Santiago Faria: Boa tarde. O PRAHP começou em 1994, contudo a ideia até surgiu antes, bastante antes, porque o meu marido [nota: Arquitecto Santiago Faria] dedicou-se na Faculdade à reabilitação e à temática do património rural. Nessa altura, ele tinha feito uns trabalhos e entusiasmou-se. Foi também na mesma altura em que saiu um inventário da Associação dos Arquitectos, um levantamento do património rural, *Arquitectura Popular em Portugal*.

Quando se pôs a hipótese de vir dinheiro europeu para fazer a reabilitação de algum património, o meu marido lançou a ideia de se reabilitar um grupo de aldeias. Idealizado em 1993, o *Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal* começou em 1994 e, os primeiros projectos surgiram em Janeiro de 1995. Foi-se trabalhando com as Câmaras e com as aldeias.

No final de 1994 fizemos uma peregrinação por todas as aldeias. Já se tinha feito um trabalho com todas as autarquias, fomos falar com as pessoas; houve, não só a divulgação, mas a explicação do que se queria, do que se pretendia, do que as pessoas iriam ganhar ou do que, eventualmente, iriam perder. Como é lógico, nestas coisas há sempre ganhos, mas também há perdas, embora a meu ver os ganhos fossem maiores, muito maiores e, acho que, as pessoas entenderam isso. Queríamos,

de facto, conquistar a confiança e, quando lhe digo conquistar a confiança, é porque trabalhar numa população como Marialva, ou como qualquer outra das aldeias, não é fácil... as pessoas de um modo geral são desconfiadas. É normal que a desconfiança esteja presente; aliás, tivemos alguns problemas... por exemplo em Castelo Mendo, não aconteceu directamente connosco, mas quando o IPPAR e a DGEMN tiveram a meios a reconstrução da *Igreja da Misericórdia ou de S. Vicente*. A DGEMN interveio na parte física da Igreja, ou seja, arranjou o telhado e consolidou a estrutura. Por sua vez, o IPPAR tinha como intervenção, o arranjo/reabilitação do altar e da imaginária; para tal, pegou nas imagens e levou-as para Viseu para proceder ao seu restauro. Obviamente que foi tudo feito com autorização do Pároco e com conhecimento da Junta de Freguesia; simplesmente, eles [nota: IPPAR] deram um prazo, imaginemos de um ano, e ao fim de 2 ou 3 ainda lá não estavam as imagens. Aquilo foi o “fim da picada”, até porque nos anos 60, do século passado, um Sr. Padre que lá esteve vendeu algumas imagens. Dou-lhe um exemplo que me foi relatado por pessoas da aldeia: havia uma imagem de Nossa Senhora dos Remédios, de pedra, da época da fundação da Igreja, século XIII, que foi vendida, provavelmente, ao desbarato. Uma outra imagem, que segundo a iconografia descrita pelos populares deveria ser do século XVII, também foi vendida, tendo sido substituída por uma sem qualquer tipo de qualidade. Com esta situação o povo ficou reticente e preocupado, e com razão. Foi difícil para nós fazer-lhes ver que a situação não era a mesma, que havia outros problemas, porque quando se trabalha com coisas antigas, o trabalho é sempre imprevisível, nunca se sabe o que se irá descobrir e o tempo que leva o seu restauro.

Nessas reuniões, para além de lhes dizermos como se iria proceder e o que é que nós queríamos fazer nas aldeias, tentamos também ganhar a confiança das pessoas, que as pessoas nos conhecessem. Nós íamos constantemente às aldeias, pelo menos uma vez por mês, e às vezes mais que isso. Bastava haver um assunto qualquer para resolver que tentávamos conciliar os horários com os arquitectos e íamos lá.

Nós tínhamos uma equipa alargada, trabalhava a CCDRC, a DGEMN, o IPPAR e o Turismo.

AC: Pode-me explicar de que forma funcionava essa equipa e como coordenavam os projectos? Era algum tipo de GTL?

ASF: Éramos o *Grupo Técnico das Aldeias Históricas (GTAH)*. Os GTL's foram extremamente impor-

tantes, eram os *Gabinetes Técnicos Locais* que foram afectos às Autarquias. O GTAH, mais tarde, levantou várias questões a pessoas que não estavam interessadas que houvesse o tal grupo técnico, mas isso são as políticas.

Vocês, Arquitectos, e nós, Historiadores, somos uns chatos... muita gente vai dizer que são uns chatos, que tem a mania que sabem. Os Historiadores e Arqueólogos são muito mal tratados e desrespeitados. Quando há grupos de pressão económica, que querem tudo feito para amanhã, porque se não for para amanhã, já não vale a pena. Mas como dizia o meu marido: "Não há nada que não espere 15 dias"; claro que isso pode acontecer na arquitectura, mas no que toca às pessoas nem sempre é assim.

AC: Efectivamente, há sempre pressão por parte dos endinheirados, o que sem dúvidas, deve ter dificultado o trabalho do Grupo Técnico. Este GTAH funcionou durante os quase 15 anos que decorreram as Aldeias Históricas? [nota: durante o QCA II e III]

ASF: Sensivelmente em 2002, desfez-se o Grupo Técnico e passou a ser uma coisa meramente financeira, infelizmente, porque depois muitas "brincas" se fizeram. Perdeu-se qualidade e algumas intervenções que já estavam feitas com qualidade, foram desfeitas.

Meramente a título de exemplo, tivemos inúmeros problemas em Linhares. Conto apenas um que foi paradigmático: um belo dia, uma das coisas do plano de pormenor de Linhares - que não tinha sido feito por nós... ou seja, nós optamos por um que já tinha sido feito e tinha sido aprovado há muitos anos, e que na parte histórica, na parte que estava classificada como "aldeia", onde se encontra o *Castelo, a Igreja, etc.*, que estavam classificados, mas sem Zona Especial de Protecção (ZEP); como é sabido, há aquela situação completamente descabida de, nessas circunstâncias, haver uma zona de protecção de 50m. Esta regra diz que aqueles edificios que são classificados e não têm uma Zona Especial de Protecção (ZEP), têm 50m à volta nos quais não se pode construir, nem modificar, sem autorização do IPPAR... na altura ainda não era o IPPAR, era o IPPC. Aliás, foi exactamente por isso que, logo na fase inicial do trabalho do PRAHP, o Grupo Técnico insistiu para que se constituíssem áreas de salvaguarda para cada uma das aldeias, que não tendo o vínculo legal de uma ZEP, pudessem vir a constituir uma ferramenta que englobasse os limites dos 50 metros quando existem imóveis classificados ou em via de classificação. Algumas aldeias já tinham a definição de conjunto e

a respectiva ZEP formalizada, mas a maioria não.

De qualquer maneira, a que existia era uma zona de protecção; mas 50m não é muito, e o que aconteceu foi que entre a *Igreja* e a *Janela Manuelina*, num raio de 50m a cada uma, há um pequeno espaço que esta circunferência não abrange. Os donos desse lote tinham-nos proposto fazer aí um edifício altíssimo, talvez com 3 andares, que destoava totalmente em relação à morfologia da aldeia. Era uma coisa completamente desproporcionada, sem sentido nenhum. Além do mais, iria ocupar uns pátios que o plano de pormenor previa que se mantivessem, ou seja, que não deviam ser mexidos. Nós tínhamos ido a Linhares nessa semana e estava tudo bem, tudo sereno, fiscalizamos as obras, tudo a decorrer como deve ser. Na segunda-feira fomos informados que durante o fim-de-semana haviam demolido o edifício existente, e que tinham começado a construir o que tinha sido indeferido pelo Grupo Técnico. Telefonei para o IPPAR e, com a arquitecta do núcleo de Castelo Branco, fomos verificar a veracidade das informações, e perante ela, o IPPAR embargou a obra; mas a Câmara não fez nada e a obra continuou. Os privados têm que perceber que não podem infringir as regras, sobretudo neste tipo de aldeias. Mas isto era assim porque havia conivência de todo aquele pessoal e, se não forem as Autarquias a tomar isto a “peito e a respeito” é impossível trabalhar. Quem está longe na CCDRC ou no IPPAR [nota: no início era a Delegação de Coimbra para toda a região, e só mais tarde foi criada a Delegação de Castelo Branco], não tem os “olhos nem os ouvidos do Rei”.

Outro exemplo claro da envolvimento política neste programa foi a escolha de Piódão como Aldeia Histórica. De início, as aldeias escolhidas eram todas fronteiriças; a ideia era articular o seu património, algum já reconhecido e classificado, como os castelos, e através da recuperação da aldeia como um todo, aproveitar e reabilitar esse património em função do desenvolvimento do turismo, e portanto, também do desenvolvimento local. Diga-se que todas as aldeias então escolhidas tinham sido cabeça de concelho antes da reforma administrativa do século XIX, mantendo ainda os símbolos do seu poder administrativo, económico e religioso: Casa da Câmara, Pelourinho, Igrejas e Capelas, fontanários, algumas casas senhoriais, etc... uma das intenções foi também, a da atracção e da fixação de casais jovens, que dinamizassem novos projectos turísticos. Havia já traçada uma rota de castelos e interessava-nos também ligar com a rota espanhola. Interessava recupera-los, pois muitos dos castelos estavam a cair, como era o caso do de Marialva.

AC: Este programa que ligava com Espanha era o INTERREG?

ASF: O INTERREG é um outro programa comunitário, que se destinou entre outras coisas, a favorecer a integração económica e nas primeiras fases privilegiou as acessibilidades e trocas de informação. Depois esses planos cruzam-se.

(...)

AC: No PRAHP qual foi o papel das Autarquias Locais?

ASF: Recordo Castelo Rodrigo, Marialva, Idanha-a-Velha, entre outras... mas Câmaras tiveram, todas elas, um papel importantíssimo na renovação das fachadas e coberturas, e na renovação das infra estruturas.

A renovação de fachadas e coberturas é uma coisa discutível. Para nós foi muito discutido, nem imagina o “sangue, suor e lágrimas” que isso trouxe, sobretudo para mim. Eu estive muito ligada à Acção Social e continuo a estar, e para mim não tem sentido nenhum fazer um telhado ou janela muito bonitos e lá dentro as pessoas não terem um mínimo de condições: nem cozinha, nem casa de banho, nem água, para poderem subsistir.

AC: Acabou por ser, digamos que, uma obra de fachada, superficial, só para se mostrar que se interveio na aldeia?

ASF: Exactamente, na maioria dos casos; nós tentamos por tudo arranjar formas e fórmulas para poder intervir, sobretudo, naqueles casos em que as pessoas claramente viviam da reforma mínima, que não dá para nada. Nalgumas situações encontraram-se formas de dar a volta. Depois tentámos, até por insistência minha, e já com a Dra. Isabel Boura como coordenadora (creio que desde 2000) falar com a Segurança Social de Castelo Branco porque quase todas as aldeias pertenciam a esse distrito. Pensamos em começar por aí e ver se conseguíamos articular com os projectos que eles tinham da Luta Contra a Pobreza. Eles tinham dinheiro para fazer o interior, nós tínhamos para o exterior. Acontece que se fez uma primeira reunião, tudo ficou acertado, mas por razões que desconheço esta articulação entre os projectos nunca foi avante. O que a meu ver, foi uma grande perda para ambos os lados.

AC: Nota-se claramente em certas aldeias esse tipo de obras de fachada, só para turista ver, sem haver a real preocupação com o bem-estar da população, quando essa deveria ser a principal preocupação deste tipo de programas.

ASF: Nós tentamos, de facto, ver, quem eram as pessoas com maiores necessidades e acabavam por ser uma meia-dúzia em cada aldeia. Fez-se uma intervenção em que se recuperava um telhado na totalidade, isto é, não só a telha, mas também o ripado, isolamento, a estrutura toda. Em relação às paredes eram picadas, eram rebocadas as que era necessário fazê-lo. Noutros casos, as paredes eram desmontadas e montadas de novo. Houve aldeias, quase todas as aldeias, tiveram um apoio de 95% do PRAHP, sendo 75% do FEDER e 20% do Turismo; os 5% restantes foram cobertos pelas Câmaras, com excepção salvo erro, da Vila de Almeida, ou seja, o apoio financeiro cobria 100% da despesa. Daí que, em relação ao interior, nós propúnhamos também alguma intervenção às pessoas. Para algumas isso até era acessível, para outras não era minimamente.

AC: Mas todas as aldeias funcionaram assim? Procedeu-se à recuperação todas as fachadas e coberturas?

ASF: Por exemplo em Marialva não foi a aldeia toda, foi só a parte do Arrabalde, mas em Castelo Rodrigo foi a aldeia toda, as ruas todas.

AC: Em todo o caso, Castelo Rodrigo teve um plano e só um arquitecto a intervir. Isso também aconteceu, por exemplo, em Marialva?

ASF: Em Marialva houve também um Plano para o Arrabalde, e de início, um só arquitecto, João Paulo Pena Lopes. Depois do Arqº Pena Lopes ter saído, foi o atelier do arquitecto António Pinheiro que ficou responsável pelo projecto.

Em Marialva, e sob a tutela do IPPAR, foi recuperado o *Castelo*, com consolidação de partes das muralhas e foi feita uma intervenção arqueológica, pela Dra. Maria Antónia Amaral, o que levou a uma operação de limpeza às ruas todas, Igrejas, etc. Mais tarde, a *Igreja de Santiago* também foi alvo de uma intervenção.

AC: Também participou no processo das *Aldeias de Xisto*?

ASF: As Aldeias de Xisto surgiram no seguimento deste trabalho e começaram em 2002-2003; eu entrei no projecto em 2003, mas não teve nada a ver com o projecto anterior.

AC: Provavelmente não foi tão bem conseguido devido a serem muitas aldeias.

ASF: Não, não foi isso: foi um programa diferente; as aldeias eram diferentes, não havia património classificado, eram aldeias de património chamado “insignificante”... Mas eram todas muito bonitas, muito harmoniosas e com uma envolvente paisagística também muito bonita.

AC: Eram mais aldeias que remetiam para a memória do passado. Neste caso, Piódão poderia ter feito parte delas?

ASF: A meu ver, deveria ter estado, até porque é realmente uma Aldeia de Xisto....

AC: Voltando ao PRAHP e ao caso de Marialva, os projectos apresentado pelos arquitectos António e Paula Pinheiro para as ruas *Tanque*, *Corredoura* e *Côro* chegaram a ser todos executados? Foi executada a limpeza e recuperação de todas as fachadas?

ASF: Sim, não tenho ideia que não tenha sido.

AC: Porque vi o processo em que aparecem os 2 arquitectos com projectos para o mesmo edifício. Por exemplo, a Casa O, tem projecto do arquitecto João Paulo Pena Lopes e de António e Paula Pinheiro.

ASF: Provavelmente um começou o projecto e depois o outro terminou-o. JPPL era um arquitecto que estava em constante comunicação connosco, pedia-nos para lá ir, ou vinha cá a Coimbra... era muito certinho, quando tinha algumas dúvidas perguntava, não avançava de uma maneira qualquer. Entretanto teve que sair, e ficaram os outros arquitectos como responsáveis.

AC: É incrível como só uma aldeia, um processo, envolveu muita gente.

ASF: Imensa de gente, muita gente mesmo. Mesmo privados, qualquer um podia fazer projectos.

(...)

Os GAT eram os *Gabinetes de Apoio Técnico* às Autarquias Locais, que funcionavam sobretudo com arquitectos e engenheiros. Os GAT foram fundados no pós 25 de Abril, salvo erro, em 1976, preci-

samente porque as Autarquias queriam fazer obras e não tinham técnicos, nem capacidade para os financiar. Foram criados estes gabinetes que dependiam em parte das Autarquias e de outra parte do Governo Central, através das CCR e fizeram-se agrupamentos de concelhos. Por exemplo o GAT de Coimbra tinha no seu início 9 concelhos, mas depois foi dividido. O meu marido, o arquitecto Santiago Faria, foi director do GAT de Coimbra entre 1976-1979, e promoveu a sua divisão. O GAT de Coimbra ficou com Coimbra, Mealhada, Penacova e Condeixa-a-Nova. Os outros concelhos integraram o GAT da Lousã. Os GAT foram extremamente importantes, porque de facto eram técnicos que estavam muito empenhados no seu trabalho, que projectavam, planeavam e aconselhavam; nem tudo era pacífico, obviamente. Mas, fizeram uma obra fundamental, porque o país era pobre, sem infra-estruturas, e eles executaram planos de infra-estruturas, escolas, pavilhões, vias de acesso, etc... pois que na maioria das Câmaras não havia técnicos.

(...)

Voltando às Aldeias Históricas e ao Grupo Técnico das Aldeias Históricas.

Outra coisa muito boa, foi que Lisboa tinha dado autonomia na altura (1994) à Directora do IPPAR, não havendo necessidade de os processos irem a Lisboa. E isso, facilitava-nos muito... porque este GTAH tinha essa função, para além de seguir *in loco* os processos, despachava rapidamente os processos, sem as burocracias conhecidas e o tempo imenso que elas levavam da apresentação do projecto à sua aprovação. Era isso que nós queríamos... acelerar os processos, conservando a sua qualidade; e, como disse acima, ao mesmo tempo íamos todos lá controlar, verificar, falar com os empreiteiros, falar com os técnicos, falar com os proprietários, nas aldeias e junto às obras. Era uma coisa expedita, sem burocracias, nós queríamos quebrar essas burocracias, nomeadamente na parte do Turismo, porque este levava meses a dar o seu parecer. Nesse aspecto, eles não integraram o *Grupo Técnico*, porque havia uns preceitos quaisquer que impediam que integrassem, mas fizemos um protocolo que no prazo máximo de um mês eles aprovavam ou reprovavam. Foram poucos os processos que eles reprovaram e a verdade é que até 2002 o nosso contacto era constante, e funcionou muito bem. Se nós tivéssemos algum problema ou dúvida em relação ao Turismo era feita em conjunto a deliberação. Isto acelerava os processos. De qualquer modo, os pareceres dados pelo Grupo Técnico eram pareceres que resultavam de boas práticas enraizadas no estabelecimento de

consensos entre os técnicos e muitas vezes também, entre os técnicos e os proprietários. Depois as coisas descarrilaram.

AC: Numa análise sumária, o que acha que ficou por fazer e que era fundamental ter sido feito ou o que faltou para a *Rede das Aldeias Históricas* funcionar?

ASF: Ficou muita coisa por fazer! As obras físicas são muito importantes, mas depois uma das coisas que era necessário - aliás nós também fizemos isso através de um *Curso de Turismo* - era a formação de jovens que deveriam estar nas aldeias a mostrar e orientar os turistas. Gastou-se muito dinheiro com isso, fizemos um curso de um ano lectivo na Escola de Hoteleira do Estoril, com módulos de História de Arte, de História Geral, alguns dados por mim, outros pela Directora do IPPAR, módulos de etiqueta, etc. O objectivo era que estivessem num posto de turismo para acolherem as pessoas. A única exigência era que os jovens tivessem o 12º ano, que tivessem alguma apetência para o papel. Foram escolhidos pelas Câmaras. As Câmaras escolheram quem lhes convinha, mas de um total de 20 jovens, só uma jovem é que ficou colocada num Posto de Turismo.

AC: Acredito que tenham achado que foi um desperdício de tempo e dinheiro, assim como devem ter perdido a vontade de criar mais iniciativas para as aldeias.

ASF: Completamente, além do mais era um grupo que apesar de ter alguns jovens que de facto não estavam minimamente interessados, na sua maioria os outros estavam empenhadíssimos, eram bons, e foi realmente um desperdício.

AC: Por exemplo, no Posto de Turismo de Marialva, o senhor que lá estava a atender não soube responder a questões básicas sobre a aldeia, notei claramente que não tinha formação para lá estar.

ASF: Para Marialva foram escolhidos dois jovens que eram muito bons, mas que nunca lá trabalharam.

Voltando ao que fez falta... na minha perspectiva fez falta a continuidade da nossa acção persistente de ir e entusiasmar, porque, quer a gente queira, quer não, os organismos trabalham com enzimas e as enzimas no organismo social são fundamentais. Foi isso que no *Programa das Aldeias do Xisto* se tentou, logo desde o início: criar um grupo que depois permanecesse, que fosse por lá e que fosse lutar. Durante muito tempo foi importante e fez a diferença em relação às Aldeias Históricas. Esse

grupo foi pensado também nas AH, mas como houve interrupção, já não houve continuidade de quem estava no grupo... Acabou! depois a única coisa que interessava era o financiamento, e quando só interessa o financiamento, está tudo perdido. Logicamente que o financiamento é uma parte importante, mas devia ser só parte, a trabalhar com o restante. Para nós, GTAH, e acho que posso falar pelos outros também, o que era importante eram as pessoas e, o financiamento era importante porque era importante para as pessoas, mas era o “primo afastado”, digamos assim. Era o que deveria aparecer em último caso, o que viria pagar o que nós propúnhamos. Não era isso que era importante, a nossa preocupação não era se gastávamos 20 ou 30, mas se aquilo era bem feito ou se aquilo trazia alguma mais-valia para aquele povo ou não. Se não fazia, tanto fazia ser 10 como 20, como 500.

AC: Mesmo assim, dentro do orçamento disponível, tentaram fazer esse tipo de intervenções, mas houve derrapagens? Foi por causa do limite imposto pelo financiamento que não puderam fazer mais obras?

ASF: Não houve derrapagens, mas é evidente que teríamos feito mais. As Câmaras tinham um orçamento muito limitado por exemplo em relação às fachadas e, portanto, teve que se dividir o bolo e eles sabiam que estava ali naqueles limites; mas depois funcionou ao contrário, o financiamento é que era importante, o gastar das verbas, se aquilo era importante para a aldeia tanto fazia, desde que no papel ficasse que se tinha gasto. Isso é o que a mim me faz muita confusão.

AC: É lamentável que se valorize mais o dinheiro em vez de se valorizar o bem-estar da população.

ASF: E na continuidade também.

AC: É uma pena, mesmo depois de terem acabado com este “*programa*”, não terem dado continuidade a mais programas deste género, com o intuito de revitalizar mais aldeias.

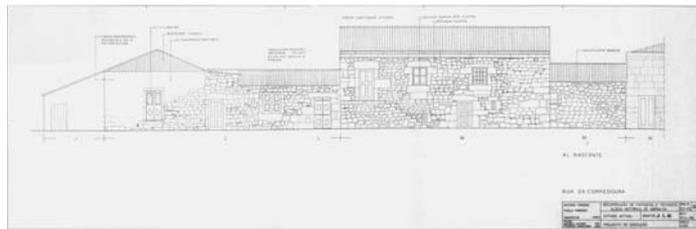
ASF: Isto foi um *Programa Piloto*, foi o primeiro *programa* no país, não tinha havido anteriormente nenhuma experiência destas. Obviamente que se calhar não foi tudo bem feito, talvez pudéssemos ter feito as coisas de outra maneira, mas a verdade é que se tentou. A ideia passava por se fazer uma operação piloto e depois se expandir para outros lados. Em tempos, eu e o meu marido, até tínhamos pensado que poderia ser interessante passar para a orla marítima, onde os problemas são completamente diferentes.

AC: Quando fala da orla marítima refere-se aos fortes e faróis?

ASF: Sim, mas também à costa em geral. O nosso litoral está muito mal tratado.

(...)

Desenhos



Perfil J a M da Rua da Corredoura,
Arquivo CCDRC



Perfil D a I da Rua da Corredoura,
Arquivo CCDRC

Fotografias



Alpendre do imóvel P, antes da intervenção e na actualidade,
Arquivo CCDRC e Fotografia de Joana Orêncio



Elementos dissonantes na fachada do edifício M,
Fotografia de Joana Orêncio



Edifícios L e M antes da intervenção e na actualidade,
Arquivo CCDRC e Fotografia de Joana Orêncio



Edifícios L e M antes da intervenção e na actualidade,
Arquivo CCDRC e Fotografia de Joana Orêncio



Edifício I antes da intervenção e na actualidade,
Arquivo CCDRC e Fotografia de Joana Orêncio



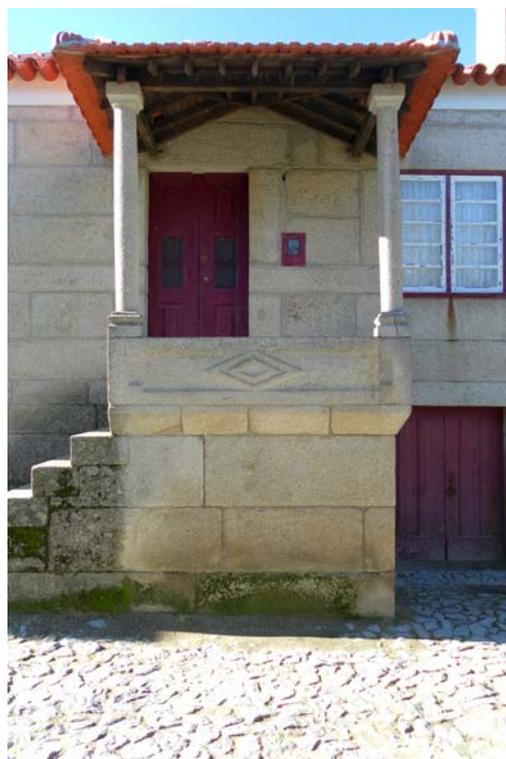
Edifício H com alpendre antes da intervenção e sem na actualidade,
Arquivo CCDRC e Fotografia de Joana Orêncio



Edifício H antes da intervenção e na actualidade,
Arquivo CCDRC e Fotografia de Joana Orêncio



Edifício C antes da intervenção e na actualidade,
Arquivo CCDRC e Fotografia de Joana Orêncio



Exemplos de caixilharias usadas na intervenção do PRAHP,
Fotografias de Joana Orêncio e do autor



Exemplos de caixilharias usadas na intervenção do PRAHP,
Fotografias de Joana Orêncio



Exemplos de caixilhariadas usadas na intervenção do PRAHP e novas caixilhariadas entretanto colocadas,
Fotografias de Joana Orêncio



Exemplos de caixilhariadas usadas na intervenção do PRAHP e novas caixilhariadas entretanto colocadas,
Fotografia do autor